

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

ÉDERSON JOSÉ DE LIMA

**AS ASTÚCIAS DA FUNÇÃO-AUTOR NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DA POSIÇÃO DE UM JORNAL PARANAENSE SOBRE
AS COTAS**

MARINGÁ - PR

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ÉDERSON JOSÉ DE LIMA

**AS ASTÚCIAS DA FUNÇÃO-AUTOR NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE DA POSIÇÃO DE UM JORNAL PARANAENSE SOBRE AS COTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (mestrado), na área de concentração de Estudos Lingüísticos, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientação: prof^a Dra. Maria Célia Cortez Passetti.

MARINGÁ

2006

ÉDERSON JOSÉ DE LIMA

AS ASTÚCIAS DA FUNÇÃO-AUTOR NO DISCURSO JORNALÍSTICO:

uma análise da posição de um jornal paranaense sobre as cotas

Dissertação de Mestrado em Letras (Área de Concentração: Estudos Lingüísticos, Linha de Pesquisa: Estudos do Texto e do Discurso) apresentada ao Curso de Pós-Graduação, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Célia Cortez Passetti

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Honório

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^º. Dr^º. Luiz Carlos Fernandes

Universidade Estadual de Londrina – UEL

Dedico este trabalho

A minha esposa e companheira Ivete, que sempre se fez presente me dando apoio nestes caminhos dos sentidos, e ao meu filho Matheus, que com seu sorriso e alegria me deu força nestes caminhos do (in)consciente da linguagem.

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Célia Cortez Passetti, pelo incentivo e confiança nos meus estudos em AD e pelas horas de dedicação corrigindo meus textos.

Às AMIGAS Vera e Salete, pelo companheirismo de todas as horas e por fazerem de sua casa minha casa também.

Ao AMIGO Geraldo José da Silva, pelo seu apoio, companheirismo, amizade e maturidade em todos os momentos desta caminhada acadêmica.

Ao AMIGO Édio Roberto Manfio, pelo seu bom humor que nos contagiou nos momentos mais difíceis desta caminhada.

À professora Maria Aparecida Honório (Ceci) pelas conversas e risadas entre os cafés e pelas suas valorosas contribuições para este trabalho de dissertação.

Ao professor Drº Luiz Carlos Fernandes, por dar o “ponta pé” inicial em minha vida como pesquisador em AD e pelas suas valorosas contribuições para este trabalho de dissertação.

À professora Claudia Neto do Valle, pelos diálogos e trocas de experiências em Michel Foucault.

Aos demais colegas de disciplinas: Antonio Roberto de Paula, Fernanda Luzia Lunkes, Jane Cristina Berto, Luis Cláudio Ragiotto, Paulo Alexandre Gaiotto, o meu muito obrigado.

Meu papel – mas até este é um termo demasiado pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que imaginam, que elas têm por verdadeiras, por evidentes, certos termos que foram fabricados num momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. Mudar alguma coisa no espírito das pessoas, é este o papel do intelectual.

Michel Foucault

AS ASTÚCIAS DA FUNÇÃO-AUTOR NO DISCURSO JORNALÍSTICO: UMA ANÁLISE DA POSIÇÃO DE UM JORNAL PARANAENSE SOBRE AS COTAS.

Éderson José de Lima. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Mestrado em Letras.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral explicitar o trabalho da função-autor jornalista, sob um olhar discursivo, em textos da mídia impressa sobre a temática das “cotas universitárias para negros”. Partimos do pressuposto de que todo discurso apresenta uma função-autor, que entendemos como elemento coercitivo, responsável pela organização e construção do texto. Esta joga com campos ideológicos inserindo lugares de subjetividades, de modo a veicular aquilo que pode e deve ser dito em determinadas condições sócio-históricas. Sendo assim, entendemos que esse trabalho coercitivo da função-autor delimita o que deve ser posto em ação na construção do texto, escolhendo para quem deve dar-se voz, ou seja, ela é responsável pelas escolhas dos lugares discursivos. Portanto, duas perguntas-problema nortearam nossa pesquisa: a quem a função-autor deu voz e, neste trabalho em definir as fronteiras interdiscursivas, o que se disse sobre a temática das cotas e os efeitos de sentidos decorrentes. A partir deste levantamento dos lugares discursivos, partimos para o objetivo mais específico de nossa pesquisa que é mostrar como a função-autor se subjetiva assumindo uma posição sobre as cotas. Como suporte teórico, mobilizamos os conceitos da Análise de Discurso de corrente francesa. A escolha da temática em explicitar o trabalho da função-autor em textos jornalísticos deve-se, em grande parte, à “curiosidade” científica em saber como se comporta o autor na construção do texto jornalístico, mobilizando lugares discursivos em uma temática tão polêmica como as cotas na contemporaneidade. A estrutura composicional de nosso trabalho de pesquisa se apresenta dividida em cinco capítulos dentre os quais dois são analíticos. O *corpus* de análise é composto por textos que tratam da temática das cotas para negros no jornal Gazeta do Povo, do Estado do Paraná, em dois períodos políticos: de 2000 a 2002, o qual denominamos de período Fernando Henrique Cardoso e o segundo momento de 2004 a início de 2005, entendido como período Lula. Procurando explicitar em forma de gestos de leitura como acontece este trabalho coercitivo da função-autor, em um primeiro momento analítico, optamos por uma análise partindo de um *corpus* empírico, no qual buscamos realizar uma análise interdiscursiva, levantando os lugares discursivos postos em ação pela função-autor sobre as cotas. Já em um segundo momento, optamos por uma análise partindo de um *corpus* analítico em particular, no qual realizamos uma análise mais apurada em um único texto que compunha o arquivo de análise, com o objetivo principal de apontar a posição-sujeito assumida por parte da função-autor sobre a temática das cotas. Destes capítulos analíticos, deferimos algumas idéias de ordem interpretativa deste trabalho coercitivo da função-autor, que nos levaram à compreensão de que a mobilização de determinados lugares discursivos é uma maneira sutil de posicionar-se discursivamente e este trabalho se manifesta no jogo entre os elementos lingüísticos que constituem o texto, os quais nos ajudam a compreender o fato lingüístico enquanto discurso.

Palavras-chave: Função-autor; cotas universitárias; discurso jornalístico; exclusão social; inclusão social.

**THE AUTHOR-FUNCTION ARTIFICIALS IN THE JOURNALISM DISCOURSE:
AN ANALYSIS OF A PARANAENSE NEWSPAPER ABOUT QUOTAS.** Éderson José
de Lima. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Mestrado em Letras.

ABSTRACT

The present thesis aims to show how the journalism author-function works discursively in written published text about “university quotas for negroes”. I took for granted that every discourse is composed by an author-function which represents coercive elements responsible by text organization and construction. The author-function works with ideological fields which inserts subjective places in order to manage what is allowed and must be said in a given socio-historical condition. Thus, I understand that the author-function coercive work frames what must be put into action in text construction, as well as choosing to whom the voice should be given. In other words, the author-function is the responsible by the discursive places choices. However, two research questions guided this study: to whom the author-function gave voice and what the different interdiscursive borders say about quotas for negroes and their respective meaning effects. After these discursive places findings I worked on the specific aim of my research, that is, to show how the author-function adopts a position about quotas. The theoretical support is based on French Discourse Analysis concepts. The subject matter choice of making explicit the author-function work is due to the scientific curiosity about how the author behaves in the journalist text construction towards the management of discursive places on a such polemic matter like quotas nowadays. This thesis presents two analytical chapters from a total of five. The analytical corpus is composed by texts about quotas for negroes from *Gazeta do Povo* newspaper of Paraná State. The texts come from two different political periods: from 2000 to 2002 referred here as *Fernando Henrique Cardoso* period, and the second moment as *Lula* period from 2004 to the beginning of 2005. This thesis intends to present through reading gestures ways how this author-function coercive work happens. In the first analytical stage I carried out an interdiscursive analysis on an empirical corpus considering the discursive places into action by the author-function about quotas. On the other hand, in the second analytical stage the analysis was carried out in a particular corpus composed by a given text from the general analytical file. This procedure aimed at pointing out the subject-position partially accepted by the author-function about the matter of quotas. From these analytical chapters I could point out some ideas of interpretative order about this author-function coercive work, such as the management of particular discursive places may be a soft way of imposing discourses. In fact, this research is presented through linguistic elements that constitute the text, which helps to comprehend the linguistic fact as discourse.

Key Words: Author-function, university quotas, journalism discourse, social exclusion, social inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise de Discurso
CP	Condições de Produção
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Financiamento Estudantil
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UCLA	Universidade da Califórnia/Los Angeles
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A1 – ABAIXO-ASSINADO PARA GARANTIR VAGA A ALUNOS.....	169
ANEXO A2 – PROJETOS DEFENDEM RESERVA DE VAGAS EM UNIVERSIDADES.....	170
ANEXO B1 – ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA PEDEM RESERVA DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES.....	171
ANEXO B2 – COTAS PARA NEGROS NÃO RESOLVEM, DIZ MINISTRO.....	172
ANEXO B3 – DELEGAÇÃO DEFENDE A PARTICIPAÇÃO DE COTAS.....	173
ANEXO B4 – PRESIDENTE DO STF DIZ QUE COTA PARA NEGROS DEVE SER PREVISTA EM LEI.....	174
ANEXO B5 – NEGROS TÊM ACESSO REDUZIDO À EDUCAÇÃO.....	175
ANEXO B6 – ESTADO CRIA SISTEMA DE COTAS PARA ÍNDIOS NAS UNIVERSIDADES.....	176
ANEXO B7 – COMPENSAÇÃO DAS DESIGUALDADES & PROPOSTAS COLOCAM EM DISCUSSÃO O PRECONCEITO RACIAL.....	177
ANEXO C1 – UFPR PODE CRIAR COTAS PARA NEGROS.....	178
ANEXO C2 – SEMINÁRIO NA UFPR DEBATERÁ COTAS PARA ALUNOS NEGROS.....	179
ANEXO C3 – DEMOCRATIZAR A UNIVERSIDADE.....	180
ANEXO D1 – A CASA CIVIL RECEBERÁ PROJETO DE COTAS PARA NEGROS.....	181
ANEXO D2 – PROJETO DÁ COTAS PARA NEGROS.....	182
ANEXO D3 – COTAS PARA NEGROS EM PAUTA.....	183

ANEXO D4 – BUARQUE CRITICA PRIVILÉGIO DA ECONOMIA COM PERDA DO SOCIAL.....	184
ANEXO D5 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	185
ANEXO D6 – PRÓS E CONTRAS DO SISTEMA DE COTAS.....	186
ANEXO D7 – CRÉDITO EDUCATIVO INCLUIRÁ CRITÉRIO RAÇA.....	187
ANEXO D8 – SISTEMA DE COTAS DA UFPR É CONDENADO EM JÚRI SIMULADO.....	188
ANEXO D9 – MARINGÁ DISCUTE COTAS PARA NEGROS.....	189
ANEXO D10 – MOVIMENTO NEGRO REPUDIA AÇÃO CONTRA COTAS.....	190
ANEXO D11 – JUSTIÇA SUSPENDE COTAS DA UFPR.....	191
ANEXO E1 – SOBROU COTA NA UFPR.....	192
ANEXO E2 – O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	193
ANEXO E3 – UFPR IDENTIFICA IRREGULARIDADES COM 21% DOS COTISTAS NEGROS.....	194
ANEXO E4 – ALUNOS BARRADOS EM SISTEMA DE COTAS AMEAÇAM IR À JUSTIÇA.....	195
ANEXO E5 – PARA A UFPR, BATALHA JUDICIAL CONTRA AS COTAS JÁ ESTÁ GANHA.....	196
ANEXO F1 – QUADRO ORGANIZADOR DE CAMPOS DISCURSIVOS, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E LUGARES DISCURSIVOS MOBILIZADOS PELA FUNÇÃO-AUTOR NO PERÍODO FHC E LULA...	197
ANEXO F2 – QUADRO ORGANIZADOR DE CAMPOS DISCURSIVOS, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E LUGARES DISCURSIVOS	

MOBILIZADOS PELA FUNÇÃO-AUTOR.....	198
------------------------------------	-----

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS.....	8
LISTA DE ANEXOS.....	9
INTRODUÇÃO.....	14
1 A IDEOLOGIA/ESPAÇO DA EXCLUSÃO.....	26
1.1 RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.....	26
1.2 RAÇAS: “A IDEOLOGIA DAS DIFERENÇAS”.....	28
1.3 O SUJEITO E A EXCLUSÃO PELO DISCURSO.....	35
2 A IDEOLOGIA/ESPAÇO DA INCLUSÃO.....	40
2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS: POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS E SUAS CONQUISTAS HISTÓRICAS.....	40
2.1.1 As Ações Afirmativas em sua <i>Práxis</i>	45
2.2 FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO.....	47
2.2.1 O Vinte de Novembro: Um Grito de Resistência.....	50
3 A IDEOLOGIA DA INCLUSÃO NA MÍDIA.....	55
3.1 AS FORMAS DE VERDADES NA MÍDIA JORNALÍSTICA.....	55
3.1.1 A Repetição e o Novo na Mídia Jornalística.....	57
3.2 A OBJETIVIDADE E A SUBJETIVIDADE NO JORNALISMO.....	58
3.2.1 O Sujeito e a Forma/Função-Autor.....	66

3.3	FORMA E CONTEÚDO NA MÍDIA JORNALÍSTICA.....	72
4	O TRABALHO INTERDISCURSIVO DA FUNÇÃO-AUTOR.....	75
4.1	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE AS COTAS NO PERÍODO FHC.....	75
4.2.1	As Posições-sujeito sobre as Cotas mobilizadas pela Função-autor no período FHC.....	88
4.3	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE AS COTAS NO PERÍODO LULA.....	98
4.3.1	As Posições-sujeito sobre as Cotas mobilizadas pela Função-autor no período Lula.....	106
4.4	TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRABALHO INTERDISCURSIVO DA FUNÇÃO-AUTOR.....	114
5	A POSIÇÃO-SUJEITO DA FUNÇÃO-AUTOR.....	118
5.1	OS “PRÓS E CONTRAS DO SISTEMA DE COTAS”	118
5.1.1	Sobras.....	127
5.1.2	Causa e Consequência.....	135
5.1.3	Cotas: Entre o Mérito e o Preconceito.....	139
5.1.4	Considerações Finais sobre a Posição-Sujeito da Função-Autor.....	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
	REFERÊNCIAS.....	162
	REFERÊNCIAS (ANEXOS).....	166
	ANEXOS.....	168

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surge de inquietações e indagações a respeito de uma questão muito polemizada e discutida, desde sua gênese, no campo disciplinar das ciências humanas: o autor ou a autoria, um espaço discursivo institucionalizado, no qual se apresenta um jogo de forças que procura impor de forma coercitiva um “lugar” privilegiado de onde determinados sujeitos podem exercer com soberania seu “lugar” regularizado de autor do que diz.

Em princípio, partir-se-á do pressuposto de que todo texto, em especial o jornalístico, apresenta um princípio de autoria, ou seja, um autor que se apresenta como sujeito “responsável” pela coerência interna e pela constituição de todo o corpo textual.

No que tange a escolha da temática, ou seja, pesquisar o trabalho da função-autor em textos jornalísticos sobre as cotas, justifica-se pela inquietação na contemporaneidade nos estudos discursivos em discutir a categoria de autor e, de certa forma, a dificuldade de transitar pelas categorias de sujeito, função-autor, posição-sujeito e lugar discursivo. Enquanto pesquisador dos fenômenos discursivos, nos chamou a atenção, em um primeiro levantamento bibliográfico, o fato de que são poucos os trabalhos de pesquisa, que tratam da autoria em textos jornalísticos. A temática das cotas é o que a pesquisa apresenta de mais particular, pois o assunto das cotas, que foi alvo de tantas discussões impulsionadas pela mídia nos fez retomar a questão racial no Brasil, que continua seu processo histórico de re-significação.

A escolha da Análise de Discurso como suporte analítico se deve a sua amplitude na explicação do objeto lingüístico, que extrapola e re-significa a materialidade lingüística, estabelecendo uma relação entre língua, história e ideologia. E no tange a categoria de autor ou princípio de autoria fomos buscar em Foucault (1992) e Orlandi (2001a e 2001b), procurando entender esta função discursivamente e não como categoria empírica. Trata-se,

então, de um princípio de agrupamento do discurso, que se dá como efeito de unidade e origem de significações, como foco de coerência. Logo, o autor assim concebido, fala de uma posição-sujeito em que ocupa um “lugar” discursivo, para que possa enunciar, sofrendo as coerções deste “lugar” social ou de sua formação discursiva e este jogo coercitivo se materializa e/ou ganha positividade no discurso.

Neste trabalho coercitivo da função-autor, o discurso é com o que se luta; desta forma, ele pode ser concebido como um veículo de ideologias inserido em um momento particular da história e, sendo um mecanismo ideológico, se concretiza nas práticas discursivas do cotidiano dos sujeitos. O sujeito, por sua vez, é atravessado pelos discursos que se constituem na união com o real, com o simbólico e com o imaginário. Nesta relação do sujeito com o discurso, este entendido como materialização histórica das ideologias, percebemos que o discurso é o principal elemento de interpelação do sujeito ao trabalho ilusório da língua em relação à história e a ideologia.

Todo discurso estabelece sentidos na relação com os fatores históricos e ideológicos e todos os sentidos decorrentes são efeitos ilusórios que atravessam o sujeito em sua materialidade histórica. No caso do discurso jornalístico, que é o nosso objeto de estudo, não poderia ser diferente, porém apresenta características próprias do fazer enunciativo jornalístico e, dentre as principais características, destacam-se os efeitos ilusórios de objetividade e de subjetividade.

No espaço jornalístico, a oposição entre subjetividade e objetividade fez circular, ao longo da memória histórica jornalística brasileira discursos que categorizaram duas formas de fazer jornalismo: o jornalismo informativo e o opinativo. No primeiro, a veiculação da informação deve ser construída de forma a não transparecer a posição ou “opinião” do jornal caminhando ao encontro do efeito ilusório da imparcialidade. Já no segundo, há uma tomada coercitiva de posição por parte do jornal agindo de um “lugar” de “interpretação”

estabelecendo “opinião” ou posição-sujeito diante dos fatos jornalísticos veiculados.

No Brasil os discursos que comumente estruturam a memória discursiva sobre como deve ser um bom jornal, nos reportam ao discurso de que um bom jornal deve caminhar ao encontro da objetividade, procurando fazer um jornalismo “informativo e de responsabilidade”, pautando-se no princípio da imparcialidade jornalística. Sobre este princípio de objetividade Lage (1998, p.39), afirma que todo ato de “comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isto impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa”. Porém, não podemos ser ingênuos de pensar que a linguagem e os sentidos advindos são transparentes e o que existe nesta relação seja apenas uma analogia entre “palavras e coisas” (FOUCAULT, 1997).

O equívoco é constitutivo da língua e por conseqüência dos sentidos, por isso não se pode pensar a objetividade somente em relação à língua: é preciso levar em consideração os elementos de sua discursividade¹, pois esta, a língua, não pode ser pensada enquanto elemento destituído de um espaço social coercitivo, sendo a linguagem referencial uma ilusão causada pelos elementos que constituem a sua discursividade.

Para o fazer jornalístico informativo, tem-se a ilusão de que toda e qualquer aferição subjetiva deva ser eliminada. Logo, o jornalista deve caminhar ao encontro da imparcialidade e, muitas vezes, chega próximo desta astúcia ilusória propiciada pela discursividade. Porém, a linguagem possui um caráter ideológico e, como dissemos, de não transparência; por isso, não é possível ou atingível em sua plenitude o princípio da objetividade. O jornalismo objetivo é antes um efeito ilusório causado pela ideologia, que interpela o sujeito jornalista, a fim de fazer com que pense estar sendo imparcial. Este efeito de imparcialidade é uma ilusão referencial do discurso que dá a este a impressão de transparência dos sentidos e, da posição

¹ Assim como Orlandi (2001b), entendemos a discursividade como processos da memória histórica e ideológica que atravessam o sujeito em sua materialidade.

epistemológica que assumimos, vale lembrar que a linguagem se concretiza na relação entre fatores históricos e ideológicos, de forma que não podemos negligenciar as relações de poder ou os jogos de forças, que nelas se concretizam e/ou materializam.

A objetividade é um efeito ou uma ilusão necessária ao jornalista ou função-autor jornalista, por isso mesmo alguns meios de comunicação, reconheçamos, têm seu mérito por chegarem o mais próximo possível desse efeito de objetividade (GOMES, 2003). De modo que é, nestas ilusões necessárias, que se procurou explicitar, com este trabalho de pesquisa, marcas de subjetivação da função-autor jornalista e, em consequência, reconstituir a sua posição-sujeito revelando de que “lugar” discursivo fala a função-autor frente à temática das cotas ou reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras. Tema este, que ganhou destaque na mídia nacional a partir do ano 2000 e foi alvo de muita polêmica e muitas tomadas de posição até meados de 2005.

Partindo do pressuposto de que a objetividade/subjetividade são construções ideológicas do discurso jornalístico, procurou-se investigar e descrever, com este trabalho de dissertação, como é criado este efeito de objetividade e demarcar qual espaço de subjetividade a função-autor jornalista (é como denominamos a categoria de sujeito jornalista) assume perante as cotas no discurso jornalístico escrito,² fazendo um diálogo com questões apresentadas sobre a autoria em Foucault (1992, 2000), Orlandi (2001a, 2001b) e Gregolin (2004). Partindo destes pressupostos epistemológicos compreendemos que o autor³ é uma das categorias da função-sujeito, e uma vez entendido assim, procuramos explicitar como este princípio se comporta na constituição e veiculação da informação frente à temática das “cotas para negros nas universidades públicas brasileiras”, compreendendo o trabalho da função-

² Optamos, em nossa pesquisa, por não delimitar somente um gênero jornalístico em específico para análise, haja vista que, todo texto apresenta uma função-autor e nosso objetivo era ver como esta categoria se comportava frente à temática em uma macro-área informativa, de modo que optamos pelo macro-discurso jornalístico escrito.

³ Sobre a categoria de função-autor *vide caput* 3.2.1.

autor em gestos de leitura na relação estabelecida entre os elementos de heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 1998; BENITES, 2002 e MAINGUENEAU, 1997) que esta função mobiliza na construção e organização do texto jornalístico.

Dado que a função-autor constrói o texto determinado por um espaço ilusório de subjetividade, pretendemos através dos gestos de leitura explicitados, compreender como o efeito de objetividade no gênero jornalístico é construído por esta função-autor para, então, entender e responder a pergunta problema da proposta de pesquisa: Quais elementos discursivos a função-autor do texto jornalístico põe em prática para intervir e participar na constituição e veiculação da informação apresentada no discurso jornalístico?

E frente às tomadas de posições, procurar-se-á, no jogo da construção heterogênea do texto pela função-autor, demarcar o limite das formações discursivas mobilizadas pela função-autor na construção textual sobre a temática das cotas e frente às diversas posições-sujeito mobilizadas e silenciadas pela função-autor, procuramos compreender: Qual posição-sujeito a função-autor jornalista assume perante as cotas, favorável ou contrária ao sistema de cotas?

Na formulação de nossas perguntas-problema partimos do pressuposto de que no campo da construção das “verdades”, no caso a verdade da informação, a função-autor exerce dois tipos de poderes nos quais se subjetiva: decide a quem vai dar voz e como vai dar voz. Sendo assim, os gestos de leitura nos serão proporcionados pela análise e compreensão de como são organizados os elementos que compõem a materialidade textual, relacionando-os com os fatores históricos e ideológicos que delimitarão as posições-sujeito sobre as cotas, explicitando, desta forma, o trabalho da função-autor na organização do texto e mostrando o caráter coercitivo que todo autor exerce, uma vez que, todo sujeito-autor fala de um espaço pré-construído de coletividade e de subjetividade.

Nosso trabalho de pesquisa objetiva explicitar como a função-autor se comporta na

organização do texto jornalístico, na veiculação de informações sobre a temática das cotas. Entendemos que esta temática seja uma polêmica em nosso momento histórico e, como toda polêmica, suscita tomada de posições e remete a diferentes lugares discursivos. A “problemática” das cotas aflorou inúmeras opiniões, inclusive reprovações de alguns segmentos da sociedade, principalmente por sujeitos que se sentiram prejudicados pela medida de reserva de vagas. Enfim, a temática adquiriu, nos diversos espaços discursivos, diferentes valores, afluindo formas discursivas: preconceituosa e excludente na maneira de olhar o(s) “beneficiado(s)” da proposta de reserva de vagas. Devido a essas inúmeras tomadas de posição, não é errôneo nem equivocado dizer que a linguagem é lugar de acertos e equívocos, de inclusões e exclusões, de conceitos e (pre)conceitos, de palavras e ideologias, de poderes e saberes, de legitimidade e ilegitimidade, de objetividade e subjetividade; enfim, é o lugar em que o sujeito-homem se constitui como ser ideológico de seu tempo.

As perguntas e reflexões acima inferidas são questões as quais procurar-se-á apontar na análise do *corpus* selecionado do jornal “Gazeta do Povo”, do Estado do Paraná, no período de 2000 a 2005. O arquivo de pesquisa é composto por 35 textos, dentre os quais utilizamos para depreender nossa análise 27 textos, que tratam da temática das “cotas para negros nas universidades públicas brasileiras” ao longo de quase 5 anos de discussão, tanto em nível nacional como estadual.

O arquivo de pesquisa não apresenta uma regularidade numérica em relação às informações veiculadas pelo jornal, haja vista que, no período de construção do arquivo, tivemos momentos de maior e menor polemização devido ao longo andamento das discussões na imprensa. Outro aspecto que vale ressaltar sobre a seleção do arquivo, é o fato de que nossa pesquisa, num primeiro momento, tem um caráter metodológico interpretativo-quantitativo, na qual levantamos dados de um *corpus* empírico, uma vez que usufruímos o maior número possível de textos com o objetivo de levantar a quem a função-autor dá voz,

com o objetivo de explicitar os lugares discursivos mobilizados pela função-autor em um trabalho de delimitação das condições de produção (*caput* 4.1 e 4.2) e das posições-sujeito (*caput* 4.1.1 e 4.2.1) nos períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Já no segundo momento da análise, partindo da pergunta-problema de como a função-autor dá voz aos lugares discursivos mobilizados, optamos por uma metodologia interpretativa-qualitativa, na qual usamos um texto como *corpus* analítico, com o objetivo de explicitar a posição-sujeito assumida pela função-autor revelando de que “lugar” discursivo a função-autor fala sobre a temática das cotas e como é construída discursivamente essa posição (*caput*, 5, 5.1, 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3).

O jornal “Gazeta do Povo” é um veículo de informação paranaense com sede na cidade de Curitiba e foi fundado no ano de 1919, tendo completado no ano de 2006, 87 anos de atividade, estando entre os maiores jornais do país, fator este preponderante na escolha do referido veículo de informação. O jornal “Gazeta do Povo” no Estado do Paraná é líder absoluto em leitores sendo que “de cada 100 paranaenses que lêem jornal aos domingos, 93 lêem a Gazeta do Povo. Nos demais dias da semana, o número de leitores chega a 53%”⁴. Sendo assim, o jornal “Gazeta do Povo”⁵ é o maior jornal do Estado do Paraná que vai as bancas diariamente em todo o Estado.

O jornal “Gazeta do Povo” tem como objetivo desenvolver um jornalismo pautado na “responsabilidade e respeito” transmitindo credibilidade a seus leitores, fundamentados em um jornalismo que tenha uma visão global dos fatos, procurando relacioná-los com os acontecimentos locais. Para a “Gazeta do Povo” “se existem muitas maneiras de interpretar

⁴ Os dados estatísticos descritos foram abstraídos de um folder institucional intitulado “Gazeta do Povo: Projetos Especiais & Mercados”, fornecido a este pesquisador após solicitação junto à equipe do editorial do jornal “Gazeta do Povo”. A pesquisa que apontou o número de leitores em todo o Estado foi realizada por: Estudos Marplan/EGM, Consolidado 2004, ambos os sexos, 10 e mais anos, CVB e SJP.

⁵ A escolha do referido veículo de informação deve-se a sua importância enquanto formador de opinião de uma grande parcela da população da região Sul do Brasil e, conseqüentemente, por estar entre os maiores veículos de informação em tiragem e números de leitores na região Sul.

um fato e muitas formas de traduzir um acontecimento, só existe um jeito de tratar a informação que, todo dia, deve estar nas mãos dos leitores: com responsabilidade e respeito”⁶.

Os textos que constituem o *corpus* foram coletados em sua maioria de dois cadernos: o caderno “Paraná” e o caderno “Brasil”. Estes cadernos são veiculados diariamente pelo jornal, veiculando notícias em sub-divisões ou sub-temas como: “Educação”, “Vestibular”, “Observatório”, “Cidades”, “Criminalidade”, “Saúde”, “Agricultura”, “Justiça”, “Governo”, “O País”, nos quais são tratados acontecimentos importantes tanto em nível nacional como estadual.

Sobre o diálogo com outros trabalhos científicos que nos deram suporte para a composição dos capítulos teóricos e analíticos, especificamente no caso da função-autor em textos jornalísticos, destacamos os seguintes estudos: Pougy (2003); na USP, pesquisadora em psicologia da educação. O trabalho de Souza (2004), importante pesquisador da UFSC, Fronza (2003) da FURB, Dorigatti (2004) da UFF, Maraschin (1997), pesquisadora da UFRGS, Fortunato (2003) da USP, do curso de Educação e Possenti (2002).

Sobre a temática das cotas, destacamos o trabalho de dissertação na área de educação de Moehleck (2002), da USP, na qual a autora trata de propostas de ações afirmativas no Brasil para o acesso de negros à universidade. Destacamos também os trabalhos de Azevedo (2004), da UNICAMP, no qual trata do assunto da racialização do povo brasileiro pelo Estado. Coloca também em discussão a dificuldade de se delimitar raça no Brasil e compara o modelo de cotas raciais dos Estados Unidos com o modelo adotado pelo Brasil e, por último, discute até que ponto as cotas são viáveis para promover a igualdade; Telles & Bailey (2002), ambos da UCLA, os respectivos autores discutem dois tipos de cotas, para negros nas universidades e a empregos em instituições públicas e privadas e, por último Vaz & Mendonça (2002), que tratam da representação visual do negro pelo olhar da mídia

⁶ A referida citação foi retirada do folder: “Gazeta do Povo: Projetos Especiais & Mercados”.

jornalística impressa.

No que tange à estrutura composicional da pesquisa, adentramos o primeiro capítulo, fazendo uma breve explanação sobre a historicidade da temática, procurando justificar os objetivos das cotas ou reserva de vagas para negros com o intuito de situar as propostas ou políticas afirmativas no Brasil sob o enfoque de dois princípios norteadores que acompanharam a polêmica das cotas: o da inclusão e o da exclusão. Estes dois capítulos se justificam pelo fato de que as medidas de implementação das cotas surgem como uma proposta de correção de distorções sociais e, por consequência, de inclusão do negro ao espaço universitário no Brasil. Entendemos também, pelo duplo jogo limiar operado pelo discurso de inclusão, o fato de que, se a proposta de cotas justifica a necessidade de inclusão, é porque a exclusão existe.

O primeiro capítulo “A Ideologia/Espaço da Exclusão” está dividido em três itens: “Racismo, preconceito e discriminação”, “Raças: a ideologia das diferenças” e “Sujeito e a exclusão pelo discurso”. No primeiro subitem, trataremos dos fatores que justificam as medidas afirmativas e, em consequência, focalizaremos a relação da polemização e do reconhecimento do racismo, do preconceito e da discriminação que impulsionaram as políticas afirmativas.

Já no segundo item, “Raças: a ideologia das diferenças”, abordamos a função ideológica que pairou sobre o conceito de raça, impulsionada pelo discurso científico da diferença e inferioridade do negro em relação ao branco, procurando explicitar que a diferença racial sempre esteve ligada a vontades de “verdades” na construção dos conceitos científicos de raça.

No terceiro item, “O sujeito e a exclusão pelo discurso”, dialogaremos sobre os níveis em que ocorre a exclusão e como agem os mecanismos de sujeição sobre o sujeito, com atenção especial ao discurso e sua ordem reguladora que limita o saber/poder ao sujeito.

O segundo capítulo, intitulado “A Ideologia/Espaço de Inclusão”, subdivide-se em: “Ações afirmativas: políticas compensatórias e suas conquistas históricas”, este por sua vez, apresenta como subitem: “As ações afirmativas em sua *práxis*” e o item: “Formas de subjetivação do sujeito”, seguido do sub-item: “O vinte de novembro: um grito de resistência”.

No item: “Ações afirmativas: políticas compensatórias e suas conquistas históricas”, abordaremos formas e aspectos inclusivos das medidas de ações afirmativas ao longo de sua história de implementação em outros países e no Brasil. E dando continuidade à discussão, adentraremos no sub-item “As ações afirmativas em sua *práxis*”, dialogando os aspectos práticos das medidas afirmativas no Brasil, a procura de explicitar o que já existe de concreto e/ou legal sobre as cotas. No item “Formas de subjetivação do sujeito”, procuramos explorar como se dá à subjetivação do sujeito, em um universo discursivo regido por uma ordem discursiva ou um saber/poder legitimador⁷ de toda tomada de posição por parte do sujeito. Os sentidos que atravessam o sujeito jogam com o princípio parafrástico e polissêmico, fazendo com que o sujeito se inscreva nesta perspectiva, na qual o diferente é definido em relação ao eixo interdiscursivo. Continuando o diálogo sobre as questões apresentadas pelas formas de subjetivação do sujeito, apresentamos o sub-item “O vinte de novembro: um grito de resistência”, como um marco de resistência e subjetivação do sujeito, haja vista que, a data simbólica eleita pelos movimentos negros no Brasil como marco de resistência ao preconceito e a discriminação é o 20 de novembro e não o 13 de maio, como determinou a história oficial brasileira. Procuramos entender esta mudança de data não apenas como um mero deslocamento simbólico, mas enquanto fato discursivo de resistência e subjetivação.

Já no terceiro capítulo, intitulado “A Ideologia da Inclusão na Mídia”, situaremos algumas questões sobre o papel do jornalismo enquanto micro-poder, explicitando como a

⁷ Entendemos o termo “legitimar” e suas derivações que aparecerão ao longo deste trabalho de pesquisa, como uma posição ou lugar politicamente produtor de “verdades”, na qual sua validade é monitorada e determinada pela “ordem do discurso”.

mídia constrói “verdades”. Faremos, ainda, algumas considerações acerca da estrutura composicional do jornal passando pelas formas de jornalismo objetivo, informativo e interpretativo.

Ainda no terceiro capítulo, abordaremos a função discursiva assumida pela função-sujeito jornalista, na qual ele se coloca na perspectiva de autor ocupando um lugar legitimado em relação ao que diz. Por conseguinte, no sub-item “O sujeito e a forma/função-autor jornalista”, daremos uma atenção especial à categoria de autor assumida pelo jornalista na organização textual, porém não enquanto categoria empírica, mas como uma das formas possíveis assumidas pela função-sujeito.

No item “Forma e conteúdo na mídia jornalística”, adentraremos em questões de ordem estruturais e/ou composicionais característicos do fazer jornalístico, focalizando aspectos estruturais e composicionais do texto jornalístico e como esta organização influencia nos sentidos atribuídos ao texto.

O quarto capítulo será destinado à descrição das condições de produção sobre as cotas em seus dois períodos, o primeiro no governo Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC) e depois no governo Luiz Inácio Lula da Silva (doravante Lula). Adentraremos também na descrição epistêmica proposta pela Análise de Discurso de corrente francesa, a qual será nosso suporte epistemológico, nos termos condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, memória discursiva, visto que estes conceitos nos serão úteis para a descrição das condições de produção sobre as cotas.

Após a definição dos conceitos acima citados, adentraremos na descrição e análise do *corpus* com início na descrição das condições de produção da política de cotas.

O quinto capítulo será destinado à análise e descrição do trabalho da função-autor na veiculação dos fatos jornalísticos sobre as cotas. Como já citado, neste momento a pesquisa enfoca o caráter analítico do *corpus*, para explicitar como a função-autor dá voz mobilizando

lugares discursivos, através da escolha de um texto do segundo período das condições de produção, no qual fosse possível construir pelo discurso a posição-sujeito assumida pela função-autor em relação às cotas.

1 A IDEOLOGIA/ESPAÇO DA EXCLUSÃO

1.1 RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

No presente capítulo trataremos das distinções básicas entre racismo, preconceito e discriminação, haja vista que, no imaginário coletivo, estes termos assumem muitas vezes uma mesma denotação, porém apresentam certas particularidades que iremos explicitar. Outro fator que norteou este capítulo foi a centralidade das três temáticas em relação ao assunto das “cotas” ou reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras, pois termos como racismo, discriminação e preconceito são comumente retomados quando a discussão envolve aspectos segregatórios, nos reportando a uma memória histórica de diferença e exclusão.

Quando Silva Júnior (2003, p.105), sociólogo engajado no estudo dos fatores históricos raciais brasileiros, fala sobre as ações legais antidiscriminatórias em relação à raça no Brasil, chega à conclusão que “[...] as leis punitivas são insuficientes para estancar práticas discriminatórias”, pois mesmo com a lei n.º 7716/89 ou Lei Caó, que propunha como ato criminoso qualquer forma de preconceito fundado em raça, cor, etnia ou religião, a discriminação e/ou preconceito não foram contidos ou erradicados no Brasil.

A lei Caó em seu artigo 3º, inciso IV, prevê a proibição do preconceito e da discriminação de qualquer natureza e o artigo 5º, inciso XLII, no âmbito das relações internacionais, criminaliza a prática do racismo. Ainda segundo Silva Júnior (2003), a constituição de 1988 prevê “medidas especiais”⁸, as quais têm, por objetivo primeiro, igualar direitos sendo permitidas quaisquer medidas práticas para a eliminação da discriminação, como medidas positivas, imediatas e eficazes para erradicar a discriminação.

⁸ Com estas medidas, o Estado brasileiro assume e reconhece as desvantagens educacionais e sociais de grande parcela da população negra. Estas são desigualdades que culminam e materializam-se em diversos fatores e maneiras a discriminação racial vivenciadas no cotidiano destas pessoas, as quais são vítimas de um sistema desigualitário e injusto, que se materializa nas práticas cotidianas de sua história.

Silva Júnior (2003) faz referência, ainda, ao Programa de Ação deliberado na III Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância. Relata também que estas discussões devem servir de balizas para a implementação de uma política de promoção da igualdade racial e de acesso ao ensino superior, diminuindo o abismo étnico-racial de povos “minoritários”.

Quando tratamos da “problemática” étnico-racial brasileira, nos deparamos com questões de ordem terminológicas como: racismo, discriminação e preconceito racial, os quais estabelecem relações parafrásticas, que nos desvendam lugares diferentes de subjetividade, revelando maneiras diferentes de pensar a questão racial. Estes termos comumente vêm sendo tratados como termos equivalentes, porém apresentaremos algumas distinções básicas desta suposta correlação. Segundo Moehlecke (2002) o preconceito é uma categoria, a qual se caracteriza pela imagem depreciativa que um determinado sujeito ou grupo social tem de um outro grupo de indivíduos, que propicia a perpetuação de discursos ou falares racistas. Estes são veiculados por uma memória histórica dos discursos, que veicula diferentes formações imaginárias depreciativas em relação a grupos minoritários fortalecendo o surgimento de mitos raciais, reservando ao outro o lugar da discriminação e da diferença.

A discriminação, por sua vez, está relacionada à separação dos grupos sociais em categorizações hierarquizadas e esta se mostra na forma de segregação do outro. A discriminação na forma de hierarquização é vista nos meios institucionais de poder como exércitos, escolas, empresas, igrejas, etc. Em todas estas instâncias sociais, a hierarquização ou discriminação entre sujeitos ou grupos de pessoas se mostra ativa e permanente.

Já o racismo e o preconceito não são apenas uma forma de discriminação, pois tanto um quanto o outro é praticado sempre em relação a uma outra raça⁹ ou outra etnia. Sendo

⁹ Segundo Silvério (2003, p.57) a discussão “em torno da categoria de raça, situa-se no interior de um momento particular da história, ou seja, o pós-segunda Guerra Mundial, no qual o modo de olhar, refletir e conceber a questão social passou a sofrer profundas transformações por influência marcante dos movimentos sociais identitários”. E isto ocorre justamente em um momento em que se acentua o preconceito e a indiferença no

assim, o preconceito, a discriminação e o racismo são categorias ideológicas e é deste lugar que o sujeito é interpelado a assumir determinadas atitudes e ações em referência ao outro, ou então, em relação ao “diferente”. O sujeito procura justificar em atitudes as suas tomadas de posições em relação ao outro, em uma espécie de defesa na relação com o “diferente”, procurando mostrar ou sustentar, de certa forma, sua superioridade racial (SANTOS, 2003).

Após estas breves diferenciações sobre as questões raciais, adentraremos no campo das possíveis justificativas para a ação do ato racista, sendo que este pode variar, adquirindo diferente *status*, que vão da questão biológica das diferenças raciais, uma vez que pode haver tanto uma justificativa conceitual científica, quanto teológica. Porém ambas as justificativas são ideológicas, com suas maneiras distintas de conceituar e ver o homem em relação às necessidades raciais de um momento particular da história humana.

1.2 RAÇAS: “A IDEOLOGIA DAS DIFERENÇAS”

Ao falar sobre as diferenças raciais, o sociólogo e professor Silvério (2003, p.60), aponta que “raça em abstrato sempre tem sido um tema sociológico, desde a fundação do campo das ciências sociais até o presente momento”. Ele afirma ainda que, no início do século XX, ocorreu uma nova interpretação sociológica do fenômeno racial, sendo esta a primeira grande mudança nos usos e sentidos do termo raça, pois desde o período clássico, as idéias biológicas sobre raça imperaram no imaginário social, propiciando o surgimento de discursos preconceituosos e racistas de caráter ideológico, procurando situar o negro na sociedade como ser subalterno em relação ao branco¹⁰.

Com o advento da sociologia das relações raciais no pós-segunda Guerra Mundial e

mundo, face à investida nazista alemã durante a Segunda Guerra Mundial, na qual centenas de pessoas foram oprimidas, vítimas da ambição econômica e da intolerância racial.

¹⁰ Joel Rufino dos Santos *apud* Silvério (2003), afirma que não existem raças superiores ou puras da perspectiva científica como muitas pseudociências tentaram impor para o pensamento ocidental. Estas diferenças são apenas de ordem ideológica que se apresentam como vontades de “verdades” na manutenção do poder.

com a destruição do colonialismo europeu e o surgimento dos movimentos pelos direitos civis, as relações raciais tomam força e o conflito ideológico entre as raças claras e escuras tornam-se uma realidade mais efetiva nas práticas cotidianas. Este período ficou conhecido como “linha de cor”. Nesse momento, o campo sociológico volta-se para a discussão racial mais crítica no contraponto entre ideologias e fatores étnicos, enquanto que nas práticas cotidianas o alvo era o preconceito e a discriminação de grupos “minoritários” (SILVÉRIO, 2003, p.61).

Já na passagem do século XX para o século XXI, as questões raciais ganham questionamentos acerca de suas práticas cotidianas. As formas ideológicas de como são vistas as relações raciais se deslocam para o campo das práticas sociais com o impulso dos fatores ideológicos dos diversos grupos “minoritários”. E esses questionamentos das práticas cotidianas fazem impulsionar o campo das ciências sociológicas em consonância com as proposições inferidas no campo da biologia genética, que substitui o conceito de raça como fator biologizante genético da diferença, para a igualdade anacrônica dos sujeitos e a diferença passa a existir somente no campo sócio-ideológico.

Nesse período, o conceito de raça envereda para o campo da cosmopolitalização¹¹, na qual admitia-se as diferenças de caráter sociológico com o objetivo da erradicação étnico-raciais entre os povos e esta tentativa de erradicação, para Silvério:

[...] teria permitido a formação de uma ideologia que, centrada no princípio de indivíduo autônomo e cidadania, teria materializado as diferenças naturais como diferenças de habilidade, capacidade e de aquisição de competências (SILVÉRIO, 2003, p.63).

Sob este viés, podemos pensar em dois prismas ou dois lugares sociais sobre a questão do modelo de cotas para negros: os que são favoráveis por acreditarem que raça e *status* social estão inter-relacionados e os que são contra as políticas de ações afirmativas, por ocuparem

¹¹ Este termo faz referência ao princípio que impulsionou o campo da sociologia a tentar erradicar o princípio da diferença racial, transformando o planeta em um grande universo de uma raça só.

uma posição ideológica¹², na qual concebem a cor como motivo da desigualdade social. Como nos confirma Silvério:

[...] de um lado encontram-se aqueles (as) que ancoram as mazelas brasileiras na pobreza descartando total ou parcialmente as articulações entre o ser pobre e o ser negro, de outro lado estariam aquelas (es) que percebem que a pobreza tem cor (SILVÉRIO, 2003, p.64).

Se pensarmos sob a óptica cultural ou simbólica, o racismo tem sua gênese no que se costumou denominar de “eurocentrismo” (SILVÉRIO, 2003). Este consiste na construção “autoritativa” de normas em que se privilegiam traços associados com o fato de um sujeito ser branco. Isto nos faz retomar uma memória histórica de que “[...] o negro e o mestiço vinculavam-se a um mundo às avessas, amoral, vadio, caótico – que deveria ser reprimido e controlado para não comprometer a ordem” (SILVÉRIO, 2003, p.65). Sendo assim, o que se percebe é que os lugares ou espaços sociais sempre foram bem definidos, as classes se delimitavam ou eram rotuladas por empregos mal pagos, sujos, domésticos; dessa forma, com menos prestígio social ou *status* social, se constitui um modelo ideológico servil criado por uma sociedade legitimada por brancos. Estes universos raciais constituem dois mundos de injustiças: o universo econômico das desigualdades salariais e a injustiça simbólica com a depreciação e expurgação do que é tido como negro e esta desvalorização cultural tenta fazer desaparecer o lugar cultural negro.

Outro fator de caráter ideológico que impera nos discursos raciais e principalmente nos discursos desfavoráveis à reserva de vagas para negros é o de que, no Brasil, convive-se com uma enorme mestiçagem e diversidade racial e cultural, ancorados e materializados em discursos de que não existe uma raça branca e pura, pois somos todos mestiços e, portanto, não existe negro no Brasil. Nestes gestos, o que se percebe é a tentativa ideológica de calar o

¹² O sujeito ao enunciar ocupa uma posição-sujeito, na qual sua fala é legitimada e ao mesmo tempo é controlada pelas instituições que compõem e instituem o poder no interior dessas práticas discursivas. Os sentidos não são absolutos, eles dependem da tomada ou inserção do sujeito em um determinado espaço discursivo legitimado pelas práticas discursivas. E estas práticas discursivas se traduzem em mecanismos de dominação e controle sobre o sujeito na sua relação com as instituições. (Foucault, 1996).

grito negro, mantendo-se a estagnação de um sistema injusto no qual se privilegia o que é tido como “branco”, e conseqüentemente “normal”, e desta forma, este “lugar” discursivo mantém sob seu controle os mecanismos institucionais de poder, que legitimam e autorizam esses discursos de mestiçagem.

Mostrando as desvantagens dos negros em relação aos brancos em proporções numéricas, Silvério (2003), aponta ainda que é importante observarmos as desigualdades em dados como: “[...] os negros ganham até 55% menos, para exercer uma mesma função, do que os homens brancos” (SILVÉRIO, 2003, p.67). Estes dados são gestos de leitura que nos explicitam, formas de injustiça econômicas e simbólicas pelas quais passam comumente os negros brasileiros em sua realidade cotidiana. Todas as formas de injustiça sejam simbólicas ou econômicas, passam pelo campo ideológico, um campo discursivo de onde sua fala é legitimada pela “ordem do discurso” e regulada pelo saber/poder legitimador.

No Brasil, ao longo de toda sua história racial, arrolou-se um modelo ideológico racial diferente de outros países, que também conviveram com fortes problemas étnico-raciais como os Estados Unidos, por exemplo. Uma das principais diferenças em relação ao Estados Unidos em tratar a questão racial, como afirma Munanga (1999), é que no Brasil sempre se procurou desenvolver um ideal de “branqueamento” através de um modelo ideológico de miscigenação, que o próprio autor denominou de modelo “racista universalista” (MUNANGA, 1999, p.86). Este modelo sugeria o ideal de homogeneidade racial, o qual deveria culminar na miscigenação racial, sendo a mestiçagem um processo de transição para a ideologia do “branqueamento”. Já em países como os Estados Unidos, que também apresentam um quadro racial conflitante, o que imperou ou se desenvolveu foi a formação de um Estado segregacionista entre brancos e negros, que propiciou o desenvolvimento de regimes como o *apartheid*¹³, que se caracterizava pelo convívio social entre as raças, em um modelo

¹³ O modelo segregacionista americano tinha por princípio a separação pela raça de origem do sujeito e não pela cor da pele ou pela classificação social como é vista no Brasil. No primeiro modelo, desenvolveu-se um racismo

separatista racial declarado pelo convívio não pacífico entre brancos e negros.

A ideologia racial que imperou ao longo da história étnica brasileira é a ideologia de que este país é o mais colorido do mundo, pois apresenta uma grande miscigenação racial, “o que nos leva a crer que o projeto de branqueamento, sustentado e experimentado pela elite ideológica e estrategista, como solução às mazelas raciais não surtiu totalmente seus efeitos” (MUNANGA, 1999, p.87). Pelos gestos de leitura da história racial brasileira o que se percebe é que a elite brasileira procurou, ao longo da história, foi o total desaparecimento da raça negra, ou pelo menos do conceito de negritude, dando origem, então, a um ideário de nação branca, que propiciou o desenvolvimento do imaginário de “branqueamento” no Brasil. Com estas proposições, é possível pensar em um lugar discursivo no qual se cogitava o total desaparecimento do conceito de raça negra, pois a “ordem discursiva” ou a palavra de ordem era a unicidade racial pela mestiçagem.

A partir desses dois modelos de racismo praticado, tanto o americano quanto o brasileiro, ocorre o surgimento de dois tipos de anti-racismo, aos quais Munanga (1999, p.89) denomina de:

anti-racismo universalista, oposto ao racismo universalista do qual nasceu, o qual busca a integração na sociedade nacional, baseando-se nos valores universais do respeito à natureza humana, sem discriminação de cor, raça, sexo, cultura, religião, classe social, etc.

Com este modelo universalista ideológico, procurava-se o desaparecimento do racismo sob o viés da desconstrução étnica e racial do país pela miscigenação do negro com o branco, o que culminaria no desaparecimento do conceito de raça negra no Brasil.

O “uniculturalismo” é um modelo que esteve muito presente na ideologia racial brasileira e “se a unidade racial procurada não foi alcançada, como demonstra hoje a diversidade cromática, essa elite não deixa de recuperar essa unidade perdida recorrendo

“diferencialista”, assim como na África do Sul; nestes modelos, não se procurou a miscigenação ou mestiçagem que culminaria em sociedades pluralistas ou pluriculturais, mas propiciou a formação de um Estado heterogêneo, procurando manter segregadas, separadas ou rejeitadas culturas oprimidas ou grupos “minoritários”, em vez de assimilá-las como foi o caso do *apartheid* e o modelo nazista desenvolvido na Europa.

novamente à mestiçagem e ao sincretismo cultural” (MUNANGA, 1999, p.90). E esta tentativa, até certo ponto frustrada de mestiçagem por parte da elite brasileira fica bem marcada com discursos cristalizados do tipo: “no Brasil não existem negros, pois somos todos mestiços!”. Este é um tipo de discurso que procura manter a ideologia de um ideal de “branqueamento”, o qual diverge das ideologias assumidas pelas instituições ou representantes dos movimentos afirmativos negros no Brasil, que demandam por uma sociedade democraticamente pluralista racial, dando assim, espaço para a multiculturalização e para o respeito e igualdade sócio-racial entre os povos.

Outro aspecto particular de nossa história racial, é o fato de que a classificação racial no Brasil é validada pela cor da pele e não por fatores raciais ou de origem como acima citado, há que se atentar também, no campo do multiculturalismo, para o fato de que o sujeito em sua autodeclaração ou auto-afirmação racial oscila em universos de cores, variando entre a cor negra e a branca, dependendo de sua situação e/ou condição ideológica. Munanga (1999, p.91) nos alerta sobre a relação do brasileiro com sua cor, pois para ele o:

[...] brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é, branco.

Frente a esta realidade, os movimentos negros no Brasil erguem a bandeira de luta no sentido de estipular e/ou resgatar os limites da identidade racial e cultural negra, pois é preciso separar, ou pelo menos tentar diferenciar uma cultura de outra¹⁴, para então fazer valer seus direitos, lutando contra a ideologia da mestiçagem cultural que tenta “afogar” o grito de negritude. Para Munanga (1999, p.93):

os movimentos negros brasileiros contemporâneos, nascidos na década de 70,

¹⁴ Com estas proposições da necessidade um trabalho de delimitação cultural, não se está propondo a constituição de uma “raça” ou “cultura” pura, ou seja, sem influência de outras formas étnicas-culturais que a constituem em sua diversidade, mas sim alertar para a necessidade da reflexão sobre os fatores ideológicos ou coercitivos que atravessam todas as culturas em sua pluralidade.

retomaram a bandeira de luta dos movimentos anteriores representados pela Frente Negra, substituindo o anti-racismo universalista pelo anti-racismo diferencialista.

Esta substituição é reflexo da luta dos movimentos negros para definir sua identidade coletiva ou sua negritude¹⁵, com o intuito de abstrair todo e qualquer fenótipo, que se definisse pela sua condição étnico-racial acabando com o “sonho do branqueamento” ideológico imposto pela elite branca brasileira ao longo da história. Pensamento este que ficou no inconsciente ou no imaginário do povo brasileiro em geral por décadas e desta memória histórica é que nasce a justificativa de luta dos movimentos negros na contemporaneidade contra o universalismo e a mestiçagem, e em consequência, contra todo o sincretismo ideológico presente nos discursos raciais do cotidiano. (MUNANGA, 1999).

Guimarães (2001), dando continuidade à discussão sobre o imaginário racial brasileiro, fala sobre o conceito ideológico incutido em nosso imaginário político-social de que esta terra é um “paraíso racial”, por isso, “aqui não existe racismo”. Estes são discursos cristalizados na memória discursiva racial brasileira, que fizeram imperar, no imaginário coletivo, o mito de “democracia racial” e de miscigenação ou mestiçagem.

O termo “democracia racial” começa a ser usado nos anos cinquenta por ativistas negros como forma de promover a inclusão do negro na modernidade do pós-guerra e este termo tomou novos rumos com o advento do regime militar de 1964. Desde então, o termo “democracia” ganha um significado primordial e particular no interior dos movimentos pró-democracia, inclusive pelos movimentos negros em luta por novos horizontes políticos. Freyre (apud GUIMARÃES, 2001) nos remete a esta história pró-democracia dizendo que:

as circunstâncias histórico-sociais [...] fizeram com que o mito da ‘democracia racial’ surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais

¹⁵ O que se demanda pelos movimentos afirmativos de negritude é justamente que todos os negros abandonassem o ideário de “branquitude”, o “ser ou não ser” e assumissem a sua condição de negritude, “dando-lhe uma identidade étnico-racial, contrariando a ideologia de democracia racial construída a partir de um racismo universal, assimilacionista, integracionista” (MUNANGA, 1999, p. 95).

‘aristocráticos’ da ‘raça dominante. (GUIMARÃES, 2001, p.154)

Conforme o regime militar de 1964 ia perdendo forças, os movimentos sociais anti-autoritarismo e em favor da democracia e liberdade ganhavam força, e de 1970 a 1990, o mito da “democracia racial” perde força abrindo espaço para a luta por igualdade de direitos em relação à elite “branca”, privilegiada ao longo da história política brasileira. A partir desta data, o Brasil reconhece-se como país racista e passa a considerar o termo “democracia racial”¹⁶ como ideologia falsa ou mito.

A partir da reconstrução da democracia no Brasil, por volta do ano de 1978, os movimentos negros fazem surgir no lugar da idéia de “democracia racial” o termo “multiculturalismo”, que seria o marco de uma sociedade integracionista, na qual os fatores étnico-raciais não seriam determinantes de grupos segregados ou de desigualdades sociais e culturais ou de acesso a estes meios, justificando inclusive propostas de “ações afirmativas”¹⁷ como princípio reparatório de um legado histórico de desigualdades sociais.

1.3 O SUJEITO E A EXCLUSÃO PELO DISCURSO

No presente capítulo, faremos algumas considerações acerca dos princípios de exclusão e interdição do discurso, que atravessam o sujeito procurando revelá-lo no interior de determinadas práticas discursivas. Outro objetivo deste subitem, já que se está falando de exclusão, é pensar em um sujeito passível ao ‘lugar’ de exclusão, e desta forma, apresentar como pensamos o sujeito em relação à teia de poderes e saberes que o “acorrentam”. Como suporte epistemológico, para tanto utilizaremos as proposições inferidas por Foucault (1996,

¹⁶ Lenz Cesar (2003, p.30) ao falar do termo democracia racial “[...] diz que a integração das raças não permite saber quem é negro ou não no país”, de modo que este termo passa a funcionar como um importante mecanismo ideológico utilizado pela elite na manutenção das desigualdades sociais e étnicas.

¹⁷ Sobre as propostas de ações afirmativas *vide caput*: “II A ideologia/espaço da inclusão”.

1999), Orlandi (2001a), Gregolin (2004) e Araújo (2001).

Foucault é um pensador ligado à linha histórica nietzscheana, a qual concebe a história não como um elemento libertador, mas sim um elemento revelador do sujeito. Foucault (1999), sobre a relação do sujeito com o poder, nos alerta que, ao falamos em liberdade, não podemos nos esquecer que estamos presos a uma teia de poderes que nos envolve e nos prende ao dorso de um tigre. Para o filósofo, o exercício do poder nos entrelaça na teia do poder em um modelo de sociedade no qual o controle sobre os corpos e a submissão não devem ser passíveis de falhas.

As “sociedades punitivas” organizaram, ao longo da história ocidental, técnicas de saber/poder, mecanismos e formas de exclusão, segregação, separação e vigília sobre os corpos, sendo que as regiões mais obscuras de segregação no qual os saberes agem e de saber são as regiões da loucura, da sexualidade e das prisões. Estas regiões são consideradas pelas técnicas de saber lugares de perversidade, amoralidade e anormalidade que devem ser escorraçadas e excluídas da “ordem do discurso”, “acorrentando” os corpos perversos e calando os “demônios” que o habitam.

Sobre as técnicas de segregação, enveredamos para um recorte particular da história ocidental: na “Nau dos Loucos”, final da Idade Medieval e transição Renascentista, a história ocidental viu na loucura ou no louco esse poder segregador se manifestar. Trata-se de um episódio particular da história em que o louco passa a ser excluído e separado por um saber clínico legitimado, pois apresenta um saber “perigoso” para o modelo institucionalizado, de modo que era preciso calar suas formas de “verdades”, para que elas não desestabilizassem a “ordem discursiva”, abrindo caminhos para a rejeição/separação na “Stultifera Navis”¹⁸.

A loucura é uma técnica de separação nas sociedades ocidentais, um *constructo* social que culminou e constituiu saberes como o psiquiátrico e, desde então, o louco passa a ser

¹⁸ A “Stultifera Navis” ou “Nau dos Loucos” era um lugar de separação e rejeição dos corpos quando estes eram detentores de um saber “perigoso” à ordem do poder instituído. Detalhes sobre a história de rejeição e separação do louco, *vide* Foucault (1999).

excluído por um discurso médico/clínico institucionalizado e autorizado pelo saber/poder colocando-se na “ordem do discurso”. Em toda esta história dos processos de exclusão, cristalizou sentidos, os quais determinaram acontecimentos e legitimaram discursos no interior da doença mental, pois, a partir deste momento, o louco passa a ser excluído por uma saber clínico legitimador e inquestionável.

Vale lembrar, que estes fatores de rejeição nos revelaram que o saber/poder não é estático, pois, cada época, cada momento histórico determina suas regras de controle e alienação dos corpos. E Foucault procura saber as condições que tornaram possíveis a sistematização do saber no interior das práticas de segregação como, por exemplo, da doença mental, da sexualidade, das prisões. Estas práticas, por sua vez, fizeram aparecer, ao longo da história, determinados discursos ou determinadas vontades de “verdades” sobre os saberes, que nos fizeram compreender como estas “verdades” interferiram diretamente nas formas de governabilidade dos corpos e do controle de si.

Foucault, em sua fase genealógica, aclara, para o pensamento ocidental, como o poder age no interior de suas práticas. Em “A Ordem do Discurso”¹⁹ (1996), constata que o saber desenvolve sistemas gerais de controle sobre os corpos: as disciplinas, a medicina, a literatura, a doutrina, o sistema educacional e a autoria. Nesta obra que marca sua fase genealógica, Foucault conclui que a produção dos discursos é controlada, organizada, selecionada e redistribuída e, em consequência, propicia o aparecimento de mecanismos de exclusão, sujeição, rarefação, enfim, faz com que apareçam aos olhos da sociedade ocidental as técnicas de saber/poder que “acorrentam” os corpos.

Foucault (1996, p.8), ao comentar sobre a relação da segregação do sujeito com o mecanismo que veicula e legitima os saberes, ou seja, o discurso, afirma que “nós estamos no

¹⁹ Esta obra de Foucault é fruto de sua aula inaugural quando este assume a cátedra do “College de France” no ano de 1972. Foucault desenvolve uma “história dos sistemas de pensamentos” apontando as formas de “verdades” e como os mecanismos e procedimentos de exclusão e segregação agem e acaba apontando ao seu entender quais são as regiões mais obscuras de segregação e rejeição.

discurso, somos parte dele, não o vemos de fora. O discurso está nas ordens da lei e se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”. Sendo assim, entendemos o discurso não apenas como o elemento pelo que se travam as coerções, uma vez que, o discurso não é apenas o objeto pelo qual se luta, mas com o que se luta. Pelo discurso, os saberes se legitimam e as vontades de “verdades” se materializam.

Sobre os princípios de controle dos corpos, Foucault (1996) os classifica em: interdição, segregação e a vontade de verdade. Foucault (1996, p.29) ao falar das vontades de “verdades” e de sua relação com o discurso diz que: “os sistemas de exclusões apresentam-se de forma arbitrária e isso só é percebido quando o discurso é perpassado pela vontade de verdade”²⁰. As vontades de “verdades” seguem a uma determinada ordem discursiva que controla e determina o sujeito através dos mecanismos de sujeição. Estes mecanismos, por sua vez, agem sobre o sujeito quando este tem seu corpo possuído pelos “demônios”, de modo que, ao menor sinal de rompimento das normas, entram em cena os princípios de interdição e/ou segregação ilegítimando a tomada de consciência por parte do sujeito.

Portanto, a “verdade” é poderosa e o poder sempre se mostra “verdadeiro”, caso o poder se mostrasse ao lado da falsidade, do erro e do engano, não seria poder (ARAÚJO, 2001). Sendo assim, não é a “verdade” que guia a ação, mas sim a ação das práticas de poder que guiam as verdades; contudo, estas são produzidas por mecanismos coercitivos em um momento particular da história. Por isso, Foucault procura ver como esta “verdade” vem sendo historicamente construída na relação com/entre os saberes e poderes.

Sobre o poder, Gregolin (2004) profere que ele é sempre um elemento a serviço das práticas que tornam uma sociedade governável. A verdade está nas ordens da lei e conseqüentemente na do discurso e a governabilidade mantém a hierarquização dos

²⁰ Para que entendamos melhor o conceito de verdade, recuperamos as proposições de Spinoza e Foucault acerca deste conceito. Segundo Araújo (2001), Spinoza propõe a imanência da verdade no objeto: não são necessários critérios para a verdade; é ela que julga o falso, e não o contrário. Já, para Foucault, as verdades são fabricadas em um dado momento particular da história.

indivíduos que são garantidos e mantidos por essa que é uma ordem suprema do discurso.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas ou “sociedades disciplinares”, as práticas coercitivas impõem as formas de verdades, as quais têm por objetivo manter os sistemas de dominação. Porém, quando se fala em dominação, não se pode ter em mente a idéia fixa de um completo assujeitamento e o pensamento de que não há resistência por parte do sujeito ao poder, uma vez que as posições de subjetividade do sujeito em relação ao discurso são, até certo ponto, apresentadas como uma dispersão em relação a si mesmo.

Complementando o pensamento sobre a categoria de sujeito, recuperamos Pêcheux (*apud* Orlandi 2001), quando este propõe a concepção de um sujeito-de-direito ou sujeito jurídico²¹ que é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua. Sendo assim, há uma injunção ao “assujeitamento”, pois as tomadas de posição do sujeito são guiadas pelas práticas de poder que constituem a categoria de sujeito como ser atravessado pelas formas de saber/poder. Porém, este “assujeitamento” nos é compreendido como inserção do sujeito em diversos espaços discursivos. Nestes espaços discursivos ou dispersões, os mecanismos institucionais de poder agem sobre o sujeito; portanto, este não é assujeitado, em sua essência, a um Estado que é todo poderoso, mas sim a micro-poderes, ideologias e saberes que agem sobre o controle de seu corpo sempre de forma distinta.

²¹ Haroche (1992) faz uma reflexão sobre a “forma sujeito” delimitando as condições de aparecimento e passagem do sujeito religioso (medieval) para o jurídico (do capitalismo). O primeiro é submisso a um Estado que se imbuía da figura de Deus como mecanismo de poder e controle apagando a categoria de sujeito, pois Deus nesta figura de Estado é quem tinha o poder da “verdade”. Foucault (1999b) denomina este período como “era da semelhança”, na qual deu-se maior importância ao objeto simbólico, ou seja, “Deus” é quem interpreta o mundo a ser vivido e desta forma, exclui-se uma reflexão mais direta sobre a categoria de sujeito. Após este período medieval de apagamento do sujeito, já no Estado burguês, as reflexões sobre o sujeito começam a aparecer e neste momento institui-se pelos mecanismos de poder um Estado que não era mais representado por “Deus”, mas sim por uma maquinaria jurídica que fabricava diferentes saberes fazendo do sujeito um ser “livre” e ao mesmo tempo responsável pelos seus atos. Foucault (1985) denomina este sujeito do Estado burguês capitalista de “cidadão consciente de si”, sendo este um sujeito que tudo poderia fazer e dizer sob a condição de que se submetesse a uma maquinaria jurídica determinada pelos mecanismos de poder do Estado burguês.

2 A IDEOLOGIA/ESPAÇO DA INCLUSÃO

2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS: POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS E SUAS CONQUISTAS HISTÓRICAS

De acordo com Silveira (2003, p.11), desde 1995 com a “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida”, as políticas de ações afirmativas²² vêm se reavivando e ganhando força com a participação dos movimentos negros, os quais se organizaram em prol da luta de igualdade, que teve seu processo embrionário na década de 70²³. Em torno destas movimentações, a opinião pública brasileira vem tomando conhecimento da realidade étnico-racial de nosso país, principalmente no que diz respeito à realidade social e política da negritude brasileira. As reivindicações dos grupos negros vêm aparentemente se tornando e se materializando em conquistas de direitos constitucionais frente a uma sociedade que relutou por anos em assumir a diferença e a exclusão em relação ao negro.

Estas conquistas constitucionais dos movimentos negros vêm acompanhadas de um processo de mobilização popular, pois a opinião pública²⁴ exerce um papel de destaque no aparente processo de democratização das igualdades de oportunidades no país e um exemplo

²² Neste item apresentaremos as ações inclusivas e as medidas práticas que justificam a exclusão do negro ao espaço universitário, levantando algumas justificativas históricas para a legitimação das cotas.

²³ Em toda conjuntura histórica da década de 70, surgem, em um processo embrionário, as lutas por reformas sociais, porém não só da luta social dos movimentos negros por maiores direitos, mas sobretudo, de grupos considerados como “minoritários” em representatividade social. Surgindo, então, as lutas no interior dos movimentos organizados tais como: feministas, estudantis, operários, em uma época de extrema repressão política e social, aflora uma voz de justiça social entre as massas. Uma vez que eram as que mais sentiam os efeitos ou reflexos de um governo autoritário e antidemocrático, no qual imperava uma política em defesa dos interesses das elites nacionais e ignorava os problemas sociais vividos pelas classes menos favorecidas, legando ao silêncio toda e qualquer manifestação minoritária contra o preconceito e a exclusão.

²⁴ A opinião pública parece ter exercido um papel coercitivo sobre os órgãos governamentais, fazendo com que houvesse um engajamento também por parte das autoridades políticas sobre assuntos que são de interesse da população ou de grupos sociais “minoritários”, pressionando os órgãos institucionais para a necessidade de se ter uma política pública voltada à correção de “erros” do passado, que se reflete diretamente nas práticas sociais cotidianas de grupos segregados.

destas conquistas foi à aprovação recentemente da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Educação Cristovam Buarque, que dá o devido reconhecimento ao Vinte de Novembro²⁵ como dia Nacional da Consciência Negra, incluindo a data no calendário oficial e a inclusão na grade curricular nacional das escolas, o ensino obrigatório da história e da cultura do povo brasileiro afrodescendente.

Sob os fatores legais legitimadores das medidas afirmativas, a política de cotas ou medidas de discriminação positiva ou ainda políticas compensatórias se ancoram e se legitimam no artigo 206, inciso I da Constituição Federal, que reproduz o artigo 3º, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), na qual está assegurada a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (SILVA JUNIOR, 2003). Partindo deste princípio de igualdade de condições a todos os cidadãos é que a polêmica das cotas se instaura no meio acadêmico, pois os dados do IBGE e do IPEA, como afirma Munanga (2003, p.118), “não deixam dúvida sobre a gravidade gritante da exclusão do negro [...] Fazendo um cruzamento sistêmico entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade”. Estes indicadores da desigualdade entre brancos e negros no Brasil são números construídos ao longo de uma história de desigualdades, diferenças e privilégios proporcionados por um sistema institucional desigual.

A ações afirmativas, neste aspecto, podem ser entendidas como políticas de correções de distorções sociais, todavia estas medidas devem estar ancoradas na veracidade e na comprovação sócio-histórica de que houve ou há marcas da desigualdade social ou da exclusão a determinado grupo social. Pensando as cotas enquanto justificativa de correções de

²⁵ Esta data surge como um grito contra toda a “forjada” história política oficial da libertação dos escravos em 13 de maio de 1888 e se manifesta como um grito “verdadeiro” de liberdade e resistência negra dizendo um não a uma história de negros feita por brancos. Negando toda e qualquer forma de ocultação, uma vez que as relações de poder travadas no campo das práticas quotidianas abriram novos espaços nas rachaduras dessa história de exclusão. O silêncio de não falar sobre a diferença, faz parte de um passado recente de lutas em que vontades de “verdades” prevaleceram e silenciaram o grito de negritude em um jogo de coerções que culminaram na construção de uma história racial brasileira aristocrata.

distorções sociais, o discurso jurídico da “igualdade de todos os cidadãos perante a lei”, nos reporta a alguns sentidos cristalizados, que recuperamos da memória dos discursos. Em relação à comprovação histórica das desigualdades, ou seja, comprovado que houve distorções sociais ao longo da história, o discurso constitucional de igualdade passa a ser entendido como elemento necessário para a promoção da igualdade, justificando e legitimando ações afirmativas para que eventuais distorções sejam corrigidas e fazendo com que as cotas adquiriam o valor de “políticas compensatórias”. Por isso, falar em distorções sociais ou ações afirmativas, adquire sentidos diferenciados, variando de acordo com os lugares em que é empregado. Para Contins e Sant’ Ana (1996, p.210) as ações afirmativas teriam como uma das funções específicas:

[...] à promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam a vir competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho.

Pinto (apud VIEIRA, 2003) aponta alguns dados que comprovam a diferença social do negro em relação ao branco e afirma que os negros:

representam quase a metade da população brasileira [...] segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001, o rendimento médio dos negros é inferior à metade do que recebem os brancos e do total de rendimentos atribuídos às pessoas brancas em uma população de 53% ficam com 71% do bolo, enquanto aos pardos de 39% da população, restam 23% do bolo e aos negros de 6% da população cabem 4% do bolo. E quando o assunto são indicadores de analfabetismo, os negros também se destacam como pessoas que possuem um baixo índice de permanência na escola, sendo que entre um total da população negra entre 15 anos ou mais é de 18,7%, contra 7,7% entre os brancos (VIEIRA, 2003, p.85).

De posse dos indicadores estatísticos, constatamos que existem no país 36% de analfabetos funcionais negros contra 20% da população branca. As desigualdades sociais, pelos dados apresentados por Pinto (apud VIEIRA, 2003), são gestos de leitura, que explicitam indícios de que existem desigualdades no acesso à educação e, desta forma,

procuram legitimizar a necessidade de medidas afirmativas com o objetivo de democratizar o acesso e a permanência no ensino superior dos grupos fragilizados econômica e socialmente.

Quando se fala em democratizar o acesso à educação, não se está, de maneira alguma, enunciando de um lugar onde o sentido adquirido pela política de cotas é o de efetivar “privilégios” a um determinado conjunto étnico. A propósito destes discursos de repúdio às cotas, faz-se necessário refletir sobre outros discursos cristalizados pela memória discursiva, quando a discussão é a viabilidade das cotas, pois comumente ouvimos, na mídia ou mesmo em conversas de pessoas que são contrárias às medidas afirmativas, que as cotas são uma política de privilégios aos negros e é uma medida que vem para “prejudicar a qualidade do ensino”.

Já para as posições-sujeito defensoras das cotas, o discurso é de que elas vêm para melhorar a qualidade das instituições por proporcionar o multiculturalismo no interior da academia, pondo em evidência e inteiração diferentes sujeitos, em consequência diferentes vivências e experiências culturais. Portanto, para este espaço discursivo, o multiculturalismo é benéfico à produção de conhecimento à academia, pois “a universidade enquanto espaço intelectual científico e político não se sustentará desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos” (SILVÉRIO, 2003, p.46).

As políticas de ações afirmativas²⁶ surgem com um discurso que propõe o combate às desigualdades raciais vivenciadas nas práticas sociais, erradicando o preconceito, para propiciar espaços sociais e horizontes onde antes não havia. Porém, esta é uma luta incessante não só contra o racismo em si, mas contra o poder institucional, contra a ordem discursiva que

²⁶ Estas medidas foram impulsionadas pelos movimentos negros, que lutaram por medidas legais com o intuito de coibir as discriminações raciais e toda e qualquer forma de racismo e desigualdades sociais.

fez por tanto tempo pensarmos que a desigualdade étnico-racial²⁷ não existia nesta terra, que fez valer, na memória coletiva ou em nosso imaginário, que o preconceito aqui não existe e assim, cumpriu o seu papel simbólico-ideológico e coercitivo, que nos fez acreditar que vivemos em uma sociedade étnica-política igualitária.

Para Silvério (2003), as ações afirmativas são um conjunto de conceitos e ideais que procuram compensar, devolver ou corrigir possíveis atos discriminatórios sofridos no cotidiano das práticas sociais por grupos “minoritários”, ou mesmo pela discriminação sofrida no passado. E, como forma de reparação de desigualdades e para que a justiça reparatória seja efetivada, o Estado deve oferecer políticas de distribuição de recursos sociais como empregos, educação, moradias, com o objetivo de que a igualdade social seja promovida e as injustiças sociais sejam erradicadas ou mesmo amenizadas.

Desse modo, as políticas antidiscriminatórias, segundo Mattos (2003), devem culminar na superação dos efeitos da discriminação, que foram passados ao longo de uma história de desigualdades sociais. Há que se ter em mente que estas medidas vêm para erradicar o pensamento racista em suas práticas sociais, procurando fazer com que a sociedade adote padrões que não sejam baseados em conceitos racistas que fazem, por exemplo, com que um negro de mesmo patamar social tenha um salário muito inferior a um branco. Enfim, estas medidas procuram criar uma sociedade em que todos os esforços e potencialidades sejam compensados de forma mais igualitária erradicando o olhar xenófobo e excludente. O que se espera é desencadear, com as ações afirmativas, como propõe Mattos (2003, p.149), um efeito multiplicador da melhoria nas condições socioeconômicas e “[...] educacionais das famílias e comunidades que ainda hoje amargam os efeitos nefastos da escravidão e da discriminação

²⁷ Faz-se importante pensar o conceito de raça na contemporaneidade não como uma categoria biologizante, mas sim enquanto um construto social. Pensar o conceito de raça enquanto categoria biológica é também submetê-lo a um campo ideológico estereotipado legando ao negro um papel de inferioridade em relação ao branco criando fronteiras entre o feio e o bonito, o desejável e o indesejável, o normal e o anormal, o perverso e o austero, enfim, um mecanismo ideológico criado por brancos para brancos. Este mecanismo ideológico é também responsável pela criação do imaginário coletivo sobre as raças ao longo das práticas discursivas. (SILVÉRIO, 2003).

racial”. Esta é uma luta pela eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e diferença étnico-racial.

2.1.1 As Ações Afirmativas em sua *Práxis*

As políticas de ações afirmativas ou medidas compensatórias vêm causando muita polêmica na sociedade brasileira e em especial no meio acadêmico pela reserva de vagas a alunos negros ou pardos ou ainda para alunos provenientes de escolas públicas. O descontentamento gera inúmeras tomadas de posições, que culminam e se materializam em discursos favoráveis ou contrários às medidas ora vista como “compensatórias” ora “antidemocráticas”, ora “constitucional” ora “inconstitucional”. As tomadas de posições demarcam espaços sociais que apontam e evidenciam de que posição-sujeito se pensa a política de cotas. Deste engendramento discursivo, surgem discursos que são retomados da memória dos discursos, cuja fonte foi esquecida, mas ressurgem acentuando a polêmica em forma de uma memória histórica em que o próprio sujeito perde o controle sobre sua gênese, mas que exercem uma função ideológica no interior das práticas discursivas do cotidiano causando muita polêmica.

Munanga (2003), procura desconstruir vontades de “verdades” que se perderam na memória histórica dos discursos, mas que sempre são veiculadas nas práticas cotidianas quando a discussão são as cotas, apresentando-nos discursos que repudiam as cotas do tipo: “as cotas não resolvem o problema, o que precisa ser feito para democratizar o acesso dos negros à universidade é o investimento maciço nas bases educacionais, ou seja, investir mais na escola pública”. Munanga procura responder este tipo de discurso dizendo que:

se por um milagre os ensinos básicos e fundamental melhorassem seus níveis para que os seus alunos pudessem competir igualmente no vestibular [...] os negros levariam cerca de 32 anos para atingir o nível dos atuais alunos brancos”. (MUNANGA, 2003, p. 119).

Por isso, o que se coloca em pauta na discussão da reserva de vagas não é o que pode vir a acontecer com a adoção de medidas de equiparação²⁸, mas sim tentar reparar diferenças que são realidades contemporâneas, neste momento histórico e tendo em mente que são medidas provisórias com o intuito de amadurecer o ideal de sociedade democrática igualitária.

Parece importante, neste contexto das políticas de promoção da igualdade, refletir sobre algumas questões em relação ao jogo de forças que a política capitalista e sua filosofia “neoliberal”, adotadas pelos países capitalistas ocidentais no século XX, geraram. Entendemos que estas políticas abriram um universo de desigualdades propiciando o aumento de grupos “minoritários” ou “segregados” e a luta pelo discurso de poder se reflete na busca da inclusão e aquisição de um espaço social legitimado, no qual o sujeito procura se colocar na “ordem do discurso”.

Munanga (2003), ainda, alerta sobre outros discursos que se materializam no cotidiano da discussão sobre as cotas, e que têm uma memória histórica dispersa, a saber: “que é absurdo reservar vagas para negros” ou ainda, “no Brasil não existe negro, pois somos todos mestiços”. Discursos que são veiculados nos espaços sociais da vida cotidiana, seja na mídia, nas conversas informais, na roda de amigos ou no próprio espaço escolar ou acadêmico. Estes são discursos que se respaldam no princípio de que no Brasil não existem negros ou que esta reserva de vagas é injusta em relação aos brancos pobres. Estes são alguns sentidos cristalizados, que acompanham os discursos ao longo da história de suas formulações e que se materializam na *práxis* cotidiana dos enunciados contrários às cotas.

Outro argumento contrário ao sistema de cotas é o de que as “[...] propostas de ‘cotas’ seriam incompatíveis com o princípio da igualdade enunciada pela Constituição Federal” (SILVA JUNIOR, 2003, p.113). Para Silva Junior (2003), estes argumentos são menos

²⁸ Falamos de um “lugar”, no qual entendemos que as cotas são políticas públicas ou privadas que têm o objetivo de diminuir ou combater a desigualdade de grupos mais vulneráveis à discriminação na tentativa de equiparação dos grupos “minoritários” (LENZ CESAR, 2003). Este tipo de discurso de “melhoria na qualidade de ensino” é um discurso marcado por um comodismo que revela um espaço discursivo onde nada deve mudar, destoando o foco do “problema” para o acesso a educação para grupos “minoritários”.

jurídicos, e, sobretudo ideológicos e completa dizendo que os princípios democráticos em que se ancora este tipo de proposições são infundados, pois promover a igualdade é um dos objetivos e princípios da Constituição Federal brasileira não sendo uma proposta recente como muitos acreditam ser. Outra justificativa é de que a constituição prevê e regulamenta medidas afirmativas como as cotas pelo fato de que na, promoção da igualdade, as políticas sociais devem tratar os desiguais de forma desigual.

Há outros discursos que orientam para proposições contraditórias em sua *práxis* como a proposta de que “o crescimento econômico diminuiria as desigualdades sociais, presenciaram um quadro cada vez mais grave, na qual gradativamente, ampliou-se a fronteira a ser atravessada” (VIEIRA, 2003, p.85). Retomamos um outro discurso que contraria o princípio ideológico de que o crescimento econômico diminuiria as desigualdades sociais, pois deste lugar enuncia-se que o aumento populacional e o inchamento das cidades provocaram o empobrecimento de muitos grupos sociais, e em consequência, o aumento da exclusão e, em contraposição, o aumento da necessidade de políticas reparatórias ou compensatórias.

2.2 FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO

No presente item, falaremos sobre algumas formas de subjetivação do sujeito, haja vista que este se encontra em um universo coercitivo que o determina e o “acorrenta” em correlação a seu espaço discursivo. Por isso, há também que se pensar o sujeito em relação a uma teia de poderes, que tenta prendê-lo e que redistribui o saber procurando calar qualquer forma de subjetivação, pois, como afirma Foucault (1985), para as sociedades punitivas, é preciso domesticar, criar sujeitos dóceis para que se possa abstrair o máximo de proveito de seus corpos.

Gregolin (2004), pesquisadora em Análise do Discurso, faz uma reflexão sobre o sujeito dizendo que, por detrás do rótulo “estruturalismo”, há uma crítica ao projeto fenomenológico (ao existencialismo, à idéia do sujeito soberano, fonte do sentido). O sujeito não é um ser soberano, pois é atravessado por instituições, ideologias, saberes e poderes. Entretanto, não é totalmente inconsciente em sua tomada de posição e um dos fatores que nos evidenciam estas proposições é o fato de que se, o sujeito fosse totalmente assujeitado/inconsciente, não haveria motivo para que os mecanismos institucionais de poder e controle do sujeito fossem uma realidade positiva e operante. De modo que, se é possível pensar que há uma tentativa de controle sobre os corpos é porque existe resistência ao poder.

O sujeito tem sempre como contraparte a possibilidade de resistência contra o poder. Há formas em que o sujeito expressa sua não aceitação às normas, à moral, ao poder, conscientemente ou inconscientemente, contudo dizemos que o sujeito cria formas de subjetivação em um espaço pré-construído, desta forma, um espaço ou lugar discursivo em que o sujeito enuncia e que nos leva a compreender o assujeitamento como determinação coercitiva histórica em assumir uma posição-sujeito no interior das práticas discursivas.

As proposições foucaultianas na compreensão do sujeito procuram estabelecer a relação entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental, na busca de compreender a transformação histórica dos saberes²⁹ que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” e, em consequência, o aparecimento das formas de governabilidade do sujeito e das técnicas de saber/poder.

Foucault, em sua fase arqueológica³⁰, tentou compreender como ocorrem as

²⁹ Os saberes expressam através das disciplinas vontades de “verdades” que geram novas técnicas de governabilidade sobre os corpos. Nas transformações históricas dos saberes é que Foucault, com seu método genealógico, procura apontar, por exemplo, como a psiquiatria se tornou o único lugar autorizado e privilegiado pelo saber/poder para falar das doenças mentais.

³⁰ Em busca de um método arqueológico, Foucault aproxima-se de Nietzsche e dos historiadores da “Nova História”. A transição para a fase genealógica (a qual deu continuidade ao método arqueológico) foi em: “A Ordem do Discurso”, em que foram apontadas algumas técnicas de governabilidades de si. Já o método arqueológico tenta compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos, investigando as condições

articulações entre os saberes e os poderes. Já na fase genealógica investigou a construção histórica das subjetividades, suas formas de expressão, em uma “ética e estética da existência” sempre articuladas a uma reflexão sobre os discursos: pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, elas caminham juntas, sendo o acontecimento marcado por estas práticas.

No texto “O sujeito e o poder” Foucault (1998a), buscou, acima de tudo, produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano procurando investigar os saberes que embasam e solidificam a cultura ocidental. A objetividade do sujeito deriva de uma idéia de que na sociedade ocidental existem inúmeros micro-poderes que o constituem, ou o atravessam, pois tanto o sujeito quanto as “verdades” que o cercam são construídas, em um momento particular da história, não havendo, portanto, verdades *a priori*, mas sim vontades de “verdades” que o atravessam em suas reais condições históricas.

Desta forma, entendemos que o sujeito nunca se apresenta de forma idêntica, mas se mostra clivado por inúmeros espaços discursivos que o constituem. E a subjetivação se apresenta através de técnicas de si³¹, de governabilidade, o governo de si e dos outros, a ética e estética de si. Para Foucault, o homem é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito do saber (as ciências humanas vislumbraram este homem). Foucault trata a construção dos saberes e seu viés central é a replica ao “homem” visto pela filosofia humanista³² como sujeito livre e racional que estava condenado ao desaparecimento e nas técnicas de enclausuramento surgem às ciências humanas e o saber sobre o homem. Já, nas sociedades disciplinares, o saber/poder

(histórico-sociais) que possibilitaram o seu aparecimento: “porque determinado enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar”. Foucault procura entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos objetos e saberes em nossa cultura.

³¹ Dominar-se, controlar-se, provar-se, são formas de subjetivação ou práticas de si intermediadas pelo efeito da ética que conduz o sujeito a constituir-se enquanto ser de uma conduta moral.

³² O homem apresentado pela filosofia humanista burguesa, era um sujeito de conhecimento, no qual as técnicas de controle através de determinados saberes como o saber clínico, controlaram o sujeito e por meio destas técnicas de disciplinar, procuravam descobrir quem era o homem, com o intuito de manter e melhorar as técnicas de governabilidade.

surtem para controlar os corpos e por isso Foucault olha sempre para o sujeito como objeto de poder/saber, sendo construído historicamente pelas práticas discursivas.

Todo saber gera poder e este é disciplinador e procura controlar o sujeito montando vigília sobre toda e qualquer forma de subjetivação, pois para as práticas de poder é preciso calar o grito de resistência. No próximo item, vamos explicar como entendemos que incidem as formas de subjetivação e resistência do negro em relação ao poder que tenta calar o grito de negritude.

2.2.1 O Vinte de Novembro: Um Grito de Resistência

A evocação do dia vinte de novembro como uma nova data de comemoração legitimamente negra, soa- nos como uma forma de resistência e quebra de um paradigma em relação à história política-racial oficial. Este grito de resistência foi lançado nacionalmente em 1971 pelo Grupo Palmares, da cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Sendo que é só a partir do início dos anos setenta que tivemos o alerta geral dado pelo Grupo Palmares, para o deslocamento das comemorações do treze de maio para o vinte de novembro.

O Vinte de Novembro surge em 18 de junho de 1978 como convergência de várias entidades político-raciais, algumas das quais já celebravam o “novembro” como data representativa, pois os mesmos acreditavam que o 13 de maio³³ não representava a identidade e os ideais da luta antiescravidão ou antiescravista no Brasil.

Um dos grandes nomes que se destacou neste ato de resistência e luta simbólica pela

³³ Silvério (2003), faz um retrospecto histórico do Brasil escravista, dizendo que, após a assinatura da Lei Áurea, a situação do negro no Brasil era de total abandono, pois os negros “libertos” se encontravam em uma situação de marginalização, sendo que a maioria era analfabeta e, com esta condição, não obtinham espaço no mercado de trabalho, obrigados a amontoarem-se em moradias precárias e a roubar ou prostituir-se, além do problema com o alcoolismo, que fez com que muitos negros passassem a depender da caridade alheia para sobreviver. Muitos negros nestas condições voltavam à vida de escravos em troca de comida e moradia.

mudança da data comemorativa e crítico da abolição, ou da chamada Lei Áurea, era Jorge Antonio dos Santos, membro do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Para Jorge Antonio Santos, o treze de maio não satisfazia e não simbolizava a luta negra, não havia por que comemorá-la. A abolição, para a maioria dos militantes dos movimentos negros no país, não representava absolutamente nada, pois a abolição só acontecera no papel, de modo que a Lei Áurea não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor dos negros. Contudo, como consequência do apagamento do oficialismo do treze de maio, Silvério propõe que “[...] era preciso buscar outras datas, era preciso retomar a história do Brasil” (SILVÉRIO, 2003, p.24).

Outro ato evocativo da resistência, na década de 70, promovido pela circulação do fascículo “Zumbi”, em sua edição número seis na série “Grandes Personagens da Nossa História”. Essa publicação fortaleceu, no freqüentador e apreciador dos ideais de mudanças Oliveira Silveira, a idéia de que Palmares fosse a passagem mais marcante na história do negro no Brasil. Um século de liberdade e luta contra o escravismo imposto pelo poder colonial português era coisa muito significativa e animadora para representar esta luta simbólica.

Vale lembrar que a data de 20 de novembro se justifica para os movimentos negros como marco da luta antiescravista, pela sua importância histórica, haja vista, que em 20 de novembro de 1695, é datada a morte de Zumbi dos Palmares, último rei e líder do Quilombo de Palmares, marcando e assinalando também o que parecia o final objetivo do Estado e país negro.³⁴

A primeira reunião em que foi colocada em pauta a discussão sobre o 13 de maio foi por volta do dia 20 de julho de 1971, com o objetivo de conhecer mais a história do negro no

³⁴ O Brasil no período colonial vivia épocas de uma economia essencialmente agrícola-escravista com a importação de mão de obra escrava vinda do continente Africano. Porém, com a luta antiescravista impulsionada ao longo da história, inclusive por negro “Zumbi” dos Palmares, culminaram na instituição de um Estado “livre” para os negros.

Brasil e debater as questões raciais e sociais no âmbito das políticas internacionais de igualdades raciais. Contudo, estas políticas internacionais, aguçavam ainda mais a polêmica em torno da luta racial negra no Brasil, impulsionadas por investigações especulativas como capitalismo versus socialismo³⁵, negritude, independências de colônias africanas e organização dos movimentos negros estadunidenses.

Já na segunda reunião ou encontro foi quando e onde o trabalho nascente recebeu o nome “Grupo dos Palmares”. Esta denominação nasce do conjunto de participantes desta reunião devido às considerações acerca de que Palmares parecia ser a passagem mais marcante na história do negro no Brasil, pois ela representava todo um século de luta e liberdade conquistada e sendo também um contraponto e uma resistência à “liberdade” doada no treze de maio de 1888. Neste momento de transição, não houve nenhuma objeção por parte dos interessados a essas novas propostas e em especial a mudança da data comemorativa símbolo da identidade e negritude brasileira.

Os movimentos negros queriam estipular, além do 20 de novembro, outras datas como sendo significativas na luta de resistência negra, foi então que o “Grupo Palmares em 1971” listou três atividades a serem desenvolvidas: homenagem a Luiz Gama, em 21 de agosto, a José do Patrocínio, em 9 de outubro (aniversário de nascimento) e a Palmares em 20 de novembro” (SILVEIRA, 2003, p.27). As atividades teriam que ser em torno de datas significativas como datas de nascimento ou datas de falecimentos. Enfim, o grito de resistência estava ligado as datas e à idéia de que, além do vinte de novembro, várias outras

³⁵ A polêmica ganha mais corpo com idéias que advinham de fora do país, pois o globo todo vivia sob a tensão da “guerra fria”. O mundo se dividiu em dois grandes blocos, os chamados países socialistas que tinham como principal representante a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o bloco denominado capitalista, o qual era representado pelos Estados Unidos. Neste momento histórico, todo o pensamento intelectual era redistribuído por dois espaços discursivos, nos quais, ocorriam o controle sobre os saberes que podiam ser circulados e/ou veiculados e/ou redistribuídos no interior das nações aliadas destes dois grandes blocos, enquanto que outros saberes eram repudiados obedecendo a ordem de um saber/poder. Neste momento em que o mundo se divide, o Brasil se agrega aos ideais estadunidenses e por isso mesmo recebe grande influência dos modelos norte americano de ações afirmativas, inclusive o sistema de reserva de vagas para negros nas instituições públicas americanas. Devido a estes diálogos políticos, muitas proposições e analogias se fazem ao modelo de luta pelos direitos sociais pelos movimentos negros do Brasil e dos Estados Unidos.

deveriam estar à disposição do movimento, outras datas também importantes e significativas para os negros. A homenagem era a forma considerada mais ou menos atraente para motivar a resistência e disseminar as informações sobre fatos e vultos históricos.

Foi então que se desencadeou uma ação política com o intuito de apresentar à comunidade negra e à sociedade em geral, alternativas de datas, fatos e nomes, em contestação ao oficialismo do 13 de maio, abolição formal da escravatura pela princesa dona Isabel. É então, que ocorre a homenagem a Palmares no dia 20 de novembro de 1971, na cidade de Porto Alegre com a encenação da peça: “Zumbi, a homenagem dos negros do teatro”, na qual foi contada a história de Palmares e seus quilombos, procurando justificar e defender a opção pelo 20 de novembro, como data mais significativa e afirmativa na confrontação com o treze de maio. (SILVEIRA, 2003).

A homenagem a Palmares, em 20 de novembro de 1971, foi o primeiro ato evocativo dessa data, a qual, sete anos mais tarde, passaria a ser referida como dia nacional da consciência negra no Brasil. Esta primeira fase do Grupo Palmares, de Porto Alegre, encerrou-se em 3 de agosto de 1978, sendo sua semente de resistência lançada. Portanto, o vinte de novembro era uma realidade que viria a impulsionar e incitar muitas lutas por direitos e igualdades na história racial brasileira. O 20 de novembro de 1971 é considerado um “marco divisório no período pós-abolicionista, demarcando ao mesmo tempo o início de uma nova época, digamos contemporânea, do que se convencionou chamar Movimento Negro” (SILVEIRA, 2003, p.39).

Para Silveira (2003), o Grupo Palmares de Porto Alegre, a partir de 1988 a 1989, diluiu-se em pequenas ramificações, mudando sua formação tradicional, porém, mesmo com todas estas mudanças, o movimento negro não perde sua força, pelo contrário, ele se fortalece e se re-significa ganhando outros aliados e simpatizantes inclusive de outros segmentos étnico-raciais, pois, para ele, a semente de mudanças já havia sido lançada e os ideais já tinham sido

disseminados entre a negritude brasileira e os objetivos primeiros do movimento já haviam sido atingidos.

3 A IDEOLOGIA DA INCLUSÃO NA MÍDIA

3.1 AS FORMAS DE VERDADES NA MÍDIA JORNALÍSTICA

Neste item falaremos sobre as formas de construções de “verdades” no espaço jornalístico fazendo uma relação com o papel disciplinador do jornal.

Em princípio, retomamos a proposição de que o sujeito está “preso” a uma teia de poderes e saberes que faz com que ele perca a centralidade em relação às técnicas de governabilidade, passando a ser afetado ou constituído por estas. Os discursos da mídia jornalística, em relação ao mundo ou às práticas sociais, atribuem ou determinam significações; por conseguinte, conferem sentido ao sujeito e ao mundo que os cercam, sendo assim, “é preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido” (GOMES, M. R., 2003, p.41). Logo, tudo que esteja fora da “ordem discursiva” vigente em um determinado espaço discursivo, deve ser interditado e/ou excluído. Tudo que apresenta oposição à ordem vigente deve ser banido para que o poder/saber legitimado impere. Sendo assim, toda informação veiculada no meio jornalístico tende a receber um apagamento de suas contradições e a negação ao seu discurso é também a repulsa aos poderes dominantes institucionalizados.

Como vimos, o poder está também ligado às formas de “verdades” ou às vontades de “verdades” sempre em um movimento contínuo na história coercitiva. Neste movimento contínuo dos discursos, ora determinados falares são legitimados, ora outras formas de “verdades” aparecem ilegitimando posições-sujeito e outras formas de “verdades”.

A instituição das “verdades” no interior das formações discursivas é uma prática discursiva, na qual enunciados são retomados e renovados no interior de espaços

discursivos³⁶. Sendo assim, como propõe Foucault:

o importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nela produz efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 1998b, p.12).

Sendo assim, é necessário saciar a “vontade de saber” no sujeito, e com isto, as sociedades punitivas procuram formular as “verdades” e, muitas vezes, ocultá-las. Portanto, a mídia jornalística exerce o poder de saciar as vontades de “verdades”, ou seja, o saber no sujeito. Partindo deste pressuposto, é que, mais uma vez, retomamos Foucault (1996), quando este profere que saber e poder estão intrinsecamente ligados por uma “teia discursiva”, assim como o enunciado e as formações discursivas.

O discurso jornalístico é um mecanismo que veicula o saber/poder ao longo de toda uma trajetória histórica criando normas, a fim de controlar as práticas discursivas, que determinam o que pode e deve ser dito em condições de produção dadas. Logo, há uma necessidade, por parte dos mecanismos de poder, de restringir as práticas do sujeito, pois ao mesmo é vedada qualquer prática que o leve a conhecer-se. Exige-se dele que se inscreva nas ordens da lei, pois, em uma sociedade em que todo saber gera poder, é preciso montar vigília sobre as *práxis* do sujeito impondo-lhe mecanismos normatizadores como o jornal, por exemplo.

O discurso jornalístico está em um campo de “verdades” legitimadas, as quais concretizam positivamente cotidianas materializadas em discursos, fazendo destes elementos disciplinadores. Contudo, sobre a legitimação dos saberes pela prática jornalística, vale lembrar que o sujeito jornalista deve submeter-se a este saber, colocando-se em uma “ordem

³⁶ Comentando sobre as vontades de “verdades”, Gomes, M .R (2003, p. 40) nos dá um exemplo de como ocorre a legitimação de novos discursos e, em consequência, nos evidencia como agem os dispositivos disciplinares em nossa sociedade, em detrimento da ilegitimidade de outros discursos, nos dando como exemplo o fato jornalístico veiculado sobre o medicamento “merthiolate”, o qual “durante mais de cinco décadas um discurso da higiene e da profilaxia nos comandou o uso desses medicamentos em feridas superficiais. Agora nos dizem que a dupla (de remédios) não só é destituída das propriedades anti-sépticas e cicatrizantes como também impõem riscos por conter em sua fórmula o elemento mercúrio que, como se sabe, é altamente tóxico”.

discursiva”, para que só então sua fala seja legitimada³⁷. E uma das marcas legitimadoras do sujeito jornalista é “a presença da assinatura, como marca do indivíduo” (DELEUZE *apud* GOMES, M. R, 2003, p.45). Sendo assim, a assinatura é uma marca legitimadora exercida pelo sujeito jornalista na tentativa de expressão de sua subjetividade no interior de um espaço de coletividade já determinado, exercendo um poder coercitivo, impondo “verdades”.

3.1.1 A Repetição e o Novo na Mídia Jornalística

A pergunta que dará início à discussão, neste sub-item, é a seguinte: “como o jornal constrói uma realidade ‘nova’ sendo que o discurso jornalístico joga com a repetição?”

Para darmos início à discussão, falaremos do tabu sobre o conceito de “novo” em nossa sociedade. Foucault (1996), tratando do tema, constata que, em nossa sociedade, há um tabu em relação ao novo e o conceitua como uma resignificação de uma memória histórica, um acúmulo histórico de “verdades”. E, desta forma, o novo é um objeto que causa estranhamento, não sendo um discurso desejado pelos mecanismos de saber/poder, pois este é um discurso governado pelas técnicas de saber e uma delas é o princípio do “comentário”³⁸.

O princípio do comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito, e de certo modo, realizado. Os discursos, inclusive o jornalístico, são ditos, retomados e resignificados em um processo de reformulação contínua, de modo que “o novo não está no

³⁷ Os principais jornais do país parecem procurar fazer um jornalístico preocupado com fatores éticos e morais procurando fazer um jornalismo: sério, imparcial, informativo, etc. Porém é preciso salientar que o jornalismo ocupa um espaço discursivo-ideológico, de modo que seu discurso é veiculado do interior de um lugar discursivo obedecendo aquilo que pode e deve ser dito. Portanto, em relação ao discurso jornalístico, não é possível pensar em neutralidade discursiva. Sendo assim, os jornais compõem-se em uma “disciplina” e esta em uma técnica de exercício de poder. De modo que, todo sistema jornalístico “[...] é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p.44).

³⁸ O princípio do comentário tem um caráter de repetição limitando uma determinada identidade. Já no princípio de autoria o acaso em relação à identidade tem um caráter de individualidade, ou seja, a procura pela expressão do “eu”, que é uma ilusão criada pelo discurso.

que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p.26).

Como princípio de controle dos discursos, o jornalismo, incorre no trabalho da repetição, sendo que “os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é necessário pensar, reter, esperar, etc” (GOMES, M. R, 2003, p.65). A linguagem não é apenas transmissão de informações, ela é também elemento veiculador de ideologias, de formas de sujeições, de práticas de poder e de interdições, enfim, ela veicula práticas normatizadoras ou dispositivos disciplinares³⁹ e de condutas cotidianas. Entretanto, “é por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como vigilantes” (GOMES, 2003, p.77). Este trabalho de vigília não é só do jornalismo, mas das mídias de um modo geral, as quais acabam por incorrer ou inscrever-se em uma seqüência discursiva manifestando-se como um deontismo disciplinador.

Pensando neste viés deontológico das mídias, o jornalismo é um instrumento disciplinar que veicula o que deve ser visto, lido ou pensado, porque para o jornalismo não é importante o acontecimento o “fato em si, mas sua implicação na rede institucionalizada. Qualquer investigação, qualquer vigilância, faz o desenho do espaço a ser vivenciado procurando lei e ordem e dessa forma disciplinando naquilo que ela procura” (GOMES, M. R, 2003, p.84). Sendo assim, toda e qualquer forma de construção jornalística sofre coerções no sentido de veicular aquilo que uma época permite veicular ou assumir como “verdade”.

3.2 A OBJETIVIDADE E A SUBJETIVIDADE NO JORNALISMO

No presente capítulo, trataremos de dois efeitos que atravessam o discurso jornalístico:

³⁹ No campo das disciplinas, a linguagem é um instrumento para que estas exerçam seu controle sobre os discursos.. Foucault (1996, p.36) sobre o princípio da “disciplina” afirma que esta “é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”.

o efeito de objetividade e subjetividade. Apesar de entendermos que a neutralidade discursiva seja um mito, no meio jornalístico circulam discursos que categorizam duas formas de fazer jornalismo: o imparcial e objetivo e o interpretativo ou ao nosso entender subjetivo.

Consideramos estas formas de fazer jornalismo como efeitos coercitivos próprios da construção jornalística. No que concerne ao efeito de objetividade, faremos algumas considerações acerca deste lugar discursivo e sobre o princípio de subjetividade. Para isso propomos um axioma sobre o fazer jornalístico opinativo e a sua relação com a sub-categoria ou função de jornalismo interpretativo.

Como suporte mais significativo, utilizaremos as proposições do jornalista e professor Melo (2003) acerca do conceito de jornalismo interpretativo, Gomes, M. R (2003), professora de jornalismo da USP, no que concerne a relação entre “mídia e poder” e nos conceitos de estrutura jornalística, utilizaremos os pressupostos do jornalista e professor Lage (1998) e o jornalista Pinto (1995), que nos apresenta uma reflexão acerca da história da comunicação no Brasil.

Continuando nossa linha de pensamento, o jornalismo, assim como toda forma de expressão e comunicação, é um veículo social que sofre determinações históricas e ideológicas de um espaço coercitivo ou político-discursivo⁴⁰. Deste modo, pensar o jornalismo objetivo e/ou imparcial é um mito, uma vez que o jornalismo trabalha sob dois vieses, ou seja, o primeiro diz respeito à ilusão ou limite da objetividade e o segundo efeito é o da subjetividade. Portanto, no campo jornalístico existem duas formas de fazer jornalismo: o jornalismo informativo e o opinativo.

⁴⁰ Melo (2003) ao fazer um retrospecto histórico-genealógico do jornalismo no Estado burguês europeu, em meados dos séculos XVII, XVIII e XIX, e conclui que “fica evidente a natureza eminentemente *política* que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social”. A burguesia criou um meio de comunicação sob o controle estatal e, desta forma, o Estado burguês começa por abolir a censura que controlava os meios de comunicação exercendo um controle total sobre o que seu público poderia e deveria ouvir. Como exemplo desta questão tendenciosa do jornalismo no Estado burguês, *vide* Melo (2003, p. 24). O autor diferencia ainda a forma de fazer jornalismo na França e na Inglaterra, dizendo que “enquanto o jornalismo francês apresenta-se com todo vigor *opinativo*, promovendo debates, levantando problemas, participando ativamente do cenário político, o jornalismo inglês assume uma tendência *informativa*, retraindo-se do combate, preferindo distanciar-se do confronto direto com o centro do poder”.

No jornalismo informativo, a veiculação da informação deve ser construída de forma a não transparecer a posição ou opinião do jornal ou daquele espaço discursivo. Esta é uma categoria tendenciosa que marca o século XIX porque:

[...] sem dúvida o *jornalismo informativo* afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial fazendo assim da informação uma mercadoria (MELO, 2003, p.24).

Já no jornalismo opinativo, há a tomada de posição por parte do jornal procurando fazer transparecer na superfície textual a opinião deste. Nesta forma de fazer jornalismo, a interpretação que o jornal tem dos fatos, a partir de seu lugar discursivo, fica muitas vezes marcada na superfície textual.

No Brasil, os grandes veículos jornalísticos, procuram o caminho da isenção e imparcialidade na veiculação da informação. Nestes veículos de informação, é marcada a ilusão de imparcialidade pelo uso da linguagem referencial em terceira pessoa, uma vez que tem-se a ilusão no campo jornalístico sobre a imparcialidade, que “a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isto impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa”⁴¹ (LAGE, 1998, p.39).

Para o campo jornalístico informativo, toda e qualquer aferição subjetiva deve ser eliminada, sendo assim, o jornalista deve caminhar ao encontro do efeito de imparcialidade e muitas vezes chega próximo desta. Porém a linguagem não é transparente (ORLANDI,

⁴¹ Lage (1998), ao falar sobre o princípio da objetividade, propõe uma relação deste efeito com o imaginário ou a projeção usada pelos profissionais de jornalismo frente à prática jornalística, pois, a idéia de linguagem referencial adotada como estratégia para se fugir, à opinião na procura da imparcialidade, marca uma tendência consciente da função-sujeito jornalista em se projetar sobre seu interlocutor colocando em prática mecanismos imaginários de antecipação sobre os diferentes lugares discursivos, inclusive o seu de autor. Vale lembrar também, que a linguagem referencial ou a terceira pessoa não é garantia de imparcialidade, pois a língua não pode ser pensada só como fator lingüístico, mas sim na relação com os fatores de discursividade, pensando a língua enquanto equívoco e multiplicidade de sentidos na relação entre sujeito, história e ideologia.

2001a), ela é sim elemento histórico e ideológico⁴² e por apresentar estas características é que, muitas vezes, proporciona ou apresenta a nossos olhos este efeito de objetividade. Este efeito é causado pela ideologia que é um elemento criador de ilusões, que faz com que o sujeito pense estar sendo imparcial, pois se concebermos a linguagem como fator histórico e ideológico, não se pode negligenciar as relações de poder ou os jogos de forças, que nela se concretizam e/ou materializam.

A objetividade é um efeito ou uma ilusão necessária, a qual o jornalista está em uma constante procura e alguns meios de comunicação se aproximam mais do efeito de objetividade do que outros, pois mesmo que:

admitamos que os grandes veículos da imprensa se esforcem na direção da objetividade e da verdade factual [...] a idéia de que eles retratam a realidade não faz sentido [...] [porque] o fato já nasce como relato. Ele não acontece assim puramente como fato do mundo concreto, do mundo independentemente de qualquer linguagem, para, só depois, ser traduzido num relato [...] Os fatos acontecem como elementos discursivos [...] O relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos (GOMES, 2003, p.9)

Quando proferimos que os jornais não retratam a realidade não se deve ao fato ou proposição de “[...] que os jornais mintam, distorçam, manipulem. Não é isso [...] Faria mais sentido dizer que eles consolidam a realidade, ou aquilo a que chamamos, muito precariamente, de realidade” (GOMES, M. R, 2003, p.9). Com estas proposições não se está colocando em cheque a credibilidade ética da imprensa, mas o que se está pondo em evidência é o caráter intrínseco do fato jornalístico e a sua capacidade de nascer já como relato histórico que pode ser compreendido enquanto processo dicotômico e paralelo.

Sendo o relato e o fato jornalístico um processo dicotômico, uma vez que, não há um

⁴² Sobre a função ideológica do espaço jornalístico, Melo (2003, p.25) propõe que “cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independente do artifício narrativo utilizado” e que “os padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não altera fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade [...]”. Para o autor, a diferença entre jornalismo informativo e objetivo é meramente um recurso ou artifício político ideológico utilizado pelos profissionais de jornalismo.

sem o outro. Portanto, o primeiro pode ser pensado enquanto realidade, pela injunção dos fatos, pois tanto o relato quanto o fato jornalístico, não existem somente no plano discursivo, mas também no campo das práticas sociais. E, nestas práticas, a função-sujeito, seja o jornalista ou qualquer outra função-sujeito, usufrui de mecanismos de antecipação sobre seu interlocutor, esboçando uma “intenção” ou uma tomada de consciência sob o impacto que a informação irá gerar ou ocasionar em seu interlocutor. Para o exercício pleno dos mecanismos de antecipação e em consequência para que o sujeito se submeta à ideologia, faz-se necessário criar elementos discursivos como: ícones, imagens, cenas marcantes, que não saiam da cabeça do leitor, pois não se pode esquecer, que entender estes fatos é entender o discurso e toda realidade não antecede ao discurso, mas acontece simultaneamente⁴³.

O jornalismo, seja ele objetivo ou opinativo, é construído de discursos que, por sua vez, estão intrinsecamente ligados às práticas ideológicas ou vontades de “verdades” cotidianas, ancoradas sempre em um suporte institucional que constrói a realidade. Sendo assim, é possível pensá-lo enquanto mecanismo de saber a serviço do poder. A mídia exerce um papel de construção da realidade ao ponto de que se um fato ou objeto não está na mídia é porque ele não existe no mundo; dessa forma, a mídia, institui “lugares” e discursos legitimados pelo seu campo do saber/poder. Por conseguinte, sem incorrerem em exageros, propomos que a mídia tem um poder normatizador e, muitas vezes, punitivo nas práticas sociais, estabelecendo interdições e, em consequência, exclusões no campo do saber.

Na contemporaneidade, podemos pensar o fazer jornalístico como um negócio

⁴³ Sobre a proposição de que o relato jornalístico já nasce como fato, Gomes, M. R (2003, p. 10) mostra-nos um exemplo de como o relato age nas práticas cotidianas do jornalismo e diz que “quase todos sabem disso, nem que seja intuitivamente. Os militantes do movimento Sem-Terra sabem disso quando produzem intervenções quase teatrais na cena pública. Recentemente, fizeram chegar às mãos de Yasser Arafat, no período exato em que ele se acha situado em Ramala pelo exército de Israel, uma bandeira do movimento. Na segunda-feira seguinte, dia primeiro de abril de 2002, Arafat estampava a capa dos principais jornais brasileiros desfraldando o estandarte do MST, num fato político de relevância internacional, eis aí um exemplo de que o fato já nasce como relato. O episódio em si mesmo, em que o agricultor gaúcho Mario Lill entregou a bandeira a Arafat é um episódio-cena. Ele é fato por ser uma cena – e é uma cena para que possa ser visto como um fato. A notícia acontece como elo do discurso. A notícia acontece como elemento discursivo, tendendo para um lado ou para outro, tanto faz, mas como elemento discursivo”.

poderoso a serviço do capitalismo. Este pensamento é influenciado pela corrente norte americana de jornalismo, que institui uma tendência consumidora para o jornal denominado de “*mass media*”. Esta forma de fazer jornalismo assumiu um padrão industrializado da notícia onde a palavra de ordem é a adequação aos consumidores. Nesta adequação do jornalismo a seus consumidores, Melo (2003, p.27), comenta quatro razões fundamentais que devem ser seguidas pelos veículos de imprensa para a adequação ao público: “informar, interpretar, orientar, entreter”.

Dentre essas funções do jornalismo norte americano e que, diga-se de passagem, influenciou a escola brasileira de jornalismo, destacamos no gênero opinativo, ou seja, a função do jornalista de “interpretar” os fatos. Melo (2003) ao comentar sobre este princípio, admite que “a necessidade de interpretação e explanação das notícias em nossa época é realmente visível” (MELO, 2003, p.29). Esta passagem nos reporta às palavras de Orlandi (2001a) quando esta diz que não temos como não interpretar, pois estamos comprometidos com os sentidos e o político. Porém, da posição de analista de discurso, vale questionar também de que posição a interpretação ocorre, de que posição-sujeito ou de qual formação discursiva se está produzindo ou emitindo sentidos ao discurso jornalístico, enfim, a qual ordem disciplinar o discurso submete-se.

Outro acontecimento que, enquanto analista do discurso nos intriga, habita no fato de que, quando se fala em jornalismo interpretativo, reside justamente sobre qual conceito de “interpretação” é veiculado no meio jornalístico. E Melo (2003, p.29) tenta nos conceituar esta definição dizendo que o jornalismo interpretativo

na medida em que informa e orienta, também contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade. Isso se efetiva por intermédio de informações que esclarecem o que está acontecendo e não é percebido claramente pelo público. Os fatos são, portanto, esclarecidos, explicados, detalhados.

Para a teoria do discurso, o que o campo jornalístico entende como “interpretar”⁴⁴ é, na “verdade”, uma função coercitiva de onde ocorre a legitimação de determinados saberes pela função-autor jornalista, sendo assim, esta função de interpretar é uma astúcia das técnicas de governabilidade no controle sobre os sentidos. Novamente retomamos Orlandi (2001a) quando esta diz que “os sentidos não estão soltos, pelo contrário, eles estão sempre administrados” e o sujeito, seja ele jornalista ou leitor, não tem controle sobre os sentidos, pensa haver, como pensa também ser dono de seu discurso, mas na verdade não exerce controle na maneira em que os sentidos ou o universo simbólico o atravessa e o constitui. Sendo assim, mesmo quem “interpreta”, fala de um lugar discursivo, de uma posição-sujeito, onde não está livre do poder ilusório da ideologia que o interpela.

O discurso jornalístico, em suas práticas cotidianas, exerce, regulariza e legitima falares, condutas, sentidos, enfim, intervêm naquilo que pode e deve ser dito. Desta perspectiva, podemos pensar as práticas jornalísticas sob a ação dos micro-poderes a serviço das instituições que constituem e determinam o sujeito. Portanto, os micro-poderes das práticas jornalísticas atravessam e constituem o sujeito em sua relação com o saber/poder deste campo discursivo, pois não há como pensar o sujeito aos dissabores do discurso ou desvinculado das práticas discursivas cotidianas que o instituem como ser de conhecimento e “o jornalismo como discurso, ordena e disciplina, não há muito que um patrão ou um sindicato possam fazer a respeito. Não há muito a não ser saber” (GOMES, M. R, 2003, p.13).

Como “mecanismo disciplinar” o jornalismo é atravessado por vontades de “verdades”, as quais nos explicitam como o jornalismo é construído no interior das práticas discursivas evidenciando “lugares” legitimados e, em consequência, sujeitos autorizados pelo

⁴⁴ O conceito de jornalismo interpretativo já existia desde antes da Segunda Guerra Mundial. Este tipo de fazer jornalístico não procura “[...] apenas explicar e informar, mas ousa até mesmo ensinar, medir e avaliar”. E sobre o conceito de interpretação, destacamos a definição de MacDouglas (*apud* MELO, 2003, p.31), o qual concebe o ato de “interpretar” como um ato de identificar ‘causas e motivos’, compreender a ‘significação’, efetuar ‘análises’ e ‘comparações’ e realizar ‘previsões’ sendo que a interpretação “é um julgamento objetivo, baseado, no conhecimento acumulado de uma situação, tendência ou acontecimento” (Melo, 2003, p.30).

saber/poder. Desta forma vale explicitar como o poder age sobre o discurso jornalístico, quais os mecanismos que o fazem um dispositivo disciplinar tão eficiente nas práticas e estratégias cotidianas de controle dos sujeitos.

O poder se institui nas práticas discursivas de modo que este é atravessado pela ideologia que exerce uma função ilusória sobre o sujeito e isto se deve ao fato de que a linguagem não é um elemento transparente, ela é sim “lugar” de falhas e equívocos. E, no campo das práticas discursivas, o sujeito se identifica e delimita seu “lugar” discursivo no interior das práticas de poder. Sendo assim, sobre este, podemos aferir que todos os lugares, até na mais simples conversa com amigos depois do expediente de trabalho sobre os fatos políticos-econômicos veiculados pela mídia, estão materializadas formas de poder, pois este se divide em micro-poderes materializados em elementos que adquirem as formas de: Estado, mercado, família, ideologia, religião, notícia, etc. (FOUCAULT, 1998)⁴⁵.

O sujeito, ao adentrar no universo político-social, já encontra tudo pronto e acabado, inclusive as instituições que o cercam, sendo-lhe proporcionado um viver de acordo com as normas que este já encontra vigente e a partir de então, estes sistemas de normas, passam a constituí-lo também. Sendo assim, o sujeito se apropria de um universo ideológico que é pré-construído, inclusive pela mídia.

Pensando o sujeito enquanto ser interpelado, é possível constatar que existe um duplo limiar na relação do sujeito com o mundo: a primeira diz respeito à condição do sujeito de “interdito”, no qual o sujeito tenta esboçar uma expressão individual, sua individualidade ou subjetividade, porém tem sua tomada de consciência marcada pela ordem simbólica da “apropriação” ao já feito, ao “já-dito” que organizam os saberes de sua época e delimitam o que pode e deve ser dito em uma situação dada (FOUCAULT, 1996). Contudo, podemos

⁴⁵ Foucault procura analisar as formas de funcionamento dos micro-poderes, isolando-os e questionando a sua real necessidade para um momento particular da história. Isto porque Foucault não procura remeter a análise dos enunciados a um “sujeito individual”, mas sim transcrever o “domínio enunciativo” como sendo um campo anônimo cuja configuração define o lugar possível de sujeitos falantes. Sendo assim, é importante saber de “onde” se fala, mas não “quem” fala.

considerar que o sujeito não é um ser autônomo e soberano, de modo que, ele tem compromisso com as formas de ver o mundo a sua volta ou das determinações de como este mundo deve ser visto. Portanto, o jornalismo, concebido como um mecanismo institucional, também sofre coerções, pois o jornal é um elemento legitimador de discursos autorizados pelo poder institucional e age como um mecanismo disciplinador, tanto em relação ao sujeito-leitor quanto ao sujeito-jornalista.

3.2.1 O Sujeito e a Forma/Função-Autor

A categoria de “função-autor” (FOUCAULT, 1992) assume um caráter de centralidade em nossa pesquisa e procuramos entendê-la através dos escritos de Foucault (1992, 1996, 2000), Orlandi (2001a e 2001b) e Gregolin (2004).

Em princípio, definiremos o conceito de função-autor não enquanto categoria empírica, mas enquanto função exercida no texto ou no discurso. Sobre o limiar entre a categoria de sujeito e a sua manifestação enquanto autor, Orlandi (2001a, p.73) diz que “o sujeito, diríamos, está para o discurso assim como o autor está para o texto.”. Sendo assim, o autor em relação ao processo discursivo não pode ser visto como uma função empírica ou um sujeito empírico de “carne e osso”, pois a sua função primeira é a sua posição em relação ao discurso.

As diferenciações apresentadas acima fazem referência à definição da categoria de sujeito do enunciado⁴⁶, ou seja, esta categoria de sujeito empírico e de autor enquanto função discursiva, são acepções básicas, que nos ajudam na compreensão destas categorias. Foucault (2000, p.109) argumenta que estas categorias, em relação ao enunciado não convergem e propõe que “não há relação entre autor e sujeito do enunciado, pois são distintos em tudo, em

⁴⁶ Foucault (2000) quando fala da relação entre autor e sujeito do enunciado diz que este é uma categoria vazia podendo ser exercida por qualquer sujeito, sendo uma posição neutra que pode ser ocupada por qualquer sujeito.

natureza, *status*, função, identidade” (FOUCAULT, 2000, p.105).

Foucault (1992), afirma ainda que o princípio da autoria é um dos procedimentos de controle interno do discurso. Sendo assim, ele não entende o autor como indivíduo que escreveu o texto, mas como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações, como foco de sua coerência.

Discorrendo ainda sobre o princípio de autoria, Gregolin (2004, p.101) afirma que “o autor é apenas uma das especificações possíveis da função sujeito”⁴⁷, que por meio de uma autoria tenta construir uma unidade para o sujeito, sendo este concebido como uma função discursiva. Este “sujeito discursivo” está inscrito na materialidade do texto, ou seja, no como estas marcas discursivas apontam para a expressão do autor e de seu “lugar” discursivo. Sendo assim, a categoria de autor é concebida como função ativa e participativa na cena enunciativa, a qual influencia e veicula diferentes dizeres se mantendo como elemento responsável para coerência e organização do texto.

A autoria é uma das funções exercidas pelo sujeito no interior das práticas discursivas e apresenta uma relação direta com os fatores externos de condição de produção e aparição do discurso, e por isto mesmo, é alvo direto de um poder coercitivo que age sobre a sua forma-sujeito. Orlandi (2001, p.76), quando fala da categoria de sujeito enquanto autor, afirma que aquele “[...] ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor”.

Já Foucault (1992, p.61) ao falar sobre a assinatura legitimadora da “função-autor”, diz que a autoria “[...] foi um processo que veio se desenvolvendo desde a época medieval,

⁴⁷ O sujeito não é uma categoria individual, mas uma dispersão de lugares em um espaço discursivo dado. Foucault procura ver o sujeito como objeto de saber/poder e não apenas como um sujeito afetado por ideologias. O sujeito assume um papel central nas técnicas de governabilidade, pois ele é objeto de conhecimento e algo que se precisa descobrir para que haja o efetivo controle pelas técnicas de poder das sociedades punitivas sobre o sujeito, acabando com os “demônios” que habitam os corpos. Portanto, há uma “necessidade” de controle do sujeito pelo saber/poder para que não haja nenhuma forma de livre-arbítrio.

como um dos dispositivos que visaram a controlar a circulação dos textos ou dar-lhes autoria por meio de uma assinatura legitimadora”. Por isso, a função-autor se caracteriza pela dispersão ou rarefação que assume o sujeito em um espaço de coerções; sendo assim, ela não se reporta a um só sujeito, mas a todos que possam exercer com soberania o “lugar” de autor.

Quando falamos em soberania, nos reportamos a outros dizeres, a outras cadeias parafrásticas as quais revelam que, nas sociedades ocidentais, existem diversos procedimentos de exclusão e interdição do discurso, limitando as redes de acesso ao saber por parte do sujeito, isto porque o controle delimita os espaços discursivos e o sujeito não “[...] tem o direito de dizer tudo, não pode falar de tudo em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 1996, p.9). Logo, existem sujeitos autorizados a ocuparem determinados “lugares” e proferirem “verdades”, ou melhor, vontades de “verdades”, sendo seus discursos autorizados pela ordem do saber/poder a assumir seu “lugar”, dando assim legitimidade ao sujeito, enquanto autor do que diz.

Os procedimentos coercitivos internos do discurso são princípios de controle do discurso, e sobre estes, Foucault (1996), faz menção ao comentário, ao autor e a disciplina, enquanto elementos diretos destes controles.

Ao contrário do princípio do comentário⁴⁸, o qual limita o acaso do discurso pelo jogo entre a paráfrase e a polissemia em face de um texto originário, o princípio do autor limita esse mesmo jogo por meio da criação da individualidade do autor. Há, como afirma Orlandi (2001b, p.91), uma “função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer produzindo o efeito de coerência”.

Foucault (1996) começa a pensar sobre a categoria de autor em meio a sua fase intelectual arqueológica, na qual sua preocupação maior estava em definir algumas categorias como: discurso, enunciado, enunciação, acontecimento, arquivo, abrindo caminho para os

⁴⁸ Foucault (1992) denomina “comentário”, o elemento que se inscreve na dispersão do sujeito em relação ao discurso, enquanto que Orlandi (2001b) prefere denominá-lo de “paráfrase” ou “reformulação” onde o sujeito desliza na repetição em sua relação com a linguagem.

estudos genealógicos do sujeito e, conseqüentemente, para o estudo das técnicas de saber e de poder.

Foucault (1996), na reescritura do sujeito, chega a proposição de que a figura de autor é uma função discursiva; portanto, a delimitação do espaço da categoria de autor deve estar voltada à análise da materialidade do discurso, uma vez que o propósito de investigar o autor é o de investigar a função e as formas de dispersão do sujeito no discurso. Sendo assim, pensamos a função-autor como uma das especificações possíveis da função-sujeito, pois, em uma sociedade em que os discursos circulassem no anonimato, não haveria discussões sobre essa categoria, porém tal axioma não nos é possível, pois a autoria é um micro-poder, o qual integra os mecanismos de controle institucionais, colocando em evidência lugares legitimados, pondo em prática os elementos internos de controle do discurso.

O sujeito, por sua vez, não é origem dos sentidos, mas está mergulhado, imerso na trama histórica. Porém, vale lembrar também, que não se está falando de um sujeito enquanto categoria empírica, nem de um sujeito enquanto indivíduo. Este é um “sujeito do/no discurso”, o qual está inscrito na materialidade discurso, na maneira como ele aponta para seu autor, para o princípio da autoria.

A fundação de um espaço textual pela escrita obriga o sujeito a “representar-se” na relação com um corpo social e com uma instituição de saber, constituindo uma figuração em que se enlaçam enganos e segredos. É por esse motivo que determinados textos assumem explicitamente a existência da autoria, com a marca da assinatura, enquanto outros a apagam e/ou a dissimulam.

Para Foucault (1992), o princípio da autoria é, antes, um princípio de coerção do que recursos infinitos para a criação do discurso. Para ele, a função-autor em nossa sociedade se caracteriza por não se exercer uniformemente da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilizações. A função-autor pode dar lugar a várias

posições-sujeito e, com estas características, fica evidente que há coerções que determinam a condição de autor e, em consequência, a produção de sentidos e há ainda, um modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade. Desse modo há que se pensar uma ordem do discurso e um “lugar” da autoria.

Orlandi (2001b), em uma reflexão genealógica, comenta sobre o lugar da autoria no século XVIII dizendo que, nesta época, descarregou sobre o autor “[...] a responsabilidade do texto, ao mesmo tempo em que aquele que imprime lhe reconhece um poder e um direito: o autor transforma o texto em uma obra imutável que ele garante, por si”. (ORLANDI, 2001b, p.80).

A autoria⁴⁹ é também um lugar discursivo o qual se mantém pela ilusão de unidade de sentido no imaginário coletivo. Esta unidade é uma ilusão pelo fato de que os sentidos são dispersos, variados; sendo assim, a unidade é uma construção imaginária. Esta construção imaginária é guiada por mecanismos de antecipação através dos quais o “sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, ‘guiado’ por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde [...]” (ORLANDI, 2001b, p.61).

Orlandi (2001b), ao comentar agora sobre o princípio da autoria, faz referência ao conceito dicotômico estabelecido por Foucault na relação entre escritor/obra e propõe um conceito de função-autor como imaginário da unidade, sendo esta uma ilusão do sujeito como ser genealógico do que diz. Porém, a função-autor está exposta a um lugar de dispersão, de modo que, veicula dizeres do interior de um determinado espaço discursivo.

Portanto, a função-autor, pensada enquanto uma das possíveis formas-sujeito, também é afetada pela incompletude do processo lingüístico e desta forma, ela é atravessada

⁴⁹ A autoria nos possibilita também compreender as formas de subjetivação do sujeito bem como a explicitação de como agem os mecanismos institucionais, ou seja, os saberes e poderes sobre o sujeito fazendo-o intitular-se autor do que diz no interior de determinadas práticas discursivas. Estas formas de subjetivação do sujeito, a qual lhe confere o lugar de autor, se instala no centro da noção de texto, que se torna “obra de” (ORLANDI, 2001b, p.82).

pela ilusão de que nela há o começo de tudo, porém o sujeito não se dá conta do duplo limiar entre paráfrase e polissemia em que o universo simbólico opera. Há uma ilusão, no processo de dispersão da função-sujeito, sendo que, de um lado (o da dispersão), se encontra o sujeito e o discurso e, de outro, se encontra a unidade (ilusória) do texto e do autor (ORLANDI, 2001b).

Outro ponto sobre a função-autoria no diálogo entre Foucault e Orlandi é o fato de esta ver a função-autor como função discursiva e não como Foucault, que via o autor sob um viés pragmático, ou seja, enquanto categoria organizadora e responsável pela coerência e controle interno do discurso. Porém, entendemos esta relação entre Orlandi e Foucault não como pontos de um radicalismo científico ortodoxo, mas como diálogo e complementaridade epistêmica.

Faremos algumas considerações acerca da concepção de sujeito de Orlandi e Foucault procurando entender como eles vêem o sujeito e, por consequência, a função-autor. Para a primeira, o sujeito compromete-se com uma corrente de filiações de sentidos possíveis articulando discursos nestes espaços que vão inserindo e delimitando o sujeito em uma formação discursiva. Para Orlandi (2001a), os sentidos veiculados pelo universo simbólico trabalham sobre dois eixos, porém iremos explicitar somente um, a saber: o eixo vertical está ligado à rede de formulações possíveis no interior das práticas discursivas. Este eixo faz relação com o pré-construído, ou com a memória constituída pelo interdiscurso com uma relação direta com o apagamento ou os esquecimentos ideológicos, que atravessam o sujeito causando a ilusão de que ele é fonte do dizer e que a linguagem lhe é transparente, acarretando nesta que é uma ilusão necessária no sujeito, de que ele é autor do que diz. Sendo assim, o sujeito é interpelado a constituir um espaço de subjetivação determinado pelo pré-construído.

Para Foucault (1998b), a subjetivação do sujeito é controlada pelos mecanismos

institucionais de poder e vê resistência por parte do sujeito em relação a estas práticas de controle, pois, se existem técnicas de governabilidade e controle do sujeito é porque existe resistência à instituição do poder. Foucault procura ver a categoria de função-autor enquanto fator de relações de poder e legitimidade discursiva procurando atribuir o *status* de singularidade ao autor demarcando sua forma de subjetivação e de certa forma mostrando mais uma face do poder. Já Orlandi (2001b), vê o princípio do autor como produção imaginária da unidade, articulação ilusória da subjetivação que atravessa o sujeito. Estas são diferentes vértices de um mesmo objeto que não é no todo contraditória, mas que, pelo contrário, apresentam um princípio de completude.⁵⁰

3.3 FORMA E CONTEÚDO NA MÍDIA JORNALÍSTICA

Como pudemos constatar nos capítulos anteriores, o jornalismo objetivo é um mito, apesar de muitos veículos de informação se esforçarem na direção do efeito de imparcialidade. Porém, a tentativa de impessoalidade só é perceptível por um olhar mais atento do leitor, e muitas vezes, pelo uso de técnicas epistemológicas de leitura, as quais procuram identificar, nos gestos de leitura, as contradições próprias do fazer enunciativo, pois é no campo das contradições que as ideologias aparecem e o texto jornalístico mostra sua face ou o seu caráter ideológico e põe em evidência o poder vigente ou pelo menos “[...] induz à interiorização de uma concepção específica do desejável, o que é *formatar* no aceitável” (GOMES, M. R, 2003, p.89).

Para uma leitura mais apurada do discurso jornalístico, propomos nos ater na relação

⁵⁰ Neste subitem evidenciamos algumas reflexões acerca da categoria de função-autor veiculada por Orlandi e Foucault, porem compreendemos, assim como Orlandi (2001b), que esta função-autor opera na materialidade do discurso interpelado pela história e a ideologia que o constitui enquanto função-sujeito responsável pelo texto e nesta sua relação com os efeitos ilusórios da linguagem, o sujeito perde o controle sobre os sentidos sendo afetado por eles. Esta interpelação que atravessa a função-autor é o resultado do que denominamos de esquecimento “número um” (PECHEUX, 1975), que é da ordem do inconsciente, do sonho adâmico de sermos fonte do que dizemos, quando que na “verdade” os sujeitos inscrevem-se no pré-construído sendo determinado por este.

entre forma e conteúdo, estando atento aos gestos de interpretação que estes elementos inter-relacionados propiciam ao leitor. A estrutura jornalística ou o seu caráter constituinte é um importante gesto de leitura em que o analista deve estar atento e que comumente se apresenta na informação jornalística, por isso vale lembrar algumas destas características: ordem das matérias a serem veiculadas, com ênfase maior a determinados discursos, sustentação das informações veiculando “discursos de autoridade” sobre a temática que está sendo tratada, os cortes das falas com a inserção de signos de pontuação como aspas, bem como subtítulos, tamanho de letras e outros elementos semióticos como: fisionomia dos rostos na veiculação da informação (no caso de jornalismo televisivo), cores, disposição da notícia na folha, o uso de imagens, seja de pessoas ou objetos, junto a reportagem procurando não só complementar a reportagem, mas também disciplinar e controlar a interpretação e também para conferir veracidade a informação veiculada e, dentre os elementos que são utilizados para conferir “verdade” ao discurso, estão as tabelas de porcentagem e as formas de citações: discursos diretos e discursos indiretos.⁵¹

Gomes, M. R (2003) nos chama atenção ainda para a proposição de que tanto o jornalismo opinativo quanto o informativo, procuram controlar a veiculação da informação e como exemplo para questão, a autora fala sobre o programa jornalístico televisivo de caráter opinativo, de Boris Casoy, quando este dá ênfase a seu “[...] arremate ‘isto é uma vergonha’ tornou-se sua marca, num julgamento que promove disciplina e controle” (GOMES, 2003, p.86).

O jornalismo, seja ele impresso ou televisivo, tem a função de organizar o espaço social com estratégias disciplinares, uma vez que, o jornalismo tem a função de “[...]”

⁵¹ Gomes, M. R (2003) denomina estes recursos como “função testemunhal” e diz que esta é “(...) uma estratégia recorrente, *testemunho do testemunho*, o tempo todo apresentando provas de veracidade do que foi dito por meio de citações, entrevistas, tabelas de porcentagem, fotografias, etc.”. E ainda nos chama a atenção para o uso dos “*shifters* testimoniais (os verbos dicendi): que são as entradas na língua de que o narrador dispõe para colocar-se numa posição de escuta como mero reproduzidor das palavras proferidas por outrem” (GOMES, M. R, 2003, p.95).

mantenedor da ordem vigente, do discurso dominante”; porém vale lembrar que “não se está colocando se é certo ou errado, mas sim a função do jornalista na construção dos discursos” (GOMES, M. R, 2003, p.89). Desta maneira, os discursos são habitados por delimitações ou por espaços discursivos e isto se deve ao fato de que todo sujeito é atravessado pelo poder em todas as suas instâncias institucionais. Sendo assim, o jornalista ou função-autor,⁵² conferem uma assinatura legitimadora ao que escreve e toda e qualquer expressão de subjetividade se apresenta marcada por um discurso institucional dominante que condiciona todo dizer. Contudo, a seleção/hierarquização das notícias se apresenta como aquilo que é de relevância para o espaço público que o jornalismo delineia. E este campo delineado de coerções se deve ao fato de que as “grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE, 1998, p.42).

As escolhas de determinadas colocações ou aferições no discurso jornalístico demonstram posições-sujeito assumidas, delimitam o espaço discursivo e demarcam o “lugar” discursivo assumido pela função-autor jornalista, explicita no fio do discurso “como” ele significa.

⁵² Muitos jornais procuram apagar essa voz legitimadora com técnicas do tipo: o uso de discurso em terceira pessoa não conferindo a fala a nenhum referente na tentativa de ser o mais imparcial possível. A busca da imparcialidade está ligada ao princípio da “verdade” a qual deve imperar, porém esta é apenas uma das diversas “verdades” que se expressam no campo discursivo, sendo possível pensar inclusive que não existe uma “verdade” *a priori*. E a autoria aponta para uma tentativa de subjetivação em um espaço discursivo em que o sujeito pensa ser livre e autor do que diz.

4 O TRABALHO INTERDISCURSIVO DA FUNÇÃO-AUTOR

4.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE AS COTAS NO PERÍODO FHC

Antes de iniciarmos o trabalho de delimitação das condições de produção, faremos algumas explanações de ordem teórica sobre os conceitos básicos que nortearão a compreensão dos gestos de leitura explicitados a partir de um lugar analítico. Após a descrição dos conceitos epistemológicos, adentraremos em questões de ordem metodológica que também nos auxiliarão na compreensão dos gestos de leitura explicitados na análise tanto das condições de produção como na compreensão das posições-sujeito mobilizadas pela função-autor ao longo deste capítulo.

As tomadas de posição sobre as cotas explicitam espaços ou lugares discursivos de onde sujeitos concretos se manifestam ou se marcam e delimitam suas práticas discursivas. E sobre a medida de adoção de cotas não poderia ser diferente, pois falar em diferenças raciais sempre foi um tabu para o pensamento ocidental por retomar uma memória histórica de conflitos, lutas e desigualdades.

A história, bem como as lutas que se travam, estão em um movimento contínuo e não podemos ser ingênuos de pensar que esta mesma história aristocrata que oprimiu os negros em um passado recente tenha desaparecido. Esta história de exclusão adquiriu uma nova face, uma re-significação no movimento contínuo da própria história, pois hoje o preconceito e a exclusão não se materializam em chibatadas no tronco, mas em práticas institucionais como o direito, a educação, o trabalho; enfim, nos fatores éticos, morais e estéticos de uma sociedade de poder que, em vez de apagar o preconceito, apenas o re-significou veiculado por uma memória interdiscursiva que impõe uma ordem discursiva para pensar a questão racial no

tempo presente.

Entendemos que repensar a questão racial na contemporaneidade, concite em refletir sobre os aspectos ou movimento histórico dos sentidos. Estes por sua vez, direcionado por determinadas condições de produção dos discursos. Para a teoria do discurso, as condições de produção do discurso fazem jus à relação entre sujeito, situação e a memória (PÊCHEUX apud GADET, 1997). O sujeito, em relação às condições de produção do discurso, ocupa um determinado “lugar” no interior de determinadas práticas discursivas; sendo assim, ele não pode ser visto como um sujeito livre de coerções e ideologias. Ao ocupar um espaço ou uma dada posição discursiva, o sujeito formula “representações imaginárias” de sua situação discursiva, projetando-se sobre seu interlocutor.

As representações estabelecidas pelo sujeito são uma herança com base naquilo que já foi dito e ouvido no interior de seu espaço discursivo, sendo marcadas pela memória histórica e, em consequência, pelo apagamento natural, porém sempre presente. Estas representações são ilusórias, haja vista que o vivido pelo sujeito é constituído pela estrutura da ideologia e do poder que o atravessam e o determinam. Sendo esta determinação fruto da ilusão ideológica sobre o sujeito e parafraseando Orlandi, quando esta fala da relação do sujeito com a ideologia dizendo que “a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos discursos em uma teoria materialista do discurso” e “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2001a, p.20). Desta forma, sujeito, discurso e ideologia estão materialmente ligados.

As condições de produção do discurso (doravante CP), se apresentam de duas maneiras, ou seja, em sentido estrito, que são as circunstâncias da enunciação ou o contexto imediato de produção do discurso, por exemplo, uma sede sindical, uma escola, ou ainda uma sede de partido político, nos quais se produz um discurso direcionado. E as condições de produção em sentido amplo, entendidas como os contextos sócio-históricos e ideológicos,

nos quais identificam-se à forma de uma sociedade na relação com suas instituições.

As condições de produção, em sentido amplo, estão ligadas à memória histórica que atravessa ao sujeito em relação à conjectura de seu espaço social, com suas instituições e suas formas de controle sobre o sujeito no curso de sua história. Esta história ou memória possui uma relação na maneira como os objetos simbólicos estão relacionados com o momento particular da história de sua aparição, ou com a memória do já-dito em um arrolamento com o imaginário que afeta os sujeitos em suas reais condições de existência.

Orlandi (2001a), refletindo sobre o conceito de memória em relação ao discurso, a vê como memória do interdiscurso ou memória discursiva. Essa última é “[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001a, p.31). O que chamamos de memória discursiva é o que torna possível todo dizer e que retoma, sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base de todo o dizível, sustentando cada tomada de posição pelo sujeito.

Para a teoria do discurso, o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em sua situação discursiva, pois os sentidos só se estabelecem pela retomada desta memória discursiva. E o sujeito, por sua vez, ao significar, também se significa e se constitui como ser interpelado pela discursividade que o atravessa; sendo assim, o sujeito se constitui pela retomada do já-dito ou do interdiscurso e seus respectivos eixos na relação entre constituição e formulação.

No que tange à descrição metodológica, procurou-se usar duas abordagens metodológicas de análise: neste que entendemos como primeiro momento do capítulo analítico, que compreendem a delimitação das condições de produção do período FHC (caput 4.1 e 4.2) e as posições-sujeito mobilizadas pela função-autor no período FHC (caput 4.1.1 e 4.2.1), fizemos um levantamento partindo de um *corpus* empírico, de 27 textos que compunham o arquivo de pesquisa, nos quais delimitamos a quantos lugares discursivos a

função-autor deu voz nos textos, ou seja, restringimos as posições-sujeito sobre as cotas. Já no segundo momento de análise, que compreendemos como a posição-sujeito da função-autor (caput, 5, 5.1, 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3), optou-se por um *corpus* analítico, no qual elegemos, dentre os textos que compõem o arquivo de pesquisa, um texto como *corpus* de análise⁵³, pelo qual procuramos explicitar como a função-autor dá voz aos discursos sobre as cotas. Portanto, tivemos dois momentos metodológicos na seleção de nosso *corpus* de pesquisa, ou seja, o primeiro momento partimos de um *corpus* empírico numérico levantando os discursos sobre as cotas. Já em um segundo momento optamos por um *corpus* analítico no qual elegemos um texto para análise de como a função-autor dá voz aos discursos sobre cotas⁵⁴.

Para este primeiro momento de análise, como referendamos acima, explicitou-se as justificativas metodológicas de ordem quantitativa, as quais nos levaram à compreensão das posições-sujeito e dos lugares discursivos postos em cena pela função-autor no período FHC e Lula. Estes fatos discursivos no campo analítico nos ajudam a compreender, a qual espaço ideológico a função-autor deu mais voz nos textos analisados e nos auxiliam a compreender também porque certos lugares discursivos aparecem mais do que outros. Procuramos este trabalho da função-autor pelo fato, como já dissemos, de que a função-autor tem a responsabilidade por selecionar as vozes, os lugares discursivos e o enfoque jornalístico que será dado ao fato jornalístico.

Foram analisados 27 textos que constitui o nosso arquivo de pesquisa, e, dentre os textos selecionados, foram analisados os enunciados mais significativos para responder a pergunta de pesquisa: a quem a função-autor da voz nos textos. Estes compreendem o ano de 2000 a início de 2005, dividido em dois itens (4.1 e 4.2) e dois subitens (4.1.2 e 4.2.1).

Optamos por dividir em dois grandes momentos a discussão sobre as cotas: 2000 a

⁵³ A justificativa da escolha de um texto em particular para análise da posição-sujeito da função-autor, *vide caput* 5.

⁵⁴ Detalhes sobre o método interpretativo qualitativo *vide caput* 5.

final de 2002, ano em que as discussões começam a aparecer e se polemizar na mídia adentrando em um universo de contradições demandando muitas tomadas de posições a respeito da legitimidade ou legalidade das reservas de vagas para negros. O outro período compreende de 2004 a início de 2005, momento em que as discussões sobre as cotas adentram em seu auge⁵⁵.

A divisão analítica em dois períodos distintos justifica-se pelos dois momentos políticos vivenciados pelo país, que influenciaram de forma distinta as condições de produção do discurso sobre as cotas. No primeiro momento das discussões, o Brasil estava sob a administração política-econômica do então presidente da república FHC, o qual induziu, quando à frente do poder administrativo do país, um axioma político-administrativo embasado nos princípios “neoliberais” e um dos principais efeitos desta política adotada pelo governo FHC foi o interesse e a prioridade dados aos assuntos relacionados à economia do país, deixando em segundo plano as políticas sociais.

O pensamento neoliberal foi tomando espaço nos países capitalistas, de modo que, tornou-se a mais nova filosofia política apresentada e posta em prática pelo então presidente FHC no Brasil. Esta política tipicamente capitalista, que parece querer reforçar a imagem de valorização do individualismo, proporcionou ao mundo capitalista aparentemente uma valorização do homem enquanto ser individual e de conhecimento.

No segundo momento das discussões sobre as cotas, o Brasil encontra-se sob a administração política do presidente Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Lula

⁵⁵ Omitimos o ano de 2003, por considerarmos um período sem polêmica na mídia, visto que no final de 2002, as discussões sobre as cotas já estavam amadurecidas e o ano de 2003 foi um ano com maior discussão no interior das instituições como a UFPR, pois já-se havia decidido adotar cotas. Agora o que precisava discutir era como seria o modelo de reserva de vagas, enfim, era preciso decidir quem seriam os contemplados com a reserva de vagas. Um fato que nos levou a entender que o ano de 2003 foi um ano de pouca discussão foi o apagamento de textos que tratassem da temática por parte do jornal Gazeta do Povo e pelos gestos de leitura explicitados na análise de textos que tratavam da questão no final de 2002, que apontavam para a legitimação das cotas, silenciando a polêmica. Após este período de silenciamento, começa, em 2004, uma batalha judicial contra as cotas, pois com o primeiro vestibular que se realizara com o sistema de cotas, começam a surgir os “problemas” do sistema de cotas na prática. Muitos candidatos que se sentiram prejudicados com a reserva de vagas adentram na justiça para reaver o seu direito a vaga, reavivando a polêmica silenciada no ano de 2003.

chega ao comando administrativo do país, com uma proposta de política partidária embasada em princípios sociais da promoção das massas na busca de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, com menos desigualdades sociais.

Estes dois momentos ou períodos das discussões sobre as cotas nos explicitaram gestos de leitura distintos devido às condições político-ideológicas particulares de cada momento como vimos acima. Por isso, seguimos uma sistematização metodológica, na qual optamos por classificar as posições discursivas recuperadas nos textos que compõem o *corpus* de análise, em dois espaços discursivos ou formações discursivas que representam duas formações ideológicas, ou seja, a exclusiva e a inclusiva⁵⁶. Cada uma destas formações ideológicas mobilizou diferentes campos discursivos, dos quais elegemos quatro como mais importantes pela sua recorrência: educacional, político-governamental, social e jurídico ou judiciário. Estes campos discursivos mobilizaram diferentes formações discursivas em suas esferas federal e estadual, cada uma delas apresentando diferentes posições-sujeito.

Os lugares discursivos mobilizados pela função-autor fazem referência aos dois espaços ideológicos da discussão sobre as cotas, o da inclusão, o qual é constituído pelos diversos discursos que justificam e legitimam as políticas de cotas e o da exclusão, que mobiliza discursos contrários ao sistema de cotas em dois diferentes períodos governamentais o de FHC e de Lula.

Descreveremos os quatro diferentes campos discursivos, com suas respectivas formações discursivas e em consequência os lugares discursivos que constituem o espaço ideológico da inclusão nos dois períodos governamentais e suas respectivas esferas de atuação. No campo discursivo político governamental⁵⁷ na esfera federal, formação discursiva

⁵⁶ Para uma maior compreensão da sistematização metodológica do primeiro período, *vide* quadro explicativo no anexo F1.

⁵⁷ Atentamos para o fato de que a formação discursiva governamental irá apresentar dois momentos, no governo FHC de repúdio as cotas inserindo-se na formação ideológica “exclusiva”, já no governo Lula há uma maior preocupação com políticas sociais e, em consequência, apóia o sistema de cotas, inscrevendo-se na formação

institucional, a função-autor mobilizou lugares discursivos como: o Congresso Nacional, Ministério da Educação, chefe da Casa Civil, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e na esfera estadual, as posições da Assembléia Legislativa do Paraná e Governo do Estado do Paraná.

No campo discursivo educacional, a função-autor mobilizou a formação discursiva discente, em sua esfera federal, o lugar discursivo da União Brasileira dos Estudantes (UBES). Já nas esferas estaduais a União Paranaense dos Estudantes (UPES) e a UFPR⁵⁸ que, apesar de ser uma instituição federal, consideramos sua atuação na esfera estadual mobilizando posições internas como: reitores, procuradores, docentes e discentes.

Outro espaço discursivo que constitui a formação ideológica inclusiva é o campo discursivo social, dividido em formação discursiva organizacional, compreendendo a sociedade civil como as Organizações não Governamentais (ONGs) e a formação discursiva institucional, compreendendo os movimentos de consciência negra. Este campo discursivo atua na esfera federal e a função-autor mobilizou neste campo discursivo a formação discursiva organizacional, o lugar discursivo da delegação brasileira na ONU e, na esfera estadual, também formação discursiva institucional o Instituto Afro do Paraná. Todas as formações discursivas e seus respectivos lugares discursivos acima citados constituem a formação ideológica inclusiva neste que será o primeiro momento das discussões sobre as cotas.

Adentrando na formação ideológica exclusiva, a qual não apóia o sistema de cotas, a função-autor mobilizou o campo discursivo jurídico, colocando em prática uma formação discursiva judiciária que mobilizou lugares discursivos na esfera federal, como por exemplo:

ideológica inclusiva.

⁵⁸ A UFPR oscilou entre duas formações ideológicas no período FHC, em um primeiro momento é contrário às cotas posicionando-se no espaço discursivo da exclusão com o reitor Carlos Antunes dos Santos, já em um segundo momento posiciona-se favorável às cotas inserindo-se no espaço ideológico inclusivo pelo lugar do reitor Carlos Moreira Junior.

o Superior Tribunal Federal (STF), que assume uma posição contrária às cotas e na esfera estadual como a procuradoria da UFPR, cuja posição sujeito assumida é de aceitação das cotas. Cada um destes lugares discursivos entende a política de cotas de lugares diferentes que iremos explicitar em gestos de leitura neste trabalho interdiscursivo da função-autor.

Dando início à descrição das condições de produção da temática das cotas e aparição dos discursos sobre as cotas, selecionamos alguns discursos de dois textos do ano 2000, que trataram da reserva de vagas para negros nas universidades: o primeiro apresentava o seguinte título: “Abaixo assinado para garantir vaga a alunos” (Anexo A1). No referido texto, institui-se o início das discussões e, ao mesmo tempo, já se esboçava uma das polêmicas sobre a adoção do sistema de cotas: as cotas deveriam ser somente para afrodescendentes ou deveriam ser expandidas e adotado um modelo de reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas, que comprovassem as condições de pobreza? O discurso do professor da rede pública estadual Airton Della Villa (Anexo A1), no qual defende reserva de vagas para quem estuda em escola pública, dá-nos indícios do que seria um dos grandes “problemas” na discussão sobre as cotas.

Este era o momento inicial das discussões sobre esta temática e, com isto, os textos apresentavam uma conjuntura de diversas vozes, aferindo diversas posições-sujeito, as quais polemizavam as discussões em torno da viabilidade em se adotar um sistema de cotas somente para alunos afrodescendentes, ou então, expandir para alunos provenientes de escolas públicas. Sendo assim, as cotas não deveriam se restringir somente a aspectos étnicos, mas também considerar aspectos socioeconômicos. Este discurso silencia um outro discurso, no qual se acredita no substrato de que a maioria dos negros são pobres. Trata-se, portanto, de um modelo de cotas para alunos pobres, no qual teríamos uma maior amplitude, cumprindo assim seu real papel de medida de correção de distorções sociais, pois não abarcaria somente negros, mas também os negros que são em sua maioria carentes.

Outro texto analisado nestas mesmas condições de produção foi o (Anexo A2), no qual o reitor da UFPR, Carlos Antunes dos Santos posiciona-se contrário às cotas dizendo que a: “proposta pode privilegiar candidatos despreparados”. O então reitor da UFPR é contra as cotas seguindo uma tendência da política FHC de contrariedade às medidas afirmativas, haja vista que as condições de produção só lhe permitiram ter esse discurso, uma vez que as condições históricas e ideológicas da política federal eram de contrariedade às cotas e o reitor da UFPR, sendo um sujeito-funcionário federal, só poderia ter um discurso contrário às cotas.

A segunda fase deste primeiro momento das condições de produção sobre a polêmica das cotas foi o ano de 2001. Neste momento, as discussões ganharam força impulsionada pela mídia e pelos movimentos afrodescendentes e estudantis ou ainda por membros da sociedade civil como educadores, estudantes, advogados e políticos.

As polêmicas que se instauram em torno das cotas neste momento, não ficaram restritas apenas a nível nacional, mas se popularizaram e atingem âmbitos regionais. No caso do Estado do Paraná, em torno da medida de cotas a ser adotada pela UFPR, impulsionadas por movimentos como a UBES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas), que em parceria com os grupos regionais como a UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), ganham força e começam a assumir um posicionamento frente à polêmica, “desenhando” o rumo a ser traçado na discussão sobre as medidas afirmativas.

Nestas condições de produção, as instituições estudantis como a “UBES” e a “UPES” deflagraram uma campanha que visava reservar 50% das vagas de cada turno e curso das universidades gratuitas brasileiras para alunos que haviam cursado integralmente o ensino fundamental e médio em colégios públicos. Sendo assim, estes movimentos estudantis, neste momento das condições de produção, assumiram um posicionamento favorável ao sistema de cotas para alunos provenientes ou egressos de escolas públicas:

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) deflagraram uma campanha que visa reservar 50%

das vagas de cada turno e curso das universidades gratuitas brasileiras para alunos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em colégios públicos (Anexo B1).

As condições históricas de produção dos discursos em relação a política de cotas em âmbito nacional continuam contrárias às medidas afirmativas e, desta vez, quem fala é o então ministro da Educação Paulo Renato (Anexo B2), que se posiciona contrariamente ao sistema de cotas, tanto para negros como para alunos provenientes das escolas públicas, afirmando ser favorável a que se faça um investimento no fortalecimento da economia, para que se tenha então, uma melhoria na qualidade de vida das pessoas para que todos tenham acesso à educação. Este pensamento se justifica pela posição-sujeito ocupada pelo então ministro da educação, pois o mesmo, sendo um ministro da base governista, ou seja, ministro do governo FHC não poderia ter um discurso diferente.

No então governo FHC, ganha espaço uma tendência política tipicamente capitalista que dá a impressão de valorização do individualismo, de modo que o melhor caminho para a inclusão social de grupos minoritários seria a melhoria das condições econômicas do país para que todos tivessem a oportunidade de crescer individualmente e não investindo em políticas compensatórias ou medidas sociais emergenciais. Portanto, o discurso do ministro governista não poderia ser diferente senão o de repudiar toda e qualquer forma de “favorecimento” e justifica seu posicionamento contrário às cotas com o discurso de que: “o acesso à educação pelos negros vem aumentando” (Anexo B1).

Como era um momento de amadurecimento das políticas de cotas e as discussões sobre, só haviam começado, retomamos a fala do então ministro do Superior Tribunal Federal Marco Aurélio (Anexo B4), o qual profere que não existe nem um sistema de cotas raciais no país e “lembrou que um dos poucos casos de cotas previstas na legislação brasileira é a destinada aos portadores de deficiência física” (Anexo B4).

Destacamos agora o fato jornalístico veiculado no (Anexo B5), o qual chega às bancas

no dia 21 de novembro, um dia após a data comemorativa dos movimentos negros no Brasil como dia nacional da consciência negra⁵⁹. Esta discussão se restringe a uma reflexão sobre a situação do negro, em especial o negro pobre, no Estado do Paraná e, em consequência, a viabilidade da adoção de um sistema de cotas que levasse em consideração fatores étnicos e socioeconômicos.

No (Anexo B6), os gestos de leitura apontam para a inserção cada vez mais constante de espaços discursivos favoráveis à adoção de cotas, de modo que é dada voz aos representantes de movimentos negros e movimentos estudantis como Nizan Pereira, que é coordenador dos estudos afro-brasileiros e Jaime Tadeu presidente da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP) e, com isso, dá-se início a uma reflexão mais séria e crítica sobre a temática no momento em que o Estado do Paraná cria um sistema de vagas suplementares para índios nas universidades:

Caberá ao recém-criado Conselho Nacional de Combate à Discriminação fiscalizar a adoção de cotas. Na discussão do projeto que tratava do assunto, no Senado, entidades ligadas ao setor ainda tentaram aumentar a abrangência da lei, considerada por alguns setores jurídicos como inconstitucional. Os técnicos argumentaram que a implantação de uma reserva de mercado para deficientes físicos existe no país e nunca foi contestada. As políticas de cotas começam sua expansão e vão ganhando cada vez mais crédito e com isso cada vez mais pessoas começaram a apoiar ou então repudiar as reservas de vagas para grupos “minoritários”. (Anexo B6).

Este fato jornalístico marca o final do ano de 2001, e é dado destaque ao fato de que o Estado do Paraná adotara uma medida que rompe um tabu no país ao propor um sistema de cotas para índios, sendo estes a primeira minoria étnica do país a dispor de um sistema de cotas nas universidades (Anexo B6).

A medida de reserva de vagas adotada pelo Estado do Paraná impulsiona a discussão, chegando ao Congresso Nacional um projeto de lei (Anexo B7), que propunha a criação de cotas para negros na tevê e na universidade. Após a medida passar pelo Congresso Nacional é ampliada e sancionada pelo então presidente FHC, que sempre foi contra as cotas, criando a

⁵⁹ O 20 (Vinte) de Novembro é uma data significativa para os movimentos negros. *Vide caput 3.2.1.*

lei que garantia o acesso à universidade e a cargos públicos para negros pelo regime de cotas. A medida contava com o apoio de dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) , a qual concluía que:

os negros têm uma remuneração média de cerca de 49% inferior aos brancos. Além disso, conforme estudos do Ipea, o alto índice de desemprego entre negros é derivado da baixa escolaridade, que hoje é de 50% inferior aos brancos (Anexo B7).

Neste final do ano de 2001, com a legitimação das propostas de implementação das cotas, a temática é alvo de críticas de setores jurídicos, os quais alegavam que a medida de cotas era inconstitucional pressionando e colocando a medida em pauta para sua discussão e avaliação pelos meios legais, com o intuito de vetá-la. Estas propostas de (i)legitimação das cotas colocaram o preconceito racial em discussão no país, dividindo opiniões de estudiosos como sociólogos, representantes de movimentos estudantis, professores, juristas e membros de comunidades negras, dividindo opiniões em toda a sociedade interessada na temática.

No ano de 2002, as medidas adotadas de validação das cotas pelo governo federal começam a surtir reflexos na política de inclusão social em nível Estadual, sendo a primeira vez que a UFPR coloca em pauta a necessidade da instituição realizar um mapeamento do perfil étnico da instituição, com o objetivo de realizar uma pesquisa para levantar o número de negros matriculados nos cursos oferecidos pela instituição e, desta forma, delimitar o perfil dos acadêmicos da UFPR e confirmar a hipótese de uma pré-pesquisa realizada de que negros eram minoria na universidade paranaense.

A UFPR, através de seu reitor, se coloca aberta às discussões sobre as cotas na instituição, contrariando a postura assumida pelo antigo reitor, Carlos Antunes dos Santos. O reitor empossado Carlos Moreira Junior segue a tendência política nacional de reconhecimento da necessidade de se desenvolver no país medidas emergenciais para a correção de distorções sociais e essas propostas ganham força na UFPR, uma vez que, para o reitor Moreira Junior: “A omissão em discutir o tema é tão ruim e perniciosa quanto a própria

segregação racial” (Anexo C1).

O reitor da UFPR, Moreira Junior apóia a discussão sobre as medidas afirmativas e avança nas discussões propondo que as cotas para afrodescendentes poderiam ser legitimadas para o vestibular de 2004, propondo um modelo em que seria facultada ao candidato a escolha ou não em concorrer à reserva de vagas pela autodeclaração étnica. Porém, este era um momento de conscientização da comunidade sobre os motivos balizadores de se adotar medidas afirmativas como essas, que poderiam vir a tornar-se uma realidade (Anexo C2).

Pela recente importância dada à temática das cotas até o ano de 2002, o que se percebe são as muitas dúvidas sobre a legalidade das medidas afirmativas fazendo com que despontassem inúmeros discursos contrários e favoráveis às medidas afirmativas. E, neste período, a maior polêmica veiculada sobre a reserva de vagas foi impulsionada pelos que eram contrários a estas medidas, instaurando, como último recurso para impedi-las de se tornarem uma realidade, a discussão em torno da validade jurídica da medida, uma vez que esta era a maior preocupação por parte de toda a sociedade, tanto pelos que eram favoráveis às cotas quanto pelos que eram desfavoráveis. Vale lembrar, que neste momento das condições de produção, a justificativa social de um sistema de reserva de vagas para negros já tinha sido legitimada por dados de pesquisas realizadas por instituições governamentais como o IPEA e movimentos negros. Desta forma, o último argumento usado para contestar e impedir a validade das cotas pelos movimentos contrários à medida era a sua legalidade pelo discurso jurídico.

A preocupação em torno da viabilidade jurídica das cotas era tanta, que representantes do poder jurídico começam a se manifestar. A primeira a legitimar as cotas foi Dora Bertúlio, procuradora chefe da UFPR, a qual realizou estudos preliminares do caso sob a ótica jurídica e chegou à conclusão de que “não há impedimentos legais para a implantação das cotas para negros” (Anexo C1). Outro a se manifestar sob um olhar jurídico às medidas afirmativas foi o

presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Antonio Mello, o qual justifica as cotas dizendo que:

não é inconstitucional, como os opositores da idéia têm alegado. O argumento apresentado pelo ministro é de que a política de cotas propicia a igualdade de oportunidades, obedecendo o artigo 3.º da Constituição, segundo o qual reduzir as desigualdades sociais constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, com as universidades públicas inseridas dentro desse contexto (Anexo C1).

No final do ano de 2002, é veiculado o último texto sobre as cotas (Anexo C3), no qual o professor Nizan Pereira Almeida da UFPR (Anexo C3), membro do curso de medicina, seguindo a tendência da instituição da qual é professor, assume seu apoio às cotas e faz críticas ao modelo de aprovação e chegada na universidade que só privilegia brancos ricos, de modo que, não basta ser branco para ingressar na UFPR, é preciso ser rico também e afirma ainda que “do ponto de vista do recrutamento, a universidade é absolutamente fiel a quem tem poder” (Anexo C3).

4.2.1 As Posições-sujeito sobre as Cotas mobilizadas pela Função-autor no Período FHC

Adentrando na descrição e na delimitação das formações discursivas, chamamos a atenção para o fato de que não concebemos lugar para a neutralidade discursiva, uma vez que os espaços discursivos são sempre delimitados e a ação dos discursos é controlada. E o analista, neste processo de ilusão ou interpelação ideológica, deve ser capaz de compreender os gestos de interpretação que lhe possibilitem constituir espaços discursivos e/ou tomadas de posição.

Entendemos como posição-sujeito o “resultado da relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva” (FERREIRA, 2005, p.20). Pensar o sujeito discursivamente é vê-lo enquanto uma posição ou “lugar” discursivo, no qual a historicidade e a ideologia da língua se materializam; portanto, o sujeito não é

centralidade em relação à língua, mas é sim atravessado por ela no interior de uma formação discursiva.

Já o conceito de formação discursiva, para a teoria do discurso, está relacionado à posição que pode e deve ocupar todo sujeito para ser sujeito do que diz. Sendo assim, as formações discursivas delimitam os sentidos e a ação do sujeito exercendo coerção sobre este, pelo jogo imaginário e interdiscursivo da língua.

Começamos a delimitar os espaços discursivos pela formação ideológica exclusiva, uma vez que o campo jurídico, na maior parte da discussão sobre as cotas, a função-autor mobilizou formações discursivas com posições contrárias à reserva de vagas, tanto a um modelo de cotas que fossem destinadas para negros como para alunos egressos de escolas públicas. O campo discursivo jurídico é contrário às cotas e justifica sua contrariedade à reserva de vagas por acreditar que este sistema consiste em um modelo que dá “privilégios” tratando pessoas de forma desigual, infringindo assim, um dos princípios básicos da constituição brasileira: “o de que somos todos iguais perante à lei”. Recuperamos a fala do espaço discursivo jurídico mobilizado pela função-autor ao longo da discussão da primeira fase das condições de produção, quando a lei de cotas tramitava no Senado Federal, com o objetivo de configurar um espaço discursivo em que prevalece a posição-sujeito contrária às cotas, pois: “na discussão do projeto que tratava do assunto, no Senado, entidades ligadas ao setor ainda tentaram aumentar a abrangência da lei, considerada por alguns setores jurídicos como inconstitucional” (Anexo B7).

Havia muita resistência por parte das instituições jurídicas, como o STF e juízes em admitir e legitimar a reserva de vagas como legal e necessária para corrigir possíveis distorções e exclusões sociais e, desta forma, o campo jurídico divide-se em posições sujeito que admitem a legalidade das cotas e outras que repudiam as cotas pelo princípio da ilegalidade. Este posicionamento do campo discursivo judiciário nega as desigualdades

sociais vivenciadas pelos negros e pobres no Brasil e propostas pelos movimentos negros. Esta posição-sujeito nos reporta às proposições de Foucault (1998b), quando este fala do aparelho de Estado burguês de justiça, pois para o filósofo, o campo jurídico ao longo da sua história, sempre foi uma “arma” burguesa usada em benefício próprio, a qual tem a função de controlar e disciplinar as minorias. Sendo assim, o poder judiciário tem sua genealogia na formação do Estado burguês a serviço desta elite burguesa no controle e na manutenção do poder sobre o sujeito. Colocando-se nesta perspectiva do dizível, pode-se aferir que o campo discursivo jurídico não há preocupação em promover políticas compensatórias, pois seu campo ideológico o impede de assumir um discurso favorável às cotas, haja vista que a maquinaria jurídica se encontra de posse e controle de um Estado burguês, que confere ao negro e ao pobre o legado da exclusão.

Nos discursos favoráveis à reserva de vagas, espaço da inclusão, temos a posição-sujeito da UFPR, posta pela procuradora-chefe da instituição, advogada Dora Bertúlio, que comenta sobre estudos preliminares que foram realizados com o intuito de analisar a validade e viabilidade das cotas. Estes indicaram que não haverá empecilhos legais que retardem a adoção de reserva de vagas para negros na UFPR. Segundo Dora Bertúlio⁶⁰, a medida de reserva de vagas não é inconstitucional, como é vista pelo espaço discursivo jurídico, pois a medida de cotas tem por objetivo promover a inclusão social igualando oportunidades e diminuindo desigualdades sociais, conforme proposto pelo: “artigo 3.º da Constituição, segundo o qual reduzir as desigualdades sociais constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, com as universidades públicas inseridas dentro desse contexto” (Anexo C1).

Como pudemos constatar nos enunciados retomados acima, os discursos são

⁶⁰ Para a AD não se pode pensar a categoria de sujeito enquanto ser empírico ou destituído de uma formação discursiva, por isso, a critério de análise delimitamos a posição-sujeito de Dora Bertúlio, como manifestação da formação discursiva UFPR, pois o sujeito não fala por si só independentemente, mas coloca em uma posição-sujeito para que sua fala seja legitimada.

determinados pelas formações discursivas, uma vez que, para a teoria do discurso, não existe um sentido *a priori*. Em suma, a linguagem não estabelece sentidos em uma relação intrínseca, mas se coloca na relação com o ideológico e o histórico, sendo assim, a língua estabelece uma relação com sua exterioridade ou com suas reais condições de produção. Porém, nesta relação do discurso com a exterioridade, os sentidos migram; eles não são estáticos, adquirindo diferentes sentidos tantos quantos forem possíveis.

Vimos que o discurso da advogada Dora Bertúlio migrou para outro campo discursivo, pois, pela sua posição-sujeito advogada, ela deveria repudiar as cotas assumindo um discurso jurídico de repúdio as cotas, porém neste contexto ela representa a formação discursiva UFPR deslocando-se para o campo institucional, desta forma, podemos depreender deste trabalho discursivo, que existe uma relação entre lugar discursivo e lugar social que podem não convergir nas práticas discursivas, sendo assim, compreendemos que a função-autor mobiliza uma fala do campo institucional apoiado no campo jurídico.

Reportamo-nos para o campo discursivo social da inclusão delimitando a formação discursiva institucional dos movimentos de luta e consciência negra, que assumem o discurso das práticas cotidianas de desigualdades sociais, usando-o como motivo para justificar a sua luta pela implementação de um sistema de reserva de vagas para negros. Observamos, na fala de Nizan Pereira, coordenador dos estudos afro-brasileiros, a justificativa da reserva de vagas pelo critério étnico que deslegitima a reserva de vagas só para pobres. Para ele, as cotas devem ser para negros pobres, pois esses enfrentam mais dificuldades no acesso à educação, mais dificuldades inclusive que os alunos pobres, de modo, que para o representante dos estudos afro-brasileiros,

o problema é que os negros têm menos chances de ingressar na faculdade devido às dificuldades que enfrentam nas fases anteriores. O importante é discutir o que acontece ao longo de toda a educação. Está difícil estudar para o pobre em geral. Mas preto e pobre é mais complicado ainda, diz o professor, que justifica. A quantidade de professores brancos é muito maior e didaticamente, principalmente nos livros, o negro é tratado sempre como uma pessoa inferior. Está sempre acorrentado, por exemplo (Anexo B5).

Os campos discursivos sociais constituídos pelos movimentos negros procuram justificar a falta de acesso à educação para os negros, pela sua exclusão social e destacam o fator socioeconômico como fator preponderante da exclusão social do negro. Conforme se vê no discurso institucional de Jaime Tadeu, presidente da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP), o qual concorda plenamente com Nizan Pereira, quando este diz que, para o negro, é mais difícil ingressar na universidade, já que: "os negros têm de batalhar muito pela sobrevivência. Só depois de muita "luta" conseguem entrar para uma universidade. A forma de ensino, ainda hoje, exclui o negro", diz (Anexo B5).

As formações discursivas institucionais, representadas pela posição-sujeito dos movimentos negros, por exemplo, defendem um sistema de reserva de vagas para negros, em princípio, e defendem que a *posteriori* as cotas sejam expandidas para alunos carentes em geral. A função-autor recupera desta formação discursiva, o lugar discursivo do então presidente do Instituto Afro-brasileiro do Paraná, Valdir Izidoro Silveira, o qual justifica, pela sua posição-sujeito, que o sistema de cotas deveria ser para negros ao dizer que: "as entidades afro-brasileiras esperam que as cotas para negros sejam o início de um sistema que possa acolher, no futuro, também estudantes de escolas públicas e menos favorecidos em geral" (Anexo C2).

Outra posição-sujeito que constitui a formação discursiva institucional na esfera estadual recuperada pela função-autor é a fala de Saul Dorval da Silva, do Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, que mostra uma posição-sujeito que parece de apóio à medida aprovada pelo Legislativo paranaense e sancionada pelo governador Roberto Requião, que garante a reserva de vagas para negros em concursos públicos estaduais e diz que: "o Paraná demonstrou maturidade política para o resolver o problema de raça" (Anexo D2). O movimento negro se manteve favorável a um modelo de cotas para negros, apesar de que algumas posições-sujeito no interior de sua formação discursiva fossem favoráveis também a

cotas para alunos pobres.

Compreendemos, pelos gestos de leitura explicitados, na análise dos dois primeiros campos discursivos, o campo discursivo jurídico e o social, que os sentidos, os valores, enfim, as posições-sujeito sobre a reserva de vagas foram diferentes. Os motivos e/ou justificativas, para defender ou repudiar as cotas, foram os mais variados, portanto, a temática assumiu valores distintos. Para a teoria do discurso, esses inúmeros sentidos adquiridos pela temática na relação com a história e com a ideologia fazem com que se instituem, em torno da temática das cotas, inúmeras redes parafrásticas de sentidos as quais se materializam em repudiar a reserva de vagas, como foi o caso da formação discursiva jurídica, ou então apoiar as cotas, como foi o caso da formação discursiva negra.

Esta rede parafrástica de inúmeros outros sentidos possui uma relação direta com o princípio de memória discursiva ou de interdiscurso, pois os diversos outros dizeres que cada tomada de posição suscitou estabelece uma relação de outros sentidos pela característica histórica do sentido. Portanto, os sentidos são sempre outros, pelo movimento histórico dos discursos no interior das formações discursivas.

Por isso, em cada espaço discursivo que apontamos, as opiniões sobre as cotas divergiram adquirindo outros sentidos, como por exemplo: para os espaços discursivos favoráveis às cotas como os movimentos negros e estudantis, a temática recebe sentidos como: democrático, sistema de correção de desigualdades sociais, justiça para com os negros, etc.

Já para os movimentos contrários às cotas como a formação discursiva jurídica, o discurso sobre a reserva de vagas adquire sentidos do tipo: antidemocrático, medida inconstitucional, política de privilégios, enfim, todo e qualquer tipo de sentidos outros que se apresentem e se justifiquem contrários ao sistema de cotas.

Como pudemos constatar, a linguagem não opera sozinha. Ela envolve diversos

fatores externos a sua estrutura, ou seja, fatores ideológicos e históricos, que atravessam o sujeito em sua tomada de posição. Logo, o espaço discursivo do sujeito nunca é neutro e, por isso mesmo, os sentidos estabelecem famílias parafrásticas, sempre reportando a outros dizeres presentes na memória discursiva do sujeito justificando sua posição-discursiva ou tomada de posição.

Após estas considerações acerca dos fatores constituintes dos sentidos, delimitaremos o campo discursivo educacional inclusivo, constituído pela formação discursiva discente na esfera federal representada pelo lugar discursivo da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Jerumar de Oliveira fala da posição de representante da UBES e se posiciona favoravelmente a um sistema de cotas para alunos provenientes de escolas públicas, justificando as cotas enquanto fator de correção de distorções sociais. Portanto, elas deveriam ser destinadas a pessoas carentes. Jerumar de Oliveira (UBES), justifica as cotas sociais para alunos pobres dizendo que: "É uma discriminação positiva, que tenta igualar as chances de quem tem menos tempo e dinheiro para estudar", finaliza (Anexo A2).

Ainda no campo discursivo educacional, na esfera estadual, a função-autor mobiliza a formação discursiva discente representada pelo lugar discursivo da União Paranaense de Estudantes (UPES). Esta se manifesta justificando um sistema de cotas para alunos carentes ou provenientes de escolas públicas, legitimadas na fala do presidente Edmir Maciel, o qual assinala, com dados coletados de uma pesquisa realizada pela UPES em conjunto com a UBES, que: "73% das vagas nas áreas de biológicas e exatas das universidades estaduais do Paraná são ocupadas por alunos que cursam o ensino médio em escolas particulares" (Anexo B1).

A UBES e a UPES continuam justificando o motivo pelo qual são favoráveis a um sistema de cotas social e não somente étnica, deflagrando uma campanha nacional para discussão e aprovação de 50% das vagas das universidades públicas brasileiras para alunos

provenientes de escolas públicas:

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) deflagraram uma campanha que visa reservar 50% das vagas de cada turno e curso das universidades gratuitas brasileiras para alunos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em colégios públicos (Anexo B1).

Outro discurso reportado à formação discursiva educacional, só que contrário às cotas, estabelecendo-se no espaço discursivo da exclusão na esfera federal, é do então ministro da Educação Paulo Renato, do governo FHC, o qual se posiciona contrário às cotas, tanto para negros como para alunos egressos de escolas públicas, corroborando assim com uma tendência política do governo FHC, que refutava políticas sociais ou medidas afirmativas. A formação discursiva educacional na posição-sujeito do ministro da educação, contraria o discurso de inclusão do campo discursivo social, representada pela posição da delegação brasileira na ONU, que prevê a existência de cotas para negros nas universidades públicas:

A delegação brasileira levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo – de 31 de agosto a 7 de setembro em Durban, na África do Sul – a proposta de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. O Ministério da Educação se mantém contra porque considera que isso contraria o critério de avaliação escolar (Anexo B3).

Vale lembrar que quando se fala que o “Ministro da Educação é contra as cotas” não se está fazendo referência a uma categoria empírica de sujeito, mas sim enquanto membro que fala de uma posição-sujeito, ou seja, fala do interior de uma formação discursiva institucional no campo educacional na qual é interpelado. Sendo assim, o Ministro da Educação é contrário às cotas por estar em um espaço discurso determinado pela política de FHC de contrariedade a qualquer medida envolvendo ações afirmativas. Logo, as determinações históricas e ideológicas determinaram o discurso do Ministro da Educação para aquilo que ele pode e deve dizer enquanto membro do governo FHC e representante de sua política educacional.

Dentro de um espaço ideológico de exclusão, contrário às cotas, ainda no campo

educacional, um outro lugar discursivo no interior da formação discursiva institucional: o de representante da Universidade Federal do Paraná (reitor UFPR1), reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos e do seu substituto Carlos Moreira Júnior (reitor UFPR2)⁶¹.

Há três momentos políticos presentes no interior de uma mesma formação discursiva⁶², uma vez que a UFPR apresenta em um primeiro momento uma posição “ortodoxa” em relação à reserva de vagas, pela posição do ex-reitor da UFPR Carlos Roberto dos Santos, o qual justifica que é contrário a toda e qualquer forma de cota e explica seu posicionamento dizendo que o país deve investir na educação de base como forma de correção de distorções sociais: “seja para estudantes negros ou para alunos carentes, sou contra este tipo de benefício por princípio” (Anexo B7).

Já em um segundo momento, ainda no governo FHC, em que a discussão ganha espaço e é colocada em pauta pelo reitor empossado Carlos Moreira Júnior, que substitui Carlos Roberto dos Santos, há o reconhecimento das desigualdades e a formação discursiva institucional no lugar discursivo do reitor da UFPR, assume uma posição favorável à discussão sobre a viabilidade das cotas, haja vista que as discussões, quando da sua chegada à reitoria da UFPR, estavam apenas ganhando força no cenário acadêmico impulsionadas pelo campo discursivo educacional e social. Como vimos nas primeiras tomadas de posições neste capítulo, estes campos discursivos começam a dar espaço para a discussão que chega ao Congresso Nacional. A função-autor retoma o discurso do reitor empossado quando este justifica que: “A omissão em discutir o tema é tão ruim e perniciosa quanto a própria segregação racial” (Anexo C1).

⁶¹ Devido à mobilidade deste lugar discursivo em duas posições ideológicas em um mesmo período é que optamos, a critério de diferenciação em nosso quadro explicativo (*vide* anexos FI e F2), para este capítulo de análise, denominar o reitor Carlos Antunes dos Santos de “reitor UFPR1” e o reitor Carlos Moreira Junior de “reitor UFPR2”. Já no segundo momento de análise, compreendido como período Lula, não usamos a referida numeração por termos só um espaço ideológico ocupado por este lugar discursivo neste período.

⁶² Como falamos, há três momentos em torno da discussão sobre as cotas na formação discursiva UFPR, porém neste item apresentaremos somente dois, pois o terceiro momento diz respeito ao período de governo Lula, o qual retomaremos mais adiante.

O terceiro momento de discussão sobre as cotas no interior da formação discursiva institucional na posição da UFPR é o momento em que a instituição assume um modelo de cotas que inclui não só fatores étnicos, mas também sociais, pois, para a UFPR, as cotas deveriam assumir um papel social na correção de desigualdades sociais combinando critérios econômicos⁶³.

O campo discursivo educacional apresenta um entrecruzamento de discursos, sendo que o discurso que mais se mostra presente neste espaço é dos que são favoráveis a um sistema de cotas combinando não só fatores étnicos, mas também fatores econômicos, dando oportunidades de ingresso à universidade para alunos provenientes de camadas carentes da população, ou então, a alunos cujo histórico escolar justifique sua carência e/ou o qualifique como aluno proveniente de escola pública. Estas combinações de fatores étnicos com medidas de correções socioeconômicas se mostram presentes no modelo de vestibular adotado pela UFPR.

Ainda dentro do campo discursivo educacional no lugar discursivo discente representado pelo que denominamos de alunos “brancos” e/ou provenientes de escolas particulares, os quais repudiam as cotas e não legitimam nenhuma das medidas de adoção de cotas, nem para negros e nem para alunos provenientes de escolas públicas. Porém, neste primeiro momento da articulação das posições-sujeito pela função-autor, eles não tiveram seu espaço delimitado, haja vista que as discussões só estavam começando. Sendo assim, estes enunciados serão recuperados no segundo momento das tomadas de posições, pela presença mais efetiva desta formação discursiva no segundo momento das condições de produções, compreendidas como período Lula, no qual as políticas de cotas se polemizam pelos resultados obtidos na sua aplicabilidade.

⁶³ Este terceiro momento das discussões sobre as cotas será retomado com maiores detalhes no “caput 5.2”.

4.3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE AS COTAS NO PERÍODO LULA

Adentraremos na descrição das condições de produção dos discursos sobre as cotas no que metodologicamente denominamos de segundo período das discussões, o qual compreende os anos de 2004 e 2005. Neste período as discussões sobre as cotas tomam maiores proporções e reforça-se a idéia de reconhecimento das desigualdades no acesso à educação para os negros.

Neste segundo momento, o Brasil encontra-se sob a administração política do presidente Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O governo Lula chega ao comando administrativo do país com uma aparente proposta de política partidária embasada em princípios sociais de promoção das massas na busca de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, com menos desigualdades sociais.

O governo Lula parece querer colocar em prática sua política social e uma das primeiras medidas em relação às cotas foi o reconhecimento histórico das desigualdades e do preconceito em relação aos negros, legitimando desta forma as medidas de ações afirmativas. Em decorrência da legitimidade das diferenças, o governo elabora uma Medida Provisória que garantiria o acesso de afrodescendentes pelo sistema de cotas. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dão suporte à posição assumida pelo governo de legitimação das cotas mostrando uma aparente preocupação do governo petista na promoção de reparações sociais históricas, pois as medidas adotadas pelo governo vinham:

Para resgatar uma dívida social de mais de um século, o governo pretende editar uma Medida Provisória autorizando as universidades federais a adotarem o sistema de cotas para alunos negros. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que apenas 14,3% dos alunos que cursam o ensino superior são negros. A proposta será entregue à Casa Civil até a próxima sexta-feira (Anexo D1).

O governo Lula, ao contrário de FHC, parece mostrar-se mais preocupado em

desenvolver uma política social como estratégia para corrigir desigualdades sociais e, como forma de implementação dessa política social, Lula opta pela conscientização da importância de se promover à igualdade social em um momento em que as discussões sobre a legitimidade das cotas já estavam “amadurecidas” e tinham ganhado “chão”. Porém, por mais que as discussões sobre as cotas tivessem avançado e ganhado legitimidade, “o governo federal decidiu voltar a discutir a implantação de cotas para negros no vestibular de universidades federais, antes de publicar medida provisória sobre o assunto” (Anexo D3).

Pelas críticas recebidas sobre a possível “medida provisória” que garantiria a reserva de vagas para negros, o governo Lula resolve recuar e repensar a questão. Após este recuo, o governo recebe críticas de grupos que eram favoráveis a “medida provisória”, como afirma Matilde Ribeiro, membro da “Secretaria Especial de Políticas de promoção da Igualdade Racial”, a qual profere que, mesmo pelo reconhecimento científico das diferenças no acesso ao ensino superior, o governo não conseguirá evitar críticas, pois “assim como a discriminação é histórica, as críticas também são” (Anexo D3).

Em janeiro de 2004, o então ministro da Educação Cristovam Buarque sai do governo Lula e profere pesadas críticas dizendo que o governo não está priorizando a política social do país como propunha em campanha, mas está preocupado sim com a política econômica. Desta forma, Buarque questiona os princípios partidários do governo petista e faz uma analogia em relação à política social, que o PT propunha antes de ocupar a posição de governo em campanha, com a política desenvolvida agora no comando do país.

O ex-ministro da Educação Cristovam Buarque manteve ontem, no discurso de despedida do cargo, o mesmo tom crítico contra o governo por privilegiar a economia em detrimento do social e voltou a queixar-se de falta de verba para o ensino (Anexo D4)⁶⁴.

⁶⁴ O texto em anexo não trata especificamente da temática das cotas, mas nos ajuda a compreender as condições históricas e políticas daquele momento que influenciaram nas condições de produção sobre as cotas. Nos valem do discurso do ministro Buarque pela posição-sujeito ocupada por ele neste momento, pois ao proferir críticas ao governo Lula do qual é integrante exercendo o cargo de ministro da educação, entendemos que sua posição coloca-o como um profundo conhecedor das propostas políticas partidárias do governo petista. O texto

Com a saída do então ministro da educação, Cristovam Buarque, entra em cena o novo ministro da educação, também petista, Tarso Genro, e, junto com ele, a “Reforma Universitária” ganha espaço no cenário político-educacional do país e, dentre as medidas a serem implementadas na reforma do ensino, estão a criação de cotas como medida de promoção de um Estado democrático, forte e sólido.

O ministro Tarso Genro é adepto do fortalecimento do ensino público, por isso sua proposta é a de que as cotas combinem critérios socioeconômicos e raciais, segundo ele, não são só os negros vítimas da discriminação, mas em especial os negros de classe pobre ou menos favorecidas. Tarso diz ser:

[...] a favor de uma política de discriminação positiva, mas essa política não passa só pelas cotas, porque não só os afrodescendentes é que são discriminados. Os mais discriminados são os pobres afrodescendentes. Então, devemos ter uma atitude racional e democrática para não criar a ilusão para a comunidade negra de que suas questões intimamente ligadas à pobreza serão resolvidas com a política de cotas (Anexo D5).

A discussão sobre a “Reforma Universitária” trouxe muita apreensão aos interessados no rumo que as políticas educacionais iam tomar no país. Tanto por parte dos que eram contra a reserva de vagas, quanto pelos alunos pobres e/ou negros menos favorecidos, pois havia uma certa aflição sobre o que mudaria com a “Reforma” no campo da educação no país.

Uma das principais mudanças que estavam em discussão pela “Reforma Universitária”, que tramitava pelo Congresso Nacional, era o projeto de lei, idealizado pelo governo Lula, que regulamentava o programa “universidade para todos” (PROUNI), com o intuito de colocar em prática a política social e democratizar o acesso à educação pelas camadas mais pobres.

Neste momento das condições de produção, estavam abertas as inscrições para o crédito educativo, por isso era necessário discutir a temática e as suas possíveis mudanças

com rapidez. Contudo, algumas mudanças aconteceram no sistema de financiamento estudantil (FIES) e um dos principais fatores foi na inclusão do fator raça como requisito de competição entre os candidatos por um financiamento (Anexo D7).

A proposta do crédito educativo em incluir o fator raça surge como uma proposta de complementar as medidas “afirmativas”, porém não só com o intuito de beneficiar alunos afrodescendentes, ou seja, levando em consideração somente fatores étnicos, mas sobretudo, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior para alunos carentes provenientes de escolas públicas.

Sobre as condições de produção em nível estadual (Anexo D9), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), promove um encontro no qual são postas em discussão as conquistas obtidas pelos negros em relação às medidas afirmativas até aquele momento. Legitimando o encontro, participaram instituições como a “Fundação Cultural Palmares” a qual é ligada ao Ministério da Cultura, em um evento promovido na cidade paranaense de Maringá.

Nesta segunda fase, as discussões sobre as cotas se acentuaram, pois já havia no Brasil medidas práticas e concretas referentes à adoção de cotas, e no Estado do Paraná, a polêmica se instaura principalmente em torno da UFPR, uma vez que a instituição estava prestes a realizar o primeiro vestibular com reserva de 20% das vagas para negros. Nestas condições de produção, o reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior, participa de um júri simulado com alunos de uma 3ª série do Ensino Médio, do Colégio Bom Jesus, onde teve de responder a questionamentos sobre a medida de 20% de vagas para negros implantada no vestibular da UFPR. No júri simulado o sistema de cotas da UFPR é condenado pelos alunos (Anexo D8) e pré-anunciava qual seria a receptividade por parte dos alunos que ficassem de fora da universidade, devido à reserva de vagas.

Antes mesmo do concurso vestibular da UFPR se realizar, alunos já entravam com

ações judiciais para acabar com a proposta de reserva de vagas para negros. As ações contra as cotas recebem críticas do movimento negro, sendo que a UFPR já havia recebido mais de 2,2 mil inscritos para o concurso vestibular (Anexo D10).

Após serem impetrados os pedidos de anulação da reserva de vagas da UFPR, as discussões sobre as cotas se acirram, e, desta vez, por conta da decisão do procurador da República, Pedro Paulo Reinaldin o qual julga a reserva de vagas como uma medida inconstitucional:

Seis entidades do movimento negro divulgaram ontem uma nota de repúdio à ação do procurador da República em Guarapuava, Pedro Paulo Reinaldin. O procurador contestou judicialmente, com uma ação na Justiça Federal, as cotas para afro-descendentes e estudantes de escola pública que foram implantadas no vestibular da Universidade Federal do Paraná. As cotas, aprovadas pelo Conselho Universitário, garante 20% das vagas de cada curso para negros e 20% para alunos que sempre estiveram no ensino público. De acordo com a argumentação do procurador, as reservas são inconstitucionais (Anexo D10).

Com a decisão judicial do procurador da República, seis grupos de movimentos negros se manifestam repudiando a decisão do procurador. O “Movimento Negro” espera nova decisão do poder judiciário por acreditar que a medida não é inconstitucional e o representante do “Movimento Negro”:

anunciou que agirá judicialmente apenas se a juíza Valkíria Kelen de Souza, de Guarapuava, conceder a liminar pedida por Reinaldin. Eles afirmam ainda que a entidade que poderá contestar na justiça qualquer decisão contrária às cotas é a própria UFPR (Anexo D10).

A polêmica das cotas ganha um valor de “*stricto jure*”⁶⁵, abrindo espaço para decisões judiciais sobre sua legitimidade, uma vez que os alunos que se sentiram lesados e/ou injustiçados, com a medida de reserva de vagas, impetraram pedidos de liminares contra a reserva de vagas. Este foi o último recurso utilizado pelos grupos contrários à reserva de vagas, haja vista que a legitimidade estatística da desigualdade ao acesso a universidade já havia sido comprovada pelas pesquisas do IPEA, na primeira fase das condições de produção

⁶⁵ Expressão do latim equivalente a aquilo que deve ser feito dentro da rigorosa expressão da lei.

e do IBGE na segunda fase das discussões.

Continuando o período de discussões judiciais, a UFPR entra com um recurso contra a decisão do juiz federal substituto Mauro Spalding, que decide, em primeira instância, pelo fim do sistema de cotas (Anexo D11). Como cita na reportagem, entendamos o caso, no dia: “9 de agosto de 2004, o procurador da República em Guarapuava, Pedro Paulo Reinaldin, propõe Ação Civil Pública pedindo o fim do sistema de cotas no vestibular da UFPR”. Já no dia:

30 de agosto 2004 a juíza Flávia Xavier de Guarapuava, decide que a questão deve ser resolvida em Curitiba e solicita o envio dos autos à capital, Reinaldin pede que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, determine em que cidade a ação será julgada (Anexo D11).

Após envio dos autos à capital, no dia: “30 de novembro a pedido de Reinaldin, os autos são enviados a Curitiba, já que o TRF ainda não havia decidido a questão da competência para o julgamento da Ação Civil Pública” e no dia: “3 de dezembro a ação chega a 7ª Vara Federal”. E por fim, no dia: “6 de dezembro o juiz federal substituto Mauro Spalding decide, em primeira instância, pelo fim do sistema de cotas” (Anexo D11).

O procurador Pedro Paulo Reinaldin (autor da ação civil pública contra as cotas) continua categórico em sua decisão e afirma que é preciso atacar o “problema em sua raiz, traçando políticas públicas eficientes que impliquem melhora no ensino fundamental e médio ofertados pelo Estado” (Anexo D11). E sobre a decisão, também contrária à reserva de vagas do juiz federal substituto Mauro Spalding, o procurador Pedro Paulo Reinaldin legitima sua decisão ao dizer que “isso mostra que minha posição não é uma opinião isolada” (Anexo D11).

Como se pôde constatar, este momento das condições de produção foi um período de muitas incertezas, tanto para os vestibulandos que optaram pela reserva de vagas no vestibular da “Federal”, quanto para os vestibulandos que se sentiram injustiçados com a medida de cotas adotada pela UFPR.

O ano de 2005, adentra como um ano marcado por resultados concretos sobre a reserva de vagas. Após uma longa discussão judicial, no ano de 2004, a UFPR ganha o direito de realizar o vestibular com reserva de vagas, porém com algumas mudanças em relação à primeira proposta apresentada. No primeiro modelo de cotas da UFPR, que gerou tanta polêmica e liminares judiciais, a reserva de vagas era destinada a alunos afrodescendentes levando em consideração somente aspectos étnicos, já o segundo modelo reservava vagas para alunos afrodescendentes, mas que fossem provenientes de escolas públicas, levando em consideração aspectos étnicos e socioeconômicos.

Este foi o primeiro vestibular da UFPR com o sistema de cotas e o primeiro fato jornalístico do ano de 2005 sobre a temática que tratava da sobra de vagas destinadas aos afrodescendentes. O reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior opina sobre o não preenchimento de todas as vagas destinadas a afrodescendentes destacando que talvez nem houvesse necessidade de reservar vagas para alunos negros, mas ressaltou o compromisso social da UFPR (Anexo E1).

Já para Jaime Tadeu da Silva, da Ação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP), o resultado pode ser visto de duas formas, tentando justificar a validade e o papel social do sistema de cotas pela sua posição-sujeito: “à primeira vista, é lamentável que não tenhamos ocupado todo o espaço a que tínhamos direito. Mas o número de negros que estão entrando na UFPR esse ano é praticamente dez vezes maior que no vestibular anterior” (Anexo E1).

Em um intervalo de dois dias após o vestibular da UFPR/2005, foram veiculados dois fatos jornalísticos sobre as cotas: (*vide* anexo E1) (analisada anteriormente) e o (Anexo E2). Estes textos parecem querer exaltar o sucesso da medida de reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas pela UFPR e desprestigiavam o critério de reserva de vagas para afrodescendentes, justificadas pela sobra de vagas na reserva para os cotistas negros.

Mediante os acontecimentos, parece que as discussões sobre as reservas de vagas vão tomando outros rumos, pois com a sobra de vagas dos afrodescendentes, o apoio ao sistema de cotas destinados a alunos provenientes de escolas públicas ganha força e, em consequência, há um afastamento da proposta de reserva de vagas restrita ou expandida à afrodescendentes.

Passada a divulgação da lista dos aprovados no vestibular da UFPR, a batalha judicial reinicia novamente com os alunos que se acharam prejudicados pela reserva de vagas, adentrando com liminares judiciais contra as cotas (*vide* Anexos E2, E3 e E4).

É veiculado (Anexo E3) o fato jornalístico no qual o juiz Mauro Spalding procede favorável ao pedido de liminar do vestibulando Evaldo Barbosa. O juiz alega que as cotas são inconstitucionais, permitindo que o aluno se matriculasse no curso de medicina da UFPR. Para fugir ao processo, “a Universidade Federal do Paraná (UFPR) antecipou a aprovação de um aluno em segunda chamada para evitar a continuidade de uma ação judicial contra o sistema de cotas para negros e alunos de escolas públicas” (Anexo E2).

Outro fato jornalístico veiculado (Anexo E3) trata da possível irregularidade por parte de 21% dos cotistas negros na autodeclaração da raça. Desta forma a “comissão coloca sob suspeita a classificação de 122 candidatos que se declararam pretos” (Anexo E3).

Este era um momento de tensão devido ao cancelamento de algumas matrículas pela UFPR de alunos, que se declararam negros e não foram aprovados pela comissão de seleção da UFPR. Alguns alunos entraram na justiça para reaverem a questão, a qual entendem como inconstitucional, e “reclamam que estão sendo vítimas de discriminação” (Anexo E4). Enquanto isso fica a polêmica entre a reitoria da UFPR e os alunos interessados na decisão judicial. A UFPR tem uma jurisprudência a seu favor e, por isso, o reitor se mostra confiante de que os alunos não vão ganhar o direito à re-matrícula.

Estes fatos acontecem alguns dias depois da divulgação do resultado do vestibular, que foi marcado por muitos descontentamentos e tomadas de posições favoráveis e contrárias, que

se concretizam em pedidos de liminares judiciais contra as cotas. Justamente em um momento de muitas indecisões sobre a legitimidade das cotas reservadas restritamente a negros, reaparece um leque de discussões, fazendo com que a política de cotas seja rediscutida e reavaliada. Estas coerções fizeram com que a reitoria da UFPR refletisse sobre a viabilidade de se conservar esta política de cotas para o vestibular do próximo ano.

As condições de produção do segundo período foram marcadas por muitas liminares judiciais contra a UFPR (primeira IES a adotar um sistema de cotas no Estado do Paraná) e foi também o momento de (in)definição sobre o modelo de cotas que seria mais viável na instituição. A UFPR, após um momento de turbulência sobre as cotas, define um modelo baseado em princípios étnicos e socioeconômicos dos candidatos. Sendo assim, as cotas eram destinadas a alunos negros e para alunos de baixa renda, seguindo-se uma tendência política nacional de reconhecimento das desigualdades sociais no país.

O governo Lula entra em cena com uma aparente preocupação em desenvolver políticas públicas de equiparação social mantendo o ideário partidário. Uma das principais medidas referentes às políticas sociais se concretizou pela “Reforma Universitária”, na qual as cotas foram legitimadas para todas as instituições de ensino superior mantidas pelo poder público federal. Deste modo, o governo Lula, abre um leque de discussões sobre a viabilidade das cotas nos meios legais, que não cessam de questionar a legitimidade jurídica das medidas afirmativas.

4.3.1 As Posições-Sujeito sobre as Cotas Mobilizadas pela Função-Autor no Período Lula

Ao adentrarmos na segunda fase das discussões sobre as cotas, faz-se importante relembrar que compreendemos os espaços discursos mobilizados pela função-autor como

reveladores de posições ideológicas. As formações discursivas estabelecem relações umas com as outras e, neste jogo, é que a contrariedade do discurso se mostra por que toda palavra assume um sentido e não outro para que o discurso tenha um sentido e não outro.

Na delimitação dos espaços discursivos neste segundo período de discussões, apontamos os mesmos quatro campos discursivos do primeiro momento de análise: os campos discursivos jurídico, educacionais, sociais e político, porém com alguns lugares discursivos que não foram postos em prática pela função-autor no primeiro momento⁶⁶.

A função-autor mobilizou cinco lugares discursivos que, no primeiro momento, não foram postos em prática. No espaço ideológico inclusivo no campo discursivo político governamental na esfera federal, a função-autor mobilizou na formação discursiva institucional o lugar discursivo IBGE e IPEA. Ainda na esfera federal, inclusiva a função-autor, mobilizou no campo discursivo social o lugar discursivo Fundação Cultural Palmares que é um órgão de defesa dos direitos e da cultura afro-brasileira que é ligado ao Ministério da Cultura.

Já na esfera estadual, a função-autor mobilizou, no espaço ideológico da exclusão no campo discursivo educacional discente, o lugar discursivo constituído por alunos do Colégio Bom Jesus de Curitiba. Classificamos como espaço ideológico da exclusão pela quantidade numérica de posições-sujeito contrárias às cotas na discussão promovida. Ainda no campo discursivo educacional discente na esfera estadual, no espaço ideológico da exclusão, a função-autor mobiliza o lugar discursivo que denominamos de alunos brancos e alunos provenientes de escolas particulares. Estes lugares discursivos adentram, neste segundo momento das discussões sobre as cotas, e estas denominações se justificam pela recorrência de pedidos de liminares judiciais de candidatos, que se sentiram prejudicados por não preencher os requisitos do sistema de cotas da UFPR e perderam suas vagas para cotistas.

⁶⁶ Quadro esquemático da sistematização metodológica do segundo período *vide* anexo F1.

Entendemos que estes lugares discursivos são contra a reserva de 20% das vagas para alunos negros e mais 20% para alunos egressos de escolas públicas adotado pela UFPR no vestibular de 2005. Logo, apreendemos que são alunos que ocupam uma posição discursiva não contemplada pela medida de cotas da UFPR, por conseguinte, aferimos a estes candidatos dois lugares discursivos: o de aluno branco ou lugar discursivo de aluno proveniente de escolas particulares.

Os lugares discursivos descritos acima foram mobilizados somente neste segundo período pela função-autor, contudo houve lugares discursivos que apareceram ao longo de toda a discussão e começamos pelo espaço ideológico inclusivo no campo discursivo educacional na esfera estadual a formação discursiva institucional UFPR, que mobilizou lugares discursivos como o do reitor Carlos Moreira Júnior.

Ainda no espaço ideológico inclusivo na esfera estadual, a função-autor mobilizou, no campo discursivo social, formação discursiva institucional, o lugar discursivo Instituto Afro-Brasileiro do Paraná e da Ação Cultural e Negritude e Ação Popular (ACNAP). Entendemos que este último lugar discursivo age na esfera estadual pelo trabalho da função-autor em mobilizar os discursos deste espaço discursivo defensor do modelo de cotas para negros, justamente em um momento em que as condições de produção sobre a temática das cotas no Estado do Paraná estavam voltadas ao modelo de cotas adotado pela UFPR⁶⁷.

A função-autor mobilizou ainda, no espaço ideológico inclusivo na esfera federal, o campo discursivo educacional na formação discursiva institucional o lugar discursivo de Ministério da Educação, mobilizando dois lugares sociais neste período das discussões, ou seja, o de Cristovam Buarque e após sua saída do governo Lula o de Tarso Genro.

Foi veiculada, pela função-autor no espaço discursivo ideológico da inclusão no campo discursivo governamental esfera estadual, a formação discursiva institucional, no lugar

⁶⁷ Detalhes sobre o lugar discursivo da Ação Cultural e Negritude e Ação Popular (ACNAP), *vide caput* 4.3.

discursivo de governo do Estado do Paraná, ocupando o lugar social Roberto Requião.

Por fim, a função-autor mobiliza, no espaço ideológico da exclusão, no campo discursivo jurídico atuando na esfera estadual, o lugar discursivo de procurador da República, ocupado o lugar social por Pedro Paulo Reinaldin. Compreendemos que o campo discursivo jurídico se inscreve no espaço ideológico da exclusão, pelos lugares discursivos mobilizados de repúdio às cotas, procurando justificar que esta é uma medida inconstitucional, ou seja, de repúdio às cotas como a da advogada Jaqueline Wendpap e do juiz Mauro Spalding.

Iniciamos a delimitação das formações discursivas sobre as cotas pelo campo jurídico. Para este, as cotas se apresentam sem justificativa legal e o discurso do juiz federal substituto Mauro Spalding nos dá bem idéia dos argumentos, que foram usados por este espaço discursivo contra as cotas. O campo discurso jurídico se fundamenta no princípio da inconstitucionalidade questionando a validade jurídica das cotas. Compreendemos, como marcas deste discurso jurídico, a decisão do juiz Mauro Spalding, que em primeira instância, decide pelo fim do sistema de cotas. (Anexo D11).

O juiz Mauro Spalding, da 7.^a Vara Federal de Curitiba, deu razão ao pedido do aluno Evaldo Barbosa, o qual alega que ficou fora da universidade devido à reserva de vagas. O candidato foi aprovado em segunda chamada para o curso de medicina da UFPR, e exigiu que a universidade fizesse sua matrícula no curso. O juiz justifica sua decisão dizendo que: “o sistema de cotas, que reserva 40% das vagas de cada curso da UFPR para negros e alunos de escolas públicas, é inconstitucional” (Anexo E2).

No campo discursivo jurídico, os lugares discursivos mobilizados pela função-autor em sua maioria se impunham de forma desfavorável às cotas, por não encontrar justificativa legal em adotar reserva de vagas embasados no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando esta fala dos direitos e deveres individuais e coletivos em seu artigo 5º, o qual prevê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de

qualquer natureza (...)”, negando o discurso aristotélico, o qual recuperamos da memória histórica, que fundamenta o discurso favorável às cotas encontrando justificativas legais por entender, que a constituição brasileira deve ser entendida pela lógica aristotélica, na qual o princípio da igualdade consiste em “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam”. Para a formação discursiva judiciária, essas medidas são inconstitucionais como nos apresenta a função-autor o discurso do procurador Pedro Paulo Reinaldin (Anexo D11), que é contrário às cotas dizendo que “as cotas estariam ferindo o princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei [...]”, negando desta forma toda uma memória histórica de desigualdades sociais defendidas por lugares discursivos como o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná. Para o campo discursivo jurídico, os lugares discursivos postos em ação pela função-autor, propõem que as cotas devem se justificar perante uma maquinaria jurídica, recusando os fatores histórico-sociais em que as desigualdades se constituem.

Partindo agora para o campo discursivo social, vimos que no primeiro momento das condições de produção sobre as cotas, a formação discursiva institucional, na qual inserimos os movimentos negros, é representada pelo lugar discursivo do Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, o qual se coloca favorável ao modelo de cotas para negros. A função-autor recupera o discurso de Saul Dorval da Silva, representante do lugar discursivo Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, o qual, pela sua posição-sujeito, apóia a medida de lei aprovada pelo Legislativo paranaense e sancionada pelo governador Roberto Requião, que garantiria a reserva de vagas para negros em concursos públicos estadual, e diz que: "O Paraná demonstrou maturidade política para resolver o problema de raça" (Anexo D2).

Dentro do campo discursivo educacional, adentramos na discussão das posições-sujeito assumidas pelo lugar discursivo reitor da UFPR sobre as cotas neste segundo momento. Como vimos no primeiro momento das discussões sobre as cotas, a UFPR assume

duas posições ideológicas: com o reitor Carlos Antunes dos Santos, a posição ideológica da UFPR era contrária às medidas afirmativas, já neste mesmo período das condições de produção, com a posse do novo reitor na UFPR, Carlos Moreira Júnior, a instituição se insere em um outro espaço ideológico, ou seja, abre para o debate sobre a reserva de vagas e assume um discurso favorável as medidas afirmativas. Nesta discussão fica acertado que o modelo de cotas da UFPR deveria incluir não só fatores étnicos, mas também sociais, pois para este lugar discursivo, as cotas deveriam assumir um papel social na correção de desigualdades sociais, combinando critérios étnicos e socioeconômicos:

O reitor Carlos Augusto Moreira Júnior está entusiasmado com o sistema de cotas, que pela primeira vez reservou um quinto das vagas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para afros-descendentes e outro quinto para estudantes de escola pública. Nesta entrevista ele avalia a mudança de formato do vestibular de 2005 e rebate as críticas de que as cotas representam uma forma de racismo às avessas (Anexo E2).

Outro campo discursivo que adentra nas discussões, neste segundo momento, é o da formação discursiva estudantil, em seu espaço específico de discentes mobilizadas pela função-autor os lugares discursivos de alunos “brancos” e/ou provenientes de escolas particulares. Este lugar discursivo foi excluído do projeto que legitimou as cotas da formação discursiva institucional UFPR, já que o projeto de cotas da instituição previa a reserva de vagas para alunos negros e/ou provenientes de escolas públicas.

A função-autor coloca em pauta a polêmica em torno das cotas com a participação do campo discursivo educacional discente composta pelos lugares discursivos de alunos de ensino médio do Colégio Bom Jesus de Curitiba, onde o reitor da UFPR Carlos Moreira Júnior é convidado a compor um júri simulado, respondendo a perguntas e dúvidas dos alunos desta instituição particular sobre a viabilidade da reserva de vagas adotada pela UFPR.

Nesta discussão, o discurso mais marcado é o da desaprovação legal do sistema de cotas pelo fator da inconstitucionalidade. Retomamos o discurso do aluno Thiago Stuchi Reis de Oliveira de 17 anos, que é contrário às cotas dizendo que:

a universidade desrespeita a Constituição, que daria o direito a qualquer estudante ser avaliado por seu mérito para ingressar no ensino superior. De acordo com Thiago, o fato de todos os alunos primeiro precisarem ser aprovados na primeira fase para só depois serem beneficiados pelas cotas não impede que alguns estudantes sejam prejudicados. Segundo os estudantes contrários ao sistema, a solução está no investimento do governo nos ensinos fundamental e médio públicos (Anexo D8).

Os sentidos migram assim como os lugares discursivos; para exemplificar essa migração de sentidos, recuperamos um discurso mobilizado pela função-autor, favorável à medida de reserva de vagas em um espaço discursivo em que todos “deveriam” ser contrário às cotas. O aluno Gabriel Meirheb Petrus, de 16 anos, nega o discurso de contrariedade à reserva de vagas, inscrevendo-se no espaço discursivo favorável às cotas, “negando” a forma-sujeito de sua formação discursiva. O aluno fala da discussão sobre as cotas no júri simulado chegando à conclusão que: “o resultado do julgamento mostra uma ‘visão elitista’ da realidade. Não pensam na nação brasileira. As cotas são o único instrumento atualmente viável para promover a igualdade”, afirma Gabriel (Anexo D8).

Outro discurso favorável às cotas é do estudante Victor Moreschi Neto e da aluna Tonelli Guimarães, os quais apontam as cotas como a única solução viável para resolver problemas sociais. Para ela: “as cotas corrigem uma falha histórica de um país que nunca deu oportunidade para os negros. As nossas chances diminuem, mas essa é uma medida provisória, que precisa ser vinculada a outros projetos”, afirma Luísa Helena Tonelli Guimarães (Anexo D8).

Ao discorrermos que o sujeito nega sua formação discursiva é devido à ruptura que se opera na ilusão de uma ordem linear do discurso, pois, ao delimitarmos *a priori* a formação discursiva dos alunos, constatamos que são alunos de escola particular, ou seja, alunos que não seriam beneficiados com a medida de reserva de vagas implantada pela UFPR; sendo assim, todos “deveriam ser” contrários às cotas. Porém, o sujeito discursivo pode se inscrever em uma dispersão de posições possíveis e pode migrar por diversos espaços discursivos.

Sendo assim, o sujeito é “livre” para se inscrever neste pré-construído e desta forma pode inclusive negar a ordem ilusória do discurso e se inscrever em outro espaço discursivo. Isto se deve ao fato de que o analista, com seu suporte metodológico, procura estabelecer uma relação entre lugar social do sujeito, com seu lugar discursivo, e no caso dos discursos dos alunos de escola particular mobilizados pela função-autor, não condisseram o lugar social em relação à forma-sujeito.

O lugar discursivo faz com que o sujeito veja seu mundo de uma perspectiva e não de outra, fazendo com que seu discurso tenha um sentido e não outro. Portanto, nos espaços favoráveis à reserva de vagas, a medida é vista dentro de um espaço discursivo inclusivo, como um plano de correções sociais, o qual se legitima por uma memória histórica de exclusão e diferença.

Já para o lugar discursivo contrário às cotas, filiado a um espaço discursivo ideológico exclusivo, a medida de adoção de reserva de vagas é abusiva por ferir o princípio de igualdade de todos perante a lei. Neste espaço discursivo, não se levam em consideração os fatores sociais da diferença e nega-se a memória discursiva de um passado de exclusão.

Estabelecendo uma relação interdiscursiva entre o campo discursivo educacional e o jurídico, percebemos, que no interior do primeiro, os lugares discursivos filiados ao espaço discursivo ideológico inclusivo, mantêm uma relação interdiscursiva com o campo discursivo jurídico para sustentar sua posição-sujeito contrária às cotas. Nesse sentido, o discurso mais marcado é o da legitimidade jurídica, como a fala da advogada Jaqueline Wendpap, mobilizada pela função-autor para defender um aluno que se sentiu prejudicado pelas cotas e ficou fora do curso de medicina da UFPR. A advogada e o aluno alegam que se não fosse o sistema de cotas, ele (o aluno) teria conseguido sua vaga:

Não há lei que autorize a implantação deste sistema, afirmou Jacqueline. Para ela, o assunto deveria ter sido mais discutido com a sociedade e promete entrar com ação pedindo o cancelamento do edital no próximo vestibular, caso a UFPR mantenha o processo de cotas. É um sistema que exclui e não inclui (Anexo E5).

4.4 TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O TRABALHO INTERDISCURSIVO DA FUNÇÃO-AUTOR

Faremos algumas considerações gerais acerca dos gestos de leitura explicitados pela análise interpretativa do *corpus* empírico, realizada neste trabalho interdiscursivo da função-autor. Procuramos levantar, neste primeiro trabalho de análise, as condições de produções e as posições-sujeito postas em prática pela função-autor. Consideramos que a função-autor é uma função controladora do discurso mobilizando o que será veiculado e, por conseguinte, elegendo quem terá voz. Desta forma, entendemos que é nestes gestos de leitura, que a função-autor começa a exercer um espaço de subjetividade, por isso procuramos delimitar, de forma quantitativa numérica, os discursos veiculados levantando quem disse e em consequência delimitar o que disse.

Entendemos que todo discurso se realiza em determinadas condições de produção, sendo assim, procuramos descrever os dois períodos políticos vivenciados pelo país. Estes dois momentos políticos influenciaram, de forma diferente, as políticas de cotas no Brasil e fizeram aparecer inúmeros lugares discursivos.

Das condições de produção no período FHC, depreendemos uma política de contrariedade às cotas e a pouca importância dada aos investimentos em políticas sociais. Uma vez que, o governo FHC só começa a “reconhecer” a necessidade de se discutir a implantação de um sistema de cotas, a partir do momento em que a sociedade brasileira, em especial, o campo discursivo social, com a participação de movimentos negros e o campo discursivo educacional com os movimentos estudantis, professores e reitores, começam reivindicar e a se organizarem em torno de pesquisas que explicitavam a necessidade de reconhecimento da diferença e da exclusão do negro e do aluno de escola pública na sociedade brasileira, havendo uma maior abertura pela sociedade brasileira para discutir o

“problema” da exclusão racial.

Já no período Lula, parece haver uma maior preocupação em promover políticas sociais e, em consequência, as políticas afirmativas ganham força. E um fato decisivo na legitimação das cotas no período Lula foi a Reforma Universitária. Compreendemos que ano de 2004 foi o ápice da discussão sobre as cotas tanto em nível federal como estadual. Assumimos tal posição-sujeito, pela leitura de gestos interpretativos de ordem numérico quantitativo de textos sobre a temática das cotas veiculado pela função-autor no ano de 2004. Outros gestos de leitura que nos levaram a esta posição-sujeito foram a apreensão e a polêmica de todo o campo discursivo educacional em relação à “Reforma Universitária”, ao crédito educativo (FIES), que a partir de 2004 passa a incluir o fator raça na distribuição de bolsas, à discussão sobre o modelo de cotas ideal e, após a sua implementação, o número de liminares judiciais contra o sistema de cotas na UFPR no final do ano de 2004.

A função-autor inscreve inúmeros lugares discursivos em dois espaços discursivos ideológicos, um inclusivo e o outro exclusivo. No primeiro, espaço ideológico favorável ao sistema de cotas, a função-autor mobiliza um número maior de lugares discursivos, porém, entendemos que, dentro de um mesmo espaço discursivo ideológico, pode haver diferentes lugares discursivos, de modo que ser favorável às cotas, ou seja, pertencer a um mesmo campo ideológico, não implica necessariamente compartilhar o mesmo discurso. Seguindo esta linha de raciocínio, entendemos que a função-autor, mobilizou três diferentes discursos favoráveis às cotas.

A função-autor veiculou um lugar discursivo em que o discurso de favorável às cotas defende um modelo no qual as vagas sejam destinadas somente a alunos negros. Sendo assim, as políticas afirmativas deveriam contemplar somente fatores étnicos.

Outro lugar discursivo mobilizado pela função-autor propõe que o modelo de cotas deveria considerar estado ou condição de pobreza; portanto, a política de cotas ideal para este

lugar discursivo seria aquele no qual fossem considerados somente os fatores de ordem socioeconômicos.

Por último, a função-autor veiculou um lugar discursivo no qual o modelo de cotas deveria contemplar tanto alunos negros, como alunos provenientes de escolas públicas, deste modo, as cotas deveriam levar em consideração fatores étnicos e socioeconômicos.

No espaço discursivo ideológico da exclusão, o qual é contrário a todo e qualquer modelo ou proposta de cotas, a função-autor mobilizou, no primeiro momento das condições de produção, no período FHC, lugares discursivos como o do reitor da UFPR Carlos Antunes dos Santos e do Presidente do STF. Já no segundo momento das discussões sobre as cotas, período Lula, a função-autor mobilizou outros lugares discursivos contrários às cotas, como o do juiz Mauro Spalding, do procurador da República Pedro Paulo Reinaldin, da advogada Jaqueline Wendpap e o lugar de alunos brancos e/ou provenientes de escolas públicas.

Sobre estes lugares discursivos contrários às cotas mobilizados pela função-autor, entendemos que todos assumem o mesmo discurso, ou seja, o da inconstitucionalidade das cotas por contrariar o princípio da “igualdade de todos perante a lei”.

Frente a este trabalho de mobilização e escolhas dos campos discursivos a serem mobilizados pela função-autor, compreendemos que a função-autor explicita seu espaço de subjetividade pelos lugares discursivos postos em ação na construção do texto jornalístico. Sendo assim, neste trabalho interpretativo, os discursos mais postos em ação pela função-autor foram em favor do espaço ideológico da inclusão legitimando as cotas, porém, como vimos há um leque de modelos de cotas sugeridas por cada lugar discursivo mobilizado, desta forma, entendemos que o discurso favorável às cotas mais marcado no *corpus* analisado foram aqueles que propunham um modelo de cotas que combinasse aspectos socioeconômicos. Em todos os momentos da análise empreendida, a função-autor levanta este questionamento sobre o modelo de cotas mais adequado e os discursos mais presentes eram

de lugares discursivos que apoiavam as cotas definidas por critérios socioeconômicos.

5 A POSIÇÃO-SUJEITO DA FUNÇÃO-AUTOR

5.1 OS “PRÓS E CONTRAS DO SISTEMA DE COTAS”

Após a retomada das inúmeras posições-sujeito frente à temática das cotas, nos dois momentos das condições de produção da política nacional, partiremos para a leitura e descrição do trabalho da função-autor em um texto que constitui o *corpus* de análise, que corresponde ao ano de 2004, este que foi também, como vimos, o ano de maior polêmica sobre as cotas.

Para este capítulo, propomos uma análise metodológica interpretativa qualitativa, no qual elegemos um texto para explicitar como ocorre o trabalho de subjetivação da função-autor, através do levantamento das posições-sujeito postas em ação pela função-autor, partindo do pressuposto de que esta função organizadora do texto, manipula os discursos colocados em prática na organização textual.

O texto jornalístico que propomos para uma análise mais apurada do trabalho da função-autor foi veiculado no domingo, 25 de abril de 2004 na página 05 (Anexo D6), sob o título de: “Prós e contras do sistema de cotas: Democratização do acesso à universidade gera debate no meio acadêmico” tomada à função-autor pelo jornalista/colunista Guido Orgis.

A escolha do *corpus* justifica-se pelo fato de acreditarmos que o mesmo exerce uma função polêmica⁶⁸ e pelas condições de produção polêmica em que o texto aparece, pois ele é veiculado em um momento em que estavam afloradas as discussões em torno do modelo de cotas a ser adotado nas instituições federais de ensino superior. Estas discussões ficam mais acirradas quando o governo Lula põe em discussão uma medida provisória destinando cotas

⁶⁸ Entendemos que todo texto estabelece uma relação polêmica e isto se deve a conjuntura *stricta* do discurso com a memória discursiva que o atravessa, pois não pensamos o conceito de texto polêmico em uma relação “apriorística”, mas sim na relação do sujeito com a história que o atravessa em suas reais condições de existência e, sendo assim, entendemos que o sujeito ao significar ele também se significa. A relação polêmica do texto se materializa no fio discurso e usamos como exemplo o fato de que um discurso anti-racista só pode ter sua origem em uma sociedade em que o discurso racista é uma realidade, por conseguinte, os “prós e contras” estabelecem pelo menos dois lugares polêmico-discursivos para pensar a questão das cotas e conseqüentemente o racismo.

para negros (Anexo D1) e continuam com a saída do ministro da educação Cristovam Buarque do governo Lula (Anexo D4) e a entrada de Tarso Genro que propõe a implementação de cotas nas IES federais e coloca em pauta o projeto de “Reforma Universitária”, que culmina na mudança do crédito educativo (FIES) incluindo fatores raciais na liberação desta linha de crédito (Anexo D7).

Este texto aparece em um momento no qual o discurso de “democratização do ensino superior” estava adquirindo outros sentidos, ou seja, estava estabelecendo outras cadeias parafrásticas no período de governo Lula. No governo Lula, o discurso “democratizar o ensino” (Anexo D5), materializa-se em políticas de reserva de vagas para grupos considerados minoritários dando a impressão de ser um governo mais preocupado com políticas de promoção da igualdade social.

Como vimos acima, este era um momento de muita polêmica acerca da democratização do acesso à universidade; sendo assim, a função-autor mobilizou muitos lugares enunciativos e, no texto que iremos analisar, há a inserção de dois espaços discursivos ideológicos conflitantes, que nos ajudam a compreender este trabalho coercitivo da função-autor, pois são duas condições ideológicas que nos explicitam posições-sujeito divergentes sobre a legalidade ou ilegalidade das cotas.

No título da reportagem: “Prós e contras do sistema de cotas” (Anexo D6), é possível explicitar dois espaços de coerções ou duas perspectivas do dizível, duas formações ideológicas, as quais se constituem por posições-sujeitos favoráveis ao sistema de cotas e as que são desfavoráveis às medidas. Porém, mesmo entre os contrários ou favoráveis, os lugares enunciativos e as justificativas quanto ao discurso assumido sobre as cotas são distintos, desta forma, pensamos que há espaços discursivos distintos no interior de uma mesma formação discursiva.

Na descrição das formações discursivas mobilizadas pela função-autor, delimitamos

inúmeros lugares discursivos: os lugares que legitimam as cotas só para negros, outros que assumem uma posição favorável às cotas, mas só para alunos negros carentes provenientes de escolas públicas, no qual o modelo de cotas combinasse fatores étnicos e socioeconômicos destinando vagas só para negros, porém que fossem provenientes de camadas mais carentes da população e por último, os que são favoráveis a um modelo de cotas que levasse em consideração somente fatores socioeconômicos destinando reserva de vagas só para alunos provenientes de escolas públicas apagando o critério étnico. Por conseguinte, dentre os diversos lugares discursivos mobilizados pela função-autor, procurar-se-á delimitar gestos de leitura que nos serão explicitados⁶⁹ procurando compreender o espaço ideológico discursivo assumido pela função-autor jornalista perante a temática das cotas.

Consideramos que a função-autor é um dos princípios de organização do discurso e, desta forma, fala de uma determinada posição-sujeito marcando, na materialidade do texto seu espaço de subjetividade no trabalho com a heterogeneidade constitutiva e marcada de todo texto. Esta heterogeneidade se marca discursivamente pela inserção dos lugares enunciativos e suas respectivas posições ideológicas, e partindo deste pressuposto é que delimitaremos os lugares discursivos mobilizados pela função-autor neste momento de nosso trabalho analítico.

Fizemos um levantamento quantitativo no *corpus* a ser analisado procurando delimitar os lugares discursivos mobilizados pela função-autor e concluímos que foram postos em ação somente discursos na esfera estadual, pois o interesse das discussões estava em torno da UFPR, apesar da mobilização de lugares discursivos⁷⁰ que, *a priori*, não seriam sustentadas por instituições paranaenses como o programa de Ensino e Relações Étnicas e Raciais da USP

⁶⁹ Quando falamos em “gestos de leitura”, partimos do pressuposto de que analisar o discurso é entender “como” o texto significa, procurando explicitar as vontades de “verdades” que atravessam o discurso em sua materialidade histórica. Sendo assim, não procuramos impor “verdades”, mas sim compreender como estas “verdades” agem na organização do texto, a partir de um lugar de análise, procurando compreender o texto enquanto elemento discursivo na relação do sentido com o histórico e o ideológico. Entendido desta forma, o discurso não é um objeto acabado, mas sim possibilidade de outros sentidos.

⁷⁰ Para uma maior compreensão da sistematização metodológica dos campos discursivos e formações discursivas mobilizadas pela função-autor neste capítulo, *vide* quadro explicativo no anexo F2.

e do ex-reitor da USP, porém consideramos seus campos de atuação na esfera estadual paranaense pelas posições-sujeito convergirem em torno da “problemática” das cotas na UFPR. Classificamos estes lugares discursivos como espaço discursivo ideológico inclusivo, por apresentarem discursos favoráveis às cotas em um campo discursivo social institucional.

A função-autor no campo discursivo institucional educacional, espaço discursivo ideológico da inclusão, mobilizou os lugares discursivos de reitor da UFPR e da procuradora-geral da UFPR. Ainda no campo discursivo educacional, só que agora discente, a função-autor mobilizou lugares discursivos de estudantes negros e de alunos recém-formado.

Como suporte teórico-analítico dos fatores de heterogeneidade marcada que constituem o texto, optamos pelas proposições de Authier-Revuz (1998)⁷¹, Benites (2002) e Romualdo (2003). Authier-Revuz (1998) é uma pesquisadora em AD com um forte viés epistemológico no princípio da heterogeneidade enunciativa e recorremos aos demais autores pelo diálogo que estes realizam com a autora, nos conceitos de discurso direto e indireto e nas funções das citações no espaço jornalístico; enfim, em relação a toda forma de heterogeneidade marcada do/no texto/discurso jornalístico.

Pensar a heterogeneidade é ver todo ato discursivo como fator heterogêneo, o qual tem um caráter de incompletude que é determinado pela história, pela ideologia e pelo sujeito. Desta forma, a heterogeneidade discursiva se mostra em suas formas marcadas e não marcadas no corpo do texto. Na primeira, fica evidente a presença do outro em um discurso já-dito e estas marcas explicitam gestos de leitura, que compreendemos como o trabalho da função-autor na organização do texto pelo uso de discurso direto e indireto, paráfrase, paródia, negrito, itálico. Tais marcas apontam para a participação do outro em um discurso particular, ou seja, de uma memória discursiva que possibilita outros dizeres.

⁷¹ Como já dissemos, não estamos concebendo o conceito de língua como Authier-Revuz, de modo que não estamos também “mergulhando de cabeça” na sua teoria da heterogeneidade proposta pela autora, mas estamos sim usufruindo os pressupostos que nos serão válidos para a explicação da língua enquanto fato puramente discursivo.

Authier-Revuz (1998, p.149) fala sobre o princípio da objetividade no discurso direto dizendo que neste ocorre:

uma ficção de apagamento, uma ostentação de objetividade no ‘eu cito’ (com valor de eu não intervenho) no momento mesmo em que o enunciador l ‘puxa a linha’ da interpretação de m pela descrição que ele dá de e; esta será sempre, inevitavelmente, parcial e subjetiva.

Este apagamento é uma das características do discurso direto, que a função-autor utiliza muitas vezes como forma de manter-se afastado da informação veiculada, como maneira de distanciamento. Em relação ao efeito de distanciamento causado pelo uso do discurso direto, Romualdo (2003, p.235) assinala que “essa estratégia de distanciamento é uma forma de apresentar a citação, uma encenação no interior da fala, que não garante a objetividade”. Deste modo, o discurso direto não consegue ou não dá conta da transcrição literal da fala do outro, mas ao contrário, ele marca a presença de um outro no discurso.

No texto analisado, a função-autor mobiliza dizeres que nos levam, em muitas das vezes, à compreensão de um possível afastamento em relação ao discurso mobilizado, nos revelando uma possível tomada estratégica de posições frente à temática. Compreendemos que a função-autor assume o discurso para si, quando omite o discurso aspeado, assumindo na forma de um comentário este lugar discursivo⁷². Sendo assim, entendemos, que no princípio do comentário⁷³, há a dispersão do sujeito em relação ao discurso, um efeito ilusório que faz parecer que o discurso é dêso-possuído de uma função-autor e conseqüentemente não expressa um “lugar” de subjetividade.

⁷² Entendemos o uso de discurso comentado pela função-autor como uma forma deste assumir uma fala com a qual concorde, pelo fato de que toda a recorrência de discurso direto aspeado, o sentido decorrente é totalmente adverso ao discurso comentado. Toda vez que a função-autor explicita um fato em que o discurso trate da reserva de vagas definidas por critérios socioeconômicos, a função-autor usa de discurso comentado, já quando se trata de um enunciado que veicula um modelo de cotas étnico ou um discurso de contrariedade às cotas, a função-autor marca em discurso direto ou marca a posição-autor ou posição-sujeito pelo uso de verbos delocutivos ou transcreve em discurso indireto a fala do outro. Porém, estas funções não são regras para toda seqüência de enunciados, pois são gestos de leitura interpretados de um lugar de análise e por um aparato epistemológico em um *corpus* analítico específico.

⁷³ Detalhes sobre o princípio do comentário *vide caput* “3.2.1”.

A função-autor começa a veiculação de sua fala na forma de discurso comentado sobre o projeto de lei das cotas que foi encaminhado para a reitoria da UFPR, falando das duas portas de acesso à universidade. A primeira diz respeito aos que ficam nas primeiras posições no vestibular e a segunda para os estudantes negros e egressos de escolas públicas, vejamos:

A partir deste ano, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) terá duas portas de entrada. Uma tem endereço já conhecido e só é aberta para quem fica nas primeiras posições do vestibular. O projeto da outra foi encaminhado pela Reitoria para a avaliação dos 51 membros do Conselho Universitário. É o acesso preferencial para estudantes negros e egressos de escolas públicas. Em reuniões que ocorrerão nos dias 6 e 7 de maio, o conselho decidirá se ela será realmente construída (Anexo, D6).

A “função autor”, ao comentar que esta medida (as cotas) garante “[...] o acesso preferencial para estudantes negros e egressos de escolas públicas”, nos possibilita pensar num espaço discursivo que nega as cotas, pois ao aferir o enunciado “preferencial” cai no jogo ilusório do discurso em uma trama de contradições, pois as justificativas que legitimam as medidas afirmativas estão no fato de que é preciso “democratizar o acesso à universidade” (Anexo D6), sendo assim, esta é uma proposta que nos reporta a uma memória discursiva a qual justifica a inclusão social do negro, ora, se há a necessidade de inclusão, é porque a exclusão existe. Pensando do lugar discursivo do reconhecimento das desigualdades em relação ao negro, retomamos uma memória discursiva na qual é proposto que não é dada “preferência” ao negro, mas sim direito de igualdade. Neste enunciado entendemos, como gesto de leitura, que a função-autor vai caminhando para uma posição-sujeito contrária às cotas, porém precisamos de outros gestos de leitura para explicitar esta posição-sujeito com maior propriedade, pois é preciso saber a qual modelo de cotas a função-autor é desfavorável ou até mesmo favorável ou se nega todo e qualquer modelo de reserva de vagas.

Na delimitação dos lugares discursivos sobre as cotas, compreendemos que cada espaço discursivo define o enunciado cotas em relação aos fatores histórico-ideológicos que atravessam seu espaço discursivo e, desta forma, a memória discursiva é um fator primordial na explicitação destes sentidos, haja vista que a língua não estabelece sentidos *a priori*, mas

na relação do sujeito com a história e a ideologia.

Na descrição-analítica do *corpus* (Anexo D6), começamos pela apresentação da polêmica pela função-autor jornalista, onde a mesma veicula em discurso comentado informações referentes à adoção de cotas pela UFPR e enumeramos quatro discursos na forma de discurso direto exercendo diferentes funções na organização do texto. Optamos a critério didático-analítico, após a apresentação da idéia-polêmica a ser discutida no texto, dividir o *corpus* analisado, seguindo a organização pré-anunciada pela função-autor, em três subitens de discussão denominados a seguir: “Sobras”, “Causa e consequência” e “Entre o mérito e o preconceito” (Vide Anexo D6).

Em discurso comentado, a função-autor nos apresenta uma fala que reporta a uma memória discursiva de reconhecimento das desigualdades sociais propondo o acesso preferencial a estudantes negros e alunos provenientes de escolas públicas (Anexo D6).

Quando a função autor diz que o acesso à UFPR pelos vestibulandos terá duas portas de entrada, o enunciado “porta”⁷⁴ nos reporta a uma memória discursiva, segundo a qual quem tem competência, poder e prestígio entra pela porta da frente, que, no caso do vestibular da UFPR, é conhecida pelos que ficam nas primeiras posições do vestibular. O enunciado “porta” estabelece, pela memória histórica dos discursos, uma rede parafrástica de outros sentidos possíveis, pois em nossa cultura se alguém não entra pela porta de prestígio e da competência, ou como é conhecida em nossa cultura, pela porta da frente, entra pela porta dos fundos, também conhecida em nossa cultura como porta dos privilégios ou do “jeitinho”.

O enunciado “porta” nos reporta a uma outra memória discursiva na história brasileira. No Brasil colonial, a nobreza de prestígio tinha acesso à casa do anfitrião, dono de escravos,

⁷⁴ Estabelecendo um recorte genealógico dos sentidos, em relação à palavra “porta”, estabelecemos uma analogia parafrástica de significação com o enunciado “*vestíbulu*”, que em língua latina estabelecia sentidos do tipo: porta principal, entrada de um edifício, ou então, espaço entre a porta e a principal escadaria interior de uma residência romana. Estes movimentos dos sentidos nos fazem pensar a relação *stricta* existente entre o enunciado “vestibular”, e seu referente etimológico “*vestíbulu*” em latim, com o enunciado corrente na atualidade “porta” de entrada ou acesso à universidade.

pela porta da frente de seu casarão, coisa que era inadmissível para um serviçal escravo nesta época, pois este só tinha acesso ao casarão de seu senhor pela porta de serviços ou qualquer entrada destinada a escravos serviçais, mas nunca pela porta da frente como eram os convidados ilustres.

Com estes gestos de leitura, não se está afirmando categoricamente que a função-autor é contra ou a favor das cotas, pois como já dissemos, esses enunciados vistos de um lugar de análise, são gestos de leitura nos quais o analista de discurso se apóia ao tentar compreender como o preconceito e/ou a exclusão se constituem no todo do texto.

O primeiro lugar discursivo veiculado em discurso direto pela função-autor, na apresentação da temática é do reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior, o qual é favorável às cotas por acreditar que esta é uma medida que diminuirá o abismo social no Brasil. A função-autor em forma de comentário trata do desenho original ou modelo de reserva de vagas que é de 20% das vagas destinadas a estudantes de escolas públicas e os outros 20% para alunos negros na UFPR.

O reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior, admite alterações na proposta original. “Não importa se são 20%, 10%, ou 5%. O relevante é discutir políticas públicas para a correção de distorções sociais”, afirma. “Fizemos o projeto, colhemos sugestões em escolas, ouvimos líderes comunitários. Todo esse material está à disposição do conselho”, completa o reitor (Anexo D6).

As citações, sejam elas em discurso direto e indireto, podem exercer diferentes funções na organização textual e explicitar diferentes gestos de leitura na constituição dos sentidos no discurso. Uma das funções que exerce o discurso direto é o de demarcar distanciamento da fala citada, atribuindo esta a um outro, com a função de ora distanciar-se, ora legitimar a fala atribuindo um valor de autoridade ao discurso citado. Outro efeito característico usado pela função-autor na tentativa de afastamento do discurso citado é demarcado pelo uso de verbos delocutivos como afirmar, dizer, comentar, etc. Dentre todas estas funções para as citações, vale lembrar que tanto o uso de discurso direto quanto discurso

indireto, explicitam uma tomada de posição pela função-autor frente ao discurso.

Em relação às três funções para o aspeamento, Benites (2002) comenta que o aspeamento em discurso citado pode assumir no texto a função de citação de isenção de responsabilidade, a qual caracteriza-se pela tentativa de apagamento ou rarefação da autoria, pois nesta, a função-autor do texto procura não se posicionar frente ao que escreve. Benites (2002) justifica o recurso de rarefação da autoria dizendo que a:

[...] citação com função de isenção de responsabilidade é encontrada com maior frequência em textos que poderiam vir a ser alvo de uma possível polêmica, da qual o locutor citante deseja preservar-se (BENITES, 2002, p.102).

E outras vezes caracteriza-se como forma de silenciar o que não deve ser sabido ou interpretado, como forma de regionalizar os limites das formações discursivas fazendo com que a autoria exerça seu papel de condutor do discurso. Na citação de isenção de responsabilidade, Benites (2002), chama-nos a atenção novamente dizendo que, neste tipo de citação, ocorre normalmente o:

emprego de uma forma neutra de introdução da fala reproduzida, mediante um torneio locucional ou um verbo delocutivo pouco especificador, que se configura como uma forma a mais de o locutor citante evitar posicionar-se perante a fala do outro (BENITES, 2002, p.104).

Os verbos delocutivos têm por objetivo aferir o enunciado a um sujeito determinado, demarcando-o no discurso e este funciona em um duplo limiar, uma vez que o sujeito, ao assumir ou marcar uma posição-sujeito, nega outras delimitando assim o seu lugar discursivo no interior de um espaço ideológico. E, desta forma, a função-autor ou função-organizadora do texto se marca e se posiciona discursivamente.

Partindo de um lugar de análise, entendemos que a função-autor demarca seu distanciamento ao que foi dito pelo reitor sobre o projeto de cotas em discussão na UFPR, pelo uso de discurso aspeado e na utilização de dois verbos delocutivos “afirma” e “completa”. Os verbos delocutivos jogam com o princípio de rarefação da autoria ou com o

princípio do comentário, pois estes verbos, ao anunciar um possível distanciamento sobre a fala, atribuindo o enunciado a um outro, demarcam um espaço de autoria na construção do texto ou na exposição dos enunciados.

A fala do reitor, mobilizada pela função-autor em discurso direto, pode ser compreendida como uma forma de distanciamento da fala do outro, mas um distanciamento que exerce a função de atribuir um poder à fala alheia, fazendo com que a fala do citado adquira a função de citação de autoridade no assunto, legitimando o que a função-autor disse em relação ao modelo de cotas a ser adotado pela UFPR em discurso comentado, pois se tem a ilusão de que o discurso aspeado é a transcrição “*ipsis litteris*” da fala do outro, no caso, autoridade no assunto.

5.1.1 Sobras

Neste subitem do *corpus* jornalístico analisado, que a função-autor denomina “sobras”, são postos em discussão os prováveis problemas quanto à reserva de vagas, pelo lugar discursivo da procuradora-geral da UFPR, Dora Bertulio, o qual classificamos como campo discursivo educacional, formação discursiva institucional atuando no espaço ideológico inclusivo. A função-autor mobiliza o enunciado da procuradora da UFPR em discurso comentado traduzindo o seu discurso, quando esta diz que um dos possíveis problemas em relação às cotas é o fato de não serem ocupadas todas as vagas reservadas pelos cotistas e apresenta, como solução para esse possível problema, o retorno dessas vagas remanescentes para os candidatos classificados pela lista geral de aprovados no vestibular.

Segundo a procuradora-geral da UFPR e uma das responsáveis pelo projeto, Dora Bertulio, o sistema pode implicar em sobras de vagas das cotas. Ela estima que a concorrências na segunda fase ficará entre quatro e seis candidatos por vaga. Se entre eles não houver número de cotistas igual ao de carteiras reservadas – situação que deve surgir em áreas muito concorridas, como Medicina – os postos não ocupados retornarão para a lista normal. Este deve ser um dos aspectos apresentados nas discussões internas para a decisão sobre as cotas (Anexo D6).

Normalmente a função-autor utiliza-se de um verbo delocutivo como forma de isentar-se ou afastar-se do discurso, como quem procura atribuir o discurso a uma autoridade no assunto, pois entendemos que:

além do aspeamento, outra tendência que acompanha a citação de isenção de responsabilidade é o emprego de uma forma neutra de introdução da fala introduzida, mediante um torneio locucional ou verbo delocutivo pouco especificador (cf. 6.2), que se configura como uma forma a mais de o locutor citante evitar posicionar-se perante a fala do outro (BENITES, 2002, p.104).

Porém, existe outra forma da função-autor conferir autoridade ao discurso comentado que é marcada pelos elos introdutórios como “segundo”, “disse”, “para”, “acrescentou” e “comentando”. Neste caso, a função-autor não usa de discurso direto aspeado, optando pelo uso de discurso comentado trazendo a pauta fatores que sua posição-sujeito acredita ser importante, procurando atribuir os problemas apresentados sobre a discussão das cotas à procuradora-geral Dora Bertulio, que é tida como uma autoridade na discussão dentro da UFPR.

Continuando a discussão das “sobras” de vagas, a função-autor, em discurso citado, organiza o discurso do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, que é coordenador do programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais da USP. Classificamos este lugar discursivo como pertencente ao campo discursivo social institucional no espaço ideológico inclusivo.

O sociólogo Antonio Sérgio Guimarães tem seu discurso “aspeado” na passagem: “Mas acho que somente a cota definida por padrões socioeconômicos não daria conta de reduzir a desigualdade em regiões onde a população negra é menor, pois é mais difícil de atingi-la” (Anexo D6). No discurso do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, a função-autor chama a atenção para o lugar discursivo que o sociólogo ocupa: “coordenador do programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais da Universidade de São Paulo” (Anexo D6). Pelos gestos de leitura explicitados, a função-autor confere um valor de credibilidade e legitima um

lugar de autoridade ao discurso do sociólogo na forma de discurso comentado. Para Benites (2002), esta forma de referendar o discurso do outro, faz com que o enunciado exerça a função de “citação de autoridade”, pois o autor faz com que a fala transmita credibilidade fazendo-se valer ao leitor o conhecimento de seu autor, para criar a idéia de ser inquestionável a veracidade dos fatos pelo conhecimento de causa por parte de quem fala. Neste tipo de recurso, entendemos que há um movimento coercitivo da função-autor no trabalho interpretativo, pois ele tenta determinar a “verdade” dos fatos apontando o que deve ser interpretado.

Até o presente momento, frisamos as funções desempenhadas pelo discurso direto no interior da organização textual. Ademais, adentramos agora na descrição das funções exercidas pelo discurso indireto na organização do texto. Este discurso joga com o princípio do comentário, pois apresenta, de forma explícita, a presença de uma função-autoria, que parece querer tomar e articular o discurso do outro e o tenta fazer significar em/pelas suas palavras também. Sendo assim, o caráter de imparcialidade do discurso é nulo. Authier-Revuz (1998, p.149) propõe uma reflexão sobre a não objetividade do discurso indireto e conclui que este “[...] só é discurso citado por seu sentido constituindo uma tradução da enunciação citada”. Desta forma, o que se constata é que o discurso relatado não assume a responsabilidade da objetividade, pois sua característica principal é traduzir a fala do outro, como que adquire o *status* de fala subjetiva.

Em relação ao aspecto de subjetividade ou da impossibilidade da citação literal, tanto do discurso indireto como do discurso direto, Reyes, (apud Romualdo, 2003, p.234) admite que “[...] todo signo, todo discurso pode ser repetido por um outro, paradoxalmente, a repetição, a citação total é impossível”. Uma vez que ambas as formas de citações estão marcadas pela subjetividade “*sine qua non*”⁷⁵ se traduziriam em práticas discursivas, em

⁷⁵ Expressão do latim que obtém o valor em língua portuguesa de “(condição) sem a qual não”.

vontades de “verdades” alicerçadas no interior de uma determinada formação discursiva.

O discurso indireto tem como uma das principais características a aproximação da fala por parte de quem a cita. Sendo assim, o discurso indireto não garante a literalidade da citação, uma vez que ela se resume à tradução da fala do outro, que passa a ser objeto de “controle” pelo autor citante. A função-autor jornalista constrói este efeito ao organizar a fala do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães em discurso indireto, quando este se manifesta favorável à política de cotas combinando fatores socioeconômicos e raciais:

Na opinião do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, coordenador do Programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais da Universidade de São Paulo (USP), o modelo ideal de cotas deveria incluir critérios econômicos, como ocorre na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Esses critérios não foram contemplados pela UFPR. "Mas acho que somente a cota definida por padrões socioeconômicos não daria conta de reduzir a desigualdade em regiões onde a população negra é menor, pois é mais difícil de atingi-la", afirma. É o caso de Curitiba. Somando-se pretos e pardos (termos usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), chega-se a 23,3% da população do estado e 19,9% da RMC, contra uma média nacional de 46,1%. Esse é outro argumento que certamente surgirá no debate da UFPR (Anexo D6).

No discurso mobilizado pela função-autor do lugar discursivo de coordenador do programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais da USP, o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, há uma contradição própria, quando da utilização de discurso direto e indireto na organização textual pela função-autor. Neste caso, ocorre a contradição entre discurso citado e discurso relatado, pois a função-autor, ao relatar a fala do sociólogo, demarca sua existência enquanto função organizadora do texto e, ao mesmo tempo, interfere demarcando um outro discurso. Em discurso comentado, pela função-autor, o sociólogo profere que:

[...] o modelo ideal de cotas deveria incluir critérios econômicos, como ocorre na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Esses critérios não foram contemplados pela UFPR (Anexo D6).

O discurso comentado não garante a fidelidade do discurso fonte e a contradição aparece quando estabelecemos uma analogia com o uso que a função-autor faz do discurso direto, pois, nesta forma de citar, a função-autor parece apresentar uma opinião contrária ao

sistema de cotas ser definido por padrões socioeconômicos, como segue recuperada: “mas acho que somente a cota definida por padrões socioeconômicos não daria conta de reduzir a desigualdade em regiões onde a população negra é menor, pois é mais difícil de atingi-la”, afirma”. Esse enunciado orienta para um sentido de defesa das cotas para negros, mas a função-autor cai em um jogo de contradições ao utilizar o discurso alheio, ora em forma de discurso direto aspeado, ora em discurso indireto resignificando o discurso do outro e evidenciando, que tanto o discurso indireto como o discurso direto não garantem a fidelidade da citação, manifestando a evidência de um lugar de subjetividade na organização textual.

Vale ressaltar que o jornal Gazeta do Povo, por ser um jornal paranaense com sede na cidade de Curitiba, procurou ao longo das discussões sobre as cotas, em âmbito nacional, contextualizar com acontecimentos estaduais, dando ênfase às discussões que aconteciam em torno da UFPR, pioneira no Estado na discussão sobre as cotas. Na discussão em âmbito nacional, a função-autor em discurso indireto relata o discurso do lugar discursivo de coordenador do programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais da USP, o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, o qual propõe que o modelo de cotas contemple fatores socioeconômicos e em discurso comentado, a função autoria situa a discussão em âmbito estadual dizendo que: “esses fatores não foram contemplados pela UFPR” (Anexo D6). Este enunciado, a função-autor organiza-o em discurso comentado como quem quer dizer que a UFPR deveria contemplar fatores socioeconômicos na discussão sobre as cotas, explicitando um alto grau de subjetividade em seu discurso.

Já em discurso direto, a função-autor organiza a fala do sociólogo marcando sua preocupação com o efeito de objetividade jornalística e, em consequência, marcando seu distanciamento pelo que é dito pelo uso do verbo declarativo “afirma” (BENITES, 2002, p.114). E em discurso comentado, a função-autor começa a situar as discussões sobre as cotas no Estado do Paraná, mobilizando o enunciado, em discurso direto aspeado, do lugar

discursivo programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais da USP, sociólogo Antonio Sergio Guimarães, quando este repudia o modelo de cotas socioeconômicas afirmando que este modelo não resolveria o problema em cidades onde a concentração de negros é menor. Neste caso, a função-autor faz um recorte do enunciado do outro, querendo jogar com o efeito de objetividade, na qual demarca uma posição de distanciamento em relação à fala aspeada, e manifestando, assim, não concordar com a posição veiculada.

Após o discurso aspeado de repúdio às cotas socioeconômicas no Estado do Paraná por parte do lugar discursivo do sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, a função-autor, em discurso comentado, finaliza o parágrafo negando as proposições do sociólogo de que as cotas definidas por padrões socioeconômicas não acabariam com as desigualdades, pois para a função-autor em Curitiba:

Somando-se pretos e pardos (termos usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), chega-se a 23,3% da população do estado e 19,9% da RMC, contra uma média nacional de 46,1%. Esse é outro argumento que certamente surgirá no debate da UFPR (Anexo D6).

A função-autor mobiliza dois discursos do lugar sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, o primeiro favorável às cotas definidas por padrões socioeconômicos, organizando-o em discurso comentado, já na segunda fala, na qual há o repúdio às cotas serem definidas por critérios socioeconômicos no Estado do Paraná, a função-autor organiza-o em discurso direto, e, desta forma, afasta-se deste discurso e termina em discurso comentado dizendo que as cotas definidas por fatores étnicos é que não dariam conta de corrigir as desigualdades de acesso à universidade, uma vez que, pelos dados do IBGE apresentados, o número de negros no Estado do Paraná em relação a outros Estados é muito menor. A função-autor mobiliza entre parênteses enunciados e dados do IBGE, que poderiam vir a ser alvos de uma polêmica, e, diante deste enunciado mobilizado, a função-autor destaca o enunciado “preto” e o fato no qual dados do IBGE revelam que no Paraná não haveria necessidade de cotas para negros.

O enunciado “preto” mobiliza uma memória discursiva marcada por sentidos cristalizados de um discurso racista e excludente, pois o enunciado em questão suscita um lugar discursivo, no qual acredita-se que o termo “preto” designa cor de um dado sujeito ou objeto. De modo que o termo adequado a ser usado para espaço discursivo, para designar sujeitos de pele escura é se referindo ao conceito de raça “negra”. Este enunciado mobiliza diversos sentidos e desloca lugares discursivos sobre a questão racial, pois atribuir o qualificativo de que um sujeito é “preto” tem um sentido, diga-se de passagem pejorativo, que classifica o negro enquanto cor e não enquanto raça, já dizer que o sujeito é “negro” explicita outros dizeres, outra memória discursiva que estabelece cadeias parafrásticas de sentidos que legitimam o discurso de que os sujeitos de pele escura não são de cor “preta”, mas sim sujeitos de raça “negra”, pois não se está qualificando o sujeito pela sua cor da pele, mas sim pela sua condição étnico-racial.

A função-autor marca seu espaço enquanto função organizadora do texto, ao tentar conferir o enunciado “preto” ao lugar discursivo IBGE. Em uma tentativa de se isentar do enunciado posto, toma uma posição de contrariedade à fala que poderia ser alvo de uma polêmica, explicitando que existe uma função-autoria que age, até certo ponto, de forma consciente na organização do texto.

Outro fator importante que vale lembrar é o de que, no enunciado do sociólogo, se constitui só um discurso de repúdio às cotas, pelo fato de elas serem definidas por critérios socioeconômicos, no Estado do Paraná. Em nenhum momento ele propõe que as cotas, não sendo definidas por critérios socioeconômicos, devam ser definidas por fatores étnicos. “*A fortiori*”⁷⁶, alguns, neste caso, poderiam pensar no óbvio, mas enquanto analista de discurso o “lugar” do óbvio é habitado de sentidos e por isso questionamos esse óbvio á procura de outros gestos de leitura.

⁷⁶ Expressão do latim que é usada quando o sujeito pensa o objeto em relação ao óbvio dizendo que “por mais forte razão” que haja, há sempre uma outra forma do objeto ser.

O óbvio de que as cotas, não sendo definidas por critérios socioeconômicos, só poderiam ser determinadas por fatores étnicos, nos faz pensar que há um trabalho de silenciamento pela função-autor, que explicita um modo de ver as cotas, pois, como propõe Orlandi (1997), para a teoria do discurso, o silêncio deve ser visto enquanto elemento constitutivo do sentido, de modo que há uma maneira de se estar em silêncio, a qual corresponde a um modo de estar no sentido. Deste modo, pensamos o silêncio enquanto elemento constitutivo da língua, pois há silêncio nas palavras, porém é uma forma de silêncio na qual o sentido é produzido e que comumente chamamos de implícito.

O silêncio trabalha no limite das formações discursivas, jogando com as contradições dos sentidos e com a identificação do sujeito a um espaço discursivo no trabalho da conjuração da unidade textual significando aquilo que é preciso não dizer para que o texto se feche e, em consequência, seja coerente, não-contraditório ao espaço discursivo, capaz de manifestar a ilusão da unidade, de progressão em uma direção dada, apresentando consequências discursivas de não contradição.

Uma outra forma de significar o silêncio é pensá-lo em relação ao conceito de função-autor, sendo este entendido como um princípio de rarefação do discurso, uma vez que todo texto reclama por um autor, um princípio de agrupamento do discurso como unidade e origem de suas significações. Neste contexto, a função-autor pode ser pensada também em relação ao princípio da censura. Deste modo, a autoria pode ser considerada uma das formas de censura do discurso, haja vista que a censura remete sempre a um outro, não havendo jamais a possibilidade de autocensura e é a função-autor quem conduz o fio do discurso e, por consequência, o da censura de acordo com seu espaço e lugar discursivo-ideológico.

A função-autor joga com o silêncio na organização textual, explicitando discursos que podem e devem ser ditos e, ao expor os dados do IBGE que deslegitimam as cotas para negros, ao revelar que os negros são minorias no Estado do Paraná, silencia como quem

procura deslegitimar um discurso que legitima as cotas definidas por critérios étnicos, ou seja, um discurso que propõe que as cotas devam ser destinadas a alunos negros.

5.1.2 Causa e Consequência

Na continuidade da análise do *corpus*, a função-autor põe em prática, na organização textual, o lugar discursivo de outro sociólogo, José Jorge de Carvalho, o qual classificamos como campo discursivo educacional institucional espaço ideológico inclusivo. O sociólogo é um dos autores da proposta de cotas na UNB e a função-autor organiza seu enunciado sobre a polêmica das cotas, no momento em que ele diz que:

Temos dados suficientes de que houve exclusão social por décadas nas universidades públicas. Demoraria cem anos para democratizar o acesso apenas com a melhoria do ensino fundamental, analisa o sociólogo José Jorge de Carvalho, um dos autores da proposta de cotas na UNB. Carvalho apóia a existência de vagas reservadas tanto para quem estudou em escolas públicas como para a população negra (Anexo D6).

A função-autor explicita o discurso aspeado do lugar discursivo do sociólogo José Jorge de Carvalho, destacando em discurso comentado, que este foi um dos autores da medida de cotas na UNB. Entendemos que a função-autor ao destacar que o sociólogo foi um dos pioneiros da medida na UNB, faz com que esta fala signifique como um discurso de “autoridade” sobre o assunto, pois como concebe Benites (2002), o discurso direto ou indireto, também podem adquirir a função de “citação de autoridade”, que é aquela em que o sujeito citante ou sujeito-autor confere credibilidade ao discurso citado tentando aferir verdade inquestionável pelo discurso de autoridade. Neste tipo de citação, a função-autor se marca como categoria ou elemento participante na construção textual e se, por um lado, o sujeito-autor tenta atribuir um valor inquestionável à causa, por outro lado este tipo de citação pode caracterizar-se como um recurso de afastamento pela função-autor em relação ao discurso, atribuindo a responsabilidade pelo dito a um outro.

No discurso comentado pela função-autor, o modelo de cotas apoiado pelo lugar discursivo sociólogo José Jorge de Carvalho deve contemplar tanto alunos provenientes de escolas públicas, como alunos negros. Este discurso silencia um outro discurso, o qual propunha que o modelo de cotas deveria ser só racial, ou então só socioeconômico.

A função-autor veicula, em discurso comentado, enunciados de uma memória discursiva que justificam a contrariedade em relação às cotas, fazendo referência a outros sujeitos em outros lugares, quando profere que:

As opiniões contra as cotas sempre definem-nas como uma tentativa de erradicar um problema pela consequência e não pela causa, que seria a falta de um sistema de educação com qualidade. Outro argumento é que o vestibular é objetivo e seleciona pelo mérito de cada aluno. Não há discriminação, portanto. Além disso, as instituições de ensino correriam o risco de aceitar alunos sem a qualificação necessária para acompanhar os cursos. Em um artigo recente, o ex-reitor da USP e atual secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, coloca que o Estado deveria estimular os cursinhos para pessoas carentes. Para ele, a adoção de cotas é ‘uma medida certa para degradar o nível das universidades públicas e que não vai resolver séculos de discriminação econômica e racial’ (Anexo D6).

Estes enunciados ajudam na compreensão da dimensão polêmica que se reporta à temática e, por conseguinte, aos diversos lugares/sentidos em que são possíveis pensar a discussão sobre as cotas.

A função-autor organiza o enunciado do lugar discursivo de ex-reitor da USP, José Goldemberg, o qual parece ser contrário ao sistema de cotas, tanto para negros quanto para alunos provenientes de escolas públicas. Para José Goldemberg a adoção de cotas seria prejudicial ao sistema educacional brasileiro, pois para este lugar discursivo a reserva de vagas faria com que caísse o nível das universidades, além do que não resolveria o problema das desigualdades e do racismo.

A função-autor traduz o discurso de José Goldemberg na forma de discurso comentado dizendo que: “o ex-reitor da USP e atual secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, coloca que o Estado deveria estimular os cursinhos para pessoas carentes” (Anexo D6). Neste caso, a função-autor traduz o discurso de José Goldemberg, usando de

discurso comentado para transmitir a idéia do outro dando a idéia de que não há preocupação alguma pela função-autor em mostrar de quem é fala, como quem não quer passar neutralidade na informação, mas sim assumir uma fala com a qual concorde.

No caso de José Goldemberg, a função-autor em discurso comentado fala das justificativas das posições que são contrários às cotas, retomando falas já cristalizadas por uma memória discursiva, a qual apresenta discursos que dispersam sua autoria, justificando a contrariedade em relação às cotas. A função-autor mobiliza três discursos desta memória discursiva dos que são contrários às cotas: o primeiro discurso é de que as cotas não é a solução, pois o real problema de acesso à educação pelos negros é a decadência do ensino público no Brasil. Portanto, uma política de inclusão se faz com investimento em educação. Para os defensores das cotas, como Munanga (2003, p.119):

se por um milagre os ensinós básicos e fundamental melhorassem seus níveis para que os seus alunos pudessem competir igualmente no vestibular [...] os negros levariam cerca de 32 anos para atingir o nível dos atuais alunos brancos.

O segundo discurso mobilizado da memória discursiva pela função-autor em discurso comentado é o de que as universidades, ao adotarem um sistema de cotas, estariam dando preferência a alunos sem qualificação para acompanhar um curso superior (Anexo D6). Já os favoráveis às cotas, contrariando este discurso, justificam que “a universidade enquanto espaço intelectual científico e político não se sustentará desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos” (SILVÉRIO, 2003, p.46).

O terceiro discurso contrário às cotas se fundamenta no princípio de que o “[...] vestibular seleciona pelo mérito de cada aluno. Não há discriminação, portanto” (Anexo D6). A justificativa usada para fundamentar a contrariedade às cotas por este espaço discursivo é o enunciado “mérito”, que explicitaremos algumas cadeias parafrásticas que nos levarão à compreensão de outros gestos de leitura.

Quando falamos em “mérito”, diversos sentidos nos vêm à cabeça e, no caso das cotas, estabelecemos uma cadeia parafrástica com os enunciados merecimento, competência, capacidade, que nos remetem a uma memória discursiva na qual o enunciado “merecimento” adquire outros sentidos, pois ele, o “merecimento”, a que se reportam os desfavoráveis às cotas, privilegiou até então, para o espaço discursivo favorável às cotas, um sistema desigualitário que privilegiou a elite branca no acesso à universidade. A função-autor mobiliza o enunciado do lugar discursivo professor Nizan da UFPR (Anexo C3), que apóia as cotas e faz críticas ao modelo de aprovação e chegada à universidade, que segundo o mesmo, só privilegia brancos ricos. Desse modo, é possível pensar que, no acesso à universidade, o discurso “mérito” de que fala a elite branca se sustenta em um modelo de aprovação e chegada à universidade que só privilegia brancos ricos, uma vez que não basta ser branco para ingressar na UFPR, é preciso ser rico ou como ele afirma: “do ponto de vista do recrutamento a universidade é absolutamente fiel a quem tem poder” (Anexo C3).

Após a veiculação dos discursos comentados descritos acima, a função-autor insere o enunciado do lugar discursivo de ex-reitor da USP e atual secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, que parece ser contrário às cotas. Seu enunciado é retomado em discurso direto propondo que as cotas, são “uma medida certa para degradar o nível das universidades públicas e que não vai resolver séculos de discriminação econômica e racial” (Anexo D6). O argumento de José Goldemberg para que o problema do acesso à universidade se resolva é a de que o governo deveria estimular os programas de cursinhos para pessoas carentes. Pelos gestos de leitura explicitados pela função-autor, no jogo exposto pela relação entre discurso direto e indireto e suas funções no todo textual, compreendemos que esta citação exerce uma função de afastamento da função-autor em relação ao que é dito, como se dissesse: “essa fala não é minha, eu não concordo com isso”.

Desta forma, a função-autor demarca seu espaço discursivo de discordância com o

enunciado de José Goldemberg e, no jogo limiar do discurso, estabelece um outro lugar discursivo, no qual nega que as cotas degradariam o nível das universidades públicas e de que elas não serviriam para corrigir desigualdades étnicas e socioeconômicas. De modo que assume, em discurso comentado, o enunciado de que o governo deveria incentivar os cursinhos para pessoas carentes e silencia o acesso restrito a negros a esses programas como quem retoma uma memória discursiva, na qual o discurso de democratização do acesso à universidade deve cumprir seu papel social de inclusão das minorias socioeconômicas no espaço universitário e não só as étnicas.

Por estes lugares discursivos explicitados ou silenciados pela função-autor, é possível compreender que o modelo de cotas, no qual o papel da inclusão social viria a se concretizar, deveria contemplar somente fatores socioeconômicos, sustentando a memória discursiva de que as minorias étnicas no Brasil também são as minorias socioeconômicas e, por conseguinte, considera que o negro, antes de ser uma minoria excluída pela sua condição étnica, é, sobretudo, excluído pela sua condição socioeconômica, pois não são somente os brasileiros de raça negra os excluídos, há sujeitos de raça branca que são carentes ou pobres, portanto, uma medida mais coerente de inclusão à universidade seria um programa que levasse em consideração fatores socioeconômicos.

5.1.3 Cotas: Entre o Mérito e o Preconceito

Após estes dois momentos de discussões sobre os “prós e contras” do sistema de cotas, adentramos no subitem do *corpus* jornalístico analisado: “Entre o mérito e o preconceito”, nesta que foi a última parte da discussão, na qual a função-autor dá voz a lugares discursivos constituídos por alunos de raça negra. A propósito deste espaço discursivo em comum, faremos algumas considerações acerca do que entendemos como jogo coercitivo, o qual todo

e qualquer lugar discursivo exerce sobre o sujeito.

Em princípio compreendemos que o sujeito é um ser de conhecimento inserido em um momento particular da história que o determina em um eixo do enunciável. Desta forma, o sujeito joga com posições ou lugares discursivos, nos quais os fatores de sua história ideológica particular lhe permitem jogar. Sendo assim, os sujeitos podem oscilar ou jogar entre/com diversos “lugares” e assumir diferentes “posições-sujeito” no interior de uma mesma formação discursiva. Citamos como exemplo o enunciado da negra Edelvina Viera, que tem seu discurso transcrito pela função-autor na forma de discurso comentado, no qual este destaca o fato de uma negra se posicionar desfavoravelmente às cotas:

Mesmo entre as pessoas que podem ser beneficiadas, as cotas não são unanimidade. Edelvina Alves Vieira, de 44 anos, é negra e já tentou passar no vestibular seis vezes. Atualmente, ela tem aulas preparatórias na ONG Formação Solidária e mantém vivo o sonho de cursar Ciências Biológicas. Mas diz que não pretende optar pelas vagas reservadas.

‘Todos têm direitos iguais, não importa a cor. Quero entrar pelo meu mérito’, afirma. Edelvina diz acreditar que o ingresso através de cotas aumentaria a discriminação dentro das salas de aula. ‘Vai existir uma divisão e o preconceito só vai aumentar. Tentar mudar as coisas à força não dá certo’, opina (Anexo D6).

A função-autor destaca no texto, em discurso comentado, o fato de uma negra ser contrária às cotas. Costumamos dizer que isto ocorre porque lugar social e lugar discursivo nem sempre convergem, pois o sujeito inscreve-se em um jogo de dispersões possível.

O discurso da aluna negra Edelvina nos reporta à retomada de uma memória discursiva marcada por um discurso jurídico, no qual questionava-se a validade constitucional das cotas, jogando com o princípio da “igualdade de todos perante a lei” ao dizer que: “Todos têm direitos iguais, não importa a cor. Quero entrar pelo meu mérito”, afirma. A função-autor ao citar em discurso direto o enunciado da negra Edelvina, faz com que este discurso assuma a função de citação de autoridade e marca o espaço de subjetividade com o verbo delocutivo “afirma”. Este tipo de citação de autoridade tenta excluir qualquer possibilidade de questionamento sobre o dito pelo conhecimento de causa. Edelvina, ao se posicionar contrária

às cotas, deslegitima todos os discursos favoráveis às medidas afirmativas, uma vez que estes discursos se ancoram em um sujeito que seria “beneficiado” com o modelo de cotas definido por fatores étnicos. Este discurso reporta a uma memória discursiva, como se alguém que repudiasse as cotas por ser branco e não fosse “beneficiado” por elas dissesse: “veja só, até ‘mesmo’ uma negra reconhece que as cotas não são viáveis”.

O uso da citação de autoridade⁷⁷ em forma de discurso aspeado significa de duas maneiras, a primeira faz referência à análise de conteúdo do enunciado, e a segunda faz jus à forma em que o enunciado se apresenta. Desta forma, a citação de autoridade fica marcada não só na sua forma de discurso direto, mas também na sua forma de discurso comentado, recuperado do discurso da função-autor, que segue: “Mesmo entre as pessoas que podem ser beneficiadas, as cotas não são unanimidade. Edelvina Alves Vieira, de 44 anos, é negra e já tentou passar no vestibular seis vezes”. Podemos depreender, desse discurso comentado de Edelvina, que a função-autor parece assumir este discurso negando a legitimidade das cotas definidas por fatores étnicos. Pois, quando o sujeito afirma algo no fio do discurso, acaba abrindo para outras perspectivas do dizível e esses outros lugares revelam outras posições-sujeito que delimita seu espaço discursivo revelando cada tomada de posição.

A função-autor ao expor, uma posição contrária às cotas definidas por critérios étnicos, silencia outras perspectivas do dizível, que não estão ditas, mas estão significando, uma vez que, silenciar é uma das formas de estar significando. A função-autor, ao proferir em discurso comentado o fato da negra Edelvina ser contra as cotas, legitima outro discurso que está silenciado, ou seja, o de que as cotas devem ser definidas por critérios socioeconômicos.

⁷⁷ Sobre o discurso de autoridade proposto por Benites (2003), entendemos que há um funcionamento da função de autoridade enquanto discurso oficial legitimado por uma história oficial. Nas análises inferidas propusemos um deslocamento neste conceito, por percebermos um funcionamento diferenciado do discurso de autoridade por parte da função-autor, quando esta veicula o discurso da aluna Edelvina destacando seu lugar social de aluna negra. Neste funcionamento do discurso entendemos, que a função-autor procura legitimar seu discurso pelo trabalho de inserção de um lugar discursivo de autoridade sobre as cotas raciais, no caso negro, o qual acaba funcionando como elemento deslegitimador das cotas definidas por critérios raciais apontando o negro como autoridade pela sua cor. Este deslocamento do funcionamento do discurso de autoridade é auxiliado pelo modo de dizer pela função-autor, quando esta insere os sintagmas: “mesmo”, “já”, “mas” e “negra”.

Outro discurso de autoridade que nega as cotas é do negro Vitor Bertoli Nascimento, o qual acredita que a inclusão social do negro ao espaço universitário deve acontecer com o investimento em políticas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade de ensino e, assim como Edelvina, o recém formado acredita que esta medida gerará um “*apartheid*” dentro do espaço universitário causando mais discriminação e preconceito.

A opinião de Edelvina é compartilhada por Vitor Bertoli Nascimento. A diferença é que ele vê a questão do outro lado do muro da universidade. Há dois meses, ele formou-se em Educação Física na UFPR e trabalha na área. ‘As cotas vêm para tentar acabar com um problema que é muito maior do que o ingresso na universidade’, avalia. ‘Só que é uma solução que começa pelo fim. É preciso investir mais no ensino fundamental’.

O recém-formado também diz acreditar que as cotas para estudantes negros podem aumentar o preconceito dentro da instituição. ‘Nunca me senti discriminado no meu curso, mas sei que em outras áreas a reação seria diferente’, conta. (Anexo D6).

A função-autor parece explicitar consciência de que as opiniões mudam de acordo com a posição-sujeito ocupada e, desta forma, mobiliza, em discurso comentado, o enunciado do negro⁷⁸ recém-formado em educação física Vitor Bertoli, dizendo que o mesmo avalia a questão das cotas do outro lado do muro, ou seja, de outra posição-sujeito. Como vimos, o discurso comentado é uma das evidências de que existe uma função organizadora do/no texto e esta função é responsável por confrontar ou omitir discursos de acordo com o jogo coercitivo de seu lugar discursivo.

No discurso do negro recém-formado Vitor Bertoli, o qual a função-autor o insere na forma de discurso aspeado, compreendemos nesta forma de dizer, gestos de leitura na tentativa de afastamento em relação ao seu discurso, quando este diz que “as cotas vêm para

⁷⁸ Neste subitem de análise, no qual a função-autor mobiliza somente lugares enunciativos negros, retomamos o discurso de Munanga (1999), quando este diz que no Brasil a classificação racial é validada pela cor da pele e não por fatores raciais de origem. Este discurso nos remete ao princípio de que o sujeito ao enunciar, coloca em ação mecanismos de antecipação, os quais projetam a posição deste sujeito que fala sobre seu interlocutor, como quem diz: “quem sou eu para lhe dizer isto”. Estes mecanismos de antecipação são responsáveis por manterem as relações de poder no discurso e, em relação a função-autor, propomos um questionamento sobre o que esta função sujeito entende como sujeito negro, ou seja, de que lugar a função-autor fala sobre o negro. Pelos gestos de leituras explicitados compreendemos que a função-autor fala do lugar, no qual entende que não são todos os negros que são carentes, ou seja, existem brancos que também são carentes e não dispõem de acesso à universidade, portanto, uma medida de promoção da igualdade mais coerente com este quadro seria um modelo de cota definida por critérios socioeconômicos destinando reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas.

tentar acabar com um problema que é muito maior do que o ingresso na universidade”, avalia. “Só que é uma solução que começa pelo fim. É preciso investir mais no ensino fundamental” (Anexo D6). A função-autor segue uma tendência de afastamento do discurso de Vitor Bertoli ao inserir o verbo “avalia” com forte potencial avaliativo e tendência à neutralidade como quem silencia: “olha, quem é contra as cotas não sou eu”.

No caso do primeiro enunciado de Vitor Bertoli a função-autor constrói pelo discurso uma tendência de neutralidade, pois, pelos gestos de leitura até então explicitados, percebemos que a função-autor concorda que as cotas vêm para corrigir além do problema do acesso à universidade, elas surgem também para acabar com as desigualdades sociais que existem no Brasil resolvendo um dos problemas causadores das desigualdades ou da exclusão, ou seja, as diferenças étnico-sociais entre brancos e negros.

No segundo enunciado, compreendemos que há uma tentativa de afastamento, pela função-autor pelo dito, pois como se constata na análise do discurso mobilizado pela função-autor do lugar de José Goldemberg, quando a função-autor insere seu enunciado em discurso direto, no qual o sociólogo José Goldemberg se coloca contrário às cotas, o aspeamento assume a função de afastamento do discurso do sociólogo, no qual é preciso investir nas bases da educação ao invés de criar cotas.

Outro fato que nos levou à compreensão de como a função-autor exerce influência no discurso do outro foi quando ela insere que “[...] as cotas para estudantes negros podem aumentar o preconceito dentro da instituição” (Anexo D6). O fato que nos chamou atenção foi a afirmação de que o preconceito nas universidades só irá aumentar, se a reserva de vagas for para negros, de modo que a função-autor silencia outros modelos de cotas e, em consequência, silencia outras posições-sujeito. Desta forma, a função-autor constitui um outro lugar para a proposta de cotas pela inserção do discurso aspeado de Vitor Bertoli (Anexo D6), o qual propõe que as cotas destinadas a alunos negros, ao invés de corrigirem anos de

distorções sociais e preconceito, acarretarão o aumento do preconceito.

Mais uma vez a função-autor trabalha no fio do discurso, pois ao inserir em discurso comentado que as cotas destinadas a alunos negros só aumentaria o preconceito, assume uma outra posição-sujeito sobre a temática, pois nega que as cotas devam ser destinadas única e exclusivamente a alunos negros, e desta forma, abre um leque para diversos outros discursos silenciados de apoio tanto a um modelo de cotas, no qual fossem levados em consideração somente fatores socioeconômicos apagando o restrito quesito étnico, ou seja, com o objetivo de destinar reserva de vagas não só para alunos negros e outro lugar discursivo no qual as cotas deveriam combinar tanto aspectos socioeconômicos como raciais.

O discurso mobilizado pela função-autor de Vitor Bertoli, que mesmo ocupando um lugar social negro, deslegitima as cotas destinadas a alunos negros, soa como um discurso de autoridade de quem conhece o preconceito e em discurso comentado a função-autor mobiliza categoricamente, procurando atribuir o discurso de contrariedade as cotas a autoridade no assunto, que se o “[...] modelo de cotas fosse destinado a alunos negros, o preconceito aumentaria dentro da universidade” (Anexo D6).

Outros lugares discursivos mobilizados pela função-autor, só que agora favoráveis às cotas são dos alunos negros Julia Conceição da Silva e Wilson Silveira Rodrigues. O primeiro lugar discursivo mostra ser favorável ao sistema de cotas tanto para negros como para alunos provenientes de escolas públicas, reforçando a memória discursiva de que o problema de acesso à universidade, tanto pelos negros como pelos pobres, é motivado pela falta de uma preparação educacional para enfrentar o vestibular. Desta forma, Julia Conceição da Silva, assume uma memória discursiva que propõe a necessidade de investimentos na educação pública, como forma de promover a inclusão social, tanto do negro quanto do aluno carente e desta forma, silencia o discurso no qual a “culpa” da desigualdade no acesso à educação, de negros e pobres, estaria relacionada à má qualidade do ensino público ofertado pelo Estado.

Colega de Edelvina no cursinho Solidário, Julia Conceição da Silva, de 24 anos, defende as cotas - tanto para negros como para egressos de escolas públicas. 'Existe racismo no Brasil, e já senti isso na pele. Investir na educação é a chave para mudar esse comportamento', diz. Julia fez um curso técnico em Secretariado, mas não encontrou um posto na área. Hoje ela trabalha como tele-atendente e quer estudar Psicologia. 'Sei que tenho capacidade para acompanhar o curso. Só faltou uma estrutura melhor para me preparar para o vestibular' (Anexo D6).

O discurso de contrariedade ao modelo de cotas definidas por fatores raciais da aluna negra Julia Conceição da Silva assume um valor de discurso de autoridade e, ao se posicionar favoravelmente às cotas socioeconômicas, legitima a memória discursiva de que as cotas definidas por padrões raciais não cumprem seu papel social em sua plenitude. Mais uma vez a função-autor joga com uma função-leitor pondo em evidência um lugar social de aluno negro e silencia um discurso como quem diz: vejam só, até uma negra é contrária as cotas raciais.

Para o lugar discursivo do aluno negro Wilson Silveira Rodrigues, o modelo ideal de cotas deveria contemplar alunos provenientes de escolas públicas, por conseguinte, as cotas deveriam ser definidas por fatores socioeconômicos, legitimando a memória discursiva de que as minorias étnicas no Brasil são também as minorias socioeconômicas e a condição racial não é o determinante das desigualdades, pois no Brasil, os brancos também são assolados pela desigualdade social.

Wilson Silveira Rodrigues está se preparando no Cursinho Solidário e também quer usufruir das cotas. "Só acho que elas deveriam ser apenas para quem estudou em escola pública. Quem vai dizer se uma pessoa é negra ou não?", questiona (Anexo D6).

O lugar da aluna negra Julia Conceição da Silva, tem seu discurso aspeado pela função-autor ao propor que as cotas deveriam ser tanto para negros como para alunos de escolas públicas. Compreendemos que o aspeamento constitui como gesto de leitura em que a função-autor marca seu afastamento em relação ao dito pela inserção da marca delocutiva "diz". Este "verbo de elocução" tem a função de deslocar a atenção do leitor para o assunto, que marca a veiculação do sujeito-leitor para aquilo que ele (função-autor) quer que seja lido.

No discurso do aluno negro, Wilson Silveira Rodrigues, atemo-nos ao fato da função-autor organizar o término do texto, com um discurso de autoridade favorável a um modelo de cotas para alunos carentes. Como já dissemos, analisar o discurso é entender estes fatos como acontecimentos discursivos e não como mera expressão do acaso. Desta forma, entendemos que a função-autor mobiliza um discurso de conclusão sobre o modelo de cotas ideal.

Outro gesto de leitura é caracterizado pela inserção de uma estrutura interrogativa, como quem conversa com o leitor: “quem vai dizer se uma pessoa é negra ou não?” (Anexo D6). Este gesto de leitura nos leva à compreensão de que a função-autor joga com uma posição-leitor pelas suas escolhas sendo extremamente ideológico ou coercitivo impondo uma pergunta ao leitor como quem diz: “pense no que estou lhe dizendo e veja se não tenho razão”. Ao mesmo tempo questiona um dos discursos polêmicos em relação ao modelo de cotas étnicas, ou seja, o discurso da identidade racial, pois a definição de raça no Brasil é determinada pela cor da pele e não por fatores identitários como é nos Estados Unidos, por exemplo.

5.1.4 Considerações Finais sobre a Posição-Sujeito da Função-Autor

Neste trabalho da função-autor, procuramos depreender uma análise mais apurada de um corpus analítico, de modo a recuperar os discursos mobilizados pela função-autor, na tentativa de compreender como esta função se subjetiva, manipula as vozes em um trabalho de escolha dos lugares discursivos que podem e devem ser postos em ação. Assim, procuramos entender estes lugares discursivos mobilizadas pela função-autor como gestos de leitura que nos levaram à compreensão de fatos discursivos como a expressão de um campo de subjetividades que age na organização interna do texto, no qual se expressa um “lugar” de “intenções” colocando o discurso em uma perspectiva do dizível ou em uma ordem discursiva.

Em todo o período das discussões sobre as cotas, o jornal “Gazeta do Povo” em nenhum momento se pronunciou, de forma categórico, contrário ou favorável às cotas, por isso procuramos explicitar, em forma de gestos de leitura, na organização textual do discurso, uma provável ou possível posição-sujeito da formação discursiva Gazeta do Povo pelo trabalho da função-autor com os diversos discursos que mobilizou ao longo da discussão.

De acordo com os discursos e lugares discursivos recuperados na análise depreendida, pudemos compreender que a função-autor dá uma maior ênfase, inclusive numérica, a lugares discursivos que veiculam um discurso favorável ao sistema de cotas definido por critérios socioeconômicos. Porém, antes de depreendemos os gestos de leitura que nos levaram a esta proposição, faremos algumas considerações explicitando como a função-autor exerce um papel coercitivo sobre os discursos.

Compreendemos que toda posição ideológica é sustentada por mecanismos coercitivos, sendo assim, a função-autor, ao sustentar uma posição, o faz por intermédio de uma relação com outros discursos. Por conseguinte, nos fixamos especificamente no trabalho da função-autor na organização textual com vistas a compreender os fatores de ordem discursiva depreendidos destes gestos de leitura.

Entendemos que a função-autor explicitou suas vontades de “verdades” no trabalho de mobilização dos diversos lugares discursivos, os quais procuramos constituir através de um trabalho de recuperação de memória e silenciamento dos discursos sobre as cotas. Outro movimento dos sentidos que nos foi importante é em relação ao trabalho da função-autor com os discursos direto e indireto e as funções que estas formas de citações assumem de um determinado lugar particular de análise.

Estas formas de heterogeneidades podem se apresentar tanto em discurso direto, quanto em discurso indireto, e manifestam gestos de leitura, por vezes auxiliados por recurso gráfico como as aspas, por exemplo. Este, por sua vez, constitui a heterogeneidade do texto,

que, usados como recurso ideológico pela função-autor, tenta conferir o efeito ilusório da imparcialidade e/ou da objetividade no texto jornalístico. De modo que essas formas de heterogeneidades perpassam o discurso em sua materialidade lingüística e apontam para o “como” a função-autor organiza o texto, para aparecer aos olhos do sujeito-leitor o que pode e deve aparecer⁷⁹.

Voltando à explicitação dos gestos de leitura que nos levaram à compreensão da posição discursiva assumida pela função-autor, chamamos a atenção para o trabalho de mobilização de escolhas dos lugares discursivos e suas posições ideológicas em relação às cotas. Esses lugares discursivos mobilizados pela função-autor colocaram em discussão a validade e viabilidade das cotas, pondo em discussão discursos como: o modelo de cotas deveria ser só a alunos provenientes de escolas públicas, justificando uma memória discursiva de que no Brasil, a maioria dos negros é proveniente das camadas mais carentes da população que provêm do ensino público.

Este discurso em defesa de um modelo de cotas socioeconômico silencia um discurso no qual considera-se que as minorias étnicas no Brasil, também são as minorias socioeconômicas considerando que o negro, antes de ser uma minoria excluída pela sua condição étnica é, sobretudo, excluído pela sua condição socioeconômica, de modo que não são somente os brasileiros de raça negra excluídos, mas há sujeitos de raça branca que são carentes e/ou pobres. Portanto, uma medida mais coerente de inclusão à universidade seria um programa que levasse em consideração fatores socioeconômicos.

Entendemos que, neste trabalho discursivo de silenciamento, reside um lugar de subjetivação da função-autor, no qual põe em ação, em um valor numérico, lugares discursivos que são favoráveis ao sistema de cotas socioeconômicas, ou então posições

⁷⁹ Pensando assim, o autor pode ser visto como um dos mecanismos disciplinadores e/ou controladores do discurso. Porém, a linguagem não é um elemento transparente e a função-autor também é atravessada pelo efeito ilusório causado pela ideologia, que o assujeita e faz com que os sentidos fujam ao seu controle, de modo que a objetividade é uma ilusão, que interpela a função-autor em suas reais condições de existência.

favoráveis a um modelo de cotas combinando fatores étnicos e socioeconômicos sendo poucas às vezes em que a função-autor mobiliza discursos contrários às cotas. Este gesto de leitura nos leva a compreender, que a função-autor tenta silenciar todo e qualquer discurso contrário às cotas, sejam elas raciais ou socioeconômicas e procura mobilizar lugares discursivos favoráveis, como é o caso do discurso do lugar de reitor da UFPR, e do Programa de Ensino e Relações Étnicas da USP, e do sociólogo José Jorge de Carvalho, discursos favoráveis às cotas tanto para negros como para alunos egressos de escolas públicas.

Outro trabalho de mobilização da função-autor que nos chamou a atenção é a relação que estabelece na mobilização de lugares discursivos relacionando-os com os lugares sociais postos em prática. Um exemplo é o trabalho com os discursos dos alunos negros contrários ao modelo de reserva de vagas, levando em consideração aspectos raciais, nos quais a função-autor faz questão de marcar de forma “consciente” o lugar social ocupado pelo sujeito no discurso, para, só então, estabelecer o lugar discursivo sustentado, procurando estabelecer sentidos como quem diz: “este é um discurso de autoridade de alguém que conhece o preconceito”, ou então, “veja só, até uma negra é contrária às cotas raciais”.

Estes gestos de leitura nos fazem compreender que a função-autor é consciente em grande parte dos sentidos postos em ação na construção textual e percebemos isto quando usa de verbos delocutivos como na veiculação do discurso do lugar de reitor Carlos Moreira Junior quando este termina seu discurso dizendo que “ ‘[...] todo esse material está à disposição do conselho’, completa o reitor” (Anexo D6). Outro discurso que nos levou a entender que a função-autor age conscientemente na construção do texto é quando veicula o discurso do lugar de Vitor Bertoli, em discurso comentado dizendo: “[...] a diferença é que ele vê a questão do outro lado do muro da universidade” (Anexo D6). Mesmo agindo de forma mais ou menos consciente, a função autor perde o controle sobre os sentidos, pois estes migram no interior dos lugares discursivos. Por isso dizemos que os sentidos não se

estabelecem a “*priori*”, mas sim na relação do sujeito com suas reais condições de existência, ou seja, pelos fatores históricos e ideológicos que o interpelam em sujeito de seu tempo.

As posições conflitantes postas em prática pela função-autor nos relevam redes parafrásticas de sentidos explicitando discursos silenciados e cristalizados, por uma memória histórica dos próprios discursos, fazendo com que ele estabeleça sentidos. Portanto, o trabalho interdiscursivo e lingüístico de fundamental importância na recuperação e explicação dos fatos discursivos ou das astúcias discursivas da função-autor na organização de um espaço de subjetividade. Percebemos este trabalho parafrástico dos discursos mobilizados pela função-autor no discurso jurídico do juiz substituto Mauro Spalding, quando em discurso comentado a função-autor diz que “[...] as cotas estariam ferindo o princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, presente na Constituição Federal (artigo 5º), e o artigo que garante a todos condições iguais de acesso ao ensino superior (artigo 206)” (Anexo D11) e complementa: “[...] as cotas também constituem discriminação, e defendeu o ataque do problema em sua raiz, traçando políticas públicas eficientes, que implique melhora no ensino fundamental e médio ofertados pelo Estado” (Anexo D11). Contrariando este discurso, recuperamos uma memória discursiva que opera sobre o discurso de que: “se por um milagre os ensinos básico e fundamental melhorassem seus níveis para que os seus alunos pudessem competir igualmente no vestibular [...] os negros levariam cerca de 32 anos para atingir o nível dos atuais alunos brancos” (Munanga, 2003, p.119).

Nos lugares discursivos contrários às medidas afirmativas como o jurídico, o tema cotas, estabelece inúmeras cadeias parafrásticas do tipo: inconstitucional, antidemocrático, discriminatório, etc. Dividem este mesmo espaço discursivo os alunos de escolas particulares e os alunos brancos, pois são veiculados três discursos que “excluem” estes dois lugares discursivos, ou seja, o de que o modelo de cotas deveria contemplar somente alunos provenientes de escolas públicas e outro discurso no qual as cotas deveriam ser restritas a

alunos negros, e outro discurso no qual as cotas deveriam ser para alunos negros de escolas públicas.

Já para os movimentos de consciência negra, união nacional e paranaense dos estudantes (UNE e UPE), as cotas não são inconstitucional, estabelecendo uma cadeia parafrástica do tipo: democrática, constitucional, promoção da igualdade, etc. Estes lugares discursivos, apesar de apresentarem discursos diferentes sobre as justificativas para as cotas, são favoráveis à medida. Os movimentos de consciência negra defendem o discurso das cotas raciais, ou seja, para alunos negros, já para a UNE e UPE, o modelo de cotas “ideal” deveria contemplar somente alunos de escolas públicas.

O lugar discursivo dos alunos que não apoiaram as cotas, por se sentirem prejudicados com a medida, pois não foram “beneficiados” com a reserva de vagas usam do discurso jurídico da inconstitucionalidade na tentativa de deslegitimar as cotas. Como é o caso do lugar dos alunos Elis Wendpap Cecatto, Roasiane Tatiana Toporoski e Gabriel Padilha da Silva (Anexo E5), os quais entraram na justiça alegando que se não fosse o sistema de cotas, eles teriam conseguido vagas em seus respectivos cursos escolhidos no vestibular da UFPR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises inferidas, procuramos explicitar gestos de leitura que nos fizessem compreender, a partir de um lugar de análise, como se manifesta o princípio da função-autor no texto jornalístico sobre a temática das cotas para negros nas universidades. Porém, vale lembrar que nosso trabalho de pesquisa, pelo caráter metodológico adotado, nos explicitou determinados gestos de leitura, ou seja, optamos por uma “porta” de entrada que nos levou à compreensão de determinados fatos discursivos, por acreditarmos que analisar o discurso não é impor “verdades”, mas sim explicitar “como” o objeto lingüístico aponta para uma materialidade histórica-ideológica, na qual as “verdades” se instituem como poder.

Neste campo de imposições de “verdades”, a função-autor exerce dois grandes poderes nos quais se subjetiva: decide a quem ela vai dar voz, mobilizando posições-sujeito e como ela vai dar voz regularizando os discursos naquilo que pode e deve ser dito de um determinado modo.

No primeiro grande poder, em que a função-autor decide a quem ela vai dar voz, depreendemos um trabalho metodológico numérico partindo de um *corpus* empírico, no qual procuramos regionalizar os discursos que circundaram a temática das cotas, recuperando os lugares discursivos e seus respectivos discursos, fossem eles de apoio, ou de repúdio às cotas. Com este trabalho, pudemos compreender que todo discurso estabelece uma relação com a memória de outros discursos já esquecidos e cristalizados, que, por sua vez, estão na “fonte” de outros discursos. Sendo assim, todo discurso, sendo ele de inclusão ou exclusão, se inscreve em uma ordem de reformulação na história, que é inclusive responsável pela resignificação das relações de poder.

Este trabalho de recuperação dos lugares discursivos, que a função-autor põe em prática nos fez compreender também que as condições históricas de produção e veiculação

dos discursos influenciam de forma diferente os discursos a serem mobilizados pela função-autor. Sendo assim, compreendemos que as condições políticas sócio-históricas infligem uma determinada ordem discursiva interpelando a função-autor.

No governo FHC o que vemos construir-se pelo discurso é um aparente apagamento das políticas sociais e em detrimento, o repúdio na adoção e legalização das cotas nas instituições federais. Estas políticas de contrariedade às cotas fazem com que instituições federais como o Ministério da Educação na gestão do então ministro Paulo Renato, também repudiem as cotas. Já no governo Lula parece haver uma maior abertura para as políticas sociais e com a “reforma universitária” na gestão do ministro da educação Tarso Genro, as cotas ganham legitimidade jurídica. No governo Lula são realizadas pesquisas que dão idéia da proporção numérica das desigualdades sociais em relação aos negros, pesquisas estas encomendadas e veiculadas por órgãos governamentais como o IBGE e o IPEA. Outra quebra de paradigma do governo Lula em relação a FHC foi à criação junto ao ministério da educação da Fundação Cultural Palmares, que aparentemente era responsável por lutar e divulgar a cultura negra e desta forma, os grupos de consciência e negritude ganham força.

No segundo grande poder da função-autor é aquele no qual ela “escolhe” como vai dar voz aos lugares discursivos mobilizados. Compreendemos este trabalho da função-autor como função interdiscursiva na qual a história e a ideologia intervêm nos sentidos fazendo com que a função-autor perca o controle sobre os sentidos e os discursos. E neste trabalho começamos pelo silêncio, entendido como fato discursivo, que nos aponta para fatos discursivos e, por conseguinte, nos explicita uma possível tomada de consciência pela função-autor.

Neste trabalho de silenciamento destacamos o discurso mobilizado pela função-autor, do lugar do ex-reitor da USP José Goldemberg (Anexo D6), no qual a função-autor silencia o discurso de que as cotas deveriam ser destinadas a alunos negros, pois em discurso comentado diz que “[...] o Estado deveria estimular os cursinhos para pessoas carentes” (Anexo D6).

Silencia o discurso, que não está dito, mas está significando, de que as minorias étnicas são também as minorias socioeconômicas e sendo assim, o negro não é excluído pela sua condição racial, mas sim pela sua condição econômica.

Outro discurso mobilizado pela função-autor interpelado pelo silenciamento é do lugar do sociólogo José Jorge de Carvalho, que parece apoiar um modelo cotas étnicas e raciais, silenciando os discursos de que o modelo de cotas deveria ser só racial ou então só socioeconômico. Este discurso favorável às cotas socioeconômicas foi o discurso mais marcado, ou seja, mais veiculado em uma escala quantitativa pela função-autor, ao longo da mobilização discursiva sobre a temática. Neste jogo do silenciamento, percebemos que há um jogo no trabalho de delimitar as formações discursivas e percebemos esta construção, quando a função-autor mobiliza o discurso do lugar sociólogo Antonio Sergio Guimarães, (Anexo D6), quando este parece explicitar ser contra as cotas socioeconômicas, em regiões onde a população negra é menor e acaba marcando o limite de sua formação discursiva pelo que está implícito ou silenciado em seu discurso, ou seja, de que as cotas devem ser raciais e socioeconômicas.

No trabalho empreendido na compreensão dos fatores interdiscursivos mobilizados pela função-autor, compreendemos que é no interior das formações discursivas que o discurso se re-significa adquirindo seu valor, porém, assim como as formações discursivas não são sempre as mesmas, os sentidos dados ao discurso também não são sempre os mesmos. Os sentidos migram e estabelecem diferentes relações de significações, ou então, diferentes cadeias parafrásticas surgem, apontando para outras possibilidades do dizer e, por conseguinte, para outros lugares discursivos. Por isso, na discussão sobre as cotas em um espaço discursivo ideológico contrário à reserva de vagas, os sentidos que o enunciado “cotas” adquiriu foram muitos, porém, sempre teve um sentido depreciativo, pois a rede parafrástica que a cerca é constituída por dizeres que não a legitimam.

A função-autor nos reporta a um trabalho parafrástico recuperando discursos de uma memória discursiva, quando em discurso comentado enumera justificativas em relação a estes discursos contrários as cotas. Salientamos o discurso de que “[...] o vestibular seleciona pelo mérito de cada aluno” (Anexo D6), o enunciado “mérito” nos abre algumas incógnitas do tipo: de que lugar se fala mérito; e mérito de quem e porquê. Esta cadeia parafrástica nos releva vontades de “verdades” do tipo: alguém, em relação a um sistema de poder pré-determinado, de uma posição-sujeito, merece porque tem competência e capacidade. Portanto, o jogo parafrástico é revelador de lugares discursivos que estão silenciados.

Outro fato observado no trabalho da função-autor é o de que dentre os lugares favoráveis às cotas, os discursos de apoio ou favoráveis às medidas afirmativas não são os mesmos, ou seja, os discursos de inclusão que justificam a legitimidade das cotas não se fazem do mesmo modo nos diferentes campos discursivos, por isso demarcamos três lugares discursivos diferentes para se pensar as cotas: o primeiro discurso fala de um lugar no qual as cotas deveriam ser destinadas somente a alunos negros. Este tipo de discurso é compartilhado, no campo discursivo social institucional, pela Ação Cultural e Negritude e Ação Popular (ACNAP), pelo Instituto Afro-brasileiro do Paraná, pela Delegação Brasileira na ONU e pelo Movimento Negro.

O segundo discurso de apoio às cotas prevê que a reserva de vagas deve ser destinada a alunos negros e a alunos provenientes de escolas públicas. Compartilham deste discurso no campo educacional institucional o lugar discursivo de reitor da UFPR e o lugar da procuradora da UFPR, esta última, que por sua vez dialoga com outros campos discursivos legitimando as cotas de uma perspectiva jurídica.

O terceiro discurso sobre a legitimidade das cotas propõe que elas devem ser destinadas a alunos carentes provenientes de escolas públicas. Este modelo exclui os fatores raciais e compartilham deste discurso no campo discursivo social institucional o Programa de

Ensino e Relações Étnicas e Raciais da USP.

Os gestos de leitura explicitados neste levantamento dos discursos que circundam o espaço da inclusão, o qual legitima as cotas, é de que os discursos de apoio às cotas são diferentes em cada campo discursivo. Usamos como exemplo o campo discursivo educacional, formação discursiva institucional, discurso da inclusão, a posição assumida pelo lugar discursivo de reitor da UFPR, que é diferente da assumida pela formação discursiva discente no lugar discursivo da UPES e pela formação discursiva docente no lugar discursivo de Professores de Ensino Médio Público. A primeira formação discursiva e seu lugar discursivo em destaque, compartilham do discurso favorável às cotas definidas por padrões étnicos e socioeconômicos. Já as duas formações discursivas, discente e docente, e os seus respectivos lugares discursivos compartilham de outro discurso, no qual as cotas deveriam ser só para quem estudou em escola pública, portanto, para alunos carentes provenientes de escolas públicas.

Interpretamos deste trabalho com os discursos da função-autor, que os sentidos dados à palavra inclusão não são iguais, nem no interior do mesmo espaço ideológico, nem no mesmo campo discursivo, pois este apresenta formações discursivas diferentes que, por sua vez, apresentam em seu interior lugares discursivos diferentes e em consequência maneiras diferentes de pensar o discurso da inclusão, portanto, não há homogeneidade de sentidos no trabalho de mobilização dos discursos pela função-autor, assim como também não há uma regularidade de construções por parte da função-autor ao trabalhar com outros discursos, pois a contradição aparece em marcas discursivas como o comentário por exemplo. Este tipo de discurso, como já salientamos ao longo do trabalho, marca uma função-autor organizadora do texto, que joga com outros discursos na construção do que pode e deve ser dito em condições dadas.

Quando falamos que a função-autor é responsável pela “escolha” dos discursos postos em prática, acreditamos que ela age sobre estas “escolhas” interpelada por um lugar discursivo que limita o “seu” dizer. Esta relação da função-autor com os sentidos nos reportam as palavras de Pêcheux (1997) quando este categoriza duas formas de esquecimentos que interpelam o sujeito em sua materialidade: o esquecimento número um e o esquecimento número dois.

A função-autor também trabalha interpelada por estes esquecimentos, pois ao perguntarmos “como” a função-autor dá voz aos lugares discursivos que mobiliza na construção do texto apontamos para o nível da formulação, no qual há um espaço simbólico regularizado, pelo qual o sujeito exerce a sua função-autor pelo trabalho intradiscursivo, também denominado de eixo horizontal. Neste nível da formulação, a função-autor é interpelada pelo esquecimento número dois, no qual pensa que só poderia dizer com as palavras que diz, portanto, não tem plena consciência sobre as cadeias parafrásticas que as palavras formulam em sua relação com a história. Orlandi (2001a, p.35) ao refletir sobre este esquecimento diz que ele “é o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”.

Já no nível da constituição dos sentidos, também denominado de interdiscurso no eixo horizontal dos sentidos, a função-autor é interpelada pela ideologia, na qual pensa ser a fonte dos sentidos e pensa também ter controle sobre o que formula, porém a linguagem não é transparente, de modo que, a falha e o equívoco constituem a materialidade discursiva. O sujeito pensa ser dono de seu discurso, pelo duplo processo que opera a linguagem entre a paráfrase e a polissemia. A primeira é base de todo o sentido, pois a produção de “novos” sentidos se inscreve em uma memória histórica de sentidos já cristalizados, que fazem com que o sujeito perca o controle sobre o que diz.

De acordo com a perspectiva que assumimos, o processo discursivo da função-autor é uma função organizadora da materialidade do texto, na qual procura-se estabelecer posicionamentos pela organização da materialidade textual, em um jogo entre discursos citados e relatados e as funções que estes exercem na explicação e compreensão, por parte do analista, do objeto discursivo. Esta compreensão do espaço discursivo da função-autor se apresentou em gestos de leitura que, no *corpus* analisado, justificou-se pela função epistemológica de afastamento assumido pelo discurso direto, pois compreendemos que há uma regularidade por parte da função-autor em negar afastando-se dos enunciados que mobilizou em discurso direto.

Compreendemos também neste jogo entre discurso direto, discurso indireto e discurso comentado, verbos delocutivos e as funções que estas citações exercem no texto, que é possível constituir a manifestação da posição da função-autor, pois os gestos de leituras nos levaram a interpretar que todo e qualquer discurso, o qual não fosse favorável a um sistema de cotas para alunos carentes ou provenientes de escolas públicas, a função-autor procurou manter-se afastada. Vejamos o discurso mobilizado pela função-autor do lugar do sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, que parece ser contrário às cotas definidas por padrões socioeconômicos. A função-autor aspea este discurso e o termina com o verbo declarativo “afirma”. (BENITES, 2002), marcando uma tentativa de afastamento como quem diz: “quem ‘afirma’ isto não sou eu”. Sendo assim, entendemos que estes recursos textuais foram uma das maneiras que encontramos para explicitar como a função-autor dá voz a outros discursos e ao mesmo tempo se posiciona, pois para a teoria do discurso o sujeito ao tentar se significar ele também se significa (ORLANDI, 2001a).

Vale ressaltar, que as funções exercidas tanto pelo discurso direto quanto o indireto na organização textual, não são sempre as mesmas para todo tipo de enunciado, de modo que não é em todos os textos que se pode compreender o aspeamento, por exemplo, como forma de

afastamento pelo dito pela função-autor. Ocorre o mesmo com o discurso indireto, pois este nem sempre exerce a função de discurso comentado do outro explicitando uma maneira da função-autor se posicionar assumindo o discurso do outro com a qual concorde. Usamos como exemplo o discurso do lugar da negra Edelvina Alves Vieira, no qual a função-autor veicula em discurso direto que “todos tem direitos iguais, não importa a cor. Quero entrar pelo meu mérito”, concluindo com um verbo delocutivo “afirma”. Neste discurso entendemos que o verbo delocutivo exerce a função de atribuir ao discurso citado o valor de discurso de autoridade no assunto, pois marca que o discurso é de outro, mas não se distânciava, pelo contrário, se projeta como quem diz: “vejam só, até uma negra reconhece que as cotas para negros não é uma proposta viável”.

Posto acima, entendemos que estes recursos usados pela função-autor podem apresentar variações de funções de texto para texto e no interior de um texto particularizado, porém culminam em um objetivo discursivo, ou seja, para a imposição particularizada de um campo de “verdades”. Devido a essas diferentes funções exercidas pelos elementos textuais, o analista deve ser capaz de explicitar o “como” estes elementos se apresentam em uma organização textual particularizada, porém compreendendo esta organização em seu todo discursivo, levando em consideração os fatores que compõem a discursividade textual, relacionando o texto com suas reais condições de produção e aparição.

Podemos dizer então, que a função-autor na organização textual, nos possibilitou a compreensão de procedimentos que são típicos do discurso direto, o aspeamento, por exemplo, que representa a evidenciação gráfica da interdiscursividade. Isto decorre da constatação de que um discurso só pode manter a distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço (AUTHIER-REVUZ, 1998). Assim, o aspeamento é um recurso utilizado para designar a linha demarcatória que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu exterior.

Defendemos a idéia, de que as aspas permitem delimitar outros discursos no interior do discurso assumido pela função-autor que cita. Explicita também a atitude da função-autor face ao dito por outros lugares discursivos. Dessa forma, aspear uma palavra é, simultaneamente, mencioná-la e fazer um comentário implícito ou silenciado, emitir um julgamento sobre o que ele representa e sobre a fonte que a utiliza, seja com nota de ironia, discordância, seja de respeito, fidelidade, seja mesmo de desconfiança ou de descomprometimento.

Desta forma, entendemos que o aspeamento nunca é neutro, mas implica uma tomada estratégica de posição face ao discurso relatado, resultante na aprovação do dito ou na sua ridicularização ou ainda na sua negação; revela intenções variadas da função-autor que o mobiliza, quer no sentido de resguardar-se, protegendo-se de polêmicas porque “foi o outro quem disse”, quer no sentido inverso de expor-se a elas, pelo enquadramento do pronunciamento alheio numa sequência textual que lhe é sutil ou declaradamente divergente ou convergente à sua.

Sendo assim, constatamos que aspear parte de um relato de fala que significa comentar, emitir um juízo sobre o dito, sobre sua função-autor ou sobre ambos. Sendo assim, o emprego de aspas não confere ao texto o caráter de objetividade, que comumente se julga inerente a elas, mas, ao contrário, imprime à manifestação discursiva um alto grau de subjetividade.

Na explicação do trabalho de como da função-autor mobiliza os lugares discursivos, entendemos que explicitar ou confrontar lugares discursivos, é uma forma de controle sobre o que deve e pode ser dito em condições discursivas dadas. Desta forma, silenciar ou explicitar determinadas posições-sujeito depende de uma regulação interna do discurso, que a compreendemos como uma forma ou ato de censura desempenhada pela função-autor.

Além do jogo entre discurso direto e indireto, a função-autor estabelece uma relação de organizador do discurso pelo discurso comentado. A função-autor, ao fazer uso de discurso comentado, demarca a existência de um princípio organizador do texto, haja vista que o comentário se inscreve na pluralidade ou na dispersão apagando a expressão individual de sujeito-autor. Já o princípio da autoria aponta para a constituição da individualidade do autor que se inscreve em uma perspectiva do dizível.

Outro fato que compreendemos com o trabalho da função-autor é que todo discurso apresenta um duplo limiar entre, pelo menos, dois espaços discursivos. No caso das cotas, quando a função-autor recupera lugares discursivos que as legitimam, elas são concebidas como medidas afirmativas e, por consequência, medidas inclusivas. Já quando são vistas por espaços discursivos contrários, as cotas adquirem sentidos depreciativos como medida antidemocrática, inconstitucional, discriminatória, etc. Esta é a outra face que todo discurso apresenta e este jogo limiar do discurso é construído pelo movimento da história ou pela memória dos discursos e desvendá-la e sabê-la só se torna possível ao interrogarmos o texto não no que ele diz, mas no “como” ele diz.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- AZEVEDO, C.M.M. Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raças? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 213-239, 2004.
- BARCELLOS, D. M. Espaço branco, beleza negra: relações raciais revisitadas. **Humanas**, Porto Alegre, v. 22, n.1/2, p.109-25, 1999.
- BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Proleitura, 2002.
- BRANDÃO, H. M. **Introdução à análise do discurso**. 7.ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- CAVALHO, J. J. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.163-190.
- CONTINS, M.; SANT' ANA, L. C. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ/PPCIS-UERJ, p.198-215, 1996.
- CURTY, M. G. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses (NBR 14724/2002)**. Maringá, PR: Dental Press, 2005.
- DORIGATTI, B. Ascensão e declínio do autor. **I Seminário brasileiro sobre livro e história editorial**, Rio de Janeiro, n.1, p.1-9, 2004.
- FERREIRA, M. C. L. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre, 2005.
- FERREIRA, R. F. A. construção da identidade do afro-descendente: contribuições da psicologia brasileira. **Interações**, v.3, n.5, p.93-105, 1998.
- FORTUNATO, M.V. **Autoria sob a materialidade do discurso**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad: NEVES, L. F. B. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A ordem do discurso**. Trad: SAMPAIO, L. F. A. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- _____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998a.

- _____. **História da sexualidade:** cuidado de si. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Microfísica do poder.** 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998b.
- _____. **O que é um autor?** Rio de Janeiro: Vega, 1992.
- _____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- _____. **A história da loucura.** Trad: COELHO NETO, J. T. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FRONZA, F. J. Movimentos de autoria: um diálogo com os acadêmicos do curso de Letras. **Caminhos**, São Leopoldo, n.3, p.99-110, 2003.
- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Bethania S. Mariani, et al. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- GOMES, M. R. **Poder no jornalismo:** discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.
- GOMES, N. L. Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003, p. 219-243.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso:** diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GUIMARÃES, A. S. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos**, São Paulo, n.61, p.147-62, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. O acesso de negros às universidades públicas. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003, p.195-216.
- _____. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos/CEBRAP**. São Paulo, n.54, p.127-46, 1999.
- HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer.** Trad. Orlandi, E.P. São Paulo: Hucitec, 1992.
- IRATI, A. A autoria e a cultura na pós-modernidade. **Cia Inf.**, Brasília, v.27, n.2, p.189-192, 1998.
- LAGE, N. **Linguagem jornalística.** 6.ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LENZ CESAR, R.C. Ações afirmativas no Brasil: e agora doutor? **Ciência Hoje**, v.33, n.195, p.26-32. 2003.
- MAGGIE, Y. Os novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes.

Novos Estudos/CEBRAP, São Paulo, n.59, p.172-92, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997.

MARASCHIN, C. Narrativas avaliativas como categorias autopoéticas de conhecimento. **Revista de Ciências Humanas, UFSC**, p. 21-42, 1999

MATTOS, W. R. Ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.133-51.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: historia e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo. n. 117, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, K. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. **Cultura Vozes**, n.6, p.85-96, 1999.

_____. Políticas de ação afirmativas em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.117-28.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001b.

_____. A língua brasileira. **Trabalhos de Lingüística Aplicada**, Campinas, n.23, 29-36, 1994.

PATY, M. Os discursos sobre as raças e a ciência. **Estudos Avançados**, n.12, v.33, p.157-70, 1998.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad: ORLANDI, E. P. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PINTO, V. N. **Comunicação e cultura brasileira**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.

POSSENTI, S. Notas um pouco cétricas sobre hipertexto e construção de sentido. **Educar**, Curitiba, n. 20, p. 59-75, 2002.

POUGY, E. A autoria nos tempos do você decide. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v.25, n.2, p.233-40, 2003.

ROMUALDO, E. C. O discurso relatado em depoimentos da justiça: formas e funções. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v.25, n.2, p.233-40, 2003.

SANTOS, J. R. **O que é racismo**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, S. G. Instituição das cotas para negros nas universidades: é necessário? É justo? É legal? **SINTESE PUBLICAÇÕES**, Porto Alegre, v.7, n.75, p.15-19, 2003.

SILVA JÚNIOR, H. Ação afirmativa para negros (as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.101-14.

_____. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.155-160.

SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

SILVA, P. B. G. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.45-54.

SILVEIRA, O. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.23-42.

SILVÉRIO, V. R. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p. 57-77.

SOUZA, P. A autoria vista sob suporte tecnológico. **Arte e Ciência**, Campinas, n.4, p.1-11, 2004.

TELLES, E; BAILEY, S. Políticas contra o racismo e a opinião pública: comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Opinião Pública**. Campinas, v. 8, n. 1, p. 30-39, 2002.

TRONCA, I. A. **Foucault vivo**. Campinas: Pontes, 1987.

VAZ, P.B.F; MENDONÇA, F.R. A representação visual do negro no jornal impresso. **INTERCOM, XXV-Congresso Brasileiro de Comunicação**, Salvador, p. 1-18, 2002.

VIEIRA, A. L. C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, P. B. G; SILVÉRIO, V, R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p.83-97.

REFERÊNCIAS (ANEXOS)

BACARIN, Raquel. Projetos defendem reserva de vagas para alunos com baixa renda. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 nov. 2000, Educação, p.10.

BUARQUE critica privilégio da economia com perda do social. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jan. 2004, Brasil, p.4.

CAMPOS, Marcio Antonio. Justiça suspende cotas da UFPR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 dez. 2004, Paraná, p.14.

_____. O papel da universidade na redução das desigualdades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jan. 2005, Paraná, p.3.

CAMPOS, Marcio Antonio. Sobrou cota na UFPR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jan. 2005, Paraná, p.3.

CASA Civil receberá projeto de cotas para negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jan. 2004, Observatório, p.6.

COTAS para negros na pauta. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 jan. 2004, Observatório, p.13.

COTAS para negros não resolvem diz ministro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 ago. 2001, Brasil, p.12.

CRÉDITO educativo incluirá critério raça. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jun. 2004, Brasil, p.16.

DELEGAÇÃO defende a participação de cotas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 ago. 2001, Curtas, p.9.

DEMOCRATIZAÇÃO do acesso e expansão das universidades públicas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 fev. 2004, Brasil, p.19.

DEMOCRATIZAR a Universidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 dez. 2002, Entrevista, p.5.

DUARTE, Tatiana. Para UFPR, batalha judicial contra as cotas já está ganha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 abr. 2005, Paraná, p.5.

FAVRETTO, Viviane. Abaixo-assinado para garantir vaga a alunos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 abr. 2000, Universidade, p.7.

GALINDO, Rogerio Waldrigues. Alunos barrados em sistema de cotas ameaçam ir à Justiça. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2005, Paraná, p.3.

_____. UFPR identifica irregularidades com 21% dos cotistas negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 fev. 2005, Paraná, p.3.

KLENK, Lenise Aubrift. Sistema de cotas da UFPR é condenado em júri simulado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jun. 2004, Paraná, p.5.

LIMA, Caio Castro. Negros têm acesso reduzido à educação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 nov. 2001, Paraná, p.8.

MARINGÁ discute cotas para negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 2004, Paraná, p.9.

MARTINS, Fernando. Estado cria sistema de cotas para índios nas universidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 nov. 2001, Paraná, p.3.

_____. Projeto dá cotas para negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2004, Observatório, p.4.

MOVIMENTO negro repudia ação contra cotas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 ago. 2004, Paraná, p.10.

OKUBARU, Fabio. UFPR pode criar cotas para negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 jun. 2002, Paraná, p.5.

ORGIS, Guido. Prós e contras do sistema de cotas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 abr. 2004, Paraná, p.5.

PARO, Denise. Estudantes da rede pública pedem reserva de vagas nas universidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 maio 2001, Educação, p.8.

PRESIDENTE do STF diz que cota para negros deve ser prevista em lei. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 set. 2001, Brasil, p.10.

SABBAG, Ricardo. Seminário na UFPR debaterá cotas para alunos negros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 ago. 2002, Paraná, p.4.

SHELLER, Fernanda; ESTADO, Agência. Propostas colocam em discussão o preconceito racial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 dez. 2001, Paraná, p.17.

_____. Compensação das desigualdades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 dez. 2001, Paraná, p.17.

ANEXOS

ANEXO A1 – ABAIXO-ASSINADO PARA GARANTIR VAGA A ALUNOS

Fonte: FAVRETO, 2000.

UNIVERSIDADE

Abaixo-assinado para garantir vaga a alunos

**Professor defende
reserva para quem
estuda em
escola pública**

O PROFESSOR AIRTON DELLA VILLA – que dá aulas de Matemática e Física na rede estadual de ensino em Guaratuba, no litoral do Paraná – está coletando assinaturas para um abaixo-assinado em apoio ao projeto de lei que prevê a destinação de 50% das vagas nas universidades estaduais e federais aos estudantes de escolas públicas. Ele produziu um folheto com explicações sobre a importância destas assinaturas e distribuiu nas escolas municipais e estaduais de Guaratuba. Desde março, conta Villa, 3 mil pessoas assinaram o abaixo-assinado.

A iniciativa do professor surgiu depois que ele tomou conhecimento, pela imprensa, da existência do projeto de lei de autoria do senador

Antero Paes de Barros, de Mato Grosso. O projeto prevê a destinação de 50% das vagas nas universidades estaduais e federais aos alunos que, comprovadamente, estudaram em escolas públicas durante o ensino fundamental e médio. Segundo Villa, o projeto está parado na Câmara dos Deputados em Brasília, desde que foi aprovado no Senado Federal. O professor diz que todas as assinaturas vão ser encaminhadas para a Câmara dos Deputados. “Eles foram eleitos pelo povo e representam nossa vontade”, afirma.

Villa quer reunir 10 mil assinaturas antes de mandar o material para Brasília, até o final de maio. Ele conta que a dificuldade está em trabalhar sozinho e com pouco tempo disponível. O professor dá aula nos períodos da tarde e noite. Villa está na rede estadual de ensino desde 1996, quando prestou

concurso.

Embora muitos pensem que esta atitude de Villa antecede uma candidatura a algum cargo político, ele garante que não. Segundo o professor, é preciso fazer alguma coisa porque pais e professores, de um modo geral, estão distantes da educação dos estudantes e eles, sem perspectivas. Villa explica que os alunos das escolas públicas

sabem que suas chances de ir para a faculdade são pequenas e, por isso, “dão pouco de si”. Em Guaratuba, completa, onde só existe a indústria

da pesca, o aluno termina o ensino médio e não tem mais o que fazer.

O professor explica que se este projeto for aprovado será possível incentivar o estudante porque, efetivamente, ele terá condições de chegar a universidade, concorrendo com candidatos que tiveram a mesma preparação que ele.

8 VIVIANE FAVRETTO

*Documento já
conseguiu
3 mil
assinaturas*

ANEXO A2 – PROJETOS DEFENDEM RESERVA DE VAGAS EM UNIVERSIDADES
Fonte: BACARIN, 2000

10 GAZETA DO POVO

PARANÁ

EDUCAÇÃO ■ 53% DOS ACADÊMICOS DA UFPR TÊM RENDA DE ATÉ R\$ 1,5 MIL

Projetos defendem reserva de vagas em universidades

Proposta é separar 50% dos cursos para alunos de classe média baixa

PELO MENOS 53% DOS ACADÊMICOS DA Universidade Federal do Paraná (UFPR) são de famílias de classe média baixa (com renda familiar de até R\$ 1,5 mil) e vieram de escolas públicas. No caso das universidades estaduais do Paraná, este índice chega a 63%. O número é superior à média nacional, que mostra que apenas 45% dos estudantes das universidades mantidas pelo governo são oriundos de escolas públicas. Diante das estatísticas, a Câmara Federal está prestes a aprovar o projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que determina a reserva de 50% das vagas de universidades públicas para estes alunos. Outro projeto, que solicita a reserva nas universidades estaduais do Paraná, também está tramitando na Assembleia Legislativa.

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Carlos Antunes dos Santos, diz que é totalmente contrário ao projeto por acreditar que este posicionamento "apenas foge do foco central, que é a reestruturação do ensino médio". Ele acrescenta que a reserva de vagas é uma ameaça à qualidade das instituições, pois não serão selecionados os melhores candidatos.

Santos participará do Seminário Estadual da Educação, que começa na próxima sexta-feira, em Curitiba, cujo tema central é a viabilidade dos projetos que garantem vagas para alunos de classe baixa. O reitor alerta que esta medida é inconstitucional, pois a lei "não pode privilegiar ninguém". Ele lembra que a implantação desta medida deve ter



Carlos Antunes dos Santos, que teme ameaça à qualidade.

o mesmo resultado da chamada "Lei do boi", que destinava vagas para alunos da zona rural. "Não cria competência e a questão da qualidade das instituições acaba sendo esquecida", ressalta.

Igualdade

Para o diretor da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubess), Juremar de Oliveira, há urgência em efetivar este projeto, mas com algumas alterações. Ele propõe a especificação de 50% das vagas reservadas por turno e curso, o que ampliaria as chances de estudantes de baixa renda cursarem faculdades concorridas como Medicina, Engenharia e Odontologia. Isto porque, analisa Oliveira, nessas áreas, 90% dos universitários concluíram o ensino médio em escolas particulares.

Os números nacionais mostram que os 440 mil estudantes que vêm da rede privada ocupam 330 mil vagas em universidades públicas, sendo que os alunos de escolas públicas, que somam 1,3 milhão, ocupam apenas 270 mil colocações. Edimir Maciel, presidente da União Paranaense de Estudantes (Upes), afirma que a aprovação da lei representa um incentivo para os alunos "buscarem uma chance real de ingressar na faculdade". A entidade defende que além da reserva, é necessário criar uma assistência estudantil, para dar suporte financeiro aos acadêmicos. "É uma discriminação positiva, que tenta igualar as chances de quem tem menos tempo e dinheiro para estudar", finaliza.

RAQUEL BACARIN

ENSINO MÉDIO

Evento discute melhorias

Durante três dias, em 24, 25 e 26 de novembro, cerca de 800 estudantes de várias regiões do Brasil estarão reunidos em Curitiba, para discutir propostas em prol da melhoria do ensino médio. O 1.º Seminário Estadual de Educação é organizado pela União Paranaense de Estudantes (Upes), em parceria com instituições governamentais. Entre os temas a serem debatidos estão a crise de identidade do ensino médio – gerada pelo fim dos cursos técnicos –, a eficácia do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os escândalos ligados ao setor educacional. Na segunda-feira, dia 27, os participantes fazem um ato público no Colégio Estadual do Paraná (CEP), considerado o maior do estado. O seminário terá ainda a participação de educadores e reitores das principais universidades do Paraná, como a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mais informações pelo telefone 0-XX-41-264-5432.

ANEXO B1 – ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA PEDEM RESERVA DE VAGAS NAS
UNIVERSIDADES
Fonte: PARO, 2001

Estudantes da rede pública pedem reserva de vagas nas universidades

Organizações
estudantis visitam
colégios do Paraná
para debater
a proposta

Foz do Iguaçu – A UNIÃO BRASILEIRA de Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Paranaense de Estudantes Secundaristas (Upes) deflagraram uma campanha que visa reservar 50% das vagas de cada turno e curso das universidades gratuitas brasileiras para alunos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em colégios públicos.

A campanha tem como base a disparidade que existe entre o número de estudantes de escolas particulares e de escolas públicas que ocupam as vagas das universidades estaduais e federais. Segundo dados apresentados pela Ubes e Upes, 73% das vagas nas áreas de biológicas e exatas das universidades estaduais do Paraná são ocupadas por alunos que cursam o ensino médio em escolas particulares. Em todo Brasil, a situação não é diferente. Dos 1,3 milhão de estudantes de colégios públicos que concorrem ao vestibular, apenas 330 mil entram nas faculdades gratuitas.

A duas organizações estudantis estão percorrendo colégios de todo o Paraná para estimular o debate sobre o tema. "Segundo o presidente da Upes, Ednir Maciel, a proposta poderá ser colocada em prática por meio de projetos que tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná e na Câmara Federal.

• DENISE PARO

ANEXO B2 – COTAS PARA NEGROS NÃO RESOLVEM, DIZ MINISTRO

Fonte: COTAS..., 2001

segunda-feira, 27 de agosto de 2001

BRASIL

EDUCAÇÃO ■ PROPOSTA DE RESERVA DE VAGAS SERÁ LEVADA À CONFERÊNCIA

Cotas para negros não resolvem, diz ministro

Paulo Renato adianta, porém, que não se opõe à idéia

BRÁSILIA (AE) – O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, Paulo Renato afirmou ontem que a destinação de cotas para negros em universidades brasileiras pode ser uma medida vazia se não for acompanhada de outras medidas que garantam a igualdade de oportunidades para todas as raças. "Não me oponho às cotas, mas só as cotas não irão resolver o problema", afirmou.

A reserva de cotas para negros em universidades é uma das propostas que integram o documento que o governo vai apresentar na Conferência Mundial sobre Racismo que será realizada na África do Sul, a partir do dia 31. Paulo Renato deixou claro que não participou da elaboração do documento que será apresentado pela delegação brasileira na conferência.

Para o ministro, a solução para acabar com a desigualdade de acesso às universidades seria a instituição de metas de forma



Paulo Renato cita bolsa-escola como alternativa.

a criar condições para que toda a população tenha acesso aos mais altos níveis de educação. A idéia, diz, é igualar as oportunidades. Para ele, a meta viável é ter nas universidades a mesma proporção de negros, pardos

e brancos que têm na população.

Ele lembra que há um problema mais sério que a entrada na da universidade, que é o acesso aos outros graus de ensino. Citou, como exemplo de alternati-

vas para igualar as oportunidades de acesso, o programa que está em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a realização de cursos pré-vestibulares para negros. A sua expectativa é de que a partir de 2002 seja possível colocar tal programa – que contará com US\$ 10 milhões do BID – em operação.

Outras alternativas, segundo o ministro, são o programa bolsa-escola e o financiamento educacional. O ministro ressaltou que na área de educação a universalização já vem sendo conseguida na faixa entre 7 a 14 anos. Conforme seus dados, em 1992 77,03% da população indígena nessa faixa etária estava na escola, percentual que passou para 86,82% em 1999. No caso dos negros, o percentual de acesso à escola na faixa de 7 a 14 anos, que estava em 79,20% em 1992, passou para 93,92% em 1999.

ANEXO B3 – DELEGAÇÃO DEFENDE A PARTICIPAÇÃO DE COTAS
Fonte: DELEGAÇÃO..., 2001

CURTAS

Delegação defende a participação de cotas

Estudantes portadores de deficiência física candidatos ao vestibular 2002 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) devem ligar para a Coperve, em Florianópolis, até a próxima quinta-feira. O contato servirá para a organização do vestibular analisar se há ou não necessidade de procedimento especial para a realização das provas. Informações pelo (0xx48) 331-9200.

A delegação brasileira levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo – de 31 de agosto a 7 de setembro em Durban, na África do Sul – a proposta de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. O Ministério da Educação se mantém contra porque considera que isso contraria o critério de avaliação escolar.

**ANEXO B4 – PRESIDENTE DO STF DIZ QUE COTA PARA NEGROS DEVE SER
PREVISTA EM LEI**

Fonte: PRESIDENTE..., 2001

STF

Presidente do STF diz que cota para negros deve ser prevista em lei

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio, teceu no último dia 17/09 comentários sobre a estipulação de cotas para os negros no serviço público. "Qualquer cota deve estar prevista em lei", afirmou Marco Aurélio apontando a necessidade da criação de cotas pelo Congresso Nacional.

"Não se pode, dentro dos editais criados pela lei, criar essa ou aquela cota, por melhor que seja intenção. É o princípio da legalidade, o ideal é que se provoque o Congresso Nacional, objetivando a criação dessas cotas", disse. Marco Aurélio ainda lembrou que um dos poucos casos de cotas previstas na legislação brasileira é a destinada aos portadores de deficiência física.

"Hoje, nós temos a cota quanto aos deficientes físicos considerados os concursos; temos as cotas quanto aos candidatos às eleições, com uma reserva de um certo número de candidaturas às candidatas mulheres", exemplificou o presidente do STF.

ANEXO B5 – NEGROS TÊM ACESSO REDUZIDO À EDUCAÇÃO

Fonte: LIMA, 2001

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA-Data, comemorada ontem, serve de análise para a situação do negro no PR

Negros têm acesso reduzido à educação

Em universidades públicas, como a UFPR, apenas 1% dos 19 mil alunos são negros

Dos 19 mil alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), apenas 1% é negro. Esse número, no entanto, não é proporcional à quantidade de afro-descendentes em Curitiba e região metropolitana. A capital paranaense e os 24 municípios da RMC possuem cerca de 2,8 milhões de habitantes, dos quais 6% são negros e 18% de descendência africana, ou, como classifica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pardos. Esses dados servem de base para definir a situação do negro no Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem.

"E boa parte desses negros que estão na universidade não são nem brasileiros", diz Nizan Pereira, coordenador dos estudos afro-brasileiros da UFPR e professor nos cursos de ciências biológicas.

"Entre os formandos de 2000, na UFPR, nos cursos de enfermagem, odontologia e farmácia não havia um negro sequer. E no de medicina, de 170 alunos se formando, só um era negro e mesmo assim era da Costa do Marfim, que veio para o Paraná através de um convênio", conta.

Segundo Nizan, entretanto, o problema é que os negros têm menos chances de ingressar na faculdade devido às dificuldades que enfrentam nas fases anteriores. "O importante é discutir o que acontece ao longo de toda a educação. Está difícil estudar para o pobre em geral. Mas preto e pobre é mais complicado ainda", diz o professor, que justifica. "A quantidade de professores brancos é muito maior e didaticamente, principalmente nos livros, o negro é tratado sempre como uma pessoa inferior. Está sempre acorrentado, por exemplo."

Na análise de Nizan, a forma como o negro é visto e até se mostra, é um fator muito prejudicial. "O negro representa, no Brasil, 45% da população. Mas enquanto o país e as pessoas não assumirem a forte presença negra, a situação continuará complicada. A auto-estima do negro fica prejudicada com tudo isso", diz. A hipocrisia de alguns é outro fator que também deve ser superado, segundo o professor. "Muitos não assumem sua cor. Mas quando ocorre algum problema, a usa como fuga e acusa alguém de preconceito."

Jaime Tadeu, 38 anos, presidente da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (Acnap), concorda plenamente com Nizan Pereira. "Os negros têm de brigar muito pela sobrevivência. Só depois de muita batalha conseguem entrar para uma universidade. A forma de ensino, ainda hoje, exclui o negro", diz.

De acordo com Jaime, a questão do preconceito racial no Paraná vai muito além das universidades. "Infelizmente o racismo em Curitiba é muito forte. Só quem é negro sabe o que é morar em Curitiba. A população acha mesmo que é européia", desabafa, contando que há, na cidade, agências de emprego que definem a cor da pessoa. Segundo o presidente da Acnap, são seis casos por mês de denúncias contra racismo. "A Lei contra crime racial é de 1988 e até hoje ninguém sofreu pena alguma por isso no Paraná", diz.

Caio Castro Lima

ANEXO B6 – ESTADO CRIA SISTEMA DE COTAS PARA ÍNDIOS NAS UNIVERSIDADES

Fonte: MARTINS, 2001

Sábado, 24 de novembro de 2001

EDUCAÇÃO

Estado cria sistema de cotas para índios nas universidades

Serão, inicialmente,
15 vagas nas
cinco instituições
estaduais

OS ÍNDIOS PARANAENSES SERÃO a primeira minoria étnica do país a dispôr de um sistema de cotas nas universidades. Ontem, o governo do Paraná regulamentou a lei que institui a reserva de três vagas em cada universidade estadual para a comunidade indígena. Como o estado mantém cinco universidades, 15 índios terão a garantia de que entrarão em um curso superior gratuito, já a partir do ano que vem. A implantação do sistema de cotas começou a ser amplamente discutido neste ano, sobretudo para garantir o acesso à universidade das comunidades negras.

Os índios que concluíram o ensino médio poderão se inscrever em qualquer curso das cinco universidades estaduais: Londrina (UEL), Maringá (UEM), Oeste (Unioeste), Ponta Grossa (UEPG) ou Centro-Oeste (Unicentro). Eles então prestarão um vestibular específico, separados dos outros concorrentes, explica o secretário estadual da Ciência e Tecnologia,

Ramiro Wahrhaftig. A data da realização do concurso e o local das provas ainda não foram definidos. Existe a possibilidade de que o número de 15 vagas seja aumentado para 18 ainda em 2002, caso haja tempo para a estruturação da Universidade Estadual Paranaense, que reunirá diversas faculdades esparsas.

Os três candidatos mais bem colocados que se inscreverem em cada universidade terão vaga garantida no curso que vierem a escolher. O número de vagas ofertadas para os candidatos não-índios, porém, será mantido, para que não haja prejuízo para ninguém. Por exemplo: caso o curso

de Medicina de determinada universidade ofereça 40 vagas por ano e os três indígenas mais bem colocados tenham optado por esta graduação,

43 alunos irão se matricular.

Atualmente, vivem no Paraná 11 mil índios, dos quais 2,5 mil estão estudando. Desses, cerca de 90 têm condições de prestar o vestibular. Apenas sete estão matriculados em algum curso universitário e, até hoje, somente dois se formaram, diz o assessor especial do governo do estado para assuntos indígenas, Edvino Battistelli. Dos que estão matriculados, todos cursam faculdades pagas.

• FERNANDO MARTINS

*Atualmente, só
sete índios estão
matriculados em
cursos superiores*

COMPENSAÇÃO DAS DESIGUALDADES

A PARTIR DA PRÓXIMA SEMANA, TODAS as empresas que prestam serviços para órgãos federais do país terão de reservar 0% de suas vagas para negros. No dia 19, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai sancionar a lei que estabelece essa nova regra na administração pública, uma prática que já é adotada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Apesar de o país ter hoje uma das maiores populações negras do mundo, somente 5% estão em funções de relevância no mercado de traba-

Foi depois da experiência positiva adotada por Jungmann que o governo resolveu estender a medida para outros ministérios. O da Justiça, que também havia tomado a iniciativa importante, de empregar presidentes de bom comportamento, deverá ser o seguinte a contratar negros. Em seguida, a medida deverá ser ex-

pandida para toda a administração mas o processo será gradati-
vo.

Na semana passada, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, adotou a mesma medida na Corte. Dos 20 novos servidores para o setor de comunicação, 4 deverão ser obrigatoriamente negros.

**Ministério da Reforma
Agrária já destina 20%
de seus postos de
trabalho aos negros**

colocatas. Na discussão do projeto que trata o assunto, no Senado, entidades ligadas ao setor ainda tentaram aumentar a abrangência da lei, considerada por alguns setores jurídicos como inconstitucional. Os técnicos argumentaram que a implantação de uma reserva de mercado para deficientes fis-

cos existe no país e nunca foi con-
testada.

Para o governo brasileiro, a adoção de cotas para negros seria uma espécie de compensação pelas desigualdades existentes no mercado de trabalho. Hoje, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os negros têm uma remuneração média de cerca de 49% inferior aos brancos. Além disso, conforme estudos do Ipea, o alto índice de desemprego entre

Já aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, outro projeto que poderá causar polêmica é o que implanta cotas também para a participação de

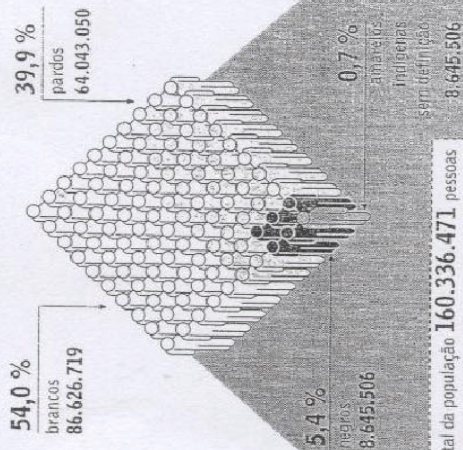
atores negros na televisão e peças publicitárias.

Na teve a exigência é a de que os programas e filmes terão de ter 25% de negros, enquanto que em anúncios, o mínimo exigido seria de 40%. A proposta, do deputado Paulo Paim (PT-RS), está tramitando há quase dois anos na Câmara e sua discussão poderá terminar ainda em 2001.

Amanhã, a Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial da Câmara vai convocar a triatleta Cláudia Lúcia, uma das integrantes do programa "No Limite", que declarou que jamais deixaria sua filha casar com um negro. Os deputados querem questionar em uma audiência pública as afirmações de Cláudia, feitas no dia 18 de novembro. A Comissão deverá convocar também um representante da produção do programa.

FERNANDO SCHELLER E AGÊNCIA ESTADO

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 1999 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a complexa composição étnica brasileira.



Total da população **160.336.471** pessoas

[illegible]

Domingo, 30 de junho de 2002

PARANÁ

EDUCAÇÃO ■ AFRO-BRASILEIROS SÃO MINORIA ENTRE OS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UFPR pode criar cotas para negros

Pesquisa inédita deve revelar o perfil racial dos alunos da instituição e confirmar segregação

ANEXO C1 – UFPR PODE CRIAR COTAS PARA NEGROS
Fonte: OKUBARU, 2002

A PRESENÇA DE NEGROS NA UNIVERSIDADE Federal do Paraná (UFPR) é mínima, segundo levantamentos informais. Essa constatação deve ser confirmada, em breve, por um estudo que está sendo feito para identificar o perfil racial dos estudantes da instituição. No curso de Medicina, por exemplo, não há nenhum aluno afro-brasileiro. Os únicos negros no curso são bolsistas vindos de Cabo Verde e de Angola.

A pesquisa que está sendo realizada é a primeira sobre a presença de negros na Federal, o que, segundo o reitor Carlos Moreira Junior, demonstra que a instituição nunca se preocupou com a questão. "A omissão em discutir o tema é tão ruim e perniciosa quanto a própria segregação racial", analisa o reitor.

Minorias

Moreira elegeu como uma das prioridades de sua gestão a implantação do sistema de cotas, para facilitar o acesso das minorias à universidade. Ele informa que ainda não há nenhuma posição definitiva sobre o assunto e adianta que qualquer encaminhamento dentro da ins-

tituição será amplamente discutido. "A decisão final será dada pelo Conselho Universitário", diz. A procuradora-chefe da UFPR, Dora Bertúlio, informa que estudos preliminares indicam que não há impedimentos legais para a implantação das cotas para negros.

Segundo ela, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Antônio Mello, já se pronunciou sobre o tema e afirmou que a questão não é

A definição de cotas ainda deve gerar muita polêmica

inconstitucional, como os opositores da ideia têm alegado. O argumento apresentado pelo ministro é de que a política de cotas propicia a igualdade de oportunidades, obedecendo o artigo 3.º da Constituição, segundo o qual reduzir as desigualdades sociais constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, com as universidades públicas inseridas

dentro desse contexto.

"O movimento dos docentes está amadurecendo as discussões sobre o sistema de cotas e não tem nenhuma posição definitiva", diz o presidente da Associação dos Docentes da UFPR (Apufr), Francisco de Assis Marques. No entanto, o professor faz questão de lembrar que o sistema precisa ser analisado dentro de uma política mais ampla de inclusão social, pois os negros não têm acesso à universidade não somente por serem negros, mas principalmente por serem pobres.

"Existem pobres na Federal, mas são pobres brancos", comenta o coordenador do Grupo de Estudos Afro-brasileiros da UFPR, Nizan Pereira. Ele diz acreditar que as cotas não vão resolver o problema da segregação racial, mas que a discussão é importante para forçar a sociedade a enfrentar uma situação que sempre existiu, porém nunca foi percebida pela maioria da sociedade. "O pior racismo é ignorar o ser humano, pois essa invisibilidade que a questão racial tem não dá nem oportunidade de os negros reagirem", diz Pereira.

• FÁBIO OKUBARU



Jorge é filho de um carregador da Ceasa do Rio de Janeiro.

ANEXO C2 – SEMINÁRIO NA UFPR DEBATERÁ COTAS PARA ALUNOS NEGROS
Fonte: SABBAG, 2002

4 GAZETA DO POVO

PARANÁ

EDUCAÇÃO ■ ENTIDADES QUEREM ESCLARECER SOCIEDADE

Seminário na UFPR debaterá cotas para alunos negros

Vestibular de 2004 já poderá ter o novo sistema

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) vai promover no dia 19 de setembro um seminário para discutir o sistema de cotas a estudantes negros para o próximo concurso vestibular. A realização do evento foi acertada ontem em um encontro entre o reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior, e representantes de entidades afro-brasileiras do Paraná.

No encontro, os dirigentes das entidades entregaram ao reitor um documento sugerindo propostas para a facilitação do acesso e permanência de estudantes menos favorecidos na universidade. "Nosso objetivo é esclarecer à comunidade a questão das cotas", disse o presidente do Instituto Afro-brasileiro do Paraná, Valdir

Izidoro Silveira, a respeito do seminário. De acordo com Silveira, o evento deve reunir especialistas de Brasília e São Paulo, além de professores e estudantes, para discutir a polêmica questão – que ainda divide setores da UFPR.

Segundo o reitor Moreira, do seminário será produzido um relatório que deverá ser entregue ao Conselho Universitário da UFPR com a proposta de resolução da norma. De acordo o reitor, a universidade tem um caminho longo para trilhar até que a questão seja amplamente compreendida pela comunidade acadêmica. O primeiro passo, diz Moreira, é a instrução e orientação da comunidade tanto no plano acadêmico

quanto no legal para a tomada de uma posição formal. "Isso devemos definir ainda este ano ou mais tardar no início do ano que vem", disse o reitor. Com a posição formalizada e aprovação do Conselho, o vestibular 2004 já pode trazer as cotas para estudantes negros, afirmou Moreira.

As entidades afro-brasileiras esperam que as cotas para negros sejam o início de um sistema que possa acolher, no futuro, também estudantes de escolas públicas e menos favorecidos em geral. "Não queremos favores. O vestibular vai acontecer do mesmo jeito e só deverá entrar na universidade quem for aprovado", completou Silveira.

■ RICARDO SABBAG

ANEXO C3 – DEMOCRATIZAR A UNIVERSIDADE

Fonte: DEMOCRATIZAR, 2002.

curitiba, 19 de dezembro de 2002 | 5

90
anos
UFPR

NIZAN PEREIRA ALMEIDA

Democratizar a Universidade

— Como o senhor avalia a produção científica na UFPR, em especial na sua área de atuação?

— Nizan — Veja, eu tenho, por assim dizer, uma dupla inserção dentro da Universidade, pois eu sou um médico e trabalho na área de prestação de serviços. Sou professor aqui da área de biológicas, que é uma área que produz muita ciência básica. Mas, especificamente na minha área, que tem uma aplicação muito imediata (a prevenção do câncer, diagnósticos etc.), nós conseguimos interfaces entre o que ensinamos para o aluno, o que eventualmente avançamos em termos de pesquisa e os serviços prestados via hospital de clínicas. Mas eu não sou apenas um pesquisador, sou muito mais um extensionista, minha área de atuação básica é a extensão. Eu participo de um programa de extensão de prevenção à AIDS como vice-coordenador, sou coordenador de um programa de extensão de prevenção do câncer e participo ainda de um programa de extensão ligado a atendimentos escolares, dando informação sobre conhecimentos básicos de saúde. Eu vejo hoje a questão da pesquisa como importante para manter as pessoas na universidade, para manter o espírito acadêmico. Mas eu penso que, para um país com os problemas do Brasil e um estado com os problemas do Paraná, poderíamos atacar mais diretamente alguns problemas, como, por exemplo, o diagnóstico de doenças infecto-parasitárias. Mas isto expressa o meu viés de médico e reconheço outras posições legítimas sobre essa questão dentro da Universidade. Penso, porém, que existe uma ditadura do CNPq, que é dominado por alguns doutores, sendo essa, a meu ver, a grande dificuldade que nós temos hoje. Penso que há uma certa ignorância acerca do país em que vivemos. Para se ter uma idéia, para que você possa participar de uma pesquisa financiada pelo CNPq, exige-se que você seja doutor. Obviamente, não tenho nada contra ser doutor, mas muita pesquisa boa deixa de ser feita porque alguns pesquisadores não cumprem essa exigência, mas não a cumprem, é bom que se diga, não por falta de dedicação, mas, ao contrário, porque se dedicam intensamente a outras atividades. Eu, por exemplo, sou apenas mestre e por isso me vejo obrigado a atuar apenas na área da extensão universitária. A meu ver, a pesquisa se tornou algo muito especializado para um país muito pobre como o Brasil. E para um país pobre como o Brasil a extensão

Nasceu em Mato Grosso do Sul, veio para Curitiba aos 17 anos de idade onde cursou Medicina, especializou-se em Patologia e obteve grau de Mestre em Educação pela UFPR. Recebeu em 1993 o Prêmio Nacional de Comunicação Médica por seu trabalho sobre combate ao tabagismo. Foi Secretário Estadual de Saúde do Paraná e Secretário Municipal da Saúde de Curitiba. Na vida acadêmica participou do movimento estudantil e como atleta foi titular da seleção universitária paranaense de basquetebol participando de campeonatos universitários nacionais além de pertencer à lendária equipe de basquetebol da Medicina, campeã invicta paranaense por seis anos consecutivos. Atualmente é professor adjunto da UFPR, exerce atividade como médico patologista e joga basquetebol nos torneios estaduais e nacional de basquete de veteranos.



Foto: Will da Silva/UFPR

universitária é absolutamente fundamental.

— Na sua visão, qual o lugar que a UFPR ocupa junto à comunidade e qual deveria ocupar?

— Quanto a essa questão, acho que a Universidade sofre de um paradoxo. De um lado, no que se refere ao acesso, a Universidade Federal é uma universidade que serve à elite econômica, social e branca do país. Hoje as universidades públicas possuem um sistema de cotas invertido. Na verdade, elas só garantem acesso a quem provém da elite, a quem provém da elite branca, a quem provém dos meios socialmente posicionados e em condições econômicas favoráveis. Basta ser branco, social e economicamente bem colocado para entrar na universidade? Claro que não. Mas a competição só se dá neste meio social. A forma como o vestibular é feito hoje serve apenas para selecionar entre os mais bem posicionados socialmente. Mas, por outro lado, se o pobre não entra na universidade, de alguma forma a universidade vai até ele. Ou seja, do ponto de vista do recrutamento a universidade é absolutamente fiel a quem tem o poder, mas na sua relação com a sociedade ela é absolutamente democrática e isso por uma razão simples: os serviços sociais prestados pela universidade são democratizados. Hoje se

tem o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, que realiza desde cirurgias cardíacas e transplantes de medula até o atendimento dos postos de saúde nos bairros. O próprio Hospital de Clínicas que, a partir de 1975, mudou e mudou corretamente, deixando de ser mero hospital escola para atender também a previdência social, é um exemplo desse movimento da universidade em direção à sociedade.

— Qual o papel que a política sindical tem cumprido na vida universitária e, na sua perspectiva, que papel ela deveria cumprir?

— Sem dúvida nenhuma, a atuação do sindicato tem sido importante para os professores, sobretudo no que se refere aos interesses básicos de nossa categoria profissional, ou seja, luta em torno de questões de carreira e de questões salariais. Mas vejo um problema na política sindical. Na verdade dois. Primeiro, há muita luta interna, muita cisão e, o que é pior, entre pessoas que muitas vezes estão dizendo a mesma coisa. Outro problema é que, a meu ver, parece que a atuação sindical contribui para minar o romantismo tão necessário ao exercício da nossa atividade como professor universitário. Não sei se os professores novos pensam da mesma maneira, mas o romantismo de ser professor universitário está se perdendo. Parece não haver

mais a paixão em torno da profissão. Eu acho que quando optamos por nos engajar na atividade sindical acabamos por perder um certo romantismo. Eu pertenci ao sindicato dos médicos durante muito tempo e percebi como isso afeta o nosso entusiasmo, o quanto isso tira um pouco da paixão pela nossa profissão. É claro que o sindicato é fundamental para defender alguns interesses da categoria: o sindicato existe para isso, o sindicato não existe para derubar patrão, para analisar as relações de classe, mas para gerar benefícios para a categoria, benefícios que são apropriados por cada professor individualmente. Mas não tenho claro qual o efeito da atuação sindical para Universidade como um todo. Como disse antes, o que atrapalha muito são divisões entre pessoas que, basicamente, estão falando a mesma coisa.

— O quadro de professores da UFPR tem passado por um intenso processo de renovação. Como o senhor avalia esse processo, em especial na sua área de atuação?

— Em termos gerais, eu penso que está vindo uma geração de professores de transição, parte significativa deles formada aqui dentro da Universidade, que fizeram doutorado, pós doutorado, todos extremamente ciosos dos seus currículos acadêmicos, da sua pontuação na GED (Gratificação de Estímulo à Docência), da disponibilidade de bolsas sanduíches. Não tenho nada contra, mas o que me assusta é que alguns deles têm grande desprezo pelos alunos. Eu penso que o professor é um trabalhador da educação e considero o professor universitário diferente, creio que o ambiente universitário não deveria ser marcado por tanta competição. Tanta competição afeta, a meu ver, o ideal dos professores, deixa de lado a sua função fundamental de ensinar sacrificando-a em nome de um carreirismo. Esse idealismo foi trocado por um realismo acadêmico extremamente individualista e que compromete as características essenciais da universidade. Em geral, esse tipo de professor, considerado hoje como sendo de excelência, tem ojeriza a qualquer tipo de política. Se preocupa muito com a verba da fundação destinada à sua pesquisa e muito pouco ou nada com questões mais universais, como a cidadania, por exemplo. Acho que a universidade poderia, com os quadros que tem, ser mais efervescente do ponto de vista político.

→ Continua na página seguinte.

ANEXO D1 – A CASA CIVIL RECEBERÁ PROJETO DE COTAS PARA NEGROS
Fonte: A CASA..., 2004

EDUCAÇÃO

Casa Civil receberá projeto de cotas para negros

SÃO PAULO (AF) – Para resgatar uma dívida social de mais de um século, o governo pretende editar uma Medida Provisória autorizando as universidades federais a adotarem o sistema de cotas para alunos negros. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que apenas 14,3% dos alunos que cursam o ensino superior são negros. A proposta será entregue à Casa Civil até a próxima sexta-feira.

Com a medida, as universidades federais serão estimuladas a adotar cotas para negros. Atualmente somente três universidades públicas adotam o sistema de cotas: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade de Brasília (UnB), que aderiu ao programa recentemente.

ANEXO D2 – PROJETO DÁ COTAS PARA NEGROS

Fonte: PROJETO, 2004

EDUCAÇÃO**Projeto dá cotas para negros**

O Instituto Afro-Brasileiro do Paraná protocolou, quinta-feira, na Assembléia Legislativa, um anteprojeto de lei propondo a reserva de 20% das vagas no vestibular das universidades estaduais para negros e pardos. Segundo o presidente do instituto, Saul Dorval da Silva, a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). E, nos próximos dias, a entidade deve escolher um deputado para assinar e levar adiante a iniciativa.

Silva afirma que a expectativa é de que o anteprojeto possa virar lei em breve, a exemplo do que aconteceu com a proposta de reserva de 10% de vagas para afrodescendentes e índios nos concursos públicos do estado. O projeto das cotas em concursos também foi apresentado à Assembléia pelo instituto. Quem encampou a iniciativa foi o deputado Geraldo Cartário.

Em apenas três meses, o projeto de lei tramitou e foi aprovado por unanimidade no Legislativo, sendo sancionado pelo governador Roberto Requião em dezembro. "O Paraná demonstrou maturidade política para o resolver o problema de raça", afirma Silva.

O presidente da entidade explica que a lei das cotas nos concursos públicos vai garantir o acesso do negro ao emprego e à renda. "E a reserva de vagas nas universidades vai dar o acesso à educação e à cultura", complementa Silva.

Se a proposta virar lei, seis instituições de ensino superior teriam que adaptar seus concursos vestibulares: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro) e Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

Silva afirma que o instituto tem pesquisas demonstrando que, no Paraná, 42% da população é afrodescendente. E, em Curitiba, os negros e pardos seriam 32%. Mas poucos hoje estão no serviço público e nas universidades. Segundo ele, as cotas são importantes para promover a inclusão social da população negra. Silva afirma que aprovação desse tipo de legislação apenas cumpriria o que determina o Decreto Constitucional n.º 4.229, que autoriza estados e municípios a adotarem cotas.

O instituto disponibiliza, para os interessados, cópias do anteprojeto de lei aprovado no estado para que possa ser adaptado nas câmaras municipais. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (41) 9601-9128 ou 3029-4931.

A FERNANDO MARTINS

ANEXO D3 – COTAS PARA NEGROS EM PAUTA
Fonte: COTAS..., 2004

UNIVERSIDADE

Cotas para negros na pauta

BRASÍLIA (AF) – O governo federal decidiu voltar a discutir a implantação de cotas para negros no vestibular de universidades federais antes de publicar medida provisória sobre o assunto. Para a ministra Matilde Ribeiro (foto), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, coordenadora do grupo, o governo não conseguirá evitar críticas, mesmo após os debates. "Assim como a discriminação é histórica, as críticas também são."

Elza Fúria/ABr



ANEXO D4 – BUARQUE CRITICA PRIVILÉGIO DA ECONOMIA COM PERDA DO SOCIAL

Fonte: BUARQUE, 2004

ENSINO SUPERIOR

Buarque critica privilégio da economia com perda do social

Ex-ministro mantém declarações contra atual política e sai do cargo prestigiado

Brasília (AE) – O ex-ministro da Educação Cristovam Buarque manteve ontem, no discurso de despedida do cargo, o mesmo tom crítico contra o governo por privilegiar a economia em detrimento do social e voltou a queixar-se de falta de verba para o ensino.

Buarque disse que a gestão do PT dobrou à esquerda, mas ainda existem "barreiras que dificultam pisar no acelerador no que se refere à educação".

Ele citou que, na instrução básica, por exemplo, o Ministério da Educação fica imprensado entre o poder federal, "sem os recursos necessários pelas dificuldades de hoje", e os estados e municípios, que estão sobrecarregados com os níveis fundamental e médio.

"Esta muralha faz com que, no Brasil, a gente acelere quase em tudo, como até um dia um presidente fez 50 anos em 5 para economia; mas até hoje não fizemos 50 anos em 5 para educação." Buarque enfatizou que o País levou cinco séculos para ter na Presidência da República um presidente como Luiz Inácio Lula da Silva.

"Não é possível esperar por outro presidente com o sonho de que a educação será privilegiada", cobrou o ex-ministro da Educação, que, nos próximos sete anos de mandato no Senado, será um militante do ensino. Livre da função de ministro, pretende usar mais a voz em favor do setor:

"Quero ser o quarto senador de cada estado para a área da educação."

Ministros, outros políticos e acadêmicos lotaram o auditório do ministério para o ato de transmissão de cargo. Mais parecia uma ação de solidariedade a Buarque, demitido por telefone, do que sinal de prestígio do novo ministro da Educação, Tarso Genro.

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, principal opositor do ex-ministro na administração federal, não compareceu.

Mas foi representado pelo ministro de Coordenação Política, Aldo Rebelo. Também estavam presentes à transferência de função o chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, e os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e da Saúde, Humberto Costa.

Genro elogiou Buarque e disse que construirá a gestão sobre os alicerces plantados por ele e que lutará pela aprovação da medida provisória (MP) que mudou o sistema de avaliação da instrução superior. Mas, talvez, disse, mude um pouco as regras para dar mais "objetividade" à análise.

Informou ainda que a reforma universitária será prioritária e que apóia cotas para negros nas universidades, apesar de acreditar que apenas um processo massivo de inclusão social dos pobres resolverá a questão da comunidade afro-brasileira.

Mercadante admitiu que a destituição de Buarque, que estava em Lisboa, por telefone, não foi a mais adequada e atribuiu a atitude de Lula ao "calendário político" da reforma ministerial.

O líder do governo no Senado afirmou que o presidente queria concluir a reforma do Ministério antes da viagem à Índia e que o tempo político havia se esgotado.

"Não é desta maneira que se trata um ministro como o professor Cristovam Buarque", reagiu o presidente do PT do Distrito Federal, Wilmar Lacerda. Apesar da demissão, Buarque permanece um fiel quadro do PT. "Quando morrer, sobre o meu caixão, terá bandeira do PT, do Distrito Federal, da Universidade de Brasília (UnB)" disse, ao saber que havia sido convidado para ingressar no PFL.

ANEXO D5 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Fonte: DEMOCRATIZAÇÃO..., 2004

Democratização do acesso e expansão das universidades públicas

CARLOS MOREIRA JR.

Amanhã estarão reunidos, na Universidade Federal do Paraná, reitores de todas as universidades federais brasileiras, para discutir assuntos de grande relevância para a nação: a democratização do acesso e a expansão das vagas nas universidades públicas.

As experiências que temos realizado desde o início de nossa gestão frente à UFPR, como a ocupação das vagas ociosas, os processos avaliativos internos, a mudança no formato do vestibular, uma séria e profunda discussão sobre um sistema de cotas na universidade, o estímulo à ampliação do ensino técnico, além de outras medidas para a diminuição da evasão escolar nos credencia para sediar tal reunião. A UFPR tem dado mostras de sua preocupação com esses temas, que têm enorme importância no cenário socioeducacional brasileiro e tem relação direta com o desenvolvimento do país e com as políticas de inclusão social.

Enquanto em muitas universidades privadas a demanda por uma vaga é semelhante à oferta, fazendo com que o vestibular possa ser substituído por outras formas de avaliação, a procura por uma vaga nas universidades públicas continua muito alta.

Cientes dessa grande demanda, nós, reitores das universidades federais, temos procurado levar ao governo federal e ao Ministério da Educação nossas propostas de expansão e modernização do sistema público federal de Ensino Superior, que foram entregues ao Presidente da República, em reunião realizada com Sua Excelência em 5 de agosto do ano passado. Infelizmente por problemas, os quais não me cabe aqui analisar, tais propostas ainda não foram implantadas.

Nesta reunião com o Presidente Lula, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tornou pública as seguintes propostas a serem implantadas nos próximos quatro anos:

- Duplicar o número de alunos nos cursos de graduação;
- Duplicar o número de alunos na pós-graduação;
- Ocupar 100% das vagas surgidas a cada semestre;
- Combater a evasão e a retenção de alunos, elevando o índice de diplomação;
- Ofertar 25 mil novas vagas nos vestibulares para cursos noturnos;
- Formar para o ensino médio 50 mil professores, particularmente nos campos de maior déficit como o ensino das ciências;
- Titular 250 mil professores sem graduação para o ensino fundamental;
- Trabalhar com nossos alunos para a plena alfabetização do povo brasileiro;
- Dobrar as atividades de extensão, especialmente em áreas de pertinência social como nutrição, saúde, alfabetização, geração de emprego, etc;
- Dobrar o número de trabalhos científicos publicados em revistas indexadas;
- Quadruplicar o número de patentes licenciadas aumentando a interação com o setor produtivo nacional;
- Buscar formas de superar a desigualdade de acesso ao

ensino superior;

- Estabelecer parcerias com estados e municípios, ampliando a atuação da universidade nas diversas regiões de cada estado.

Muitas dessas propostas da Andifes já foram implementadas pela UFPR. Não existem vagas ociosas em nossa instituição, estamos trabalhando com plena carga de alunos. Através de parcerias com o governo do estado e prefeituras municipais estamos ampliando as vagas no ensino superior e ensino técnico. A criação da Universidade do Litoral, os cursos técnicos de agroecologia para assentados do MST e a Incubadora de Cooperativas Populares são um bom exemplo dessa prática. Parcerias desse tipo têm possibilitado ampliar significativamente nossos programas de extensão, atingindo regiões carentes do estado, como o Vale do Ribeira.

Também trabalhamos em um grande esforço para aumentar o número de alunos matriculados em nossos programas de pós-graduação, passando de pouco mais de 1.800 alunos em 1999 para mais de 2.900 em 2003, o que refletiu diretamente no incremento de nossa produção científica. Preocupada com a evasão escolar, a UFPR mantém um programa de bolsas com recursos próprios para alunos carentes, fez importantes melhorias em seus restaurantes universitários, mantendo a refeição a custos bem abaixo do mercado, realizou a feira das profissões com mais de 25 mil visitantes do ensino médio, o que aproximou esses alunos da universidade e, certamente, será fator importante na escolha mais consciente da carreira a ser seguida.

Através da modalidade de educação a distância, estamos qualificando mais de 700 professores do ensino fundamental que ainda não dispõem do diploma de Pedagogia.

Com a finalidade de implantar políticas afirmativas para a democratização do acesso ao ensino superior, ainda este ano devemos apreciar no Conselho Universitário um plano de metas com esse objetivo.

Finalmente, a ampliação das vagas no período noturno é fator de inclusão e de diminuição da evasão. Para isto temos estimulado, dentro de nossas limitações, essa tendência, incluindo a possibilidade de mudança de turno na primeira fase do Processo de Ocupação das Vagas Remanescentes (Provar) para alunos da própria instituição.

No momento em que muito se fala em reforma universitária, especialmente nos altos escalões do governo, quero lembrar que nós, reitores das federais, já temos propostas, já discutimos amplamente entre nós e agora estamos novamente chamando os atores do processo, comunidade universitária, governo e sociedade, para ampliar essa discussão e iniciarmos definitivamente um processo de reforma da universidade brasileira. Uma reforma que atenda aos anseios do povo, ou seja, responsabilidade para com os gastos dos recursos públicos, responsabilidade social para que as universidades sejam importantes indutores e operadores de políticas para diminuição das desigualdades sociais que afligem nossa sociedade e para que, acima de tudo, estejam sintonizadas com o povo brasileiro, seu legítimo proprietário e provedor. Afinal, as escolas são um bem público, independentemente de sua complexidade ou personalidade jurídica.

CARLOS MOREIRA JR. É REITOR DA UFPR.

ANEXO D6 – PRÓS E CONTRAS DO SISTEMA DE COTAS

Fonte: ORGIS, 2004

Domingo, 26 de abril de 2004

PARANÁ

GAZETA DO POVO 5

ENSINO SUPERIOR ■ ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS E NEGROS TERÃO RESERVA DE VAGAS NA SEGUNDA FASE DO VESTIBULAR

A PARTIR DESTES ANOS, A UNIVERSIDADE Federal do Paraná (UFPR) terá duas portas de entrada. Uma tem endereço já conhecido e só é aberta para quem fica nas primeiras posições do vestibular. O projeto da outra foi encaminhado pela Reitoria para a avaliação dos 51 membros do Conselho Universitário. É o acesso preferencial para estudantes negros e egressos de escolas públicas. Em reuniões que ocorrerão nos dias 6 e 7 de maio, o conselho decidirá se ela será realmente construída.

O desenho original sugere que 20% das vagas sejam destinadas a estudantes provenientes de escolas públicas e que outros 20% vão para os negros. Essa fórmula valerá para o próximo vestibular, que começa em novembro. Mas essa meta, se mantida pelo conselho, não será alcançada em boa parte dos cursos.

O reitor da UFPR, Carlos Moreira Júnior, admite alterações na proposta original. "Não importa se são 20%, 10%, ou 5%. O relevante é discutir políticas públicas para a correção de distorções sociais", afirma. "Fizemos o projeto, colhemos sugestões em escolas, ouvimos líderes comunitários. Todo esse material está à disposição do conselho", completa o reitor.

A fórmula da UFPR prevê um vestibular em duas fases. Na primeira, eliminatória, todos os candidatos concorrem em condições iguais. Assim, só os candidatos mais preparados poderão disputar as vagas reservadas para os cotistas – a ideia, com isso, é evitar a admissão de estudantes despreparados.

Sobras

Segundo a procuradora-geral da UFPR e uma das responsáveis pelo projeto, Dora Bertulio, o sistema pode implicar em sobras de vagas das cotas. Ela estima que a concorrência na segunda fase ficará entre quatro e seis candidatos por vaga. Se entre eles não houver número de cotistas igual ao de carteiras reservadas – situação que deve surgir em áreas muito concorridas, como Medicina – os postos não ocupados retornarão para a lista normal.

Este deve ser um dos aspectos apresentados nas discussões internas para a decisão sobre as cotas.

Na opinião do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, coordenador do Programa de Ensino de Relações Étnicas e Raciais

Prós e contras do sistema de cotas

Democratização do acesso à universidade gera debate no meio acadêmico

OS BENEFICIÁRIOS



Júlia, Edelvina e Wilson, possíveis beneficiários das cotas: opiniões são divergentes entre os alunos do Cursinho Solidário.

Entre o mérito e o preconceito

Mesmo entre as pessoas que podem ser beneficiadas, as cotas não são unanimidade. Edelvina Alves Vieira, de 44 anos, é negra e já tentou passar no vestibular seis vezes. Atualmente, ela tem aulas preparatórias na ONG Formação Solidária e mantém vivo o sonho do curso Ciências Biológicas. Mas diz que não pretende cotar pelas vagas reservadas.

"Não são tantos direitos iguais, não importa a cor. Quero entrar pelo meu mérito", afirma. Edelvina diz acreditar que o ingresso através de cotas aumentaria a discriminação dentro das salas de aula. "Vai existir uma divisão e o preconceito só vai aumentar. Tentar mudar as coisas à força não dá certo", opina.

A opinião de Edelvina é compartilhada por Vitor Benelli Nascimento (foto ao lado). A diferença é que ele vê a questão do outro lado do muro da universidade. Há dois meses, ele formou-se em Educação Física na UFPR e trabalha



na área. "As cotas vêm para tentar acabar com um problema que é muito maior do que o ingresso na universidade", avalia. "Só que é uma solução que começa pelo fim. É preciso investir mais no ensino fundamental".

O recém-formado também diz acreditar que as cotas para estudantes negros podem aumentar o preconceito dentro da instituição. "Nunca me senti discriminado no meu curso, mas sei que em outras áreas a reação seria diferente", conta.

Collega de Edelvina no Cursinho Solidário, Jéila Conceição da Silva, de 24 anos, defende as cotas – tanto para negros como para egressos de escolas públicas. "Existe racismo no Brasil, e já senti isso na pele. Investir na educação é a chave para mudar esse comportamento", diz. Jéila fez um curso técnico em Secretariado, mas não encontrou um posto na área. Hoje ela trabalha como tele-atendente e quer estudar Psicologia. "Sei que tenho capacidade para acompanhar o curso. Só faltou uma estrutura melhor para me preparar para o vestibular".

Wilson Silveira Rodrigues está se preparando no Cursinho Solidário e também quer usufruir das cotas. "Só acho que elas deveriam ser apenas para quem estudou em escola pública. Quem vai dizer se uma pessoa é negra ou não?", questiona.

da Universidade de São Paulo (USP), o modelo ideal de cotas deveria incluir critérios econômicos, como ocorre na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esses critérios não foram contemplados pela UFPR. "Mas acho que somente a cota definida por padrões socioeconômicos não daria conta de reduzir a desigualdade em regiões onde a população negra é menor, pois é mais difícil de atingi-la", afirma. E o caso de Curitiba. Somando-se pretos e pardos (termos usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), chega-se a 23,3% da população do estado e 19,9% da RMC, contra uma média nacional de 16,1%. Esse é outro argumento que certamente surgirá no debate da UFPR.

Causa e consequência

A decisão também será influenciada por um processo político em que tanto defensores quanto críticos das cotas apresentam argumentos plausíveis.

"Temos dados suficientes de que houve exclusão social por décadas nas universidades públicas. Demoraria cem anos para democratizar o acesso apenas com a melhoria do ensino fundamental", analisa o sociólogo José Jorge de Carvalho, um dos autores da proposta de cotas da UNB. Carvalho apóia a existência de vagas reservadas tanto para quem estudou em escolas públicas como para a população negra.

As opiniões contra as cotas sempre definem-nas como uma tentativa de erradicação um problema pela consequência e não pela causa, que seria a falta de um sistema de educação com qualidade. Outro argumento é que o vestibular é objetivo e seleciona pelo mérito de cada aluno. Não há discriminação, portanto.

Além disso, as instituições de ensino correriam o risco de aceitar alunos sem a qualificação necessária para acompanhar os cursos. Em um artigo recente, o ex-reitor da USP e atual secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, coloca que o Estado deveria estimular os cursinhos para pessoas carentes. Para ele, a adoção de cotas é "uma medida certa para degradar o nível das universidades públicas e que não vai resolver séculos de discriminação econômica e racial".

■ GUSTAVO GROSS

ANEXO D7 – CRÉDITO EDUCATIVO INCLUIRÁ CRITÉRIO RAÇA

Fonte: CRÉDITO..., 2004

16 GAZETA DO POVO

BRASIL

Sexta-feira, 18 de junho de 2004

SELEÇÃO ■ SEGUNDO O MEC, CHANCE DE ALUNO NEGRO SER ACEITO PELO FIES SERÁ 20% MAIOR DO QUE A DE UM BRANCO

Crédito educativo incluirá critério raça

Escolha de estudantes para obter financiamento vai levar em conta 8 itens, entre eles a autodeclaração

BRASILIA (AF) – O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO incluirá, a partir deste ano, a raça do candidato entre os critérios de classificação e seleção para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o financiamento destinado a estudantes de instituições particulares de ensino superior.

De acordo com a nova portaria adotada pelo governo, a chance de um aluno que se declarar negro ser aceito no Fies será 20% maior que a de um branco.

Além disso, caso haja empate no processo de seleção entre um candidato branco e um que se declarar negro, o segundo terá prioridade. Se o empate ocorrer entre dois negros, o desempate será feito considerando o que tiver a mãe como arremimo de família.

A autodeclaração da raça será feita na inscrição do aluno para o Fies, que acontece em agosto. "É uma iniciativa nova do governo visando ampliar as ações afirmativas", disse ontem o secretário da Educação Superior do MEC, Nelson Maculan Filho.

Para o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gus-

tavo Petta, a medida é importante, mas não resolverá o problema de acesso ao financiamento. "Mesmo com esse tipo de ação, o aluno carente não conseguirá ter acesso ao Fies porque não tem condição de apresentar um fiador como é exigido."

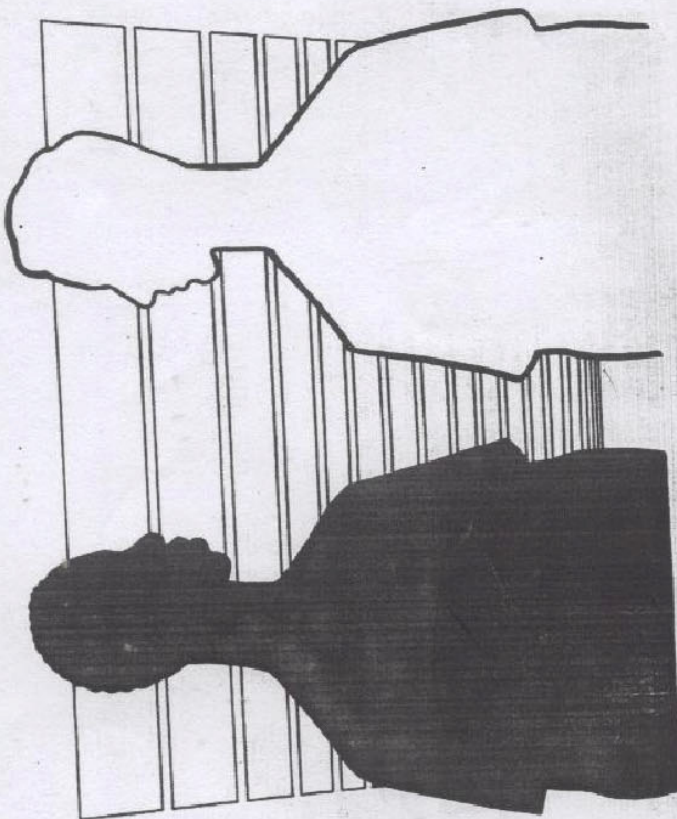
Entre os critérios de seleção dos candidatos estão renda mensal familiar, se ele é professor, tem ou não diploma de curso superior e estudou em escola pública.

Com base em oito itens, é feito o índice de classificação dos alunos em cada um dos cursos da instituição de ensino superior credenciada. A autodeclaração da raça será incluída nesses critérios.

Segundo o secretário, neste ano devem ser concedidos entre 40 mil e 50 mil novos financiamentos.

Esse número varia porque nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul existem decisões liminares da Justiça determinando a não-existência de fiador na assinatura do contrato.

Caso as liminares sejam derubadas, o número de novos financiamentos pode chegar a 50



RAIO X

40 a 50 mil

novos financiamentos devem ser concedidos este ano, segundo o Ministério da Educação.

R\$ 1,779 bilhão

já foi disponibilizado pelo fundo desde 1999.

70%

do valor das mensalidades de universidades particulares é pago pelo Fies.

239.183 alunos

se inscreveram no Fies ano passado.

50 mil

contratos foram assinados no ano passado.

mento ao Fies apenas de instituições que oferecerem bolsa de estudo integral a alunos carentes.

A proposta está tramitando em comissão especial e não foi votada. Por isso, não deve ser adotada neste ano.

Somente para este ano, estão previstos no Orçamento da União R\$ 871,6 milhões para novos contratos.

O projeto de lei para a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), enviado pelo governo ao Congresso, prevê a vinculação do credencia-

mil, o mesmo patamar do ano passado.

Desde 1999, quando o Fies começou a funcionar, já foram beneficiados cerca de 273 mil estudantes de instituições privadas, envolvendo recursos que chegam a R\$ 1,779 bilhão.

Do total, 72.272 foram pré-selecionados, e cerca de 50 mil assinaram contrato.

Segundo o Ministério da Educação do Programa Universidade para Todos (Prouni), enviado pelo governo ao Congresso, prevê a vinculação do credencia-

ANEXO D8 – SISTEMA DE COTAS DA UFPR É CONDENADO EM JÚRI SIMULADO

Fonte: KLENK, 2004

SÁBADO, 26 de junho de 2004

EDUCAÇÃO

Sistema de cotas da UFPR é condenado em júri simulado

Um candidato ao vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é desclassificado no concurso, apesar de ter alcançado média maior do que outro aluno, aprovado pelo sistema de cotas para negros. Ele recorre à Justiça e consegue uma liminar favorável, por 3 votos contra 2. A situação é hipotética e foi o resultado de um julgamento simulado ontem por alunos do 3.º ano do Ensino Médio do Colégio Bom Jesus. O reitor da UFPR, Carlos Augusto Moreira Júnior, abriu o debate, antes de dois grupos de estudantes começarem o debate sobre o caso jurídico imaginário.

Moreira teve que responder a questionamentos sobre a porcentagem de vagas para negros (20%) e o mérito dos alunos aprovados. A defesa do aluno que teria sido prejudicado ganhou o apoio da maioria dos estudantes que acompanharam a simulação. O julgamento foi a conclusão de um trabalho que levou um mês. Segundo o coordenador da 3.ª série do colégio, professor Roberto Tadeu Berro, os alunos interessados no debate se inscreveram e se dividiram em dois grupos para elaborar as teses da defesa e da acusação. Depois, cada grupo elegeu três estudantes para a apresentação oral.

"O racismo vai se intensificar dentro da universidade", afirma Bruno Silva Augusto, de 17 anos, um dos alunos que fizeram a defesa do estudante hipotético. Para Thiago Stuchi Reis de Oliveira, de 17 anos, a universidade desrespeita a Constituição, que daria o direito a qualquer estudante ser avaliado por seu mérito para ingressar no ensino superior. De acordo com Thiago, o fato de todos os alunos primeiro precisarem ser aprovados na primeira fase para só depois serem beneficiados pelas cotas não impede que alguns estudantes sejam prejudicados. Segundo os estudantes contrários ao sistema, a solução está no investimento do governo nos ensinos fundamental e médio públicos.

Para os alunos que defenderam o sistema de cotas, o resultado do julgamento mostra uma "visão elitista" da realidade. "Não pensam na Nação brasileira. As cotas são o único instrumento atualmente viável para promover a igualdade", afirma Gabriel Meirheb Petrus, de 16 anos, um dos três estudantes do grupo que participaram do julgamento. Para Victor Moreschi Neto, 17 anos, as cotas corrigem uma falha histórica de um país que nunca deu oportunidade para os negros. "As nossas chances diminuem, mas essa é uma medida provisória, que precisa ser vinculada a outros projetos", afirma Luísa Helena Tonelli Guimarães, 17 anos.

Lenise Aubrift Klenk

ANEXO D9 – MARINGÁ DISCUTE COTAS PARA NEGROS

Fonte: MARINGÁ, 2004

UEM**Maringá discute cotas para negros**

A Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, a prefeitura de Maringá, a Associação União e Consciência Negra de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá, com o apoio da APP – Sindicato Coletivo de Combate ao Racismo, promovem de 2 a 4 de agosto, o VI Encontro "O Negro na Universidade: o direito à inclusão". O encontro ocorre no Anfiteatro da Engenharia Civil no Bloco C-67 da UEM. Serão discutidas as cotas para ingresso nas universidades. O objetivo da Fundação Palmares é consolidar as conquistas e avançar na promoção da igualdade de oportunidades para a população negra no Brasil.

ANEXO D10 – MOVIMENTO NEGRO REPUDIA AÇÃO CONTRA COTAS
Fonte: MOVIMENTO, 2004

VESTIBULAR

Movimento negro repudia ação contra cotas

UFPR já recebeu mais de 2,2 mil inscrições para o concurso deste ano

SEIS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO divulgaram ontem uma nota de repúdio à ação do procurador da República em Guarapuava Pedro Paulo Reinaldin. O procurador contestou judicialmente, com uma ação na Justiça Federal, as cotas para afrodescendentes e estudantes de escola pública que foram implantadas no vestibular da Universidade Federal do Paraná. As cotas, aprovadas pelo Conselho Universitário, garante 20% das vagas de cada curso para negros e 20% para alunos que sempre estiveram no ensino público. Se acordo com a argumentação do procurador, as reservas são inconstitucionais.

Em entrevista coletiva, o movimento negro anunciou que agirá judicialmente apenas se a juíza Valkíria Kelen de Souza, de Guarapuava, conceder a liminar

pedida por Reinaldin. Eles afirmam ainda que a entidade que poderá contestar na Justiça qualquer decisão contrária às cotas é a própria UFPR.

Segundo nota divulgada ontem pela UFPR, mais de 2,2 mil estudantes já fizeram sua inscrição para o vestibular deste ano. O período de inscrições foi aberto nesta segunda-feira. A universidade está orientando os candidatos a preencherem a ficha pela internet informando se querem ou não disputar as vagas reservadas para os cotistas, tanto no caso dos negros quanto nos alunos de escola pública. Segundo a UFPR, apenas se houver decisão judicial contrária ao sistema implantado haverá motivo para mudança no formulário. As inscrições estão sendo feitas somente pela internet, no site www.mc.ufpr.br.

VESTIBULAR ■ FEDERAL VAI RECORRER DE DECISÃO QUE ESTABELECE VAGAS PARA AFRO-DESCENDENTES E ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA

Justiça suspende cotas da UFPR

Concurso continua conforme o programado, mas decisão pode alterar resultado final dos aprovados

O SISTEMA DE COTAS PARA AFRO-DESCENDENTES e alunos de escola pública no vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) está suspenso por decisão da Justiça. O juiz substituto Mauro Spalding, da 7ª Vara Federal de Curitiba, acatou liminar proposta pelo procurador da República em Guarapuava, Pedro Paulo Reinaldin. A decisão, que foi tomada anteriormente e divulgada ontem, não afeta o andamento do vestibular da UFPR, que já divulgou a lista de convocados para a segunda fase do processo seletivo.

"Apenas o resultado final poderá ser alterado se as cotas realmente derrubadas", afirmou o diretor do Núcleo de Concursos da UFPR, professor Erasmo Gruginski.

Reinaldin, autor da Ação Civil Pública, afirmou que a decisão não afeta o andamento do vestibular da UFPR, que já divulgou a lista de convocados para a segunda fase do processo seletivo.

"Apenas o resultado final poderá ser alterado se as cotas realmente derrubadas", afirmou o diretor do Núcleo de Concursos da UFPR, professor Erasmo Gruginski. A decisão da Justiça não muda a lista de convocados para a segunda fase – que ocorre nos dias 19 e 20 de dezembro –, já que a primeira fase não considerou a opção dos cotistas. "O critério usado na primeira prova foi apenas o do mérito", disse Gruginski.

A UFPR deve recorrer da decisão nos próximos dias. "Ricamos sabendo apenas hoje (ontem) que as cotas haviam sido suspensas. Estamos preparando os argumentos para a nossa defesa", afirmou a procuradora-geral da universidade, Dora Bertello. O recurso será levado ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, que pode confirmar ou derrubar a decisão do juiz Spalding. O magistrado não deu entrevista ontem.

O procurador Pedro Paulo Reinaldin, autor da Ação Civil

"Isso mostra que minha posição não é uma opinião isolada."

PEDRO PAULO REINALDIN, autor da Ação Civil Pública contra as cotas.

Publica contra as cotas, comemora a decisão. "Isso mostra que minha posição não é uma opinião isolada", disse. No seu texto, Spalding usa os mesmos argumentos de Reinaldin: as cotas estariam ferindo o princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei, presente na Constituição Federal (artigo 5º), e o artigo que garante a todos condições iguais de acesso ao ensino superior (artigo 206). "Apesar de todo o contexto histórico que envolveu os negros no Brasil, que há pouco mais de um século deixaram de ser vistos como pe- trimônio dos seus senhores e se livraram da escravidão, adquirindo a duras penas sua liberdade e a personalidade jurídica dada pelo ordenamento às pessoas, não vejo nisto motivo que justifique um tratamento diferenciado aos afro-descendentes para ingresso nas universidades públicas no atual cenário sócio-político brasileiro", escreve Spalding. No caso, o juiz argumentou que as cotas também constituem discriminação, e defendeu o "ataque do problema em sua raiz, traçando políticas públicas eficientes que impliquem melhor no ensino fundamental e médio ofertados pelo Estado".

O coordenador do curso de Ação Popular (Acnap), Jaime da Silva, contou que 25 vestibulandos que fizeram o pré-vestibular da entidade, dirigido à comunidade negra, passaram para a segunda fase da seleção. "Estou confiante na aprovação de todos eles", disse, antes de saber da decisão da Justiça. Segundo a universidade, a relação candidato/vaga para cotistas é de 2,74 – menos da metade da concorrência geral, de 5,83.

"É verdade candidato/vaga. É verdade que o sistema de cotas traz uma facilidade para o vestibulando. Mas é para isso mesmo que ele foi criado, para proporcionar o acesso desses grupos à universidade", justificou Gruginski.

"Masco Arrastou Cadeiras

"Apesar do resultado final poderá ser alterado se as cotas forem realmente derrubadas."

ERASMO GRUGINSKI, professor, diretor do Núcleo de Concursos da UFPR, professor.

Marceline Garcia de Souza, do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (Ipad), afirmou que os vestibulandos cotistas precisam manter a concentração para a segunda fase. "É preciso continuar estudando e não se estressar. Não faria sentido desistir do vestibular a essa altura", recomendou. O mesmo conselho foi dado por Gruginski: "Cotista ou não, o candidato precisa se preocupar com as provas, e não com a discussão jurídica".

O coordenador do curso de Ação Popular (Acnap), Jaime da Silva, contou que 25 vestibulandos que fizeram o pré-vestibular da entidade, dirigido à comunidade negra, passaram para a segunda fase da seleção. "Estou confiante na aprovação de todos eles", disse, antes de saber da decisão da Justiça. Segundo a universidade, a relação candidato/vaga para cotistas é de 2,74 – menos da metade da concorrência geral, de 5,83.

"É verdade candidato/vaga. É verdade que o sistema de cotas traz uma facilidade para o vestibulando. Mas é para isso mesmo que ele foi criado, para proporcionar o acesso desses grupos à universidade", justificou Gruginski.

"Masco Arrastou Cadeiras

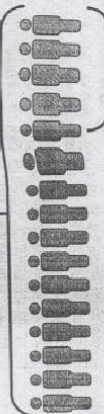
VEJA COMO FUNCIONA

De acordo com as regras do vestibular 2005, as 1.144 vagas são divididas da seguinte forma:

Afrodscendentes (desces, 42.327 vagas)	44.727 pessoas se inscreveram (prova da primeira fase)
Alunos vindos de escolas públicas (20% (831 vagas))	2.370 optaram pelas cotas para negros (prova da primeira fase)
Alunos vindos de escolas públicas (20% (831 vagas))	13.795 optaram pelas cotas de alunos de escola pública

16.199 candidatos foram convocados para a segunda fase

Relação candidato/vaga geral: 5,38/vaga



Relação candidato/vaga para cotistas: 2,74/vaga

Entenda o caso

9 de agosto de 2004 – o procurador da República em Guarapuava, Pedro Paulo Reinaldin, propõe Ação Civil Pública para o fim do sistema de cotas no vestibular da UFPR.

30 de agosto – a juíza Flávia Xavier de Guarapuava, decide que a questão deve ser movida em Curitiba e solicita que o juiz substituto Mauro Spalding decida a questão. O juiz substituto Mauro Spalding decide, em primeira instância, pelo fim do sistema de cotas.

30 de setembro – a pedido de Reinaldin, o juiz substituto Mauro Spalding decide a questão da competência para o julgamento da Ação Civil Pública.

3 de dezembro – a ação chega à 7ª Vara Federal.

6 de dezembro – o juiz federal substituto Mauro Spalding decide, em primeira instância, pelo fim do sistema de cotas.

Use seu FGIS

Temos planos para a casa dos seus sonhos.

Sem taxa de adesão	Credito	Prazo	Parcela
Até 3 imóveis por assembleia	20.000,00	150	177,70
Lease facilitado	30.000,00	150	355,38
Lease Fixo 25%	50.000,00	150	444,47
Assesblm Online via internet	60.000,00	150	533,37
	100.000,00	150	888,89

Consórcio de Imóveis PLANTAO DE VENDAS 340-2525

EMBRACON CONSÓRCIO NACIONAL

ANEXO E1 – SOBROU COTA NA UFPR

Fonte: CAMPOS, 2005

VESTIBULAR ■ AFRODESCENDENTES APROVADOS OCUPAM 70% DO NÚMERO DE VAGAS RESERVADAS

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) anunciou ontem sua lista de aprovados no Vestibular 2005, o primeiro processo seletivo da instituição feito com sistema de cotas para afrodescendentes e estudantes de escolas públicas. Cada um desses grupos tinha direito a 20% das vagas. Enquanto os negros não preencheram todos os 831 postos a eles reservados, os vestibulandos de escolas públicas foram além da reserva de vagas, disse o reitor da UFPR, Carlos Augusto Moreira Júnior.

Segundo os dados divulgados pela universidade, dos 4.167 aprovados, 930 eram de escola pública. Isso significa que, além dos 831 ingressantes pelo sistema de cotas, outros 99 vestibulandos conseguiram a vaga sem precisar do privilégio. "Olhando esses números, talvez até nem fosse necessário reservar vagas para esses estudantes", disse o reitor, para logo depois reafirmar o compromisso da UFPR com o sistema de cotas.

Por outro lado, 573 candidatos afrodescendentes foram aprovados. Sobraram vagas para negros em 49 cursos, dois dos quais não tiveram nenhum afrodescendente classificado. Os 258 postos deixados vagos por eles foram ocupados pelos estudantes mais bem colocados na classificação geral. "Nenhuma vaga deixou de ser preenchida", ressaltou Moreira Júnior.

Para Jaime Tadeu da Silva, da Ação Cultural de Negritude e Ação Popular (Acnap), o resultado pode ser visto de duas formas. "À primeira vista, é lamentável que não tenhamos ocupado todo o espaço a que tínhamos direito. Mas o número de negros que estão entrando na UFPR esse ano é praticamente dez vezes maior que no vestibular anterior", afirmou.

Apesar do não-preenchimento de todas as vagas para cotistas, Moreira Júnior comemorou o resultado. "Agora ninguém mais pode duvidar do nosso sucesso na missão de promover a inclusão social. Esse é certamente um dos dias mais felizes da minha vida", disse.

"É possível democratizar o acesso ao ensino superior. O sucesso com as cotas mostra que estamos no caminho certo."

CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR,
reitor da UFPR

Sobrou cota na UFPR

99 estudantes de escola pública não precisariam de reserva para entrar na faculdade



Banho de lama e alma lavada: festa, brincadeira e sujeira para comemorar a entrada na UFPR.

O reitor acredita que nos próximos vestibulares a UFPR não precisará travar outra batalha jurídica como a de 2004, quando um procurador da República tentou suspender as cotas na Justiça e conseguiu uma liminar de primeira instância em dezembro, cassada dias depois pelo Tribunal Regional Federal de Porto Alegre. "Acredito que até o nosso próximo processo seletivo já estará aprovada uma nova lei sobre as universidades que prevê a adoção das cotas", afirmou Moreira.

Em frente ao prédio da Administração no Centro Politécnico, os aprovados, muitos com coletes coloridos de suas escolas e cursos, comemoravam a entrada na faculdade com o tradicional banho de lama. Sobrou até para quem estava só acompanhando, como Bruno Pedroni. O estudante de Engenharia Elétrica acabou se sujando do mesmo jeito, embora a felicidade (e também enlameada) fosse sua namorada, Ana Cláudia Ribeiro, que fará Engenharia Florestal. "Decidi pelo curso há 3 anos, estou certa de que não vou me arrepender", disse. Sua mãe, Célia, lembrou a angústia dos últimos meses: "Devia haver cursinho para pais também". Outra mãe orgulhosa era Vânia Osna. Com uma garrafa de champagne debaixo do braço, estava perto (mas não muito) da piscina de lama, procurando o filho, Gustavo, aprovado em Direito. "Os amigos o levaram lá para o meio e não o acho mais, ficou todo mundo da mesma cor", brincou.

Em frente ao prédio da Gazeta do Povo, na Praça Carlos Gomes, centenas de estudantes se reuniram para obter em primeira mão a edição extra com a lista de aprovados, publicada pelo jornal. Um trio elétrico animou a tradicional festa na praça.

— MARCIO ANTONIO CAMPOS

→ Veja a lista dos aprovados em Suplemento Especial nesta edição. Leia mais na página 4.

"Ser pai e mãe de vestibulando é um caminho de sofrimento que dura um ano, mas no fim é glorificante quando seu filho vem e finalmente grita 'eu passei!' A alegria é indescritível."

CÉLIA AVANCI,
mãe de Ana Cláudia, aprovada para o curso de Engenharia Florestal na UFPR.

ANEXO E2 – O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Fonte: CAMPOS, 2005

O papel da universidade na redução das desigualdades

O REITOR CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR está entusiasmado com o sistema de cotas, que pela primeira vez reservou um quinto das vagas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para afro-descendentes e outro quinto para estudantes de escola pública. Nesta entrevista ele avalia a mudança de formato do vestibular de 2005 e rebate as críticas de que as cotas representam uma forma de racismo às avessas.

Gazeta do Povo – Qual a sua avaliação do vestibular 2005?

Carlos Augusto Moreira Júnior – Com as cotas, democratizamos o acesso ao ensino superior. Com as provas em duas fases, acabamos com o cansaço de se fazer três dias seguidos de prova, e selecionamos para a segunda fase apenas os candidatos mais preparados. Mudamos o horário para a tarde, para que os candidatos pudessem dormir melhor e não se atrasar. Pode-se dizer que fizemos uma humanização do vestibular. Agora acredito que manteremos essa estrutura. Já houve mudanças demais este ano.

– Muitos vestibulandos criticaram a extensão das provas, tanto na primeira quanto na segunda fase.

– Realmente, resolver 80 questões em 5 horas na primeira fase foi cansativo. Na próxima semana, o Núcleo de Concursos fará uma avaliação e poderão sugerir mudanças para 2006. Uma das possibilidades é a redução do número de questões, já que aumentar o tempo para a resolução da prova nos parece impossível no momento.

– Como a universidade se preparou para tantas mudanças simultâneas no vestibular?

– Estávamos dispostos a adotar as cotas, e pesquisamos vários modelos de vestibular que pudessem se adequar melhor a esse cenário. Entre as alternativas estavam manter a fase única, ou até mesmo dar uma nota adicional aos cotistas, mas descartamos todas essas opções em favor das duas fases. Fomos mais justos, porque, ao não considerar as cotas na primeira fase, preservamos o mérito acadêmico. Só passou para a segunda fase quem estava preparado.

– A adoção das cotas não representa um racismo às avessas?

– De maneira nenhuma. O que estamos fazendo é resgatar uma dívida social. Os negros sempre

Reitor da UFPR diz que novo sistema corrige distorção que deixava os carentes fora da instituição

AS FRASES

"Estamos corrigindo uma distorção segundo a qual quem pode pagar acaba fazendo universidade pública, e quem não pode trabalha para estudar numa faculdade particular à noite."

CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR, reitor da UFPR.

"Mais de 60% dos cotistas aprovados já trabalhavam, contra pouco menos de 40% entre os não-cotistas. São pessoas que já dão duro na vida e saberão valorizar a vaga que conquistaram."



IDEM.

Moreira Júnior: entusiasmo pelo sistema de cotas.

foram marginalizados e tiveram dificuldade de ascensão social. Quanto aos estudantes de escola pública, estamos corrigindo uma distorção segundo a qual quem pode pagar acaba fazendo universidade pública, e quem não pode trabalha para estudar numa faculdade particular à noite. A universidade tem seu papel

na redução das desigualdades sociais, que estamos levando a sério.

– Por que os afro-descendentes não conseguiram preencher todas as 831 vagas que tinham à disposição?

– Acredito que a questão das cotas não foi compreendida por todos ainda. Mesmo assim consi-

dero a entrada de 573 negros na UFPR como um grande avanço. Nossos dados mostram que, em 2004, tínhamos 70 calouros negros; em 2003, foram 42. Discutiremos os números com o Conselho Universitário, que pode alterar a porcentagem de reserva de vagas nos próximos anos, embora ainda seja muito cedo

para falar nessa possibilidade. O certo é que as cotas permanecem.

– Qual é a alteração no perfil do estudante da UFPR com entrada dos cotistas?

– A universidade ficou mais heterogênea, com certeza. A idade média dos calouros aumentou já que pouco mais de um terço dos cotistas tem mais de 21 anos. A universidade até se tornou mais paranaense. Havia quem se preocupasse porque, com as cotas, os negros e alunos de escola pública de outros estados teriam entrar aqui, mas o que houve é que 70% dos cotistas afro-descendentes nasceram no Paraná, e entre os alunos de escola pública a porcentagem é de 81%, maior até que a média geral dos aprovados. Também vim que poucos cotistas têm pais com ensino superior completo, ou renda familiar alta. E, insisto, os cotistas são capazes porque passaram na primeira fase, quando as cotas ainda não valiam.

– Quais os benefícios dessa heterogeneidade?

– Só temos a ganhar com diversidade. Os alunos aprendem a conviver com pessoas de todas as classes. Os professores deverão aprender a lidar com essa nova realidade, de uma universidade menos elitista e restritiva. Ganha a comunidade, e acredito especialmente que ganha o desenvolvimento científico e tecnológico, que floresce melhor em um ambiente heterogêneo, porque isso traz consigo a criatividade. Outro dado que eu queria ressaltar é o de que, entre os cotistas mais de 60% já trabalhavam contra pouco menos de 40 entre os não-cotistas. São pessoas que já dão duro na vida e saberão valorizar a vaga que conquistaram.

– Como evitar que os cotistas sejam discriminados na universidade?

– Toda mudança pressupõe um período de adaptação. Fica assim com o Provar, que agora está consolidado, em seu 3.º ano. Certamente ocorrerá isso com as cotas. Estamos preparados para impedir e punir a discriminação. O Conselho Universitário tem poder para impor penas que podem ir até a expulsão da universidade, seja aluno, funcionário, pesquisador ou professor. Mas nossa expectativa é de que não precisemos de nada disso que os cotistas sejam recebidos como qualquer outro calouro.

– MARCIO ANTONIO CAMI

ANEXO E3 – UFPR IDENTIFICA IRREGULARIDADES COM 21% DOS COTISTAS NEGROS

Fonte: GALINDO, 2005

ENSINO SUPERIOR ■ QUASE 500 CALOUROS DA FEDERAL PODEM TER REGISTRO ACADÊMICO SUSPENSO

UFPR identifica irregularidades com 21% dos cotistas negros

Comissão coloca sob suspeita classificação de 122 candidatos que se declararam pretos

UM EM CADA CINCO CANDIDATOS APROVADOS dentro da reserva de cotas para negros da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pode perder a vaga. De acordo com o reitor da instituição, Carlos Augusto Moreira Junior, 122 vestibulandos que se apresentaram como negros estão com a matrícula suspensa, porque a banca especial composta para analisar os cotistas afirmou que eles não podem ser considerados negros. Caso os candidatos venham realmente a perder a vaga, serão chamados para seus lugares vestibulandos que estão na lista geral de espera, sem qualquer separação entre cotistas e não cotistas.

Os 122 aprovados que podem perder a vaga representam 21% dos 573 candidatos que conseguiram vagas para cotistas negros na UFPR em 2005. A universidade resolveu dar a partir deste ano 20% das vagas de cada um de seus cursos a negros. Outros 20% foram destinados a alunos de escolas públicas. Nem todas as cotas foram preenchidas. Para ter direito à vaga, era preciso ser aprovado na primeira fase do vestibular. No caso dos alunos de escola pública, houve 333 aprovados.

Os candidatos sob suspeita têm até as 18 horas de hoje para entrar com recurso na UFPR. Segundo o regulamento do vestibular, eles têm direito a passar por uma segunda avaliação, se assim desejarem. No entanto, os que forem considerados negros uma vez como não sendo negros a partir da prova da universidade neste ano. O resultado da reavaliação fica pronto até a próxima terça-feira, quando deve ser divulgado a segunda chamada de todos os cursos da UFPR.

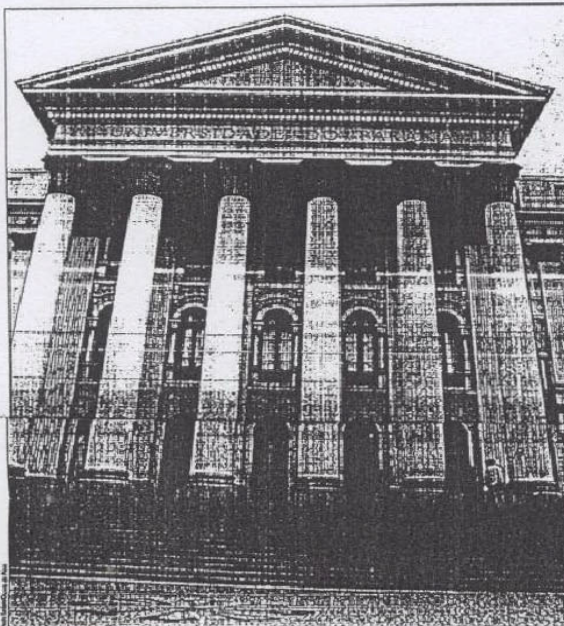
Além dos negros, há outros 95 cotistas que estão com as vagas pendentes. Entre eles estão 65 alunos que concorreram às vagas para estudantes de escola pública e que também não conseguiram comprovar que mereciam a cota. Houve situações, por exemplo, de vestibulandos que estudavam em escolas gratuitas de associações de bairros e de igrejas e que se candidataram a essas cadeiras. O regulamento do vestibular, porém, prevê que o aluno precisa ter frequentado exclusivamente escolas públicas, municipais e estaduais.

Trinta outros cotistas aprovados pela universidade podem perder a vaga porque tiveram problemas de documentação ou porque não compareceram para confirmar a matrícula na data estipulada pela UFPR. Estas são situações que podem também ocorrer com alunos não cotistas. Neste ano, dos 183 vestibulandos que estão com a vaga ainda em suspensão, 260 são estudantes que não estão concorrendo a cotas, mas que ainda estão devendo algum documento à universidade para ter seu registro confirmado. Segundo a reitoria, esse é um índice normal. "São alunos que passaram em outra instituição ou que por algum outro motivo decidiram não fazer a matrícula na UFPR", diz o reitor Moreira.

Seriedade

Para o reitor da UFPR, o fato de a universidade estar sendo rigorosa com os critérios de seleção dos alunos demonstra que o sistema de cotas adotado pela instituição é sério. Com isso, ele acredita que haverá menos interesse por parte dos candidatos de fraudar as cotas, como já ocorreu em outras universidades do Brasil.

O sistema da UFPR é baseado em auto-declaração. Ou seja, o candidato é que deve dizer se é



A partir deste ano, a Universidade Federal passou a reservar 40% das suas vagas para cotistas.

VAGAS PENDENTES

Da total de aprovados no vestibular da Universidade Federal do Paraná, 485 podem perder a vaga por problemas com a documentação ou porque não se apresentaram no perfil dos cotistas.

Cursos	Prova	Cotistas	Cursos	Prova	Cotistas
Administração - Manhã	59	7	Fisioterapia - Manhã	25	15
Administração - Noite	55	1	Fisioterapia - Noite	50	3
Administração Internacional de Negócios	55	3	Física - Manhã	79	9
Agronomia	172	18	Física - Noite	70	4
Arquitetura e Urbanismo	44	7	Geografia - Manhã	33	5
Bacharelado em Ciência da Computação	110	10	Geografia - Noite	36	0
Ciências Biológicas	100	14	Geologia	33	0
Ciências Exatas - Noite	115	13	Gratificação Informacional	20	2
Ciências da Terra	30	6	Graduação em Engenharia de Alimentos	58	14
Ciências Econômicas - Manhã	110	17	Letras - Ciências Humanas e Sociais	25	2
Ciências Econômicas - Noite	110	6	Letras - Francês	10	0
Ciências Sociais	88	13	Letras - Inglês	28	3
Comunicação Social - Jornalismo	39	4	Letras - Inglês em Português de Jubaia	20	1
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	39	0	Letras - Português	25	4
Comunicação Social - Relações Públicas	39	4	Letras - Português - Inglês	40	1
Design Industrial - Programação Visual	13	4	Matemática Bacharelado em Estatística	44	6
Design Industrial - Projeto de Produto	13	2	Matemática Industrial	49	18
Divulgação	84	9	Matemática - Licenciatura	44	1
Divulgação - Noite	84	10	Medicina	174	23
Educação de Artes Plásticas	16	0	Medicina Veterinária	48	3
Educação Artística - Teatro	16	0	Medicina - Licenciatura	60	12
Educação Física - Bacharelado	60	2	Música	20	1
Educação Física - Licenciatura	60	6	Nutrição	60	7
Engenharia Civil	43	6	Osteologia	60	19
Engenharia Cartográfica	43	7	Pedagogia	70	10
Engenharia Civil - Bacharelado	124	27	Pedagogia - Licenciatura	100	10
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	30	0	Psicologia	60	3
Engenharia Civil - Engenharia	60	22	Química	60	11
Engenharia Florestal	60	3	Tecnologia em Informática	50	5
Engenharia Industrial - Mecânica	60	11	Tecnologia em Informática - Tano	50	2
Engenharia Mecânica	60	20	Terapia Ocupacional	30	2
Engenharia Química	60	13	Terapia Ocupacional - Noite	44	3
Exatidão	108	14	Teologia	45	6
Farmácia	108	14			

negro ou não. No entanto, antes de confirmar a matrícula, o vestibulando aprovado passa por uma entrevista em uma comissão montada especificamente para esse propósito. Sete integrantes da banca vêem o candidato e falam com ele. Para conseguir a vaga, o vestibulando precisa ter aprovação unânime do grupo. A análise é feita com base, sobretudo,

na aparência (veja mais a seguir). Se um dos integrantes afirmar que o estudante não é negro, ele fica com a matrícula suspensa. Foi o que aconteceu com os 122 candidatos.

É bom o pessoal se preparar, porque muita gente vai ficar mesmo sem a matrícula", afirma Moreira. Segundo ele, a comissão que analisa os candidatos

tem total autonomia para decidir quem terá ou não direito às vagas. No entanto, tem a obrigação de dar uma segunda avaliação para quem solicitar. A nova análise deve ser feita ainda nesta semana, para que a segunda chamada possa ser divulgada no dia 22, como está previsto pela UFPR.

— RENEALDO WAGNER GALINDO



"É bom o pessoal se preparar, porque muita gente vai ficar mesmo sem a matrícula."

CARLOS AUGUSTO MOREIRA JUNIOR, REITOR DA UFPR.

Critério é cor da pele, não ascendência

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ informou que o critério para seleção dos cotistas negros aprovados pela instituição é o da aparência. É preciso ser e parecer negro. Não basta o candidato alegar, mesmo que tenha como comprovar que tem pais ou parentes descendentes de africanos. "Não são cotas para afrodescendentes. São cotas para negros", afirma o reitor da UFPR, Carlos Augusto Moreira Junior.

Segundo a universidade, o critério da aparência foi adotado porque o preconceito sofrido pela população de pretos e pardos do país — e que se tenta corrigir com as cotas — decorre da aparência e da cor da pele, e não do parentesco. No entanto, há quem defenda que as cotas também deveriam servir como reparação pelo sofrimento da escravidão no passado — fator comum a descendentes de negros que tenham pele mais clara ou mais escura.

Moreira diz que polêmica é normal

O REITOR DA UFPR, CARLOS AUGUSTO Moreira Junior, afirmou ontem que considera normal o questionamento jurídico que a universidade vem enfrentando por causa do sistema de cotas. "Toda grande mudança pressupõe um período de adaptação", disse. Moreira lembrou que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) enfrentou mais de 200 processos quando implantou um sistema pioneiro de cotas.

Até o momento, sete ações de alunos que pedem para ganhar a vaga destinada a cotistas foram julgadas pela Justiça Federal. Apenas um estudante conseguiu uma liminar favorável. No entanto, a ação foi retirada nesta semana, porque o candidato acredita que vai ser convocado na segunda chamada do curso de Medicina. Ele é o 20.º lugar na lista de espera e diz ter sido informado pela universidade de que havia 21 candidatos aprovados com problemas de documentação. Moreira disse ontem que não autorizou ninguém a dar essa informação.

ANEXO E4 – ALUNOS BARRADOS EM SISTEMA DE COTAS AMEAÇAM IR À JUSTIÇA

Fonte: GALINDO, 2005

ENSINO SUPERIOR ■ UNIVERSIDADE FEDERAL DIVULGA NA TERÇA A SEGUNDA CHAMADA DO VESTIBULAR

Alunos barrados em sistema de cotas ameaçam ir à Justiça

Eles reclamam que estão sendo vítimas de discriminação

ALUNOS APROVADOS DENTRO DA RESERVA de cotas para negros ameaçam entrar com ações judiciais contra a Universidade Federal do Paraná caso não tenham a matrícula confirmada. Dos 573 estudantes aprovados na categoria de "cotistas raciais", 122 estão tendo seu direito à vaga contestado. Eles não foram considerados negros pela banca designada para julgar os cotistas. Os recursos dos reprovados começaram a ser julgados ontem. O resultado da nova avaliação será conhecido na terça-feira, quando a universidade divulgar a segunda chamada do concurso.

Até a tarde de ontem, pelo menos 30 estudantes já haviam demonstrado interesse em participar de uma ação coletiva. Eles deram nome e telefone para um dos alunos, que estava organizando a ação. Os vestibulandos acreditam que na Justiça conseguirão comprovar que, de acordo com as regras do edital, têm direito a entrar pelo sistema de cotas.

"O edital falava em cotas para pretos e pardos", disse um dos alunos, que não quis se identificar. "Se fosse só para pretos, eu nem tinha me candidatado. Mas sou pardo e tenho direito", afirmou. Alguns alunos estavam indignados enquanto esperavam para ser recebidos pela banca que faria a segunda avaliação. "Isso é uma humilhação", disse outra candidata.

Para decidir se os alunos tinham mesmo direito à vaga, duas comissões começaram a entrevistá-los na manhã de ontem. A cada 15 minutos, um dos candidatos entrava na sala para ser visto e ouvido por três avaliadores. Eles perguntavam se o vestibulando se considerava negro, como era à sua família e se ele já havia sido vítima de preconceito racial em sua vida.

Miscigenação

A história mais comum ouvida dos alunos envolvia miscigenação. Quase todos os estudantes alegavam ter pai branco e mãe negra, ou vice-versa. Outros diziam que



Ana Lúcia é o pai: de cor parda, vestibulando se considera apta às cotas.

tinham avós negros e citavam até ex-escravos na família. Quase nenhum se declarava preto, mas todos se diziam pardos e mostravam fotos de família ou documentos em que eram registrados como pardos para comprovar o que diziam.

É o caso da aluna Fernanda Miranda da Silva, que foi aprovada para uma vaga em Ciências Biológicas. Ela se considera parda. Tem pele morena, cabelos lisos e olhos verdes. Ao lado da mãe, de pele escura, ela dizia estar certa de seu direito. "Se não sou branca, não sou negra e não sou parda, o que eu sou?", perguntava. Fernanda dizia que se sentia vítima do preconceito.

Ana Lúcia Pereira, aprovada em Matemática Industrial, era uma das que pensava em entrar com ação na Justiça caso não conseguisse a vaga na UFPR. Ela esperava conseguir comprovar que merecia a cota com fotos de sua família. Ana Lúcia, morena, estava ao lado do pai, Joet, de pele mais escura.

Vagas

O exame dos vestibulandos continua na segunda-feira. Os candidatos que não conseguirem vaga como cotistas serão eliminados do vestibular. A UFPR acredita que a ação judicial dos alunos, caso venha mesmo a ser impetrada, não vai mudar a situação. O reitor da Federal, Carlos Augusto Moreira Júnior, disse nessa semana que acha difícil que alguma contestação judicial ao sistema tenha êxito.

A coordenadora do Núcleo de Assuntos Acadêmicos da UFPR, Rosana de Albuquerque Sá Brito, afirmou que a reavaliação está sendo feita por professores da universidade e por integrantes do movimento negro do Paraná. Segundo ela, são pessoas experientes em questões étnicas e que têm condições de saber quem deve ter acesso às cotas e quem não deve.

• ROGÉRIO WALBERTO GALINDO

ANEXO E5 – PARA A UFPR, BATALHA JUDICIAL CONTRA AS COTAS JÁ ESTÁ GANHA

Fonte: DUARTE, 2005

SABADO, 9 de abril de 2005

PARANÁ

VESTIBULAR-TRF cassou última liminar que obrigava universidade a matricular aluno de Medicina

Para UFPR, batalha judicial contra as cotas já está ganha

Sentença final ainda não saiu, mas jurisprudência beneficiará a Federal, diz reitor

Marcelo Elias/Gazeta do Povo



O reitor Carlos Moreira Júnior e a procuradora jurídica da UFPR Dora Bertúlio: etnismo.

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Carlos Augusto Moreira Júnior, declarou ontem que considera ganha a batalha judicial contra o sistema de cotas raciais e sociais implantados no vestibular de 2005. Na última quarta-feira, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4.ª Região, de Porto Alegre (RS), suspendeu os efeitos da terceira e última liminar que obrigava a UFPR a aceitar a matrícula de um vestibulando descontente com as cotas.

Com isso, Rosiane Tatiana Toporoski perdeu a vaga no curso de Medicina que havia obtido na Justiça Federal de Curitiba. Anteriormente, o TRF já tinha derrubado as liminares de Elis Wendpap Cecatto, no curso de Direito, e Gabriel Padilha da Silva Dias, no curso de Engenharia Química. "O fato de um tribunal federal julgar improcedente todas as liminares nos cria uma jurisprudência muito favorável", justificou o reitor, em entrevista coletiva.

Embora a suspensão das liminares não signifique que a causa esteja ganha, a procuradora jurídica da UFPR, Dora Bertúlio, também está bastante otimista. "Os juízes ainda irão apresentar as sentenças finais. Mas o que nós entendemos hoje e temos muita segurança é que a perspectiva para que a universidade saia vencedora nesta batalha jurídica é quase total", disse.

No entanto, a advogada Jacqueline Wendpap, que representa Elis e Rosiane, acha cedo para a universidade comemorar e acredita que a guerra só será ganha no Supremo Tribunal Federal (STF). "Eu só digo que ela (UFPR) é vencedora se o Supremo decidir por isso e vou levar esta discussão até o fim". Ela está estudando a melhor forma de recorrer da decisão do TRF.

Ao todo, 37 processos foram protocolados contra o sistema de cotas. Destes, apenas cinco foram deferidos e, posteriormente, dois retirados pelos próprios alunos após terem sido aprovados nas chamadas complementares. Segundo informou o reitor da UFPR, a maioria das ações questiona a autonomia da universidade para a implantação do processo de cotas.

"Não há lei que autorize a implantação deste sistema", afirmou Jacqueline. Para ela, o assunto deveria ter sido mais discutido com a sociedade e promete entrar com ação pedindo o cancelamento do edital no próximo vestibular, caso a UFPR mantenha o processo de cotas. "É um sistema que exclui e não inclui".

Esta foi a primeira vez que a UFPR adotou o sistema de reserva de vagas para afrodescendentes e egressos de escolas públicas no processo seletivo. Hoje estudam na universidade 1.292 alunos por este sistema, sendo que 516 foram aprovados pelas cotas raciais e 776 pelas cotas sociais. No total, foram matriculados este ano 4.144 calouros.

Tatiana Duarte

**ANEXO F1 – QUADRO ORGANIZADOR DE CAMPOS DISCURSIVOS, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E LUGARES DISCURSIVOS
MOBILIZADOS PELA FUNÇÃO-AUTOR NO PERÍODO FHC E LULA**

Fonte:

Período	Esfera	Ideologia		Campos Discursivos						
				Campo Político Governamental	Campo Educacional			Campo Social		Campo Jurídico
FHC	FEDERAL		Formações Discursivas	Institucional	Institucional	Docente	Discente	Organizacional	Institucional	Judiciária Institucional
		EXCLUSÃO	Lugar Discursivo		*Ministério da Educação					*Presidente do STF
		INCLUSÃO		*Congresso Nacional *Secretaria Especial de *Políticas de Promoção da Igualdade Racial *Casa Civil		* Professores Ensino Público Superior	*UBES	* Delegação Brasileira na ONU		
	ESTADUAL	INCLUSÃO		*Governo do Paraná (Governador) *Assembléia Legislativa do Paraná	*Procuradoria da UFPR *Reitor UFPR2	*Professores de Ensino Médio Público	*UPES		*Associação Cultural de Negritude e Ação Popular *Instituto Afro-brasileiro do Paraná *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	
		EXCLUSÃO			*Reitor UFPR1					
LULA	FEDERAL		Formações Discursivas	Institucional	Institucional	Docente	Discente	Organizacional	Institucional	Judiciária Institucional
		EXCLUSÃO	Lugar Discursivo							
		INCLUSÃO		*Congresso Nacional *IBGE *IPEA *Fundação Cultural Palmares	*Ministério da Educação				*Instituto Palmares	
	ESTADUAL	EXCLUSÃO					* Colégio Bom Jesus *Alunos brancos *Alunos provenientes de escolas particulares			*Procurador da República *Advogados *Juizes
		INCLUSÃO		*Governo do Paraná	*Reitor UFPR2				*Instituto Afro-brasileiro do Paraná *Ação Cultural e Negritude e Ação Popular (ACNAP) *Movimento Negro	

ANEXO F2 – QUADRO ORGANIZADOR DE CAMPOS DISCURSIVOS, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E LUGARES DISCURSIVOS
MOBILIZADOS NO CAPÍTULO DE ANÁLISE DA “POSIÇÃO-SUJEITO DA FUNÇÃO-AUTOR”

Fonte:

Período	Esfera	Ideologia		Campos Discursivos						
				Campo Político Governamental	Campo Educacional			Campo Social		Campo Jurídico
LULA	ESTADUAL	INCLUSÃO	Formações Discursivas	Institucional	Institucional	Docente	Discente	Organizacional	Institucional	Judiciária Institucional
			Lugar Discursivo		*Reitor UFPR. *Sociólogo da UNB. *Professor UFPR. *Procuradora da UFPR.		*Estudantes negros. *Aluno recém-formado.		*Programa de Ensino e Relações Étnicas e Raciais da USP. *Ex-reitor da USP.	
		EXCLUSÃO								
	FEDERAL	INCLUSÃO								
		EXCLUSÃO								

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)